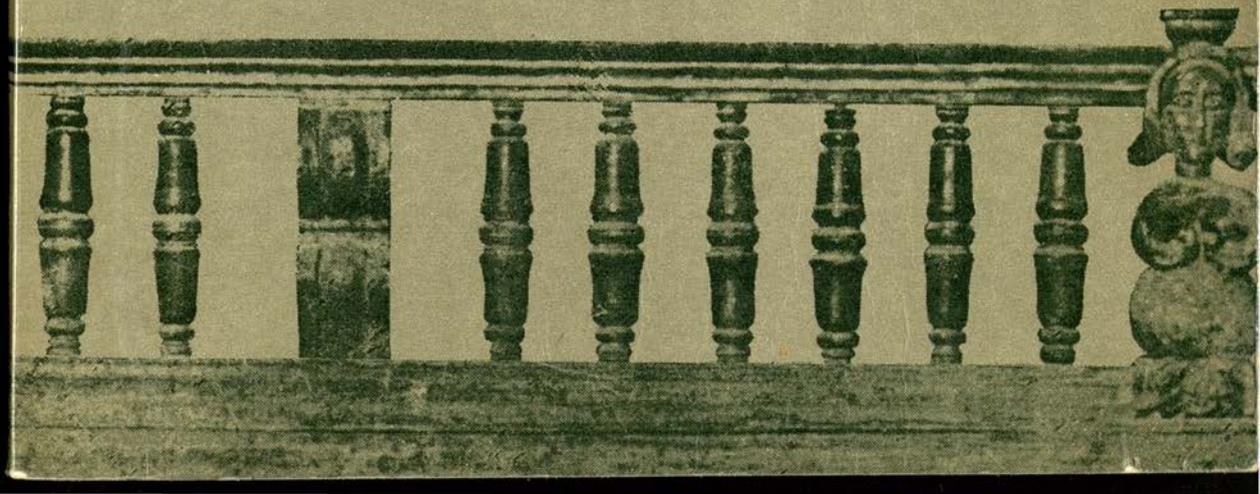


REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor : Prof. Dr. José Goldemberg

Vice-Reitor : Prof. Dr. Roberto Leal Lobo e Silva Filho

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

Diretor : Prof. Dr. Ruy Gama

Vice-Diretora : Prof^ª Dr^ª Heloísa Liberalli Bellotto

Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Avenida Prof. Mello Moraes, 1.235, Bloco D, 1º andar

Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"

05508 - São Paulo, SP - Brasil



VITAE

Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social

Publicação do
Instituto de Estudos Brasileiros da
Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

ARTIGOS

25 anos



ARQUIVO

Instituto de Estudos Brasileiros - USP

REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

Diretor:

Ruy Gama

Conselho Editorial:

Arlinda Rocha Nogueira
Cecília de Lara
Eduardo Kneese de Mello
Eduardo d'Oliveira França
Harumi Yamagichi
Heloísa Liberalli Bellotto
João Baptista Borges Pereira
José Eduardo Marques Mauro
José Jeremias de Oliveira Filho
Lucy Maffei Hutter
Marta Rossetti Batista
Milton Santos
Paulo Emílio Vanzolini
Telê Porto Ancona Lopes

Editora:

Rosemarie Erika Horch

Comissão de Publicações:

Benedicto Heloiz Nascimento
Liana Maria Salvia Trindade
Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick
Yêdda Dias Lima
Yone Soares de Lima

Supervisor de Editoração:

Mauro Marcos de Oliveira Bellesa

A Revista é indexada por: Bulletin Signalétique, Handbook of Latin American Studies, Hispanic American Periodicals Index (HAPI), Historical Abstracts e Sumários Correntes Brasileiros.

Capa:

Banca de Comunhão, Igreja de S. Miguel Paulista, séc. XVII.
“...a banca de comunhão de S. Miguel, como das mais antigas e autênticas expressões de arte ‘brasileira’, em contraposição à maior parte das obras luso-brasileiras dessa época, que se deveriam dizer – ‘portuguesas do Brasil’.” Arq. Lúcio Costa, *Arquitetura jesuítica no Brasil*.

Projeto gráfico: Eduardo Kneese de Mello e José Aderaldo Castello; fotografia: Benedito Lima de Toledo.

Abstracts e key-words: Suzel Ana Reily

Apoio: VITAE – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social.

SUMÁRIO

ARTIGOS

- Ana Maria Paulino* – Um pouco sobre “Campo, chinês e sono” 7
- Benedicto Heloiz Nascimento* – Estado intervencionista e empresa privada 15
- Flávio Azevedo Marques de Saes* – Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930) 29
- Heloísa Liberalli Bellotto* – Política indigenista no Brasil Colonial: (1570-1757) 49
- Ivone Daré Rabello* – “Reconhecimento de Nêmesis”: momentos do Grã Cão 61
- Maria Stella Orsini* – Maria Angélica Ribeiro: uma dramaturga singular no Brasil do século XIX 75
- Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick* – Toponímia e imigração no Brasil 83
- Marleine Paula Marcondes e Ferreira de Toledo* – “A hora e vez de Augusto Matraga”: do humano ao mítico 93
- Ruth Sprung Tarasantchi* – Paim, um artista nacionalista 101
- Suzel Ana Reily* – O canto da família: organização vocal nas Folias de Reis do Sudeste brasileiro 111
- Yone Soares de Lima* – Homenagem a Paim 125

COMUNICAÇÃO

- Ruy Gama* – Achegas para uma cronologia da História da Ciência, da Técnica e da Tecnologia no Brasil 145

DOCUMENTAÇÃO

- José Eduardo Marques Mauro* – Os pioneiros da eletricidade 169

RESENHAS

- CASTRO, Renato Berbert de. *Bibliografia de Luiz Viana Filho, 1930-1985*. Rosemarie Erika Horch 177
- DE BONI, Lufs Alberto, org. *Presença italiana no Brasil*. Arlinda Rocha Nogueira 179
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma*. José Sebastião Witter 180

- NOTICIÁRIO 185

Director
- Ray Gama

Comissão Editorial
- Adolpho Falcão
- Carlos de Lencastre
- Cláudio Manoel de Almeida
- Euzébio de Almeida
- Francisco de Assis
- Getúlio Vargas
- Heitor de Almeida
- José de Almeida
- José de Almeida

SUMÁRIO

ARTIGOS

7 Ana Maria Paulino — Um pouco sobre "Campo, cidade e zona"
Benedicto Hertz Nascimento — Estado intervencionista e empresas
13 privadas
Fábio Azevedo Marques de Sáez — Crédito e desenvolvimento em
29 economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930)
Helena Libéralli Belloni — Política indigenista no Brasil
49 Colonial (1570-1757)
Álvaro Dore Rabello — "Reconhecimento de Nêmesis": nexamentos de
61 Grã Cão
Marta Stella Orsini — Maria Angélica Ribeiro: uma dramaturga
73 singular no Brasil do século XIX
Mora Vicentino de Paula do Amaral Dick — Toponímia e linguagem
83 no Brasil
Maurine Paula Marcondes e Patrícia de Toledo — A hora e vez de
93 Augusto Marzagão: do humano ao mítico
Kath Spang Lenzwachtel — Pain, um artista nacionalista
101 Sissi Ana Rêly — O canto da família: organização local nas favelas
de Reis do subúrbio brasileiro
111 Para Soares de Lencastre — Homenagem a Paulo
123

COMUNICAÇÃO

125 José Gama — Acheugas para uma arqueologia da História da Ciência da
Técnica e da Tecnologia no Brasil

DOCUMENTAÇÃO

127 José Eduardo Witzler de Almeida — Os primórdios da etnohistória
RESENHAS: Renato Bichard de Albuquerque de Luis Viana Lima
130-192. Rosemarie Erika Horch
DE BOM, Luis Alberto, org. Vozes do Brasil no Brasil. Arquivos
Rocha Nogueira
HARDMAN, Francisco Foot Travassos. José Sebastião
Witt

NOTICÁRIO

135

UM POLEO SOBRE "CAMPO, CHINÊS E SONG"

Art. Maria Helena

RESUMO

Através da análise sintática e estilística dos poemas, bem como, segundo o autor, a interpretação sobre "Campo, chinês e song", poema do livro A Hora do povo (1942-43) de Carlos Drummond de Andrade e os poemas de Paulo de Siqueira, livro de 1949-51, de João Cabral de Melo Neto. Essa análise de com o significado através do estudo de "campos de visão" e de "campos de sentido" de Giuseppe Arca, sendo o primeiro termo a referência dos versos de Drummond. O significado de ser - linguagem estrutural - referência da ambigüidade de Deleuze e Guattari, de modo a explicar os campos de visão e de sentido de Siqueira e de João Cabral de Melo Neto. A análise da ambigüidade dos poemas, bem como, a referência dos poemas de Siqueira e de João Cabral de Melo Neto e a interpretação dos poemas de "campos de visão" e "campos de sentido" de Siqueira e de João Cabral de Melo Neto.

Palavras-chave: Carlos Drummond de Andrade - Poesia - Interpretação

A primeira impressão foi a de que reconheceria imediatamente o conteúdo de infância. Como aqueles versos de infância, quando o poema de Carlos Drummond de Andrade "Campo, chinês e song" começava com "campos de visão" e "campos de sentido", uma das palavras que foram interpretadas como a expressão "o lado esquerdo do poema" ou a "palavra do poema". Tratando-se, portanto, um poema de infância, uma hora, não.

ARTIGOS

(1) Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Letras e Ciências Humanas de UPE e pesquisadora titular do CNPQ.

ARTIGOS

UM POUCO SOBRE “CAMPO, CHINÊS E SONO”

Ana Maria Paulino*

RESUMO

Através da estética surrealista o texto procura estabelecer, num primeiro momento, a aproximação entre “Campo, chinês e sono”, poema do livro A rosa do povo (1943-45), de Carlos Drummond de Andrade, e as poesias de Pedra do sono, livro de 1940-41, de João Cabral de Melo Neto. Essa afinidade com o Surrealismo, através do recurso da “imagem dupla” e dos “quadros reversíveis” de Giuseppe Arcimboldo, é a base para a interpretação dos versos de Drummond. O ilusionismo na arte – tendência surrealista –, com as telas ambíguas de Dalí ou ainda, do mesmo Dalí, a série dos relógios maleáveis, atua também como elo entre o poema e a pintura. As descobertas de Freud sobre os sonhos (a ambigüidade dos sonhos), tão bem acolhidas pelos surrealistas, e os estudos de Jung sobre o inconsciente e também sobre os sonhos são ambos abordados. Ao final o texto propõe uma aproximação do “mistério” de “Campo, chinês e sono” com outros poemas de Drummond.

Unitermos: *Literatura brasileira – Poesia – Surrealismo*

A primeira impressão foi a de que reencontrava brincadeiras esquecidas na infância. Como aqueles jogos de esconde-esconde, o poema de Carlos Drummond de Andrade “Campo, chinês e sono” colocava-me diante dos olhos, através das palavras, uma daquelas gravuras misteriosas que convidavam a encontrar “o leão escondido na floresta” ou a “princesa sentada no jardim”. Traziam elas, disfarçadas nas linhas do desenho, uma figura “invi-

(*) Pós-graduanda na área de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e pesquisadora estagiária do IEB.

sível". E a melhor maneira de localizá-la consistia em olhar fixamente o quadro, abstraindo-se as linhas do primeiro plano. Magicamente, começava a delinear-se, como aparição durando instantes, aquela forma oculta que, cedendo lugar à paisagem primitiva, novamente desaparecia, possibilitando o retorno da outra. Assim, personagem e cena confundiam-se num jogo em que uma era a outra, indefinidamente.

Os versos de Drummond dedicados a João Cabral de Melo Neto, e que fazem parte do livro *A rosa do povo* de 1943-45, descrevem um cenário no qual, mimeticamente, repousa um chinês. Compõem um quadro, onde os mesmos traços que delineiam a personagem desenham também o campo e evocam o revelar-ocultar daqueles jogos ao destacar, nos versos, ora o campo, ora o chinês, mediados pelo sono. E é o sono que aproxima esse poema daquela fixidez hipnótica necessária para descobrir, como nos jogos infantis, a imagem escondida ao primeiro olhar. É o sono ainda que, nesse caso, aproxima Drummond e Cabral. Nada mais coerente. Esses versos retribuem, suponho, aqueles de *Pedra do sono*, de 1940-41, que o autor pernambucano dedicara ao amigo mineiro.¹

Livro escrito dentro da estética surrealista – que privilegia o sono, propiciador dos sonhos e das visões de delírio que aparecem nos estados de vigília –, *Pedra do sono* é todo perpassado por um clima alucinatório. Prova isso o poema “A André Masson”. Homenageando o pintor e ilustrador surrealista, evoca paisagem digna de um Bosch – tido como um dos precursores do surreal pelo adepto das tendências defendidas por Breton. “Peixes guerreiros”, “cavalos sonâmbulos”, “escafandros”, “formas primitivas” são personagens presentes tanto nestes versos de Cabral, como na tela “O Jardim das Delfcias” daquele pré-surrealista.

“Dentro da perda da memória”, outro poema do mesmo livro, mostra cenas hipnagógicas que nos aproximam das pinturas do Dali da década de 30. Na estrofe

“E do retrato nasciam duas flores
(dois olhos dois seios dois clarinetes)
que em certas horas do dia
cresciam prodigiosamente”,

as flores ao se transformarem em olhos, seios ou clarinetes, estabelecem a precedência de uma figura sobre a outra. Evocam assim os mesmos movimentos de aproximação – “cresciam prodigiosamente” – e recuo – “em certas horas do dia” (visto que cresciam em alguns momentos, deixam para o leitor a idéia de que retornavam ao tamanho natural – recuo) – necessários para revelar, como nos jogos de esconde-esconde, as imagens dissimuladas.

(1) Elo de ligação entre o poema de Drummond e o livro de João Cabral, o sono, como desencadeador do sonho e ligado ao Surrealismo, foi o ponto de partida para as considerações reunidas neste texto.

Idêntico artifício exigido para abranger o significado completo das obras de alguns surrealistas, entre os quais o próprio Salvador Dali.

Ainda desse livro de Cabral, no poema "Janelas" lemos:

"Há um homem sonhando
numa praia",

versos equivalentes a estes:

"Há um chinês
dormindo no campo",

do poeta mineiro.

O final do poema de Drummond,

"O campo está dormindo e forma um chinês
de suave rosto..."

é análogo aos versos que encerram "Janelas":

"e em forma de navio
há um [homem] que adormeceu".

Não é portanto casual a dedicatória de "Campo, chinês e sono" ao amigo. Para tanto, inspirando-se no primeiro livro de João Cabral, Drummond reproduziu versos com estruturas semelhantes. Também criou, "à maneira de", imagens/paisagens ambíguas, no mesmo clima de sono/sonho de Cabral e dos surrealistas.

Esse recurso na representação de um objeto que pode, simultaneamente, ser outro – uma das características que une os dois poemas – concorre também para aproximá-los de caminhos do surrealismo, caminhos, aliás, anunciados muitos séculos antes. Criar paisagens antropomorfas, explorar o manejo da "imagem dupla" ou dos "quadros reversíveis", em outras palavras, o "ilusionismo na arte", foram técnicas habilmente manejadas por adeptos e pelos precursores dessa estética. Os pequenos mestres flamengos destacaram-se na pintura de paisagens cujos componentes eram, ao mesmo tempo, seres humanos. Giuseppe Arcimboldo (1560-1587) sobressaiu-se com maestria no quadros reversíveis ou de imagem dupla.

Ao criar "O Verão" – personagem-título composta a partir de legumes, flores e frutas – ou "O Cozinheiro", quadro que, "visto num sentido, é uma travessa de vitualhas e, no sentido contrário, um cabeça grotesca", Arcimboldo foi, juntamente com outros, aplaudido e recebido como um dos anunciadores das idéias surrealistas que pleiteavam novos caminhos para a obra de arte.²

(2) ALEXANDRIAN, Sarane. *O Surrealismo*. Trad. Adelaide Penha e Costa. São Paulo, Verbo, Edusp, 1976. p. 18-9.

Através dessa concepção, inovadora para a época, o Surrealismo “erguia-se contra o mundo das aparências”, substituindo-o “pelo mundo das aparições”.³ E, com o Manifesto do Surrealismo de 1924, na França, seus seguidores entregaram-se às criações que valorizavam a imaginação e recorriam ao insólito dos sonhos. Acolhiam, então, os estudos de Freud nessa área, que estabelecia: “nos sonhos não se encontrará (...) uma representação isenta de ambigüidade”.⁴

Seguindo à risca essas palavras, Salvador Dalí realizou pinturas enigmáticas já a partir do título. Verdadeiros jogos de esconder nas quais explorava o ilusionismo, a ambigüidade.

Nessa linha, o quadro “Mercado de escravas com a aparição do busto de Voltaire” é dos mais conhecidos. Nele, aparentemente, o filósofo francês só está presente no título. Instigados pelo nome da obra, somos levados a descobrir a personagem dissimulada ao fundo. Como visão passageira ela delinea-se, revelando que duas das figurantes do segundo plano compõem, ao mesmo tempo, os olhos, nariz e boca do filósofo.⁵

Olhar experiente, Dalí descobria formas duplas nos objetos. De um prosaico selo africano, representando uma cabana rodeada de negros, saltou aos olhos dele o desenho de uma cabeça (depois passada para tela) semelhante àquela que Picasso criava na fase cubista.⁶

Assim, entre outras tendências, buscar e expor, através da arte, a face invisível das coisas faz parte das propostas surrealistas. E reafirma a estreita ligação dos seguidores dessa escola com as idéias e descobertas de Freud na sondagem do inconsciente.

“O sonho é ver as formas invisíveis”, afirma com sensibilidade Fernando Pessoa, harmonizando na síntese de um único verso arte e psicanálise, Freud e os surrealistas.⁷

Retomando “Campo, chinês e sono”

Uma rápida verificação dos verbos e tempos verbais, utilizados no poema, serve de apoio para algumas das idéias desenvolvidas neste texto.

Há uma predominância de verbos de ligação. “O campo é azul,/ [é] roxo também”. “O sono é perfeito”. “Peixes são fluidos”. Há ainda um emprego do auxiliar “ter” – “O campo (...) tem ar de ...”, com o mesmo sentido de um verbo de ligação. “O campo,/ o mundo e todas as coisas/ tem ar de [parece] um chinês”. E, abrindo o poema, um aparente uso do participio em “O chinês deitado no campo”. Na verdade uma elisão do verbo estar. Com o

(3) Idem. p. 51-2.

(4) FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias sobre psicanálise – sonhos*. Trad. Luís Meurer. Rio de Janeiro, Imago, 1976. p. 152.

(5) Tela comentada por PEÑUELA CANIZAL, Eduardo. *Surrealismo*. São Paulo, Atual, 1986. p. 51-2.

(6) Idem. p. 56-7.

(7) PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1981. p. 12.

acréscimo desse verbo de ligação, o particípio “deitado” passa a predicativo do sujeito. Nessa nova estrutura – “O chinês está deitado” – teríamos sujeito + v. de ligação + estado do sujeito. Idêntica composição de “O campo é azul”, mas uma inevitável quebra de ritmo, empobrecedora do poema.

Os verbos de ligação, ao contrário dos verbos de ação, transmitem a idéia de estado, permanência. Ao serem escolhidos para reproduzir a paisagem, repassam para ela essa sensação de imobilidade, caracterizando uma pintura traçada num quadro.

Nessa coerência do manejo adequado dos verbos, encontro a possibilidade para a afirmação. O poema, plasticamente, configura uma tela. As linhas – ou os verbos – desenham o chinês e o campo, matizados, requinte do autor, nas cores azul e roxa. Rodeado de mistério desde o início (um enigmático chinês, cujas linhas se prolongam formando o campo), esse mistério se adensa com o aparecimento do sono, e vão ambos – campo/chinês + sono –, pouco a pouco, envolvendo tudo. “O campo,/ o mundo e todas as coisas têm ar de um chinês/ deitado que dorme.”

Caminhando do menor para o maior – “campo”, “mundo”, “todas as coisas” –, sono e poema vão-se expandindo, até se cristalizarem na interrogação que toma todo o 7º verso. “Como saber se está sonhando?” A escolha do gerúndio mostra a intenção do autor de narrar, simultaneamente ao fato, a difusão progressiva das ondas do sonho, até que este se instale por completo.

A partir dessa pequena pergunta surge um outro componente – o sonho. E também um outro segredo, somado aos anteriores: campo/chinês e sono + sonho. Acrescido agora da dúvida: sonha? Desencadeadora de outras questões. Quem sonha? O chinês? O campo? Ou ambos?

O 8º verso – “o sono é perfeito” – sugere a abrangência total do sono. Segundo os especialistas, o sono percorre quatro estágios. No último, o de sono profundo, é que ocorre o “sono paradoxal” ou sonho. Portanto, os sonhos ocorrem somente quando o sono está, como no poema, completamente instalado.⁸

Na seqüência, temos a descrição de um mundo “absurdo”. O mundo onírico onde “formigas/ crescem, estrelas latejam,/ peixes são fluidos. E árvores dizem qualquer coisa”.

O elenco dos verbos usados aí – “crescem”, “latejam”, “dizem” – mostra serem todos (à exceção de ser) verbos de ação. Explicitam o pulsar da vida interior. A expressão fértil do inconsciente, ou “o elo entre o mundo racional da consciência e o mundo do instinto”.⁹ Opõem-se, dessa forma, à imobilidade que induz ao repouso (sono), sugerida pelos verbos de ligação nos versos anteriores. A opção pelo tempo presente, apontando a ocorrência do sonho no instante do discurso, reforça o gerúndio que, versos acima, anunciava a chegada dele.

“Portas para outros universos”, é como G. Suffert explica essa manifestação do inconsciente.¹⁰ Mas que mundos seriam esses? O poema, nos

(8) SUFFERT, Georges. A descoberta do papel dos sonhos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 out. 1984. Suplemento Cultura.

(9) JUNG, Carl G. et alii. *O homem e seus símbolos*. Trad. Maria Lúcia Pinho. 4. ed. São Paulo, Nova Fronteira. p. 47.

(10) SUFFERT, Georges. Idem, ibidem.

versos que finalizam a descrição do sonho – “E árvores dizem qualquer coisa/ que não entendes” –, não se propõe elucidar. Permanecendo na indefinição – “qualquer coisa”; e na negativa do esclarecimento, “não entendes” – concorre para manter o mistério.

Somados aos anteriores, esses novos enigmas colaboram para o maior deles – este cenário intrigante e estático que é, ao mesmo tempo, paisagem e chinês. “O campo está dormindo e forma um chinês”. Assim, esse poema de Drummond, parente próximo de uma tela impregnada de mistérios, aproxima-se da definição de pintura surreal, feita por S. Alexandrian. “Uma pintura que contém um segredo é, por definição, uma pintura surrealista”.¹¹

Esse poema-tela é percebido pelo leitor-espectador através dos movimentos de avanço e recuo. Como nas gravuras infantis ou nas obras surrealistas comentadas, o enfoque do poema é o olho que organiza a aproximação ou o afastamento necessários para destacar, ora a figura – “o chinês deitado” – ora o cenário – “o campo é azul”. Ambos embaralhados nos mesmos traços. “Há um chinês/ dormindo no campo. Há um campo/ cheio de sono”. E envolvidos por um clima onírico.

Personagem arredia, aparece e desaparece ao confundir-se com o campo, o final do poema lhe dá um ar de esfinge – “um chinês/ de suave rosto inclinado”. E introduz um último elemento – “o vão do tempo”. E, conseqüentemente um último enigma.

O que representa esse componente que fecha o poema? Como entendê-lo ou nomeá-lo? É espaço – “vão”? Ou tempo – “vão do tempo”? Ou espaço e tempo reunidos? Ou significaria a ruptura de ambos. Como constata o narrador de *Em busca do tempo perdido* ao comentar tempo e espaço no sono. “Um homem que dorme, mantém em círculo em torno de si o fio das horas, a ordem dos anos e dos mundos (...) essa ordenação, porém, se pode confundir ou romper.”¹² Cedendo então, o lugar ao oco, à ausência, ao “vão do tempo”? Ou ele é o próprio “vão”, o interregno, o tempo imobilizado no sono da personagem?

Mesmo sem responder a interrogações como essas, Salvador Dalí toca nesse ponto central do Surrealismo, nas considerações que escreveu sobre espaço-tempo. A respeito da famosa série dos relógios moles ou maleáveis, nos quais o tempo é abolido, indaga perplexo: “Como você espera compreender [minha pintura] se eu mesmo (...) que as pintei, também não as compreendo”. E arremata: “O fato de eu mesmo (...) não entender o significado das minhas pinturas não quer dizer que elas não tenham sentido; ao contrário, seu significado é tão profundo, complexo (...) involuntário, que foge à mera análise da intuição lógica...”.¹³

Diffícil, portanto, obter respostas para tais perguntas. O próprio Drummond se desconcerta quando em *Claro enigma* aproxima tempo de mistério, ao invocar o tempo – por si incompreensível – para explicar o obscuro.

(11) ALEXANDRIAN, Sarane. Idem, ibidem. p. 16.

(12) PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Trad. Mário Quintana. Porto Alegre, Globo, 1981. p. 12.

(13) A tradução é minha. DALÍ, Salvador. *La conquête de l'irrationnel*. 1935. In: NADEU, Maurice. *The history of surrealism*. New York, Collier Books, 1965. p. 308.

“Mistério é o tempo inigualável.” Acumulando enigma sobre enigma, deixa irrespondidas as várias dúvidas desse poema, cujo título “Perguntas em forma de cavalo-marinho” já pressupõe a interrogação.

Do mesmo livro, outros poemas encaminham-se para o inexplicável. “Sonetinho do falso Fernando Pessoa”, já de início, propõe um embaralhamento de idéias. “Onde nasci, morri./ Onde morri, existe.”/ E, nada esclarecedor, finaliza: “eis-me a dizer: assisto/ além, nenhum, aqui/ mas não sou eu, nem isto”.

Em *Novos poemas*, “O enigma”, texto que transmite perplexidade, afasta-se cada vez mais de uma possível revelação, quando afirma: “É mal dos enigmas não se deciframem a si próprios”. Texto intrigante, “O Enigma” prepara o leitor para o próximo livro, *Claro enigma*, contendo “A máquina do mundo”, poema altamente simbólico, que mostra o autor buscando “em vão o sentido das coisas”.¹⁴ Em “Perguntas”, do mesmo livro, encontramos alguém tateando uma resposta para indagações semelhantes. A dúvida, porém, prevalece quando esse alguém se descobre aturdido ao ponderar sobre o imponderável: “(...) acaso é responder/ a mistérios somar-lhes/ um mistério mais alto”. E, à maneira de Dalí, nas considerações sobre a estranheza da obra – “seu significado é tão profundo (...) que foge à (...) análise da intuição lógica” – também Drummond distancia-se dessa lógica, ao escolher um verso enigma para encerrar o poema.

Recebido em 9 de fevereiro de 1988.

ABSTRACT

Through surrealist aesthetics, this text attempts to establish parallels between a poem by Carlos Drummond de Andrade, “Campo, chinês e sono”, from the book A rosa do povo (1943-45), and the poems in Pedra do sono, by João Cabral de Melo Neto. By using “double images” and Giuseppe Arcimbold’s “reversible paintings”, this approximation with surrealism is also basis for interpreting Drummond’s verses. Illusionism – a common tendency in surrealism – which can be observed both in Dalí’s ambiguous paintings and in his well-known series of maleable clocks, acts also as a link between poetry and painting. Freud’s discoveries about the ambiguity of dreams which was well received by the surrealists and Jung’s studies on the unconscious and on dreams are also discussed. Finally the text suggests parallels between the “mystery” found in “Campo, chinês e sono” and some of Drummond’s other poems.

Key-words: *Brazilian Literature – Poetry – Surrealism*

(14) BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. 2. ed., São Paulo, Ática, 1986. p. 61.

ESTADO INTERVENCIONISTA E EMPRESA PRIVADA

Benedicto Heloiz Nascimento*

RESUMO

O Nacionalismo foi motor enquanto o protecionismo e a ação do Estado na vida econômica constituíram-se nos instrumentos do desenvolvimento das regiões que hoje constituem a parte rica do nosso mundo. Somente após terem alcançado essa meta é que essas nações tornaram-se favoráveis, mais no discurso que na prática, ao liberalismo econômico. Em países como o Brasil, a intervenção estatal, fiscalizada e partilhada com os sindicatos de trabalhadores, precisaria atingir diretamente as empresas de grande porte, deixando campo livre para operação daquelas de tamanho médio e pequeno a fim de garantir uma maior flexibilidade e maneabilidade à economia.

Unitermos: *Política econômica – Desenvolvimento econômico – Intervenção estatal – Nacionalismo – Protecionismo – Pequenas empresas*

A sociedade manufatureira teria crescido e se desenvolvido graças à proteção e impulso recebidos do Estado. Aqui, a superestrutura social tornar-se-ia determinante e construtora da infra-estrutura à medida que, em muitos casos, seria a responsável pela própria instalação e formação de manufaturas e pela produção, de modo geral. Dessa maneira, seria o mercantilismo em sua forma mais evoluída, como um sistema de amparo e estímulo das forças produtivas, o responsável pelo sucesso do capitalismo e da própria Revolução Industrial que surgiria primeiro na Inglaterra, atingindo mais tarde outros pontos do planeta. Aí teríamos lugares premiados por momentos prolongados

(*) Professor Assistente Doutor do IEB (área de História).

de autonomia e, por isso mesmo, dotados de uma classe dirigente mais independente, objetiva, prática, interessada na modernização da produção, promoção do progresso e da capacidade criadora nacional.

Somente depois de alcançada uma posição privilegiada, já com a Revolução Industrial em pleno curso, é que começariam a surgir em nível discursivo e teórico reivindicações de liberalização e redução do controle da economia pelo Estado. Isso ocorreria unicamente após o novo sistema comercial, financeiro e produtor ter-se firmado em um território geograficamente bem localizado e de haver iniciado processo de renovação tecnológica garantidor e amplificador da predominância econômica da Inglaterra sobre as outras nações.

Mesmo assim, o atingimento das condições reclamadas seria lento no país mais desenvolvido do planeta, servindo, a doutrina econômica liberal, além de liberadora das forças produtivas no Centro industrializado, também, de instrumento de dominação. Ela induzia outros países a desarmarem-se frente às investidas e preponderância da Grã-Bretanha, onde já havia retirado do trabalhador qualquer proteção e possibilidade de reação permitidas pela existência de antigas corporações de ofício. Nesse Centro Fabril a coerção do rico sobre o pobre, do patrão sobre o trabalhador, ganharia novo aspecto e maior brutalidade, até começar a ser inibida pela atuação dos sindicatos operários. Situação que teria seu paralelo a nível externo com o recrudescimento dos movimentos de independência e conseqüente descoberta da desvantagem advinda da manutenção de colônias. Seria mais remuneradora a exploração de regiões economicamente dependentes que assumissem por sua conta e risco os custos de sua administração, construção de infra-estrutura econômica, defesa e controle policial. As classes dirigentes desses territórios tornar-se-iam as responsáveis diretas pela pobreza do povo, além de objeto único do desgaste resultante de uma política mal aplicada e/ou desastrosa. Agora a nação dominante, livre dos custos de contenção dos anseios de liberdade política de antigas colônias, mantém-se como instância de apelação, fornecedor de produtos industrializados, serviços técnicos e capitais para uma região cujas debilidades transformam a independência arduamente adquirida em pouco mais que simples formalidade.

Desse modo a nova organização da produção exigiria para sua plena implantação e destruição da ordem antiga, inibidora da ação dos processos e técnicas surgidos com a inovação tecnológica e organizacional da atividade econômica, a partir do último quartel do século XVIII. Entretanto, essa busca de liberdade de movimentos seria unilateral, sectária e periódica, pois os novos detentores dos fatores de produção passariam a exigir, sempre que se sentissem fracos ou ameaçados, a proteção do Estado, organismo que, com o tempo, também seria levado a intervir para reequilibrar a vida econômica afetada pelas lutas e crescimento desproporcional de empresas ou setores produtivos, assim como pela necessidade de suavizar e organizar os choques entre sindicatos de trabalhadores e empresas. Voltar-se-ia, então, à regulamentação e intervenção na vida social, apenas em forma, nível e dimensão diferentes.

A estruturação da economia em pequenas organizações tenderia a desaparecer, ficando esses organismos jogados para uma posição secundária, sobrevivendo com grandes dificuldades. A regra seria a grande empresa, predominaria o monopólio ou o oligopólio, que operam unidades de grandes

dimensões a fim de obter o máximo de resultado em economias de escala, que se utilizam do Estado para fornecimento de infra-estrutura, economias externas, controle e absorção das deseconomias externas, resultantes de sua atuação de caráter predador frente à natureza e à vida na Terra.

Com isso queremos dizer ser a necessidade de liberdade para a atividade econômica restrita a curtos períodos de tempo, precisão que poderia perfeitamente acabar substituída por uma orientação permanente, mas dotada de flexibilidade e sensibilidade para aproveitar as oportunidades e estimular o progresso.

Entretanto, para que tal organismo operasse sem maiores problemas, iríamos necessitar de meios garantidores dessa maleabilidade e do preparo preciso para enfrentar e tirar proveito das possibilidades de mudança e aperfeiçoamento, ao mesmo tempo que corrigisse e eliminasse parte dos efeitos e resíduos indesejáveis assim gerados.

Para isso, ao lado da empresa pública e privada de grande porte, operando num regime de intervenção e planejamento governamental, precisaríamos contar com agentes de pequenas dimensões, dotados de muita liberdade e rapidez para movimentos eficientes. Daí então decorreria a necessidade de manutenção e mesmo de promoção da existência de empresas de tamanho médio, pequeno e microcômico, reduzida a uma pequena família e seu chefe ou a uma única pessoa operando solitária. Entidades que atuariam como válvulas de segurança, limpadoras e lubrificadoras da estrutura econômica, ao mesmo tempo que passíveis de converterem-se em fatores de inovação e bases, para mudança. Naturalmente, essas empresas tenderiam a ser dotadas de períodos curtos de sobrevivência, num movimento de renovação permanente, resultante da simples mortalidade, como também da passagem para outro nível, ao mesmo tempo que surgiriam novas unidades. Elas operariam nas margens e nos poros formados entre as firmas de grande porte, constituindo-se numa espécie de "região" elástica e maleável da estrutura econômica de uma nação. Sobreviveriam de migalhas e resíduos deixados pelas suas irmãs de maior porte e pelos próprios consumidores, impossibilitados ou inaptos para assumir a tarefa de reaproveitá-los, quando não se constituíssem em fornecedoras de peças, partes e serviços para unidades maiores ou operassem como micromontadoras, permitindo, ainda, aumentos e reduções mais rápidos de produção.

Para sobreviver, a empresa pequena e microcômica, muitas vezes, opera de maneira informal, à margem da lei e escondida dos órgãos públicos de fiscalização e estatística, a fim de evitar o ônus representado por taxas, impostos, previdência social e satisfação das regras da burocracia oficial.¹ Graças a elas e justamente devido à sua atuação subterrânea obter-se-iam agentes econômicos dotados de maior maneabilidade e flexibilidade de ação, possibilitadora de um uso mais completo e duradouro de tudo que foi gerado

(1) Segundo Evandro Peçanha Alves, secretário executivo do CEAG-Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Rio de Janeiro: "O excesso de impostos e encargos com base na folha de salários e uma legislação das mais atrasadas do mundo ocidental para pequenas e médias empresas são os principais inibidores da regularização das firmas de 'fundo de quintal' no Brasil. O resultado dessa política é que o país possui cerca de 1,5 milhão de empresas clandestinas..." *O Estado de S. Paulo*, 10 nov. 1987, p. 33.

no processo de produção e acumulação de riqueza. Essas firmas, juntamente com o agente econômico autônomo, muitas vezes, fariam uso daquilo que seria considerado refugio pelas maiores, trabalhando com produtos simplesmente rejeitados pelas dificuldades de aproveitamento ou considerados destituídos de utilidade. Estes seriam os operadores encarregados do processo de reciclagem ou que tornariam possível essa operação. Utilizar-se-iam daquilo que, como lixo, constituir-se-ia em poluente e também da própria mão-de-obra recusada pelo mercado normal de trabalho, como aposentados, deficientes físicos, velhos e crianças desprovidas de outros meios de sustento. Consegue-se aí fugir da rigidez de problemas de tempo, de esquemas, soluções, usos e otimizações da produção em grande escala. Por isso um "sopro de liberalismo", devidamente controlado e ministrado, poderia ser entendido como um fator de lubrificação e oxigenação dos aparelhos produtor, mercantil e financeiro, após um período de crescimento intenso debaixo de um regime altamente intervencionista como foi o mercantilismo e hoje são as economias planejadas e/ou com alto grau de estatização. Essa abertura periódica para uma atividade privada menos restringida deveria ocorrer através da promoção das empresas de médio e pequeno porte, ao mesmo tempo que fosse estimulada e provocada a racionalização e reorganização do trabalho nas de grande tamanho, públicas e privadas, no sentido da busca de um aumento de produtividade, redução de custos de fabricação e operação e melhor adequação social da produção. Seria necessário, portanto, inverter a tendência desses organismos de procurarem sempre resolver seus problemas de caixa através do aumento de preços de venda e/ou empréstimos bancários crescentes, cujo pagamento se eterniza e tem custos que acabam também incorporados aos preços dos produtos quando não são cobertos por subsídios governamentais que requerem mais impostos a serem pagos pelo povo ou contribuem para a dilatação do déficit público.

Torna-se importante o aproveitamento daquele refugio ainda útil de modo a conseguir-se maior produtividade, com redução dos custos, empresarial e social, de produção. Obtém-se, assim, uma reciclagem de mercadorias que, de outra maneira, exigiriam gastos adicionais, para serem jogadas fora, além de custos sociais sob a forma de poluição, provocando redução da qualidade de vida, doenças querendo tratamento e terrenos, cursos e bacias hidráulicas inutilizados para uso humano ou industrial. Isso quer dizer que se passaria a reciclar matéria que de outra forma constituiria lixo e detritos, cuja eliminação seria dispendiosa, além de provocar custos sociais adicionais. Estes materializar-se-iam numa escala maior, em poluição generalizada que poderia estar contribuindo para reduzir a riqueza disponível à medida que destroem a vida, inutilizam bens ainda livres como água e ar, os quais, pelo me-

nos no caso da primeira, já exigem altos custos para serem transportados e recuperados a fim de se tornarem compatíveis com os padrões mínimos requeridos para o seu uso e consumo.

Esse efeito perverso da produção de riqueza por mãos humanas teria ficado praticamente incógnito ou mascarado por muito tempo porque custos desse tipo tenderiam a permanecer fora do cálculo empresarial. Eles constituiriam deseconomias externas das quais não se cuidaria ou, quando necessário, acabariam tendo os gastos de recuperação socializados. Essa perda, repartida por toda a comunidade seria na maioria das vezes uma maneira cara de jogar fora substâncias e objetos que facilmente seriam transformados em matérias-primas e fontes de energia adicionais a serem reintroduzidas no processo produtivo ou que poderiam ser simplesmente usados, já da primeira vez, de forma mais eficiente e racional. Contudo, nesse caso, certos custos tenderiam a crescer, à medida que exigissem equipamento, mão-de-obra, energia e espaço para armazenamento, além de algum outro insumo, adicionais. Por outro lado, ocorreriam possibilidades de obter grandes poupanças de energia e dispêndio de divisas com o simples reaproveitamento de sucata na fabricação de metais, por exemplo. Com isso verificamos que boa parte da eficiência e ganhos de nossas empresas são aparentes, ou melhor, existem apenas porque elas operam de maneira predatória em relação aos recursos recebidos e à própria natureza. Elas geram deseconomias externas que por enquanto seriam apenas parcialmente aliviadas pela ação de firmas complementares e/ou menores, que trabalhariam fração do refugo gerado no processo produtivo, o qual em boa parte seria colhido por um batalhão de miseráveis para cuja sobrevivência restaria apenas a atividade, de alto risco, de coletores individuais de lixo.

Todas essas entidades gozariam de uma situação privilegiada graças ao uso de infra-estrutura e economias externas criadas diretamente pelo Estado ou por empresas de sua propriedade e mesmo firmas privadas, geralmente de grande porte. Assim a eficiência desses organismos resulta principalmente de um mecanismo de exteriorização de custos e internalização de ganhos. Isso possivelmente teria muito a ver com a sobrevivência de empresas de reduzido tamanho vivendo nos poros e espaços de acomodação deixados entre os grandes estabelecimentos operando numa determinada época e lugar. Assim, também, se explicaria, em boa parte, a existência de empresas estatais com rentabilidade negativa e o próprio déficit do Governo que precisa corrigir essas falhas e subsidiar as atividades privadas.

Dessa maneira o intervencionismo econômico e a ação direta do Estado como construtor e empresário constituir-se-iam numa maneira de tornar possível ou mais facilitado o surgimento ou sobrevivência de um setor privado nacional ou mesmo alienígena. Ele não apenas organiza e corrige falhas como também cria as condições mínimas garantidoras da lucratividade dos últimos amparando-os, fornecendo recursos, insumos e mesmo bens patrimoniais, em operações que mais do que subsidiadas têm o caráter de verdadeiras doações. O Governo presenteia terrenos, constrói redes de água, esgoto e de transmissão de energia, que é fornecida a preços baixos, proporciona empréstimos a juros reduzidos e/ou serve de avalista para aqueles feitos no exterior, além de permitir que detritos e resíduos da produção sejam abandonados em qualquer lugar, sem que haja a menor preocupação em reciclá-los ou torná-los inócuos para o homem e o ecossistema natural, quando não provi-

dencia ele próprio essa retirada, responsabilizando-se pelo seu depósito em terrenos, que assim ficam inutilizados para outro uso.²

Essa ação governamental, se bem que imprescindível para dar início ou prosseguimento a um processo de desenvolvimento econômico, pode, caso não seja bem conduzida ou atendida a necessidade de interromper a sua continuidade ou alterar seu rumo, resultar em deformações e anomalias no funcionamento tanto no setor estatal quanto no privado. Este tenderia a esperar e requerer permanentemente favores do poder público, que só se justificariam como incentivo à indústria nascente, deixando assim de fazer o esforço necessário ao seu crescimento posterior bem como o "pagamento" à sociedade pelo auxílio recebido. Ajuda que muitas vezes tende a ser dada a empresas estrangeiras, que retribuem o obséquio crescendo às custas de capital acumulado no país receptor, remetendo lucros para suas matrizes, fazendo uso de subfaturamento nas exportações e superfaturamento nas importações, retardando o processo de nacionalização da mercadoria que fabrica, sufocando o desenvolvimento da indústria de bens de capital e da tecnologia local.³ A isso deve-se acrescentar a ameaça periódica de se retirar do país, aí deixando apenas desempregados, fora a tendência de produzir mercadorias concebidas para seus lugares de origem, geralmente pouco adequadas ao hospedeiro dessas filiais. Instituições que procuram forçar importação de peças, partes, máquinas e ferramentas, além da obtenção de empréstimos no exterior, ao mesmo tempo que passam a adquirir empresas locais e/ou cortar suas possibilidades de crescer ou mesmo de nascer.

Ter-se-ia uma concentração econômica privilegiando as empresas estrangeiras que sozinhas ou ligadas a sócios locais menores tenderiam a controlar setores inteiros da economia nacional. O único empresário capaz de se contrapor a esse poder seria o Estado, que no entanto acabaria por subsidiá-lo, inclusive chegando a associar-se com o mesmo, em condições favoráveis a esse alienígena. Parceiro que juntamente com outros de origem semelhante, mais o setor privado nacional, então favorável ao capital estrangeiro,

(2) Chefes políticos locais também não escapariam desse afã em servir e premiar grandes investidores. No último trimestre de 1987 o prefeito de Paraisópolis, MG, estaria, segundo notícia de *O Estado de S. Paulo* de 04/11/87, p.22, tentando adquirir terreno do Ministério da Aeronáutica para doá-lo à General Motors. Essa "montadora de veículos que está adquirindo da Ericsson superfície de 100.000 metros quadrados, mais as instalações de 12.000 metros quadrados de área construída, ainda vai receber da prefeitura uma área, ao lado, de 50.000 metros quadrados, onde funcionou por muitos anos o aeroclube da cidade..."

(3) "... no Brasil durante o período 1920/1966 a renda líquida de fatores no exterior (457,1 milhões de cruzeiros novos a preços de 1950) ultrapassou do dobro da contribuição do capital estrangeiro para o total de recursos para a formação de capital (190,2 milhões de cruzeiros novos a preços de 1950)." NASCIMENTO, B. H. *Formação da indústria automobilística brasileira*. São Paulo, IGEOG-USP, 1976. p. 127-9. "Enquanto o brasileiro paga Cz\$ 438.454,64 por um veículo Prêmio da FIAT, movido a gasolina (sem o compulsório), o Duna, modelo similar de exportação, com vidro climatizado e cera protetora, está saindo do porto de Santos, com destino à Itália, por apenas Cz\$ 42.283,87", conforme matéria, com fotografia da nota fiscal nº 341.958 expedida pela FIAT, publicada em *O Estado de S. Paulo* de 27/06/87, p. 22, e de 02/07/87, p. 24.

com quem aparece freqüentemente em empreendimentos comuns, tentaria, quando comesçassem a escassear as oportunidades de investimento subsidiado, apossar-se das empresas estatais, levantando a bandeira da privatização. Movimento feito em nome de uma suposta eficiência superior do liberalismo e da empresa privada, que agora começaria a prescindir de maior ajuda do Estado e suas empresas que, de constituídas para ocupar setores desprezados pelos particulares, podendo assim apoiar e supri-los de insumos e recursos, passam a ser alvo da cobiça das empresas privadas nacionais e principalmente estrangeiras que ajudaram a nascer e crescer. Firms que passariam a ver esse setor público de produção como rica e indefesa fronteira para uma rápida e fácil expansão possibilitadora da satisfação de sua avidez de novos ganhos. Vantagens que além de monetária seriam também em termos de maior poder e controle sobre a sociedade, à proporção que os compradores de estatais tenderiam a ser grupos já bastante fortes, constituídos por empresas estrangeiras ou privadas nacionais a elas, de alguma maneira, associadas. Disso resultaria, para o Governo, a perda do instrumento com que poderia exercer alguma ação ou planejamento imperativo, ao mesmo tempo que as ligações de dependência econômica ficariam melhor e mais fortemente amarradas.

Com isso o nível de liberdade, traduzida por flexibilidade e maneabilidade da economia, pouco ganharia, pois persistiria a característica, que não deixaria de ser acentuada, expressa na existência de empresas de grande porte e monopolísticas. Estabelecimentos que entravariam ainda mais o funcionamento das forças de mercado apesar de não deixarem de ser necessários, a fim de se obterem economias de escala na produção e utilização máxima da vida útil dos equipamentos. Eles acabariam, nessa busca de lucro, por dificultar a padronização necessária, à medida que os principais fabricantes do Mundo Rico tenderiam a dominar os setores produtivos da Periferia, impondo, ao mesmo tempo, as formas de produção e hábitos de consumo, nem sempre os mais convenientes para eles próprios, de seus lugares de origem. Fabricar-se-ia, assim, grande diversidade de tipos, modelos e marcas de um mesmo produto, que rapidamente seriam substituídos por novas variações, num desperdício imposto pelas multinacionais aos seus hospedeiros, do que a indústria automobilística brasileira constituir-se-ia num exemplo bastante típico.⁴ Aqui teríamos grande desbaratamento de recursos, aliado à confecção de mercadorias pouco adequadas às reais necessidades da população nacional e a uma ação inibidora do progresso tecnológico e científico do país. Este continuaria importando conhecimento, projetos, equipamentos, peças e partes, internalizando uma tecnologia, muitas vezes, apenas aparentemente nova. Com isso os meios para o desenvolvimento da inteligência e criatividade locais estariam bloqueados, ficando estas últimas inibidas e embotadas, devido a adoção direta de produtos e invenções ou uso servil de tecnologia elaborada no Centro. Restariam, então, instituições que, conforme conveniências e vantagens de suas matrizes ou de outra unidade no exterior, tenderiam a produzir dentro ou fora do país, a aumentar ou reduzir o grau de nacionalização de seus produtos, a exportar ou importar. Assim, muitas vezes, dar-se-ia existência a problemas graves de desemprego, balanço de co-

(4) NASCIMENTO, B. H. op. cit. p. 105-6.

mércio e dívida externa. Cria-se uma situação de instabilidade e ausência de defesa da economia nacional, fazendo com que setores inteiros de produção permaneçam com alto nível de ociosidade, enquanto a nação importa as mesmas mercadorias para cuja fabricação eles foram montados.

Desse modo, para aumentar a taxa de lucro de grandes empresas multinacionais, todo um país e sua população enfrentariam problemas difíceis de resolver e que abalariam todas as suas estruturas, econômicas, políticas e sociais, conduzindo o povo a um pauperismo, em meio a uma abundância que acaba drenada para o exterior, após deixar alguns ganhos extras, nas mãos de uma minoria colaboracionista com o estado de coisas vigente e por isso mesmo privilegiada com essa bonificação.

Tudo seria feito em nome da eficiência e para a empresa privada. Entidade que aparenta uma produtividade e eficácia maiores que aquelas socialmente verdadeiras. Sua pretensa superioridade em boa parte seria contrapartida do aproveitamento de infra-estruturas e economias externas, da socialização de deseconomias externas, da exploração predatória da natureza e mais intensiva da mão-de-obra, ao lado de pagamento de salários baixos e ausência ou escamoteação de benefícios sociais ao trabalhador. Vantagens que apenas seriam oferecidas pelo Estado e organizações proletárias ou por coação desses agentes, enquanto a maior consideração pelos recursos da terra e meio ambiente só resultariam da perspectiva de sua exaustão, de doenças e mal-estar provocados, aliados à movimentação de grupos de defesa ecológica.

De modo geral podemos dizer que boa parte dos vícios e defeitos de empresas privadas e públicas tendem a ser os mesmos, decorrendo ordinariamente da dificuldade e dos problemas resultantes, principalmente, do porte das mesmas e da separação entre propriedade e gestão. A principal diferença residiria no fato das firmas particulares apropriarem-se dos setores mais rentáveis e de evitarem internalizar qualquer custo que possa ser socializado, além de valerem-se de economias externas, infra-estruturas e subsídios proporcionados pelas estatais e diretamente pelo próprio Governo.⁵

Por outro lado, a submissão da empresa pública às variações de objetivos e de grupos no poder deixa-a carente de uma administração mais estável, adequada e interessada pelos seus problemas e necessidades. As suas chefias tendem a ser escolhidas mais por critérios políticos que de competência técnica e profissional. Não se cuida de raciocinar em termos de qualificações específicas necessárias ao bom desempenho das funções de gerenciamento, que também requer um mínimo de tempo de permanência no cargo e uma ótica que, pelo menos, valorize e determine para o patrimônio público igual intensidade de cuidados que para o privado.

(5) "O Conselho Monetário Nacional acabou aprovando no final do mês passado (outubro de 1987) o empréstimo (de quantia equivalente a US\$ 50 milhões, do Governo Federal) para a Transbrasil (companhia privada de transportes aéreos) com juros abaixo dos praticados pelo mercado." NASTARI, J. Plano Bresser está em jogo. *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1987, p. 52.

A empresa estatal seria, ainda, a maneira mais vigorosa e direta de controlar e conduzir a economia nacional, não existindo, todavia, necessidade de ela estender-se por todos os setores ou firmas de um mesmo setor. Limitando-se às empresas e unidades de grande porte e/ou pioneiras, constituindo entidades tendentes a operar, antes de tudo, nos vazios deixados pelo setor privado, seja por falta de interesse de empresários preocupados em se ocupar de uma porção mais rendosa da atividade produtora e do mercado, seja pela falta de recursos para suportar investimentos vultosos, requerendo grandes prazos de maturação.

Ficaria, portanto, esse setor estatal praticamente encarregado de puxar e amparar a atividade econômica do país, produzindo e criando condições para que os particulares também procedam dessa forma. Residindo aqui mais um fator explicativo da dificuldade do primeiro apresentar um bom desempenho, gerando lucros e ganhos adicionais para o Governo, pois dentre suas funções figuraria a de facilitar e subsidiar a produção privada garantindo o fornecimento de insumos a baixo preço.

Dessa maneira o Estado e a Empresa Pública supririam as deficiências de uma classe que teria dificuldades para aprofundar o processo produtivo, encaminhando, assim, mais decidida e rapidamente a formação de uma indústria de base e de bens de capital. Setor que, pela sua ausência e diminutas proporções, caracterizaria uma falha decorrente de industrialização incipiente e fraca, onde predominaria uma mentalidade excessivamente mercantil, para a qual a decisão entre importar ou produzir no país seria uma questão de menor ou maior oportunidade de ganho. Aqui produzir significaria mais uma montagem com um mínimo de fabricação local de peças, partes e ingredientes usados como insumos. Teríamos ainda a produção no país encarada, pelas empresas estrangeiras e mesmo nacionais, como maneira de contornar barreiras ou dificuldades ocasionais de importação.⁶ Atitude que, possivelmente, seria mais acentuada nas firmas nacionais associadas a capital externo do que naquelas que permanecessem fora dessas ligações. A ação ocorre em termos de possibilidades de obtenção no estrangeiro de insumos mais baratos, inclusive peças e partes importadas a custos mais baixos que os do produto final.

Por outro lado, poderíamos, também, ter um esquema de ação montado com o objetivo de facilitar a exportação de mercadorias industrializadas após incorporar o trabalho de uma mão-de-obra sub-remunerada, economizar em instalações para tratamento de detritos e beneficiar-se de subsídios governamentais. Vantagens que, igualmente, ficariam acrescidas de isenções, comumente obtidas, de impostos, taxas e tarifas para operações, que também costumam ser subfaturadas, enquanto o preço dos insumos importados pode estar artificialmente acrescido, e o mercado local ficaria aberto para produção da Matriz ou empresa estrangeira exportadora.

Dentro deste contexto podemos colocar a busca de empréstimos no exterior que acabam por forçar a importação de bens de capital, equipamentos e

(6) Conforme D. M. Phelps (*Migration of industry to South America*. New York, McGraw-Hill, 1936. p. V, 57, 72, 80), o estabelecimento de fábricas subsidiárias no exterior permite contornar e usar em benefício próprio as barreiras artificiais ao comércio, reduzir custos e problemas de transporte, armazenagem e acabamento. Ele participa da natureza do comércio internacional e do investimento estrangeiro.

serviços, muitas vezes produzidos, ou passíveis de facilmente o serem, no país. Cria-se uma dívida em moeda forte estrangeira, sem qualquer necessidade real, apenas para atender a importações desnecessárias ou até mesmo prejudiciais à economia nacional, a preconceitos doutrinários pseudocientíficos e/ou a pretensão de impor um ritmo exageradamente acelerado a um crescimento que seria mais consistente e adequado em velocidade mais reduzida, depois de melhor pensado.⁷

Procura-se afastar a atenção da possibilidade de ampliação do mercado interno ao mesmo tempo, e por isso mesmo, que a única forma de visualizar uma redução de custos de produção parece materializar-se na importação de insumos baratos. O país ficaria cada vez mais atrelado ao comércio exterior deixando-se de cuidar melhor das vendas para sua população, as quais exigiriam pagamentos de maiores salários e permitiriam um desenvolvimento melhor sustentado e adequado às suas condições intrínsecas.

Nesse contexto, o Estado precisaria suprir a atividade de um empresário do carente de vontade e mesmo visão de maior alcance para perceber as vantagens de lutar por um mercado interno ampliado e protegido e de trabalhar por uma sociedade mais rica e equilibrada. Economia que proporcionaria um retorno muito maior para o capital, que não raras vezes acaba desperdiçado, em consumo conspícuo, por uma classe que tenderia a só compreender investimento de grande volume e tempo de maturação quando socializado através do Governo. Organismo que inclina-se a embarcar nessa verdadeira onda de comportamento irrefletido, ditado em boa parte por instituições do Centro, interessadas apenas em vender suas mercadorias para o entorno subdesenvolvido e manter seu domínio sobre o mesmo. Condição obtida com o concurso de suas filiais instaladas nos territórios das nações pobres do planeta, dispostas a trabalhar e influenciar qualquer elemento sensível às suas causas e interesses. Para isso, elas contariam, também, com a colaboração de Governos e órgãos públicos de seus países de origem, inclusive embaixadas e consulados localizados na região receptora.⁸

Desse modo a possibilidade de o Estado operar como agente determinante de ação e comportamento social, além de produtor de mercadorias, infra-estrutura e economias externas, ficaria prejudicada ou realizar-se-ia em benefício dos enclaves externos implantados no país e de suas matrizes no Mundo Central.

Esse processo pelo qual uma superestrutura organizadora poderia gerar e desenvolver uma infra-estrutura produtora, criando indústrias, formando

(7) "O Ministério do Planejamento levou nos últimos anos as empresas estatais (federais) e algumas estaduais a fazerem dívidas superiores a US\$ 8 bilhões no exterior, comprando equipamentos adiáveis ou dispensáveis, a fim de levantar recursos paralelos em dólares para cobrir os compromissos financeiros internacionais (brasileiros)." TAMER, A. País compra US\$ 8 bilhões de supérfluo para sustentar a dívida. *O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 1984.

(8) No dia 27/11/87, Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores e Deputado Federal, "recebeu em seu gabinete o conselheiro político da Embaixada dos Estados Unidos, James Creagan, para tratar das demissões na Autolatina, empresa que congrega a Ford e a Volkswagen". LIMA, J. L. V. O verdadeiro sindicalismo. *O Estado de S. Paulo*, 10 nov. 1987, p. 25.

mão-de-obra e promovendo o desenvolvimento tecnológico e científico, num país subdesenvolvido dependente, seria inibido e distorcido. Desvio que aí seria promovido e ampliado pela ausência de liberdade de opção dessa sociedade, onde ao Estado caberia a prioridade de ação para reformular, modernizar e conduzir uma verdadeira revolução cultural. A ação promotora e protetora da superestrutura econômica e social, materializada através do Estado, tenderia a beneficiar o investidor estrangeiro e a favorecer a desnacionalização dos organismos ainda não atingidos pela força dominadora do Centro. Força que penetra no aparelho governamental, nas escolas, veículos de comunicação, além de empresas, usando para isso todos os meios à sua disposição, desde recursos monetários até a difusão de ideologias de caráter internacionalista e liberal. Sistemas de idéias pregados de forma distorcida e fora do seu contexto histórico, como maneira de retirar o ânimo para lutar e mesmo a capacidade de visualizar a possibilidade e necessidade de defesa da nação subdesenvolvida. Para esta seria, assim, negada a oportunidade de utilização do nacionalismo e da vida autônoma de que no passado e mesmo nos dias de hoje, largamente se socorrem os povos agora dominantes e prósperos.

Naqueles lugares começariam, inclusive, a surgir situações e focos de ordem patológica que acabariam por deformar a estrutura social e prejudicar o bom entendimento entre as pessoas, além do funcionamento adequado de unidades econômicas. Para isso contribuiriam as empresas estrangeiras que não hesitariam em apelar para uma política de emprego de mão-de-obra de cunho racista. Ação que seria aplicada de maneira silenciosa, através de normas internas não escritas, ao contratarem, para os cargos de direção, chefia ou de maior importância na firma, pessoas da mesma nacionalidade da empresa. Constituir-se-ia uma preferência que, no caso de existência de minorias étnicas do país sede da Matriz, beneficiaria de modo discriminatório todos aqueles de idêntica origem, pois ao empregarem alguém do país receptor, a escolha tende a recair sobre um descendente daqueles imigrantes. Grupo que teria as melhores posições garantidas em todos os níveis e que receberia cobrança e estímulo permanentes, através dessas entidades, para manter os costumes e modo de vida, além da língua de seus progenitores. Desse modo as filiais de empresas estrangeiras, onde se destacariam as japonesas, procurariam contratar a maioria dos seus empregados entre imigrantes de igual procedência e seus descendentes, deixando apenas uma pequena parcela de postos de trabalho, geralmente os de caráter inferior e pior remunerados, para o resto da população local.⁹ Tal discriminação reforçaria uma divisão da sociedade em diferentes grupos étnicos, contribuindo para manter e reavivar o quadro descrito por Dean ao tratar das origens sociais da burguesia imigrante no Estado de São Paulo. Aí os imigrantes tendiam a depositar suas economias em agências locais de bancos de seus países de origem, as quais eram dirigidas por pessoas da mesma procedência. Nesse contexto, eles representavam para os empresários patrícios, em diversas fases de suas carreiras, ajuda ou fonte de auxiliares confiáveis e de jovens a se tornarem objeto de investimento. Esses empresários costumavam contratar e socorrer

(9) LAUDANNA, M. Entrevista (inédita) com filho de imigrante japonês no Brasil, empregado de empresa nipônica neste país.

pessoas oriundas de seus próprios países, ao mesmo tempo que a maior parte de seus fundos primitivos teriam procedido do exterior e os imigrantes e descendentes se constituiriam em instrumentos dos interesses econômicos e políticos dos seus países de origem.¹⁰

Ficaria, assim, dificultada a integração de indivíduos de proveniência estrangeira na sociedade hospedeira, criando-se situação de possível conflito futuro. Ao mesmo tempo, os executivos das multinacionais, como H. F. Lima revelaria no caso da FIESP-CIESP, passariam a integrar as diretorias de órgãos de representação patronal, a dirigirem seus departamentos técnicos e os sindicatos de classe, impondo os interesses de suas empresas e grupos econômicos.¹¹

Deste modo, avançando o processo de dominação da economia local, constituir-se-iam, no país, em novos pontos de pressão a favor do capital estrangeiro, antigas bases defensoras da causa nacionalista. Aí as próprias empresas estatais principiariam, também, a apresentar um comportamento destrutivo em termos de uma política de desenvolvimento e das finalidades para as quais teriam sido criadas. Elas, à medida que seus diretores passam a raciocinar apenas em termos de lucro monetário, descuidariam de sua função de promotoras do crescimento da produção interna. Poderiam começar, por isso, a importar produtos com fabricação similar no país, enquanto no mercado interno setores inteiros apresentariam altos níveis de capacidade ociosa ou simplesmente descuidariam de aprofundar a nacionalização do produto por elas fabricado, em nome de uma suposta redução de custos e possibilidades de maiores exportações.¹²

Em países subdesenvolvidos persiste a necessidade de uma atuação energética, direta e coerente do Estado na vida econômica, do mesmo modo que o nacionalismo e a proteção irrestrita e ampla do mercado local devem ser estimulados. Isso, no entanto, feito com um aparelho estatal dotado de Executivo forte, dirigido de maneira objetiva e conforme as necessidades da nação, não precisa significar ditadura ou banimento do capital privado. Re-

(10) DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel-Edusp, 1971, p. 60-2.

(11) LIMA, H. F. *Caminhos percorridos*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 283.

(12) Buscando um maior rendimento imediato para o dinheiro empregado, "o Decreto 498 (de 13/03/69) isentou de impostos alfandegários, do IPI e do ICM as importações de material para a construção naval, desde que beneficiadas com financiamento externo, (colocando) a critério da SUNAMAN (Superintendência Nacional da Marinha Mercante) liberá-las da obediência às normas da similaridade.

Em conseqüência, o material brasileiro que não gozava de isenções, passou a chegar aos estaleiros com o custo médio 1,7 a 2 vezes maior que o importado e o índice de nacionalização caiu sensivelmente...desde então várias firmas brasileiras...abandonaram as linhas de produção para a construção naval ou fecharam suas portas por falta de encomenda (que se dirigia ao) exterior, com enorme ônus para o balanço de pagamentos do país." BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 145-6.

cursos que podem e devem sobreviver, principalmente em empresas de pequeno e mesmo de médio porte, a fim de dotar a economia de maneabilidade e flexibilidade para um crescimento mais rápido, saudável e harmônico. Para isso elas precisariam ser dotadas de ampla liberdade de ação, embora sofrendo indispensável regulamentação e fiscalização que modere excessos e concilie interesses divergentes.

O Estado intervencionista que assume funções de capitalista e empresário precisaria operar dentro de um regime político dotado de Executivo forte, sem necessidade de abandonar as vantagens, em termos de vitalidade e maleabilidade do liberalismo e da democracia. Composição possível de se obter graças ao expediente de se deixarem faixas de atuação abertas às empresas privadas de médio e pequeno porte, fora o funcionamento e livre manifestação de partidos discordantes da política adotada, cujas críticas se constituiriam em fontes apontadoras de erros ou novos rumos. Teríamos, assim, um sistema misto onde diferentes grupos e partidos políticos revezarem-se-iam no exercício do poder, aí sendo fiscalizados e controlados por seus opositores.

O Estado só atuaria diretamente no nível das grandes empresas, operando ao seu lado, nos poros deixados entre elas, firmas de tamanho menor. Estas dariam ao sistema a possibilidade de aproveitar melhor os recursos disponíveis, permitindo aumentos e reduções mais rápidos de produção ou de prestação de serviços, assim como sua diversificação e mudança. Os insumos seriam usados de modo mais adequado, completo e intensivo, à medida que se passa a ter um conjunto produtor mais entrosado conforme uma empresa recicle ou reaproveite os resíduos gerados por outra.

Fora isso, o setor privado poderia se constituir numa alternativa a que se recorrer quando a área estatal apresentasse problemas ou deficiências, assim como seria elemento indutor de maior moralidade, racionalidade e agilidade no desempenho e na administração da empresa pública. Aqui ele operaria como fator de comparação e de força para pressão por melhor funcionamento das grandes empresas controladas pelo Governo. Essa área particular tornar-se-ia, inclusive, elemento garantidor da maior independência de grande parcela da força de trabalho, de sua capacidade inventiva e inovadora, dentro de uma situação de ação, intervenção e organização planejada da vida econômica, possibilitando, por isso mesmo, uma melhor execução do plano ou da política econômica. Tarefa que seria desempenhada com mais eficiência graças a uma descentralização das empresas estatais, as quais, conforme a abrangência de suas áreas de atuação, seriam federais, estaduais ou municipais. Assim elas poderiam atender mais acertadamente às especificidades das diferenças regionais e locais em um país de grande porte como o Brasil. A direção e a composição da política empresarial ocorreriam em conformidade com aquelas necessidades, numa atitude de maior integração com o povo, que poderia ser ampliada e aprofundada com a adoção de um sistema de cogestão na direção dessas firmas. Elas precisariam ser melhor administradas e fiscalizadas, de maneira a tornar o seu desempenho mais eficiente e útil à comunidade. Para isso, além da participação dos trabalhadores na própria condução e controle das suas atividades e negócios, seria necessário transformá-las em autênticas sociedades de economia mista. Com esse objetivo, transferir-se-ia, para os cidadãos e especialmente para as associações de funcionários e trabalhadores das empresas ou para os sindicatos operários e profissionais do país, quantidade significativa de suas ações ordinárias. Tería-

mos, então, um processo que seria materializado mediante venda controlada, com cláusula de intransferibilidade para terceiros, desses títulos, que naturalmente seriam nominativos. O Estado, as associações e/ou sindicatos supracitados, quando da mesma categoria da empresa, seriam, respectivamente, proprietários de 45% e 30% daqueles documentos com direito a voto, ficando os 25% restantes pertencentes a cidadãos, firmas e outros sindicatos do país. Simultaneamente, ficaria livre a posse e negociação de ações preferenciais, as quais poderiam ser adquiridas por entidades e cidadãos nacionais e mesmo estrangeiros, quando realmente necessário e respeitados os interesses do país.

Desse modo, poder-se-ia atingir uma sociedade mais harmônica em que a coexistência de elementos de diferentes estruturas e sistemas tornariam seu funcionamento menos perturbado por estrangulamentos ou imobilismos de caráter burocrático e de carência de inovação. Situações que costumam surgir devido a rigidez e lentidão da operação de unidades de grande porte que, sendo particulares, poderiam agir mais ainda em detrimento da comunidade dentro da qual se estabelecessem.

Nesse sentido um sistema intervencionista parcial e flexível apresentaria a melhor solução, corrigindo os defeitos e excessos da concentração econômica e burocrática, retirando de poucos grupos privados a capacidade de afetar profundamente a vida de toda a comunidade regional ou nacional. Deste modo, também, seria introduzida maior preocupação com o progresso, bem-estar, equilíbrio ecológico e custos em caráter mais amplo e genérico. Para isso precisar-se-ia de uma organização social que, além de democrática, fosse liberal, admitindo, no entanto, forte intervenção estatal, ao lado de um setor privado, constituído por empresas médias, pequenas e familiares, sólido e dinâmico. Deveria ser uma sociedade dedicada à promoção de valores positivos e dinamismo dos indivíduos, que apoiasse os mais capazes, respeitasse e garantisse uma vida digna e livre para todas as pessoas, abolindo qualquer tipo de discriminação. Aí o desempenho e administração das empresas, dos bens públicos e também de todas as atividades humanas poderiam ser melhor moralizados e adequados à defesa e progressão da vida.

Recebido em 14 de dezembro de 1987.

ABSTRACT

Nationalism acted as a motor for economic life while protectionism and state action were the instruments that led to the development of those regions that are the richest in the world today. Only after reaching this point did these nations become favorable – more in their discourse than in their practices – to economic liberalism. In countries like Brazil, state interventionism in which control is shared with labour unions would need to reach the large enterprises directly, leaving medium and small companies freedom of operation, in order to allow for greater flexibility in the economy.

Key- words: *Economic policy – Economic development – State interventionism – Nationalism – Protectionism – Small enterprises*

CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO EM ECONOMIAS AGROEXPORTADORAS: O CASO DE SÃO PAULO (1850-1930)

Flávio Azevedo Marques de Saes*

RESUMO

O artigo analisa o desenvolvimento do crédito e do sistema bancário em São Paulo entre 1850 a 1930, discutindo três questões usuais na literatura a respeito do crédito em economias primário-exportadoras: a importância dos bancos estrangeiros; as condições de acesso ao crédito por parte da agricultura; a presença e o significado dos bancos nacionais. As conclusões apontam para o desenvolvimento, em São Paulo, de um sistema de crédito razoavelmente complexo que abrigava: bancos estrangeiros voltados às operações de financiamento de exportação e importação, de grandes empresas estrangeiras e de câmbio; grandes bancos nacionais ligados principalmente ao comércio e à indústria, ao lado de grande número de pequenos bancos nacionais (da capital e do interior do Estado), em geral de vida efêmera; e de algumas instituições de crédito hipotecário e cooperativo voltadas à agricultura que, em geral, não foram bem sucedidas. Desse modo, a agricultura teve de fazer uso, quase sempre, de formas indiretas de crédito bancário (principalmente o empréstimo pessoal junto aos comerciantes de café).

Unitermos: *Crédito – Bancos – Economias agroexportadoras – São Paulo*

Estudos sobre o desenvolvimento dos países europeus depois da Revolução Industrial concederam papel de relevo ao crédito como um dos fatores importantes na definição dos rumos seguidos por aquelas economias. Em ca-

(*) Professor Adjunto do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP.

da área ou país, o crédito assumiu características particulares, associadas, sem dúvida, ao padrão de desenvolvimento que prevalece em cada caso,¹ principalmente pelas diferentes características dos bancos que se tornam o núcleo do sistema de crédito.

Para a América Latina, não encontramos nem um corpo denso de pesquisas, nem generalizações amplamente aceitas que possam servir como ponto de partida para a discussão do tema. A par da diversidade das economias latino-americanas (a dificultar, nesse nível, qualquer tipo de generalização), parece faltar também o conhecimento empírico mínimo necessário para reflexões mais amplas sobre a temática. Ainda assim, algumas referências devem ser indicadas a fim de balizar a exploração do tema.

Um aspecto por vezes levantado diz respeito à presença dominante de bancos estrangeiros nas economias latino-americanas. Enquanto economias agroexportadoras (ou primário-exportadoras em geral), elas seriam altamente susceptíveis à penetração dos bancos estrangeiros graças às facilidades que estes teriam no financiamento do comércio externo (principal atividade nesses países), nas negociações da dívida externa e mesmo como elementos associados às empresas estrangeiras que se instalaram na América Latina. Um exemplo desta postura pode ser encontrado na obra de Foot e Leonardi. *História da indústria e do trabalho no Brasil*.² sua discussão sobre o sistema bancário e a formação industrial do Brasil insiste em ressaltar a posição dominante dos bancos estrangeiros como expressão da integração e da dependência da economia brasileira ao mercado capitalista mundial.

Um estudo empírico sobre o crédito na industrialização argentina também tentava indicar o modo pelo qual o funcionamento do mercado de crédito reforçava os vínculos de dependência com o exterior, inibindo até certo ponto, o investimento industrial.³

A mesma visão de predomínio dos bancos estrangeiros está presente em estudo de Steven Topik a respeito da Primeira República. Afirma ele que:

“Durante a primeira República os bancos constituíam o cerne da economia brasileira de exportação em crescimento. Entretanto, não atendiam adequadamente às necessidades do setor agrícola, ou melhor, eles lidavam com os importadores e exportadores, trabalhando mais que proporcionalmente com as casas comerciais estrangeiras.(...) O sistema bancário que a República herdou se desenvolveu para suprir as necessidades do comércio exterior brasileiro. Os bancos estrangeiros dominavam os mercados de capitais locais, envolvendo-se principalmente nas operações bancárias mais seguras da economia: empréstimos comerciais e operações de câmbio”.⁴

(1) A. Gerschenkron explora, de modo bastante minucioso, estas diferenças.

(2) FOOT, F. & LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982. p. 73-9.

(3) GUY, Donna J. Dependency, the credit market and argentine industrialization, 1860-1940. *Business History Review*. 58(4):532-61, winter 1984.

(4) TOPIK, Steven. Capital estrangeiro e o Estado no sistema bancário brasileiro, 1889-1930. *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, 5(15):395-6, set/dez. 1979.

Percebe-se, portanto, que ao predomínio dos bancos estrangeiros, elemento já referido anteriormente, agrega-se novo e importante elemento: a inadequação do sistema bancário para a agricultura da época.

Há autores, no entanto, que tendem a seguir proposições diversas. Tulchin, por exemplo, em estudo sobre o crédito agrícola na Argentina, admite a existência de dois sistemas de crédito naquele país: um, formal, constituído pelos bancos, que não financia a agricultura; outro, informal, que aproveita as brechas do sistema bancário para se aproximar dessa camada de agricultores não atendidos pelos bancos.⁵

Em estudo sobre a agricultura e o crédito no México, Wiemers propõe algo semelhante a Tulchin: julga ele que vários estudos empíricos demonstraram a existência de mercados de crédito na América Latina – e especialmente no México – e ainda o papel de instituições, indivíduos e grupos nesse mercado de crédito. Lembra essa autor que as principais fontes de crédito para a agricultura no Século XVIII eram os corpos eclesiásticos e os comerciantes, já que estes grupos dispunham da maior parte dos ativos líquidos. Seu estudo para o México no Século XIX, procura mostrar, ao lado destas formas antigas, o surgimento de títulos hipotecários como base do crédito para a agricultura.⁶

Os poucos exemplos de pesquisas empíricas acima arrolados já nos permitem definir alguns problemas a serem discutidos com base no caso de São Paulo. Primeiro: qual a posição dos bancos estrangeiros no sistema de crédito que aí se desenvolve? Segundo: quais as condições de acesso ao crédito para a agricultura, em especial para a agricultura de exportação? Terceiro: o que representam e de que modo atuam os bancos nacionais?

Estes os principais problemas que pretendemos explorar com base na evidência empírica relativa a São Paulo. As conclusões, evidentemente, referem-se apenas ao caso em estudo e representam uma tentativa de contribuir, por meio de novo estudo empírico, para a reflexão a respeito do papel do crédito no desenvolvimento latino-americano.⁷

1. A formação do sistema bancário em São Paulo (1850-1890)

A independência e a constituição do Estado nacional brasileiro não bastaram para que, em São Paulo, surgissem instituições de crédito sob a forma de bancos. Se isso ocorreu, antes de 1850, em várias províncias, as notícias relativas a bancos em São Paulo nessa época são raras e sugerem a não continuidade do único estabelecimento que aqui teria sido instalado. Evidente-

(5) TULCHIN, Joseph S. El credito agrario en la Argentina, 1910-1926. *Desarrollo Economico*. 18(71):381-408, out/dez. 1978.

(6) WIEMERS JUNIOR, Eugene L. Agriculture and credit in nineteenth-century Mexico: Origabe and Cordoba, 1822-71. *The Hispanic American Historical Review*, 65(3):519-46, Aug. 1985.

(7) Este artigo foi escrito com base nos capítulos III e IV de *O desenvolvimento do crédito e dos bancos em São Paulo (1850-1930)*, tese de livre docência apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo em setembro de 1983.

mente, isso não significa que inexistissem outras formas de crédito no período. Vejamos, pois, as indicações disponíveis.

Como sabemos, a orientação mercantil da atividade econômica de São Paulo se fez tardia em relação a outras áreas do Brasil. Sem produção voltada ao comércio (principalmente de exportação) ficavam bloqueadas as condições básicas para o desenvolvimento do crédito. É inegável, no entanto, que ao longo do Século XVIII, algumas circunstâncias conduzem a mudanças expressivas, mesmo que não substanciais, na economia da Capitania de São Paulo.

Por um lado, o desenvolvimento mineratório nas Gerais permitia a São Paulo ser intermediário (principalmente de animais) ou fornecedor de outros produtos para os habitantes daquela região. Por outro, nas últimas décadas do Século XVIII, a produção açucareira de São Paulo alcança níveis elevados, ativando a produção mercantil da capitania.

Sob tais influxos, encontramos alguns indícios, ainda que precários, da afirmação de um setor mercantil e da prática do crédito sob formas estritamente privadas. Alguns exemplos permitem melhor situar a questão.

Ao estudar a distribuição da riqueza na Capitania de São Paulo em 1765/67, Alice P. Canabrava concluiu que, ao lado da economia de auto-subsistência familiar e da economia de subsistência propriamente dita,

“O terceiro setor (exclusivamente mercantil), numericamente o menor, concentrava a maior parte da riqueza da capitania. Compunha-se dos mercadores e homens de negócio, cuja atividade essencial está nas operações mercantis; aproveitam-se das vantagens da situação excepcional da capitania como centro de trocas de âmbito regional, dentro da Colônia, com base em mercadorias importadas de outras áreas.(...) Restritos em número, os mercadores e homens de negócio concentravam a maior parcela da riqueza local: fora dessa atividade, são muito raros os que compartilham dos altos escalões da riqueza local”.⁸

Embora não se faça referência ao negócio de empréstimo de dinheiro da parte destes mercadores e homens de negócio, é bem provável que eles o exercessem no conjunto de suas atividades mercantis.

Outro exemplo, particular e específico, nos é dado por Taunay em referência ao Padre Guilherme Pompeu de Almeida, morador em Parnaíba, nas proximidades de São Paulo, à época da mineração. Proprietário de fazendas, comerciava os produtos de suas terras e mercadorias importadas com os mineradores das Gerais, além de para lá remeter escravos e tropas. Também emprestava dinheiro a juros de 8 a 10% ao ano, tomando quantias emprestadas para reempréstá-las em seguida.⁹

(8) CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza da capitania de São Paulo, 1765-67. *Revista Brasileira de Economia*, 26(4):121, out/dez. 1972.

(9) TAUNAY, Afonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1948. t. 9, p. 359-68.

Da mesma ordem é o caso de Antonio Prado, que viveu na segunda metade do Século XVIII. Um biógrafo nos informa que, ao morrer em 1793, este Antonio Prado deixou inúmeros créditos que sua viúva tentou recuperar com a ajuda de seus cunhados e, mais tarde, de seu filho Antonio da Silva Prado, o futuro Barão de Iguape.¹⁰

Estes exemplos da segunda metade do Século XVIII parecem repetir-se ao longo do século seguinte, em plena economia cafeeira. Por um lado, é bastante conhecida a relação existente entre fazendeiros e comissários de café. Estes, além de responsáveis pela venda do produto, adiantavam recursos aos fazendeiros para a compra de mercadorias importadas e mesmo para a aquisição de escravos. Na época da safra, a conta corrente do fazendeiro com o comissário era encerrada, cobrados os juros sobre as quantias adiantadas ao longo do período. Trata-se, efetivamente, de forma de crédito que, embora realizada por um comerciante, não se confunde com o crédito comercial propriamente dito. É importante notar que o crédito privado parece manter-se como atividade regular de muitas pessoas na sociedade paulista do Século XIX: os almanaques da Província de São Paulo na segunda metade do Século XIX incluem uma categoria de *capitalistas* entre as profissões de cada município arrolado. O "capitalista" era tido à época, mesmo em textos legais, como o indivíduo que empresta dinheiro a juros sob forma particular.¹¹

Um exemplo específico esclarece a natureza da atividade de "capitalista". Martinho Prado, fazendeiro de grandes posses, praticava igualmente o empréstimo a juros em meados do século passado. Um levantamento das contas de suas diversas atividades mostra a importância relativa desse negócio no conjunto de suas rendas.

CONTAS DE MARTINHO PRADO – 1856-1864

Ano	Receitas			Despesas				Lucros
	Fazenda	Juros e dividendos	Total	Fazenda	Juros	Geral	Total	
1856	46,2	1,3	47,6	5,1	21,1	-	26,2	21,3
1857	62,5	3,9	66,5	6,3	16,2	-	22,5	44,0
1858	39,8	7,7	47,4	7,6	6,2	5,6	19,3	28,1
1859	115,7	8,0	123,7	14,8	2,2	12,9	29,9	93,9
1860	77,4	12,0	89,4	11,8	-	13,7	25,5	63,9
1861	82,2	21,6	103,8	9,1	-	4,7	13,8	90,0
1862	86,6	26,6	113,3	15,0	-	12,2	27,2	86,1
1863	79,6	31,9	111,5	11,5	-	11,3	22,8	88,6
1864	115,2	36,8	151,9	21,9	-	15,6	37,5	114,4

Obs.: Valores em contos de réis.

Fonte: LEVI, Darrel. *op.cit.* p.326.

(10) LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo, Cultura 70, 1977. p. 53.

(11) Dec. 3.272 de 5/10/1885. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1885*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886. part. 1, t. 32, p. 23-6.

É importante notar que Martinho Prado, de início, paga elevadas somas sob a forma de juros, mas a partir do terceiro ano arrolado passa a receber, entre juros e dividendos, quantias bem superiores às que paga. Além disso, vale ressaltar que, salvo anos excepcionais, a receita de juros e dividendos alcança 30% da receita derivada da exploração da fazenda, porcentagem expressiva quando lembramos se tratar da economia paulista nos meados do Século XIX.

É evidente, no entanto, que estas formas privadas de crédito – de capitalistas ou de comissários de café – estavam longe de suprir as necessidades da agricultura, principalmente para a formação do cafezal nas novas fazendas. A compra dos escravos e os gastos com a plantação demandavam recursos de vulto a serem amortizados em prazos longos. O crédito privado dificilmente poderia adaptar-se a tais condições. Cabe, pois, investigar até que ponto o crédito bancário permitiu satisfazer às necessidades da lavoura.

Até 1850 não há mais do que indícios da existência de bancos em São Paulo: a correspondência de Antonio da Silva Prado (Barão de Iguape) revela que, nos anos vinte, ele se interessara por recursos disponíveis na Caixa de Descontos do Banco do Brasil a fim de incrementar seus negócios com animais.¹² Como sabemos, este Banco do Brasil foi liquidado em 1829. Sua presença em São Paulo deve ter sido, portanto, efêmera. A Província de São Paulo não foi, na década seguinte, atingida pela febre de formação de bancos iniciada em 1838 com o Banco Comercial do Rio de Janeiro e que, a seguir, alcança Bahia, Maranhão, Pará e Pernambuco. Somente em 1856 encontramos novamente a Caixa Filial do Banco do Brasil em São Paulo. Trata-se, no entanto, de outro Banco do Brasil – este formado em 1853 pela fusão do Banco Comercial do Rio de Janeiro com o segundo Banco do Brasil (que fora criado por Mauá em 1851). Ainda no caso desta Caixa Filial do Banco do Brasil em São Paulo, observa-se a participação intensa dos membros da família Prado: cerca de metade das ações da Caixa estariam nas suas mãos. Um relato jocoso, pertencente à tradição da família, mostra o caráter limitado da ação da Caixa Filial:

“Quando a diretoria reunia-se, um perguntava para o outro: Você, Barão de tal, precisa de dinheiro? E o Barão de tal sempre respondia: ‘Não’. A diretoria encerrava a reunião e não decidia mais nada, porque eles não emprestavam dinheiro para estranhos”.¹³

Mesmo que tal relato não corresponda estritamente à verdade, ele sugere que a amplitude dos negócios da Caixa Filial do Banco do Brasil nesses anos não abarcava grande número de pessoas e, muito menos, de agricultores das localidades do interior. Como veremos a seguir, esta Caixa mantém-se em funcionamento até os anos noventa, embora jamais tenha assumido o mesmo papel de relevo que tinha na praça do Rio de Janeiro.

Na década de sessenta do século passado, duas outras instituições marcam sua existência: a Casa Bancária Gavião e a Casa Bancária do Dr. Theo-

(12) PETRONE, Maria Thereza S. *O Barão de Iguape*. São Paulo/Brasília, Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1976. p. 45-6.

(13) LEVI, Darrel. op. cit. p. 160-1.

doro Reichert. A primeira – de propriedade de membros da família Gavião Peixoto – assumiu negócios de grande vulto, envolvendo-se nos problemas que conduzem Vergueiro & Cia a grandes dificuldades em torno de 1865. Deve-se notar que se considerava, à época, a Casa Bancária Gavião a mais importante de São Paulo e julgava-se que sua eventual quebra acarretaria crise de dimensões substanciais em São Paulo.¹⁴

Já a Casa Bancária do Dr. Theodoro Reichert parece ter âmbito mais modesto. Médico em São Paulo, registrado também como capitalista em almanaques da época, o Dr. Reichert deveria fazer pequenos empréstimos sob garantia de hipoteca ou de títulos e receber dinheiro a juros por meio de letras. Tudo indica, à diferença da Casa Gavião, tratar-se de coleta de pequenas poupanças individuais carreadas para o comércio varejista ou para necessidades de consumo

A partir de 1870, o quadro bancário da Província de São Paulo modificou-se substancial e aceleradamente. Por exemplo, em 1873, o almanaque da Província¹⁵ registrava as seguintes instituições de crédito:

São Paulo
(Capital)

Banco do Brasil (Caixa Filial)
Banco Mauá & Cia (Agência)
Casa Bancária Gavião, Ribeiro e Gavião
Casa Bancária Dr. Theodoro Reichert

Santos

Banco Mauá & Cia (Agência)
English Bank of Rio de Janeiro (Agência)
Banco Mercantil de Santos

Campinas

Banco Mauá & Cia (Agência)
Banco de Campinas

Este conjunto de bancos já sugere os principais tipos de bancos que prevalecem em São Paulo até 1930. O Banco do Brasil e o Banco Mauá expressam o predomínio financeiro da praça do Rio de Janeiro sobre São Paulo até então. Com a expansão cafeeira, esse predomínio se vê abalado, o que faz também reduzir a expressão dos bancos do Rio em São Paulo. Só bem mais tarde, já perto de 1920, o Banco do Brasil recupera, em São Paulo, elevados níveis de operação graças, sem dúvida, às suas funções de banco oficial (como a da Carteira de Redesconto).

A Casa Bancária Gavião prenuncia um tipo de banco de grande importância, qual seja, o de instituições nacionais de grande porte com sede na capital de São Paulo, cujos proprietários estão envolvidos numa pluralidade de negócios.

(14) Cf. *Consultas da Secção da Fazenda do Conselho do Estado desde o ano em que começou a funcionar o mesmo conselho de Estado até o presente*. Coligidos por ordem do Governo. Vol.V. Anos de 1861 a 1865. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1871. p. 568-73. (Resolução de 23 de junho de 1865).

(15) *ALMANAK da Província de São Paulo para 1873*. Organizado e publicado por Antonio Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. s.l., s.c.p., s.d. p. 95-6, 273, 325.

Em Santos, o English Bank expressa o interesse dos bancos estrangeiros pelos negócios de exportação e importação, em rápido crescimento e nucleados naquela cidade e porto. O Banco Mercantil de Santos, também vinculado ao comércio externo e ligado aos comissários da cidade, teve vida que não se prolonga além do começo do Século XX.

Finalmente, a Casa Bancária do Dr. Reichert e o Banco de Campinas antecipam a formação de grande número de instituições de pequeno porte, sediadas na capital e no interior, e voltadas fundamentalmente ao mercado de crédito local. Embora a essa época Campinas tivesse porte comparável ao da cidade de São Paulo, é inegável que esse banco não pode, ao longo do tempo, comparar-se aos grandes bancos nacionais com sede na cidade de São Paulo.

O quadro delineado em 1873 ganha contornos nítidos nos anos finais do Império. Vejamos os bancos registrados no ano de 1887:¹⁶

São Paulo
(Capital)

Banco do Brasil (Caixa Filial)
London and Brazilian Bank
English Bank of Rio de Janeiro
Banco de Crédito Real de São Paulo
Banco Mercantil de Santos
Casa Bancária da Província de São Paulo
Banco da Lavoura
Banco Comercial de São Paulo

Santos

London and Brazilian Bank
English Bank of Rio de Janeiro
Banco Mercantil de Santos
Casa Bancária da Província de São Paulo
Banco da Lavoura
Banco Comercial de São Paulo

Campinas

Banco Mercantil de Santos
Casa Bancária da Província de São Paulo
Banco Comercial de São Paulo

(16) *ALMANAK da Província de São Paulo*. Administrativo, industrial e comercial para 1887. Fundado e organizado por Jorge Seckler. Quinto Ano. São Paulo, Jorge Seckler, s.d. p. 146.

Os dados quantitativos para 1887 permitem avaliar a dimensão relativa dos diversos estabelecimentos da Capital:¹⁷

ESTABELECEMENTOS DE CRÉDITO - PROVÍNCIA
DE SÃO PAULO - 31/12/1887
Valores em contos de réis

Banco	Caixa	Descontos e empréstimos	Depósitos e letras a prêmio
Comercial de São Paulo	190	2.072	1.817
Crédito Real de São Paulo	156	6.707	9
Banco da Lavoura	103	1.380	419
Mercantil de Santos	458	3.425	2.167
English Bank of Rio de Janeiro	545	2.449	1.463
London and Brazilian Bank	890	2.181	1.046
Banco do Brasil (Caixa Filial)	995	7.357	9.850
Casa Bancária da Prov.de São Paulo	720	7.613	8.511

Estas informações para o ano de 1887 permitem-nos reafirmar a “tipologia” bancária antes estabelecida.

A Caixa Filial do Banco do Brasil – expressão do predomínio financeiro do Rio de Janeiro – ainda é a principal instituição de crédito, mas já encontra rivais à altura, como a Casa Bancária da Província de São Paulo. Os bancos estrangeiros caracterizam-se por política conservadora quanto aos níveis de reserva mantidos (Caixa/Depósitos), a revelar, provavelmente, preferência por poucas operações, mas de grande vulto e altamente rentáveis. O Banco Mercantil de Santos ainda desfrutava de posição importante em face do próprio relevo da praça de Santos nesse momento (mas que sofre mercado declínio a partir da década seguinte).

Três grandes bancos nacionais com sede na capital se afirmam nesses anos: a Casa Bancária da Província (embrião do futuro Banco do Comércio e Indústria de São Paulo), Comercial de São Paulo e da Lavoura. Característica comum aos três é a presença, entre seus diretores e acionistas, de “empresários” que atuavam nos mais diversos ramos: agricultura, comércio, empresas ferroviárias e de serviços urbanos. Trata-se de segmento característico do setor bancário de São Paulo e que mantém, ao longo do período que se segue, importante parcela do mercado. Já o segmento de pequenos bancos (da capital ou do interior) não encontrava representantes nesse ano, expressão da extrema instabilidade desse tipo de instituição de crédito.

Finalmente, devemos registrar o surgimento do Banco de Crédito Real de São Paulo em 1887, com contas absolutamente fora dos padrões usuais, dada sua característica também diferencial. Fundado em 1882, tinha por ob-

(17) RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística composta dos Senhores: Elias Pacheco Chaves, Domingos J. N. Jaguaribe Filho, Joaquim Vieira de Carvalho, Adolpho A. Pinto, Abílio A. Silva Marques. São Paulo, Leroy King Bookwalter-Typ. King, 1888. p. 169-70.

jetivo o crédito hipotecário de longo prazo, dirigido especialmente para a lavoura. Apesar de contar com favores especiais do Governo, as queixas contra o crédito hipotecário, da parte dos lavradores, eram generalizadas. Em primeiro lugar, o crédito concedido por meio de letras exigia a troca posterior dessas letras no mercado. Em 1884, por exemplo, as letras do Banco de Crédito Real estavam cotadas a 80, ou seja, do valor nominal de 100 (correspondente ao valor do empréstimo concedido), o lavrador conseguia obter apenas 80 em dinheiro pela venda de sua letra no mercado. Além disso, reclamava também a lavoura do fato de o empréstimo concedido representar apenas 50% do valor dos bens hipotecados, o que tornava muito elevado o risco de insolvência.

O que nos parece mais importante, no entanto, é que mesmo o empréstimo hipotecário só era acessível a pequena parcela dos lavradores. Evidentemente, o acesso aos bancos (implicando custos de transporte e hospedagem na capital e o abandono da fazenda por algum tempo) só era possível aos residentes na cidade de São Paulo ou aos fazendeiros de maiores posses.

Parece-nos claro, portanto, que o desenvolvimento bancário da Província de São Paulo se fez em outras direções que não a da lavoura. Antes de mais nada, são grandes bancos situados na Capital ou em Santos, voltados, pois, ao financiamento do comércio e das demais atividades urbanas. Nas localidades do interior não se observa a instalação de agências bancárias, a limitar o acesso dos proprietários de menores recursos ao crédito bancário. Nem mesmo o crédito hipotecário, dirigido à lavoura, parece ter superado tais dificuldades. Desse modo, à generalidade dos lavradores restava o recurso aos "capitalistas" locais ou aos empréstimos dos comissários sujeitos, evidentemente, a elevadas taxas de juros e a prazos de vencimento relativamente curtos, fatos que realimentavam as constantes queixas da lavoura. Vejamos, pois, as mudanças que ocorrem em relação ao crédito durante a Primeira República em São Paulo.

2. Estrutura e desenvolvimento do sistema bancário de São Paulo durante a Primeira República (1889-1930)

Já indicamos os tipos de bancos encontrados em São Paulo ao fim do Período Imperial. Em 1891, o Banco do Brasil encerra suas operações na capital do Estado, só voltando a aqui operar em 1917. Desse modo, ao longo da Primeira República encontramos três grupos de instituições de crédito no Estado de São Paulo:

- I. bancos estrangeiros
- II. bancos nacionais com sede na cidade de São Paulo
- III. bancos nacionais com sede em cidades do interior

Entre os bancos com sede na cidade de São Paulo há ainda dois estratos diferenciados pela dimensão das empresas. Os únicos bancos que não se enquadram perfeitamente nesta tipologia são o Mercantil de Santos (liquidado em 1901) e o Banco do Brasil (quando aqui instala agência em 1917). Com estas ressalvas, pensamos ser adequado agrupar os bancos de acordo com esse critério.

Sabemos da rápida expansão dos negócios no início do período republicano. Embora o centro febril dessa atividade fosse o Rio de Janeiro, São Paulo também recebe o influxo da nova política econômica. Centenas de sociedades anônimas foram criadas no espaço de alguns anos, movimento esse que se reflete também no setor bancário. Não se tratava, sem dúvida, de movimento autêntico de modo que muitas empresas então fundadas são liquidadas alguns anos mais tarde. O quadro construído para o ano de 1895 – com os registros mais completos que se pode obter – dá amostra expressiva desse movimento no início da República.

SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO - ANO DE 1895
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

Bancos	Caixa	%	Depósitos	%	Empréstimos	%
Estrangeiros	11.446:228	29,3	17.240:669	16,3	11.113:162	9,2
Nacionais Capital	22.974:433	58,8	71.783:983	67,8	86.719:443	71,6
Nacionais Interior	4.646:318	11,9	16.794:284	15,9	23.225:479	19,2
Total	39.066:979	100,0	105.818:936	100,0	121.058:084	100,0

Fonte: *Relatório da Associação Comercial de São Paulo. Ano de 1895.* São Paulo, Typographia da Industrial de São Paulo, 1896. p. 93.
O Estado de S. Paulo. Janeiro a abril de 1896.
Correio Paulistano. Janeiro a março de 1896.
Diário Popular. Janeiro e fevereiro de 1896.

Bancos registrados:

Estrangeiros: Brasilianische Bank, London & Brazilian Bank, British Bank.

Nacionais - Capital: Crédito Real de São Paulo, Banco de São Paulo, dos Lavradores, União de São Paulo, Construtor e Agrícola de São Paulo, do Comércio e Indústria de S. Paulo, Casa Bancária Robertson e Casa Bancária Dumont.

Nacionais - Interior: Banco de Araraquara, de Santos, de Ribeirão Preto, União de S. Carlos, Mercantil de Santos, de Piracicaba, Norte de São Paulo.

Coeficientes

Bancos	Estrangeiros	Nacionais Capital	Nacionais Interior
Caixa/Depós.	0,664	0,320	0,277
Emprést./Depós.	0,645	1,208	1,383

Entre os bancos estrangeiros aí registrados, nota-se a presença do *Brasilianische Bank für Deutschland*, ao lado dos anteriormente existentes *London & Brazilian Bank* e *British Bank of South America* (sucessor do *English Bank of Rio de Janeiro*). Sua participação conjunta estava longe de ser dominante nesse momento, embora individualmente fossem bancos de expressão.

O Banco de Crédito Real de São Paulo, o Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco de São Paulo constituem o núcleo do grupo de bancos com sede na capital. A estes agregam-se outros de menor expressão: Banco dos Lavradores, União de São Paulo, Construtor e Agrícola, Casa Bancária Dumont e Casa Bancária Robertson. Já entre os bancos com sede em cidades do interior pudemos obter informações dos seguintes: Araraquara, Santos, Ribeirão Preto, União de São Carlos, Mercantil de Santos, Piracicaba, Norte de São Paulo, todos eles (salvo o Mercantil de Santos) de reduzido porte.

Os dados do quadro do sistema bancário para o ano de 1895 atestam, portanto, a participação majoritária dos bancos nacionais da capital no mercado de crédito. Os bancos com sede no interior têm participação aproximada à dos bancos estrangeiros (em que pese a diferente distribuição entre caixa, depósitos e empréstimos), mas devemos notar que cerca de 50% dessa participação é devida apenas ao Banco Mercantil de Santos.

Onze anos depois – em 1906 – este quadro está substancialmente modificado. Entre as razões para tal mudança encontra-se o processo de progressiva insolvência do Governo brasileiro diante de seus credores externos que conduziu à política contracionista do Presidente Campos Salles e do Ministro da Fazenda Joaquim Murinho. De modo especial, a política de redução de meios de pagamento atingiu vários bancos, conduzidos, em conseqüência, a processos de liquidação. O quadro do sistema bancário de São Paulo para 1906 exprime os resultados dessa política sobre o setor.

SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO - ANO DE 1906
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

Bancos	Caixa	%	Depósitos	%	Empréstimos	%
Estrangeiros	18.240:057	53,0	37.154:418	38,9	40.568:503	41,8
Nacionais Capital	14.948:907	43,4	55.080:471	57,6	52.586:099	54,1
Nacionais Interior	1.243:959	3,6	3.396:660	3,5	3.974:986	4,1
Total	34.432:923	100,0	95.631:549	100,0	97.129:588	100,0

Fonte : Repartição de Estatística e do Arquivo de São Paulo. *Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil). 1906. Estatística Econômica e Moral. Volume II.* S. Paulo, Typ. Espinola & Comp., 1909. p. 95-9.
O Estado de S. Paulo. Janeiro de 1907.

Bancos Registrados:

Estrangeiros: Brasilianische Bank, British Bank, Commerciale Italiana di S. Paulo, Italiana del Brasile, London & Brazilian e London & River Plate Bank.

Nacionais - Capital: Comércio e Indústria de São Paulo e Banco de São Paulo.

Nacionais - Interior: Campineiro, Indústria e Comércio de Piracicaba, di Sconto di Piracicaba, Regional de Mococa, Melhoramentos de Jaú.

Coefficientes

Bancos	Estrangeiros	Nacionais Capital	Nacionais Interior
Caixa/ Depós.	0,491	0,271	0,366
Emprést./ Depós.	1,092	0,955	1,170

Entre os bancos estrangeiros notamos a adição do London and River Plate Bank, importante estabelecimento inglês. A seu lado, dois bancos de origem italiana: Italiana del Brasile e Commerciale Italiana di S. Paulo, o

primeiro de duração efêmera e o segundo, liderado por imigrantes italianos (industriais e comerciantes) de S. Paulo e com ligações com instituições italianas. É de se notar o fortalecimento do estrato de bancos estrangeiros no total, fruto, sem dúvida, de período que privilegiava a valorização da moeda nacional em termos de divisas estrangeiras.

Entre os bancos nacionais com sede na capital, apenas dois sobrevivem: Banco de São Paulo e Banco do Comércio e Indústria de São Paulo. Os demais passam por processo de liquidação (como o próprio Banco de Crédito Real de São Paulo) ou mudam sua destinação (como o Banco União de São Paulo que passa a atuar apenas na área industrial e de serviços urbanos). Embora este segmento tivesse reduzida sua participação, ainda tem níveis comparáveis aos dos bancos estrangeiros, a atestar o vigor dos dois estabelecimentos que haviam resistido à crise.

Já em relação aos bancos do interior – todos ainda de pequeno porte – nota-se a completa mudança dos nomes em relação aos existentes em 1895. São todos novos bancos fundados em torno de 1901, após a quebra dos antigos estabelecimentos. Sua participação, no entanto, tende a manter-se bastante reduzida.

O quadro quantitativo não sofre mudanças substanciais na participação dos diversos estratos até a década de vinte. Há, no entanto, multiplicação do número de estabelecimentos estrangeiros e nacionais com sede na capital. Os dados do quadro do sistema bancário para 1915 permitem visualizar parte desse processo.

SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO - ANO DE 1915
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

Bancos	Caixa	%	Depósitos	%	Empréstimos	%
Estrangeiros	67.854:002	54,7	131.096:854	46,0	102.126:270	50,1
Nacionais Capital	55.544:249	44,7	152.069:301	53,3	98.109:512	48,1
Nacionais Interior	757:231	0,6	2.033:156	0,7	3.719:429	1,8
Total	124.155:482	100,0	285.199:311	100,0	203.955:211	100,0

Fonte : Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado. *Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil). 1915. Estatística Econômica e Financeira. Volume II.* São Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1917.
O Estado de S. Paulo. Janeiro de 1916.

Bancos registrados:

Estrangeiros: Francese e Italiana, Alemão Transatlântico, Español del Rio de la Plata, Italo-Belge, Française pour le Brésil, Brasilianische Bank, British Bank, London & Brazilian, London & River Plate e National City Bank of New York.

Nacionais - Capital: Comercial do Estado de São Paulo, de Construção e Reservas, de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, Banco de São Paulo, do Comércio e Indústria de São Paulo e Casa Bancária Leônidas Moreira.

Nacionais - Interior: Campineiro, Melhoramentos de Jaú, Popular de Guaratinguetá.

Coeficientes

Bancos	Estrangeiros	Nacionais Capital	Nacionais Interior
Caixa/Depós.	0,518	0,365	0,372
Emprést./Depós.	0,779	0,645	1,829

Importantes bancos estrangeiros foram instalados entre 1906 e 1915, conseqüência, em parte, da rápida penetração do capital estrangeiro em vários setores da economia brasileira nesses anos. Além dos quatro grandes bancos citados (Brasilianische, London and Brazilian, British Bank e London and River Plate), seis novos são agora registrados: Banca Francese e Italiana per l'America del Sud (sucessor da Banca Commerciale Italiana di S. Paulo e ligado, na Europa, à Banca Commerciale di Milano e Banque de Paris et des Pays Bas), Alemão Transatlântico, Español del Rio de la Plata, Italo-Belge, Française pour le Brésil e National City Bank of New York. Embora a história individual de cada um deles seja diferente, é inegável que constituam um sólido conjunto financeiro estabelecido na economia paulista.

Entre os bancos nacionais com sede na capital, somaram-se ao de São Paulo e ao Comind, o Banco Comercial do Estado de São Paulo (de José Maria Whitaker), Construção e Reservas, Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (banco dotado de privilégios concedidos pelo Governo do Estado de São Paulo, embora seus concessionários estivessem ligados a um grupo financeiro francês) e Casa Bancária Leônidas Moreira. No interior, pudemos obter informações para apenas três bancos: Campineiro, Melhoramentos de Jaú e Popular de Guaratinguetá, cuja participação no total se mostrava bastante reduzida.

Ao longo da década de vinte, no entanto, o sistema bancário ganha contornos muito mais ricos pela diversidade de instituições que a ele se agregam, como pode ser observado no quadro quantitativo para o ano de 1928.

SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO - ANO DE 1928

Valores em mil-réis em 31 de dezembro

Bancos	Caixa	%	Depósitos	%	Empréstimos	%
Estrangeiros	133.988:366	21,4	670.592:125	25,4	704.522:175	28,8
Nacionais Capital	472.940:707	75,5	1.866.454:438	70,6	1.590.992:424	65,2
Nacionais Interior	19.388:342	3,1	104.847:447	4,0	146.560:834	6,0
Total	626.317:415	100,0	2.641.894:010	100,0	2.442.075:433	100,0

Fonte : Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado. *Anuário Estatístico de São Paulo. 1928. Volume II.* São Paulo, Imprensa Oficial, 1932.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. Janeiro e fevereiro de 1929. *O Estado de S. Paulo.* Janeiro de 1929.

Bancos registrados:

Estrangeiros: Francese e Italiana, London & South America, British Bank, National City Bank, Royal Bank of Canada, Italo-Belge, Brasileiro Alemão, Alemão Transatlântico, Popular Italiano, Germânico da América do Sul, Nacional Ultramarino, Português do Brasil, Holandês da América do Sul, Crédit Foucier.

Nacionais - Capital: Banco do Brasil, Banco de São Paulo, Banco do Estado de São Paulo, do Comércio e Indústria de S. Paulo, Comercial do Estado de São Paulo, Noroeste do Estado de São Paulo, Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, Crédito Popular de S. Paulo, Casa Bancária Rodolpho Crespi, F. Matarazzo, Conde e Almeida e mais 19 casas bancárias de menor porte.

Nacionais - Interior: Melhoramentos de Jaú, Paulista, Regional de Ribeirão Preto, Sorocaba, Lavoura e Comércio de Santa Rita, Lavoura e Comércio de Penápolis, de Crédito Popular de Santa Rita do Passa Quatro, Comercial de Jaú, Popular de Guaratinguetá, de Novo Horizonte, Comércio e Indústria de Pirassununga, de Mococa, Campineiro, de Barretos, de Itu, do Comércio e Lavoura, Comercial de Araras, Melhoramentos de Ibitinga, Casa Bancária F. Barreto, Aidar & Kfoury e mais 26 casas bancárias de menor porte.

Coeficientes

Bancos	Estrangeiros	Nacionais Capital	Nacionais Interior
Caixa/Depós.	0,200	0,253	0,185
Emprést./Depós.	1,051	0,852	1,398

No setor de bancos estrangeiros, dois deles são liquidados (Française pour le Brésil e Español del Rio de la Plata), mas surgem sete novos estabelecimentos (Royal Bank of Canada, Popular Italiano, Germânico da América do Sul, Nacional Ultramarino, Português do Brasil, Holandês da América do Sul e Crédit Foncier) e verifica-se importante fusão de London & Brazilian e London & River Plate Bank no Bank of London & South America. É inegável que, apesar do poderio diferente dos diversos bancos, o mercado paulista devia exercer atração substancial sobre as instituições internacionais. Por outro lado, deve-se observar também a redução na parcela de mercado dos bancos estrangeiros decorrente, a nosso ver, mais do crescimento do segmento nacional do que do eventual enfraquecimento dos próprios bancos estrangeiros.

Mas por que este incremento de atividade dos bancos nacionais? Por um lado, sabemos da regulamentação da atividade bancária por meio do Decreto Federal 14.728 de 16 de março de 1921,¹⁸ que certamente fez com que muitos comerciantes, industriais e capitalistas passassem a assumir a forma de empresas de crédito (bancos e casas bancárias). Este fato deve responder, em parte, pelo acréscimo do número de instituições bancárias registradas no ano de 1928. Por outro lado, a própria economia paulista alcança, nos anos vinte, ritmo de crescimento e de diversificação bastante expressivo. Não se trata apenas de produção exportável, mas da própria produção para o mercado interno (indústria, produção de alimentos). Desse modo, a circulação monetária interna deve ter alcançado índices superiores aos do período anterior, estimulando dessa forma a constituição de novas sociedades dedicadas ao negócio do crédito. Esses fatos, a meu ver, justificam o acréscimo da participação dos bancos nacionais no mercado de crédito paulista e também a proliferação de pequenos bancos e casas bancárias em cidades do interior.

Na capital, encontramos, ao todo, 31 bancos e casas bancárias nacionais: além dos já citados para o ano de 1915, devemos registrar o retorno do Banco do Brasil e o surgimento do Banco do Estado de São Paulo (sucessor do Crédito Hipotecário e Agrícola), Noroeste do Estado de São Paulo e Casas Bancárias Rodolpho Crespi e F. Matarazzo. No interior registravam-se 46 bancos e casas bancárias (além de agências de bancos estrangeiros e dos na-

(18) *COLEÇÃO das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1921*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922. v.3, p. 348-56.

cionais da capital), cuja participação no total era ainda reduzida, embora o próprio número fosse expressivo por si próprio.

Definida a estrutura do sistema bancário em São Paulo e as características de seu desenvolvimento, cabe agora discutir como se vincula esse sistema bancário com a economia paulista também em transformação. Em particular devemos voltar à questão do crédito para a lavoura.

A caracterização inicial dos bancos estrangeiros – voltados ao financiamento do comércio de exportação e importação e à especulação cambial – pode ser ampliada ao longo da Primeira República: o financiamento da dívida pública (no caso de São Paulo, inclusive para a valorização do café), a conquista de contas de grandes empresas (principalmente as estrangeiras que mantinham algum vínculo com as matrizes dos bancos) e o agenciamento de seus empréstimos externos, ampliando sua área de atuação na economia paulista. Alguns bancos estrangeiros – mas apenas alguns – também buscam novos mercados pela instalação de agências em cidades do interior. O caso marcante é da Banca Francese e Italiana per l'America del Sud que, em 1924, mantinha as seguintes agências no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio Grande, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Botucatu, Caxias, Espírito Santo do Pinhal, Jaú, Mococa, Ourinhos, Paranaguá, Ponta Grossa, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Preto e São Manuel. Apesar destas transformações dos bancos estrangeiros, eles parecem ter mantido a característica de serem bancos de grandes clientes (empresas ou individuais), sem lutarem por contas de pequenos proprietários rurais e urbanos.

Aos bancos nacionais com sede na cidade de São Paulo deveriam estar reservadas outras parcelas do mercado. Cabe, evidentemente, a distinção já adiantada entre bancos de grande e de pequeno porte. Os primeiros podiam concorrer com os estrangeiros junto às contas de grandes empresas, mesmo porque havia vínculos entre diretores e acionistas de bancos e de diversas companhias comerciais, industriais e de serviços. Tais vínculos aproximavam a empresa do banco, tornando-a um cliente quase obrigatório. Na década de 1920, também estes grandes bancos expandem-se rumo às cidades do interior, em busca do controle de parcelas daquela circulação monetária ampliada que já identificamos.

Aos pequenos bancos da capital restavam parcelas bastante reduzidas do mercado de crédito, provavelmente do pequeno comércio e indústria ou ainda de assalariados de modo geral. A freqüência com que surgem pequenos estabelecimentos cujo nome indica a identificação com a nacionalidade italiana (ou cujos diretores são de origem italiana) mostra a importância desse segmento da população da cidade de São Paulo para os pequenos estabelecimentos de crédito. É claro, não são os grandes comerciantes e industriais italianos que aí fazem seus negócios (mesmo porque muitos deles têm suas próprias casas bancárias, como Matarazzo e Crespi) e sim a grande massa de pequenos proprietários ou de trabalhadores assalariados.

O mesmo pode-se dizer dos pequenos bancos das cidades do interior, ou seja, seu mercado deve ser limitado já que o alcance de suas operações não deve ir além das vizinhanças da sede do município. Depósitos oriundos do pequeno comércio e indústria locais, de proprietários rurais e mesmo de colonos deveriam financiar os empréstimos para os mesmos comércio, indústria e proprietários rurais. No entanto, pela dimensão dos estabelecimentos e pe-

las flutuações da economia, tais bancos tinham como característica sua extrema instabilidade. A cada conjuntura desfavorável vários deles entravam em liquidação, ressurgindo outros, mais tarde, em épocas de expansão.

Em suma, parece-nos ainda uma vez que o sistema bancário espontaneamente desenvolvido em São Paulo na Primeira República tinha poucas condições de satisfazer às necessidades de crédito para a lavoura – seja o crédito “anual” para vencer o período do plantio até a colheita e venda da safra, seja o crédito de longo prazo para a constituição de novas plantações (principalmente de novos cafezais).

Ainda na Primeira República, o crédito para a lavoura foi objeto específico de preocupações do Governo e de particulares. O Banco de Crédito Real de São Paulo – que concedia empréstimos com base na hipoteca das terras e instrumentos – não sobrevive além de 1906. Em 1909, o Governo do Estado de São Paulo faz concessão especial ao grupo francês J. Loste para a constituição do Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário do Estado de São Paulo, que funcionaria em bases semelhantes ao Banco de Crédito Real. Repetiram-se, em relação ao novo instituto de crédito hipotecário, as mesmas queixas dos lavradores. Os empréstimos feitos na proporção de 50% dos bens hipotecados e o reduzido montante dos recursos do banco (apesar da garantia de juros do Governo) eram os reclamos mais freqüentes da lavoura. Em 1926 o banco é transferido ao Governo do Estado sob o nome de Banco do Estado de São Paulo. Com ele, um novo instrumento de crédito que satisfizesse parcialmente os anseios da lavoura: o empréstimo contra a apresentação de “warrants” do café.

Outra tentativa – a de bancos de Custeio Rural – organizada sob a forma de cooperativa, não conseguiu sobreviver mais do que alguns anos. Seu princípio de funcionamento já era problemático, pois admitindo operações apenas com seus associados, todos eles proprietários rurais, não teria condições de recolher saldos monetários ociosos para empréstimos: todos os associados demandariam recursos à mesma época, assim como suas disponibilidades se fariam presentes simultaneamente. Em suma, faltariam recursos do plantio até a safra e sobrariam imediatamente após a venda do produto.

É inegável, portanto, que, mesmo com as novas formas institucionais de crédito, o acesso da lavoura a elas era razoavelmente difícil e suas condições nem sempre adequadas às suas necessidades. Desse modo, é compreensível que o crédito dos comissários continuasse a funcionar junto aos fazendeiros de café, mesmo nos anos vinte deste século, quando os grandes bancos instalam agências em cidades do interior. Em suma, estes argumentos reforçam a hipótese de que o sistema bancário de São Paulo nasceu e viveu em função da atividade urbana, mesmo que este sistema estivesse situado numa economia agroexportadora e aquela atividade urbana fosse, em grande parte, sustentada pela agroexportação.

Recebido em 09 de outubro de 1987.

ABSTRACT

This paper analyzes the development of credit and of the banking system in São Paulo from 1850 to 1930. It discusses three issues common to literature on the credit of primary exporting economies: the importance of foreign banks; the conditions for gaining access to credit in the agricultural sector; and the presence and significance of nationally owned banks. For São Paulo my conclusions point toward the development of a relatively complex credit system that encompasses: foreign banks dealing with export-import commerce, large foreign enterprises, and foreign exchange; large nationally owned banks primarily connected to commerce and industry as well as a large number of small nationally owned banks (both in the capital and in the interior of the state) that existed precariously; institutions that acted in the agricultural sector, although for the most part these were not very successful. In general, agriculturalists were forced to use indirect means of obtaining credit, especially through personal loans from coffee merchants.

Key-words: *Credit – Banks – Agro-exporting economies – São Paulo*

POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL COLONIAL (1570-1757)

Heloísa Liberalli Bellotto*

RESUMO

A ação legislativa colonial portuguesa no que concerne ao trabalho e ao estatuto do indígena foi duramente combatida por colonos e por jesuítas, na medida em que restringiam-lhes o uso escravo e a manipulação das populações autóctones. Entretanto, por ser facciosa e imprecisa, a legislação não logrou possibilitar ao índio a almejada autonomia nem a necessária integração à sociedade brasileira.

Unitermos: *Política indigenista – Período colonial – Escravidão indígena – Jesuítas.*

As relações entre a Coroa portuguesa e seus súditos na América durante os três séculos de colonização apresentam, no que tange à apropriação do indígena, um quadro de conflito constante, cotidiano, insidioso, mal resolvido, de larga duração e multifacetado: se, de um lado, explodia na relação entre índio e colono, por outro, ocorria no binômio índio-padre evangelizador ou mostrava-se nos embates entre padres e colonos; surgia ainda na tensão entre moradores e o governo central ou em seus choques com a administração local; ademais, ocorriam questões diretas entre índio e governo ou entre este e os religiosos. Como agravante por sobre esta situação conflituosa pairou, durante toda a época colonial, uma política indigenista que nunca se definiu claramente por parte da administração portuguesa.

(*) Professora Doutora do IEB (área de História).

Na palavra de João Francisco Lisboa que, no século XIX, preocupou-se vivamente com a questão, “a dominação portuguesa, em relação aos índios, foi uma série nunca interrompida de hesitações e contradições até o ministério do marquês de Pombal (...). Promulgava-se, revogava-se, transigia-se, ao sabor das paixões e interesses em voga, e quando enfim, se supunham as idéias assentadas por uma vez, recomeçava-se com novo ardor a teia interminável”.¹

Documentos emanados das três vertentes interessadas – a dos colonos (propugnando pelo uso indiscriminado da mão-de-obra autóctone), a dos jesuítas (defendendo vigorosamente sua tutela sobre os nativos) e a do administrador régio (legislando injudiciosamente) – possibilitam equacionar o problema do índio dentro das diretrizes portuguesas para com o Brasil colonial.

Não obstante ser copiosa a legislação indigenista, as atitudes metropolitanas, por sua dubiedade, excesso de tolerância ou de inflexibilidade e rigor, nunca concretizaram soluções definitivas. A interferência do Estado português na condução do trabalho missionário, por ver nas ordens religiosas uma ameaça à sua soberania, sobretudo no tocante à exploração econômica, imprimiu nuances de regalismo àquela legislação, já desde o século XVIII. Nos tempos pombalinos, como veremos, tal comportamento chegaria a sua situação-limite.

A colonização lusitana na América, em seus tempos iniciais, esparsa e inconsistente, teve como pontos irradiadores Pernambuco, Bahia e São Vicente, conquanto o povoamento estivesse demasiado preso à faixa litorânea. As poucas incursões para o interior tinham desvanecido, em parte, o sonho do “Eldorado”. Restava para os parâmetros do pacto colonial o fornecimento do pau-brasil e do açúcar que, já em meados do século XVI, vinha-se mostrando altamente produtivo. Ora, para a extensão que passou a ter aquela e outras lavouras a raleza demográfica dos brancos não possibilitava mão-de-obra suficiente. Isto motivou a procura do índio para o trabalho braçal. “O anseio de submeter o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano. Na prática porém, esse elemento sofria várias gradações, provocadas por interesses e por valores sociais que dirigiam a atuação dos indivíduos pertencentes aos diversos estamentos da sociedade colonial em formação”.²

A captura para obter índios para a lavoura ou para a coleta das “drogas do sertão”, como também para serviços de carregamento, transporte e afazeres domésticos, não era pacífica, embora alguns autores falem em “colaboração”; esta, na verdade, deu-se durante a fase inicial, a da *feitoria*, quando não havia necessidade de uma prestação de serviços mais constante. Quando esta prestação, pouco a pouco, passou a ser vital para o alargamento das trocas comerciais, cristalizou-se a apropriação do índio. Para sua execução

(1) *Jornal de Timon*: apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão. Lisboa, 1858. v. 3, cap. 9, p. 85. (Esta obra contém a compilação de todas as leis emanadas do governo português relativas aos índios).

(2) FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: organização social das tribos Tupi. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL. t. 1, v. 1, p. 83.

concorriam missionários, administradores régios e colonos. Nas três espécies de polarização pretendida ao indígena, estes agentes acabavam por convergir no mesmo ponto: a submissão do autóctone. O índio brasileiro precisava ser subjugado para se integrar ao sistema mercantil.

A ação missionária que, iniciada por franciscanos, foi continuada por jesuítas e, em menor intensidade, por carmelitas e mercedários, teve, desde seu início, um caráter misto e ambíguo. À difusão da fé e ao ensino de ofícios aliou-se uma política de utilização do indígena para determinados tipos de atividades que exigiam uma disciplina que se chocava, evidentemente, com a sua cultura.

Ao reduzir os nativos à artificialidade da nova religião imposta e ao prepará-los para uma divisão de trabalho em oposição à que lhes indicava seus costumes tradicionais, os missionários preparavam-nos para a manipulação pelo branco, embora negando a aceitação da escravidão como tal. Os interesses podiam configurar-se de forma diversa ao dos colonos e aos da Coroa, mas os efeitos eram absolutamente os mesmos.

A população branca, constituída dos chamados “moradores” ou “colonos” fazia uso “legal” do índio, por meio dos *resgates* e *descimentos*. Sob este pretexto, houve toda espécie de apropriação de gente para o trabalho. “Os serviços prestados primeiro aos invasores pelos selvagens, em pagamento de mesquinhas dádivas, foram bem depressa um ônus da escravidão. O que a princípio o branco solicitava com brandura, logo depois exigia com arrogância”³

Já em 1570, uma lei de D. Sebastião proibia *cativeiros ilícitos*, decretando a liberdade dos índios. Daí por diante, segundo a palavra da lei, só se justificaria a escravidão dos que fossem tomados em *guerra justa*, sendo esta autorizada pelo Rei ou pelo Governador-Geral do Brasil. Entretanto, em consequência dos abusos, Felipe II, então detentor da Coroa dual Portugal-Espanha em 1595, modificava tal dispositivo: a guerra justa ficava definida como a “ordenada pelo Rei”, muito bem instrumentada informacionalmente e partindo de razões políticas e não mais mera autorização burocrática como se tratasse de questões administrativas corriqueiras.

Eram três as formas de escravidão indígena autorizada. Na sua aplicação se uniam o colono – agente da colonização – e o administrador, a quem cabia tratar de fixar aquele colono à terra, proporcionando-lhe os meios convenientes.

A primeira possibilidade era o *cativeiro* de índios tomados em *guerra justa*. Esta legitimava-se como “defensiva ou castigo de malefícios praticados”.

Em segundo lugar estava o *resgate* entendido como o subtrair-se os prisioneiros de uma tribo a seus vencedores mediante ferramentas, contas de vidro e outras bugigangas a estes oferecidas. Aqueles prisioneiros eram denominados na legislação de “*homens à corda*”. Isto porque permaneciam amarrados, aguardando a morte decretada pelos grupos indígenas de que eram cativos. Os tupi ignoravam a exploração econômica do trabalho escravo; a única via de condenação de prisioneiros era o sacrifício de suas vidas.

(3) AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas do Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Lisboa, Tavares Cardoso, 1901. p. 127.

A terceira forma de escravidão legitimada era o *descimento*, isto é, a captura dos que vinham "voluntariamente", convencidos pelos missionários; estabeleciam-se em *aldeias*, situadas nas vizinhanças das vilas e povoados, onde aguardavam a "*repartição*". Havia também o descimento por coação, que chegou a ser legalizado por uma provisão de 1718: "...se não como os outros tapuias bravos que andam nus, não reconhecem Rei nem Governador, não vivem com modo e forma de república, justifica-se a violência empregada contra eles ainda que livres e isentos da real jurisdição".

A Coroa era também pólo da apropriação do indígena, já que interferia por meio de suas prerrogativas de empregador de mão-de-obra para edificações públicas, ou de legislador supremo, ora a legitimar, ora a proscrever. A legalidade do cativo era dada pelo Governador, a quem os interessados deviam solicitar autorização. Lei de 10 de setembro de 1611 estabelecia que o Rei nomearia Capitães das aldeias por três anos, autorizando-os a "descer" gentios, "usando para isto de meios e palavras brandas, afagos e promessas sem lhes nunca fazer força ou moléstia alguma por não quererem vir". Cada capitão levaria consigo um religioso, preferindo sempre os da Companhia de Jesus, por serem práticos na língua, "com que melhor persuada o gentio a descer".

Já em 1609, um texto legal estabelecera esta prioridade da Companhia de Jesus, argumentando serem os jesuítas os mais aceitos pelos índios e os mais experientes; para evitar os "enganos e violências com que os capitães donatários e moradores costumavam trazê-los do mesmo sertão". Este privilégio porém foi abolido em 1686 pelo *Regimento das missões*, repetindo-se o quadro das marchas e contramarchas, das decisões, indecisões e desistências que caracterizam a política indigenista de D. Pedro II, D. João V e mesmo de D. José I.

As entradas eram equipadas pelo Estado e os que delas faziam parte não podiam trazer escravos para si. Já a primeira Companhia de Comércio, a fundada em 1682 no Maranhão e, ao que parece, por instâncias do Padre Vieira, tinha o direito de resgate de até 100 casais de índios por ano. Aliás, esta Companhia acabou por indispor-se com a população. Uma das mais fortes razões estava no fato de terem os administradores dela uma grande aldeia de índios, "ocupados em lavar farinhas e outros gêneros fazendo concorrência ruinosa aos demais lavradores".

Para que se compreenda as coordenadas do problema da partilha da mão-de-obra indígena do Brasil colonial é preciso recordar a sistemática da captura, do aldeamento, da repartição, da prestação dos serviços e do comportamento do jesuíta. Este era apontado pelos moradores como prejudicial à causa pública por trabalhar em benefício próprio, além dos objetivos evangélicos. Já aludimos à captura e às formas de descimento. A partilha dos índios resgatados era a *repartição*. O *administrador*, ligado à Câmara Municipal, podia distribuir entre os *moradores* uma parte dos índios cativos, *resgatados* ou *descidos*, que aliás eram em maior número. Após se designar os índios que ficariam para o serviço público, eram emitidas listas dos *moradores* aquinhoados e fixado o número de meses para o serviço. O salário era estipulado pelas câmaras em duas varas de pano por mês, correspondendo a dois tostões. Mas, da totalidade dos *índios descidos*, a terça parte era invariavelmente entregue aos jesuítas, que a repartiam como entendessem, não obstante os repetidos protestos da população branca.

A instituição do *administrador oficial* foi abolida em 1647, por entender o governo que tal prática era prejudicial aos dois lados interessados. A partir daí os índios poderiam “servir e trabalhar com quem lhes parecesse e quem melhor lhes pagasse seu trabalho”. Entretanto foram constantes as reclamações, o que motivou novo ato normativo. Lei sucessiva de 17 de outubro de 1653 restringia essa liberdade e ampliava o conceito de “cativeiro lícito”. Passava-se a considerar passíveis de captura os nativos que impedissem a pregação do Evangelho; os que recusassem defender a vida e as propriedades dos vassallos do Rei; os que roubassem ou assassinassem moradores; os que já sendo vassallos do Rei, se recusassem às obrigações civis; os antropófagos; os prisioneiros “atados à corda”, destinados à antropofagia e os já escravos de outros grupos indígenas. Obtinha-se assim novos meios de trazer mais gente para ser usada como mão-de-obra, dentro da legalidade.

A dualidade aldeia-missão já reflete uma conceituação preconceituosa. A aldeia indígena autêntica era uma reunião de malocas acrescentada de um terreno comum para plantio; nela habitavam grupos unidos por parentesco ou interesses comuns. A sua feição passou a confundir-se com a da missão jesuítica ou aldeamento, a partir dos *descimentos* e *resgates*.

A fundação de *aldeias* era prevista no Regimento de Tomé de Souza, 1.^o Governador Geral do Brasil: “Porque parece será grande inconveniente os gentios, que se tornarem cristãos, morarem na povoação dos outros e andarem misturados com eles, e que será muito serviço de Deus e meu, apartarem-nos da sua conversação, vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem com os que forem cristãos morem juntos, perto das povoações das ditas Capitânicas para que conversem com os cristãos e não com os gentios”.

Assim, na legislação portuguesa para o Brasil, a aldeia passava a confundir-se com a missão religiosa. Ela seria, mais que tudo, um ponto de partida, um centro de arregimentação indígena, doutrinação e treinamento. Entretanto, a sua estrutura administrativa demonstra que dela se esperava vida própria, auto-sustentada, enfim, economicamente sedimentada. Ademais, era interesse da Coroa dar-lhe a configuração civil de povoado. Impunha-se um tipo de vida para o qual os próprios habitantes não estavam preparados, e nem tinham porque estar. Os jesuítas “introduziram uma disciplina de horário na vida dos indígenas que antes apenas mediam o tempo pelas estações do ano (...). A instrução religiosa, a princípio razão suficiente para a fundação dos aldeamentos, era agora acomodada à rotina do trabalho agrícola (...). Recebiam instruções ao amanhecer ou ao anoitecer, porque ensinar-lhes antes perturbaria seu trabalho nas roças”.⁴

Na política indigenista pesava o fato de a rede de missões poder ser uma forma da Coroa assegurar a região contra incursões de estrangeiros ou de índios hostis. Entretanto, pela sua localização vê-se que se procurava dificultar também o acesso da população branca. Com isso mais se acirrava a indisposição contra a sonegação do indígena como trabalhador a seu dispor. Acusavam-se os padres de cada vez mais só aproveitarem o trabalho do nativo a seu favor, tendo para isso a proteção legal. Aliás, um dos padres visitantes da Companhia chegou a pensar em transformar as “aldeias-a-cargo-dos-pa-

(4) MARCHANT, Alexander. *De escambo à escravidão*. Trad. de Carlos Lacerda. São Paulo, Nacional, 1943.

dres" em "aldeias-propriadamente-dos-padres". Tal idéia baseava-se no exemplo do que se passava nos engenhos leigos. Os índios trabalhavam ali exclusivamente, quando encaminhados após a *repartição*. Por que os padres não fariam o mesmo com os índios de suas aldeias, *descidos* todos graças à sua colaboração?

O exemplo maranhense é bem significativo por ser a área de maior tensão em torno do problema do trabalho indígena nos séculos XVII e XVIII. Desde 1653, os padres da Companhia de Jesus administravam os índios, oficialmente; uma ordem régia do mesmo ano exigia a imediata libertação de quem os tivesse cativos. Isto serviu de motivo para os colonos se oporem fortemente aos jesuítas. Após invasão do Colégio do Pará conseguiram do governo, em 1661, a expulsão da Companhia de Jesus daquela área. Entretanto, por pouco tempo, pois, graças aos clamores do Padre Antonio Vieira em Lisboa, pugnando pela retratação dos inacianos, lograram êxito.

Autorizada a triunfal volta dos padres da Companhia, grandes modificações foram feitas na legislação. Criava-se a *Junta das Missões* (1665). Dado o clima de antagonismos fazia-se necessário o aparecimento desta. Tratava-se de um tribunal consultivo, especial e privativo para esta matéria, como os havia para os negócios da Fazenda e outros. Ora, esta Junta reguladora, aliada ao fato de, em 1667, ter sido subtraída dos jesuítas a *repartição*, que passava aos Juizes ordinários, apagava o triunfo da volta dos jesuítas ao Pará. O que se passava foi bem interpretado pelo Padre Serafim Leite: "Os colonos a querer mão livre no uso dos índios, a Companhia de Jesus, como instrumento do Estado, a regular esse uso, de acordo com leis contraditórias".⁵

Para tentar solucionar justamente estas contradições, no final do século XVII a Metrópole pretendeu dar uma guinada na política indigenista com o Alvará de 1º de abril de 1680. Proibia-se agora a escravidão por *guerra justa*! Se houvesse luta, seriam feitos prisioneiros, como o usual nas guerras européias. Fora disso, que todos os indígenas fossem conservados no sertão, nada se lhes exigindo.

Afirmava-se, pela primeira vez, que "de nenhum modo se devia reservar mais o prejuízo e direito dos índios, primários e naturais senhores das ditas terras". Entretanto, insistia-se na exclusividade dos jesuítas: a eles todo o poder espiritual e temporal sobre os nativos. A verdade é que independentemente das variações das leis os religiosos utilizavam realmente a mão-de-obra agrícola de seus catecúmenos. Era "já um velho refrão expresso pelas Câmaras em outras partes do Império português que, comprometidos como estavam os missionários no comércio das especiarias, eles relaxavam suas obrigações espirituais e, sonhando aos colonos os trabalhadores que eles necessitavam, eram eles, freqüentemente os responsáveis pela falta de incremento dos rendimentos reais".⁶

Para substituir a mão-de-obra, que o fim da permissão da *guerra justa* escasseava, era preciso importar negros. Este foi um dos grandes móveis da

(5) LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/Civilização Brasileira, 1938. v. 4, p. 44.

(6) ALDEN, Dauril. The significance of cacao production in the amazon region during the late colonial period: an essay in comparative economic history. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Philadelphia, 120(2):105-35, Apr. 1976, p. 121.

fundação da Companhia de Comércio do Maranhão, em 1682. Mas, também ela contrariava os interesses locais, acarretando protestos. A troca de escravos que trazia, aceitava cravo e panos, recusando, porém, o açúcar, o cacau, o tabaco e o couro. A colocação de sua produção era o que preocupava aos maranhenses. Afinal, por causa dela é que se importavam os negros. Os moradores revoltados encontraram em Manuel Beckman, proprietário de engenhos no Rio Mearim e vereador em São Luís, um líder no movimento contra a Companhia de Comércio e contra os padres. Queriam a expulsão dos assentistas, dos inacianos e a deposição do Governador. Em memorial entregue aos padres, em nome da Câmara de São Luís, afirmava-se que os habitantes da cidade já os haviam expulsado dela duas vezes e, agora, o faziam, respeitosa e, pela terceira vez.⁷

Entretanto, não houve força suficiente para ultrapassar a ameaça. Em 1685 foi sufocada a rebelião e enforcado o líder Beckman. A revolta fracassada foi a primeira manifestação de comerciantes contra os procedimentos da Metrópole. Ora, no bojo da repressão, viria a nova regulamentação indigenista.

O *Regimento das Missões* de 21 de dezembro de 1686 tratava de questões vitais e representava mais uma vez a volta triunfal dos direitos jesuíticoides, com a criação dos cargos de *Procuradores de Índios*. O regime de trabalho, no entanto, não se modificava substancialmente. Os índios seriam "livres no temporal, mas obrigados a trabalhar e servir aos administradores, dividindo-se este trabalho a semanas, de maneira que uma servirão aos administradores e outra ficarão nas aldeias para cuidarem de suas roças e famílias. Os administradores os pagarão". Poderiam os índios aldeados ser levados por moradores nas entradas, só com a ressalva: "Estas jornadas ao sertão nunca excedam de 3 a 4 meses; e antes da partida, os moradores depositarão em mão do pároco metade do salário segundo o tempo calculado para sustento das famílias e pagarão a outra metade no regresso".

Dois anos depois o governo tornava-se mais contundente, restabelecendo o cativo para os que estivessem *à corda* e determinando que todos os anos houvesse *resgates*, correndo as despesas por conta da Fazenda Real. Eram estes índios, agora, remetidos às Câmaras e, por meio destas, repartidos aos moradores. Passado algum tempo, entretanto, tal prática foi abandonada: sacerdotes recusavam-se a acompanhar as entradas, talvez, por não mais auferirem lucros como antes. "Um chamado Regimento das Missões, decretado em 1686, valeu como estatuto a reger a ação missionária. Essa, além da conversão do gentio ao grêmio da catolicidade, o que envolvia também uma conversão ao domínio do europeu ibérico, e da assistência intelectual e espiritual aos moradores e filhos, resultou, no particular do indígena, na modificação de seus hábitos de nomadismo, no ensino da língua portuguesa, no seu preparo técnico em vários ofícios, no agrupamento das tribos em núcleos de sentido urbano, na modificação do regime de trabalho dispersivo em trabalho disciplinado de fundo agrícola, na reforma dos modos de vida social, através dos vínculos de família e de maior exaltação às fórmulas de dignidade individual e doméstica. Em 1751, quando começou o consulado pombalino, ha-

(7) *MANUSCRITOS da Coleção Lamego*, códice 43. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

via, na Amazônia, 63 aldeias, das quais 19 jesuítas, 15 carmelitas, 9 franciscanas de Santo Antônio, 7 dos frades da Conceição, 10 da Piedade e 3 mercedárias. O empreendimento espiritual apresentava um rendimento expressivo".⁸

Se, na vertente maranhense, portanto, no norte da colônia, o choque entre jesuítas e colonos era pela exploração que se pretendia ao indígena em torno da mão-de-obra agrícola para trabalhos *in loco*, em outras partes do Brasil os litígios apresentavam nuanças próprias. Assim é que, o conflito no Sul, na Capitania de São Vicente, embora tenha começado no século XVI, viu suas formas sedimentarem-se no século XVII, a partir do aparecimento do uso do índio como objeto comercial. Os paulistas cometiam as *razzias* nas reduções jesuíticas nas áreas missioneiras hispano-americanas para se apoderarem dos selvagens aldeados com o fim de usarem-nos em suas expedições de prospecção de ouro e pedras preciosas ou para traficarem-nos. Neste caso, os bandeirantes comportavam-se como intermediários entre quem os quisesse comprar, fosse no Nordeste, fosse nas embarcações estrangeiras na costa. Contra isso, evidentemente, se punham os padres dos aldeamentos. Como observou Cassiano Ricardo, o "jesuíta precisava da alma dos índios, para a catequese, o lavrador lhe precisava do braço, para suas roças, o bandeirante lhe precisava das pernas, para as suas caminhadas. Ora, não podia o indígena ser dividido entre os três, uma vez que o jesuíta o considerava seu indiviso". Por estas atitudes radicais criou-se todo um clima de choques e divergências bastante acentuado, a ponto de turvar o bom andamento administrativo da vila de São Paulo e arredores.

O vínculo-fluxo que nesta fase se estabelece entre bandeirante, redução jesuítica e tráfico indígena, analisado em sua fase mais intensa, isto é, nos meados do século XVII, ainda apresenta aspectos novos que importaria conhecer melhor. Por exemplo, análises comparativas entre as formas de resgate e descimento no Estado do Maranhão e no Estado do Brasil: como foi visto, no Norte a missão (aldeia, aldeamento, redução) recebe o índio *a posteriori* do apresamento feito diretamente nas tribos. Neste caso, a ação jesuítica iniciava-se após o aprisionamento. Já no caso paulista, para a mesma época, as expedições bandeirantes iam buscar os autóctones nas missões, "descendo", pois, índios já convertidos e instruídos na fé e nos hábitos cristãos. Esta diferença teria originado reações e comportamentos diversos quando os aldeados fossem "usados" como mão-de-obra escrava? Outra questão seria o rastrear do destino real dos indígenas após a sua "venda" pelos paulistas: pouco se sabe sobre seu verdadeiro aproveitamento após deixarem o nosso litoral; também faltam estudos acurados sobre sua sensível presença nos latifúndios do Nordeste.

Entra o século XVIII e prossegue a questão entre colonos e jesuítas, porque as entradas não cessaram, muito embora estivessem proibidas desde 1701. Na década de 1720 surge Paulo da Silva Nunes no Maranhão, a liderar novos protestos, luta contra a sistemática da cessão da mão-de-obra indígena ao agricultor, tendo o missionário como intermediário. Como procurador dos maranhenses foi portador de memoriais populares dirigidos ao governo. Estes memoriais repetiam a tônica de sempre, a mesma de 100 anos atrás: que

(8) REIS, Artur César Ferreira. A ocupação portuguesa do vale amazônico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, v. 1, p. 266.

se retirasse o poder temporal dos padres sobre os índios e que se ensinasse português nas aldeias, aceitando-se nelas a presença de inspetores leigos.

Alguns proveitos tiveram aqueles apelos pois, com efeito, as Leis de 1728 e 1729 passaram a diminuir sensivelmente o poder dos jesuítas. Porém o texto legal não era evidentemente taxativo. Faziam-se restrições quanto ao número de pessoas e de idade entre os resgatados: que tivessem entre 13 e 40 anos. Doravante, os descimentos só podiam ser os oficiais, isto é, os permitidos por autoridade pública. Tais resoluções, no entanto, não abrandavam a oposição pois não se atacava o problema crucial. Os colonos, de suporte, armaram-se de argumentos contra os religiosos uma vez que não se sentiam contemplados pela Lei. Acusavam-nos de não obedecerem a *Lei de Repartição*, guardando os índios para seu particular interesse. Os colonos se opunham não só ao domínio sobre os índios evangelizados, mas também contra as transações comerciais que os jesuítas levavam a efeito em benefício próprio. Além disso havia a questão intocada das isenções tarifárias que os padres detinham, privilégio não alcançado pelos colonos.

Em meados do século XVIII abre-se realmente uma nova fase na questão indigenista porque pela primeira vez um “fato novo” surgiria: o afastamento gradativo e a posterior expulsão dos jesuítas. A bula de Benedito XIV de 20 de dezembro de 1741 (*Immensa pastorum principis*) dirigida aos bispos do Brasil e outros domínios portugueses, condenava veementemente o cativo indígena. Dentro da religiosidade inerente à sociedade colonial setecentista é compreensível a repercussão daquele preceito. De outro lado medidas Legislativas marcariam uma nova fase no relacionamento entre colonos, jesuítas e governo. O ponto de partida da nova política indigenista viria a ser a *Lei de 1755 sobre a liberdade dos índios*. Liga-se diretamente à política pombalina na Amazônia.

É no século XVIII que aquela região recebe sua “definitiva integração no espaço político e econômico do império português”.⁹ Aplicaram-se-lhe experiências agrárias e sociais e efetuou-se o afastamento das ordens religiosas, acusadas de tramar um Estado teocrático. Com a vinda do novo Capitão General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1751, uma nova orientação fora dada à questão do trabalho indígena. Tentava-se agora uma reestruturação da economia e do povoamento da Amazônia. Mais do que nunca o missionário seria visto como inimigo. Ele já não era o instrumento do Estado: era entrave ao fomento econômico da região. Aliás, já desde o primeiro item das Instruções de governo a Mendonça Furtado figurava a liberdade do gentio.

Desde logo, os Padres da Companhia de Jesus eram réus. “Se encontrades nos Regulares e Pessoas Eclesiásticas alguma dificuldade sobre a mal entendida escravidão que eles praticam com os índios, como também no estabelecimento destes a jornais para a cultura das suas terras, por não encontrarem neste novo método tantas utilidades como o que até agora praticaram; os persuadireis da minha parte a que sejam os primeiros nesta execução das minhas reais ordens porque os seus estabelecimentos de todas ou da maior parte das fazendas que possuem é contra a forma da disposição da lei do reino, e poderei dispor das mesmas terras em execução da dita lei, quando en-

(9) REIS, Artur César Ferreira. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro, Dois Mundos, 1948.

tenda que a frouxidão e tolerância que tem havido nesta matéria até serve de embaraço ao principal objeto para que se mandaram a esse Estado as pessoas Eclesiásticas...”¹⁰ Em resumo, que ficassem tão-somente com o espiritual.

O interesse metropolitano era, agora, pelo aproveitamento dos escravos negros no Estado do Maranhão, a exemplo do que já era praticado, em larga escala, no Estado do Brasil. Entretanto, Mendonça Furtado ponderava a Pombal que tal prática era muitíssimo custosa: “...Sendo a introdução dos pretos uma especialíssima mercê de S. Majestade para estes moradores pode também ser a causa da total ruína deste Estado; porque tendo os Regulares as suas fazendas cheias de índios escravos (bem ou mal possuídos) e as aldeias as suas ordens, para se servirem também dos índios de S. Maj. como fazem e tudo por limitadíssima despesa, absorverão em si não só as preciosíssimas drogas que se extraem do sertão mas nas plantações e lavouras de terra, todo o dinheiro que circula neste Estado; e pelo contrário, os moradores que, como não podem ter senão incomparavelmente menor número de escravos e custando-lhes estes 10 vezes mais que os índios aos Regulares, toda esta diferença é em benefício deles, e, em consequência, em prejuízo dos moradores”. Assim, solicitava autorização para organizar “descimentos para formar povoações ao pé das vilas”, povoações estas que não ficariam sob o comando dos padres. O Governador é que faria a distribuição e estipularia salários. Pretendia evitar abusos por parte dos jesuítas, reportando-se à sua velha tutela dominadora sobre o índio, à sua pretensa intenção do Estado teocrático e aos seus excessivos lucros. O governo português admitia que a economia e o povoamento do Estado do Maranhão dificilmente cresceriam se a tensão entre os colonos e jesuítas tivesse seguimento.

É importante assinalar que o óbvio descontentamento por parte dos indígenas ficou documentado para com os padres. Embora não haja testemunhas diretas, existem fontes jesuíticas que mencionam o fato. O Padre Lourenço Kaulen, encarregado de um aldeamento na Amazônia, deixa transparecer as hostilidades quando relata o quanto os padres foram desacatados, ameaçados e agredidos pelos aldeados. Para Kaulen, um dos motivos seria a proibição de bebidas alcoólicas. Estes e outros desentendimentos provocavam elevado índice de deserções.¹¹

Aos cinco anos de Governo, Pombal já firmava suficientemente seu poder e prestígio junto ao rei e lançava seus projetos fundamentais para com o Brasil: a definição geopolítica, a revitalização econômica e o fortalecimento do poder central – para o que faria de nobres e jesuítas os adversários à sua política. A Lei de 5 de junho de 1755 que estabelecia a “Liberdade dos Índios do Grão-Pará e Maranhão” é sintomática desta nova política. O Alvará que se lhe segue, de 6 de junho, rezava que os índios ficariam entregues “no temporal aos Governadores, ministros e a seus principais e Justiças secula-

(10) Das instruções a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963. p. 26 e segs.

(11) Carta do Padre Lourenço Kaulen à Rainha-mãe D. Maria Ana d’Austria. Pará, 16 de novembro de 1753. *Manuscritos da Coleção Lamego*, códice 1.29. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

res, com inibição das administrações dos Regulares, derogando todas as leis, regimentos, ordens e disposições em contrário”.

Os índios seriam agora “livres de toda escravidão”, podendo dispor de suas pessoas e bens como melhor lhes parecesse, sem outra sujeição temporal que não às leis do Reino. Daqui para frente seriam as Câmaras, o Governador e ministros quem estabeleceriam os jornais a serem pagos, com pagamentos aos sábados de cada semana em pano, ferramenta ou dinheiro, como melhor conviesse às pessoas que os empregassem. Tendo sido especialmente pensada para o caso do Norte do Brasil, esta lei só seria estendida às demais capitanias a 8 de maio de 1758, praticamente em conjunto com o *Diretório dos Índios*. Confirmado a 17 de agosto de 1758, este abolia, definitivamente, a interferência eclesiástica na condução do indígena.¹²

Este texto legal encerra questões básicas à respeito da política indigenista pombalina. Vê-se claramente que pesava mais o problema da aversão ao jesuíta do que os interesses propriamente indígenas. A língua teria que ser só a língua portuguesa. Era preciso, ditava o Diretório, “desterrar a chamada *geral*, invenção verdadeiramente abominável e diabólica para os conservar na barbaridade”. Seria nomeado um Diretor pelo Governador e sua jurisdição seria diretiva, nunca coativa. Haveria maior estímulo ao plantio e ao comércio. Não se reconhecia, no entanto, nenhuma autonomia do índio, tanto que transações a serem efetuadas por eles, deveriam ser tuteladas: “O comércio ou a compra, transporte e vendas de diversas mercadorias será feito por pessoa para isso deputada, atenta a notória incapacidade dos Índios para procederem por si a quaisquer operações complicadas”.

A intenção do *Diretório* era muito mais no sentido do afastamento da Companhia de Jesus do que no de uma menor sujeição dos nativos ao trabalho forçado. Tanto que eles continuariam a ser repartidos, ordenando-se sua divisão em partes iguais, quando dos descimentos. Uma parte ficaria nas povoações, para “defesa e serviços”; a outra, repartida pelos moradores a fim de equiparem as canoas que demandavam o sertão, em busca das “drogas”, tanto quanto ajudarem-nos na cultura do tabaco, açúcar, algodão etc. Os moradores deveriam depositar o salário dos índios com o Diretor: este lhes entregaria um terço adiantado e o resto ficava em depósito, até o fim dos trabalhos devidos. Vê-se que a questão do trabalho compulsório persistia. O que é inovador é a transformação leiga do aldeamento.

Esta modificação introduzida, demonstrando bem a anteposição às disposições jesuíticas, foi a admissão de povoadores brancos nas aldeias, numa aparente tentativa de integração. Aliás, domina muitos dos artigos do *Diretório* esta preocupação com o dar-se ao aldeamento a feição e a estrutura de organização urbana civil. Nem assim, entretanto, a integração foi possível, como ficou demonstrado posteriormente. A laicização dos aldeamentos – afastados os jesuítas pela decretação de sua expulsão – não se deu nos moldes desejados nem no Estado do Maranhão nem no do Brasil. Alguns antigos aldeamentos chegaram a prosperar como vilas, mas isto quando a dispersão indígena já lhes proporcionava maior incidência de população branca. E neste sentido, administração e vida comunitária prosseguiram como as demais povoações.

(12) *DIRECTORIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão...* Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1758. 43 p.

Sem poder vencer as pressões do poder localista ou a força dos missionários jesuítas, o governo metropolitano nunca se definiu concretamente em seus atos normativos. Mesmo porque também ela, a administração pública, fazia uso abusivo do indígena. Tais atitudes acabaram por prejudicar altamente o elemento autóctone. Diluiu-se nas formas de exploração ou, até mesmo, nas de miscigenação e também nas de aculturação, a possibilidade de, através da cooperação e do respeito recíprocos, constituir-se uma sociedade indígena autêntica e autônoma, possível mesmo dentro das normas restritivas do governo colonial.

Recebido em 16 de fevereiro de 1988.

ABSTRACT

The Portuguese legal system in Colonial Brazil in regard to the work and status of the Indians faced strong opposition from the Colonists and Jesuits, for it restricted their manipulation of these populations and the use of Indians as slaves. Yet since the legislation was factious and imprecise, it did not permit the Indians to achieve self-government nor did it allow for their necessary integration into the Brazilian society.

Key-words: Indian policy – Colonial period – Indian slavery – Jesuits.

“RECONHECIMENTO DE NÊMESIS”: MOMENTOS DO GRÃ CÃO

Ivone Daré Rabello*

RESUMO

O poema “Reconhecimento de Nêmesis”, pertencente ao livro *A costela do Grã Cão*, de Mário de Andrade, é neste ensaio interpretado a partir de uma análise estilística e temática. No texto, o eu lírico revela a si mesmo um outro de si – o menino de sua infância, que o invade – e representa o mundo dos homens comuns como antagonico a ele. A partir desses temas da cisão interna e do desacordo com o mundo, o ensaio investiga de que maneira se constrói o texto, na unidade forma/sentido, privilegiando a tensão existente entre dois ritmos: o do mundo, que uniformiza, e o da poesia, que resiste. Dessa tensão resulta a exibição da fratura do eu poético e sua impossibilidade de marchar no compasso dos homens comuns. Com essa leitura, o ensaio finaliza apontando alguns dados interpretativos para os livros *A costela do Grã Cão* e *Livro azul*, entendidos como momentos complementares da produção de Mário de Andrade: do ser que gera sua obra na dor ao ser que prega o reino da liberdade, na construção exorcizante e revolucionária da poesia.

Unitermos: *Literatura brasileira – Teoria literária – Poesia brasileira – Crítica literária.*

I

“Então Jeová Deus fez cair um sono profundo sobre o homem, que adormeceu; tirou-lhe uma das costelas e fechou a carne em seu lugar. E a costela que Deus tomara ao homem, transformou-a numa mulher.”

Gênesis, II, vv. 21 e 22

(*) Pós-graduanda na área de Teoria Literária da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e bolsista da FAPESP.

Da costela, nasce o casal, sob o signo da perfeição divina: Deus, Adão e Eva – uma trindade que, consagrada à indiferenciação, à totalidade, destinou o Uno a se fragmentar para o resto dos tempos. A costela, símbolo da criação de um homem ainda divino (ainda não transgressor), é também símbolo daquilo que nesse homem já é imperfeição: a necessidade de complementação, a necessidade do outro. Símbolo do casal, que se unifica, é também o símbolo de sua condenação: do homem em unidade com o paraíso advém o homem compelido a estar em um outro, o homem que busca, eternamente, recompor o que fora uno. A costela marca o homem que, incompleto, dá formas à sua incompletude e se destina à cisão.

Sob o signo do divino, o homem se condena. E segue a trilha desse seu caminhar.

Mário de Andrade, homem e criador. Em seu trajeto, instaura a representação literária de sua dor: *A costela do Grã Cão*. Esse homem é também potência e pulsão; Mário é Deus de sua criação. Também ele cria, em similitude com Deus, seu Adão e sua Eva. Adão é, nele, o Grã Cão: o Deus cria seu Demônio. Eva é, nele, ainda apenas uma virtualidade: uma costela que reúne fragmentos espalhados na representação de seu trajeto de vida (poemas de 24, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 38 e 40). E essa Eva virtual, essa apenas costela, tem em seu núcleo não o outro, mas a si mesmo: no centro do livro, no centro d'*A costela do Grã Cão*, há um ostensivo subtítulo que reúne cinco poemas: "Grã Cão do outubro". Do Grã Cão sai a costela que gera o Grã Cão: o poeta de 33, o poeta da crise dos quarenta anos.¹

A trindade divina, bíblica (que paradoxalmente apontava e condenava o homem a buscar seu par eternamente e a eternamente reviver a incompletude), torna-se aqui unidade demoníaca, num espelho: o poeta cria a sua própria poesia que o cria – todos demônios, nascidos sob a égide do Grã Cão, a apontarem a cisão. Mas o espelho atravessa o reino e aponta um outro: o poeta que cria a poesia que o cria – todos demoniacamente a afirmarem a possibilidade de superação. *A costela* foi seguida de *Livro azul*. Esses dois livros nunca apareceram separada ou independentemente. Só em 41 publicados, sob a forma de dois livros, inseridos em *Poesias*, ambos reúnem escritos centrados em 33 – ano dos quarenta anos do poeta Mário.

Ao demônio Grã Cão pertence a costela. Esta só se revela ao público junto ao *Livro azul*, que aponta o reino possível da comunhão, junto ao irmão pequeno ("Rito do irmão pequeno"), junto ao amor realizado ("Girassol da madrugada") e junto ao espaço indiferenciado das águas da morte – tranqüilo reino do alívio das tensões ("O grifo da morte").²

Na simbologia do Grã Cão e de sua costela, na simbologia de um outubro, muitas são as interpretações possíveis. Não se trata aqui de empobrecer a poesia de seus significados virtuais; antes, trata-se de decretar uma impos-

(1) Cf. cartas de Mário de Andrade em que ele depõe, emocionado, sobre sua crise dos quarenta anos e a articula à fatura de *A costela do Grã Cão* (In: ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. ed. crítica de Dileza Z. Manfio. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp; 1987. p. 45-6).

(2) Essa interpretação do conjunto dos dois livros apenas resume o caminho seguido por João Luiz Lafetá em *Figuração da intimidade* (São Paulo, Martins Fontes, 1986), no qual são analisados sobretudo *A costela do Grã Cão* e *Livro azul*, na demonstração do trajeto mítico da "viagem na noite" cuja etapa final é a *anagnórisis*.

sibilidade de penetrar todos os vastos campos desse labirinto. Ariadne impõe um fio que salva Teseu, ao conduzi-lo a uma porta de saída. Mas também o condena a não ver a beleza das portas sem saída da construção em vertigem.

Assim, nessa leitura que segue por um fio, o criador dá forma ao vazio gerando seu próprio demônio que o exorciza – não pela bíblica condenação à cisão, mas pela utópica pregação da liberdade. Desse criador, desse poeta, desse ser lírico que extrai de sua dor a sua geração – sua obra – procurar-se-á olhar (com o fio estreito de uma leitura) o mergulho na construção poética desse ciclo de criação/fingimento, que parece supor uma modelagem na argila.

As palavras são a argila com que esse criador modela o mundo.³ Dessa matéria, sairão sangue e saliva: momentos fulminantes da busca de um outro, das marcas da incompletude no presente (“Canto do mal de amor”), ou da esperança de completude no futuro (“Melodia Moura”), das marcas da fragmentação (“Reconhecimento de Nêmesis”, “Toada”); momentos fulminantes de pulsões de amor-morte, ímpeto destruidor que se identifica ao próprio demônio e que o identifica, arrasando o objeto de seu amor (todos os poemas sob o subtítulo “Grã Cão do outubro”); momentos da calma amarga na dura constatação das impossibilidades (todos os sete poemas finais de *A costela*, representados aqui nos versos que finalizam o “Grã Cão”: “Ai, que eu vou me calar agora, / Não posso, não posso mais!”).⁴

Dessa matéria, sairá também o espaço utópico, a afirmação da não-liberdade no espaço real.⁵ Esse reino da utopia – feito não de sangue e saliva, mas de água e azul – funde o alto ao baixo, reúne céu e terra que incluem o irmão, o amor, a morte (respectivamente “Rito do irmão pequeno”, “Girassol da madrugada” e “O grifo da morte”). Esse reino do azul (*Livro azul*) necessitou do sangue e da saliva d’*A costela do Grã Cão* para ser gerado.

O labirinto seduz. Ariadne segue um fio que a conduz a uma só porta: à de uma saída. De toda essa matéria, feita de sangue, saliva, água e luz, a escolha é localizar um momento em que o Grã Cão, através de sua costela, revela, a si mesmo, o outro de si e, assim, representa-se o mundo que se opõe a ele: o mundo dos homens, o mundo de um Deus.

Apenas “Reconhecimento de Nêmesis” será percorrido: apenas um fio.

(3) Criador, usado aqui como sinônimo de poeta, abre o campo das analogias com a figura de Deus. Um deles é o da origem e usos do verbo *ingere*. A palavra ficção vem de *ingir* (*ingir*, *ingere*), que tinha como significado inicial “tocar com a mão”, “modelar na argila”. Inclusive, na tradução latina da Bíblia, o verbo utilizado para indicar que “Deus criou o homem” é *ingere*. Assim, provavelmente o verbo *ingere* se ligue ao verbo *fazer* que, por sua vez, articula-se semanticamente à palavra *poiesis* (= fazer). Essas indicações etimológicas e semânticas são de autoria de Ivete Lara Camargos Walty, no livro *O que é ficção* (2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986).

(4) Cf. LAFETÁ, João Luiz. op. cit.

(5) Octavio Paz, em *Os filhos do barro*, desenvolve a idéia da utopia não como afirmação do “paraíso perdido”, mas como a revolucionária negação do real alienado (Cf. LAFETÁ, João Luiz. op. cit.).

Conhecer significa ao mesmo tempo apreender algo, captar um objeto exterior ao eu (objeto de seu conhecimento), e colocá-lo dentro de si: representá-lo. E, qualquer que seja a postura filosófica diante desse conhecimento, conhecer implica não apenas representar um objeto mas também desvelar-se a significação do real, em função do objeto representado.⁶

Em "Reconhecimento de Nêmesis", o Grã Cão que gera, na costela, a sua cosmogonia, torna a conhecer Nêmesis. Essa Nêmesis – velha conhecida do eu lírico, pois que a reconhece – é a representação de algo que já foi internalizado pelo sujeito e de algo que lhe dirige o olhar sobre o real. Nêmesis é representação de uma realidade do eu e, ao mesmo tempo, a confirmação de seu modo de mirar e apreender o mundo.

Quem é Nêmesis no poema? O que se representa nessa representação? Que estranha relação se estabelece entre esse conjunto de cabalísticas 13 estrofes,⁷ que mexe e remexe no tempo e na temporalidade, que cinde o eu em alma e olho, em menino e homem, e esse símbolo: Nêmesis? Que estranha relação une Nêmesis a um poema que relata o corte do fio da história que deveria unir o eu aos homens e, no entanto, aprisiona-o em seu quarto para, paradoxalmente, refugiar-se da "malvadeza brutaça" que o impede de seu estar no mundo?

Quem é Nêmesis nesse poema ao mesmo tempo contido e imprecatório? E a quem vingá-la?

Vinda da noite do que na cultura cristã chama-se paganismo, Nêmesis é divindade grega. Antes de ser divindade, porém, Nêmesis foi apenas uma mulher – filha da Noite que é filha do Caos. Engendrada nas Trevas, na genealogia do escuro, ela ousou não querer Zeus, ousou evitar ser possuída. Af seu crime, af seu excesso, af sua punição: a filha da Noite torna-se então divindade, para punir os homens toda a vez que eles ousarem repetir o seu gesto de desafiar os deuses, não cumprindo seu destino de obedecer a eles. Origem da tragédia, Nêmesis retorna para punir o excesso, a *hybris*: qualquer tentativa de um homem de se elevar acima de sua condição humana a faz retornar, severa e silenciosamente: um dedo sobre os lábios, a imposição do silêncio é o seu sinal e o seu castigo.

(6) Cf. MORA, José Ferrater. *Diccionario de filosofia abreviado*. 4. ed. Buenos Aires, Ed. Sudamericana, (1974).

(7) Interessante notar que, na magia, o 13 é um número que indica a morte (a carta 13 do tarô é a Morte, representada pela figura do ceifeiro e do esqueleto). Mais amplo que na cultura cristã, esse conceito, na magia, significa transmutação, passagem de ciclo. Se por um lado indica temor diante do desconhecido, por outro afirma a passagem para outra etapa do conhecimento. Mário estudou a música e a feitiçaria e, embora não se trate de dizer que o número de estrofes é aqui proposital, não se pode deixar de notar as relações possíveis entre o número de estrofes e o conteúdo do texto.

Vingadora de toda maldade, castigadora de todo orgulho, ela é também inimiga da felicidade: Nêmesis lembra ao homem que ele é apenas humano, que não pode ousar fugir a essa sua condição – impõe-lhe limites. Mas Nêmesis lembra também que os deuses invejam sua própria criação, não aceitam os homens que arriscam sobrepor-se à sua humanidade.⁸

Simbolicamente, Nêmesis e Prometeu são irmãos na ousadia. Mas, também simbolicamente, Nêmesis pune Prometeu.

O Grã Cão a nomeia, a invoca, a reconhece. De que vingança se tratará? A vingança de Nêmesis – e uma de suas significações é essa (Nêmesis é vingança) – supõe ter havido um desequilíbrio no universo. De que desequilíbrio se trata?

Já numa leitura inicial do poema, é possível detectar vários desacordos, desarmonias, oposições entre o eu e o mundo que é por ele olhado como homogêneo (as “estatísticas” do verso 144). O eu, depois de caminhar pelas ruas em busca frustrada de um outro (“Canto do mal de amor”), encerra-se em seu quarto; o mundo permanece lá fora, e o que o habita não são os homens, mas a vileza dos homens, numa forte e reiterada inversão entre o substantivo e o adjetivo (cf. verso 34: “a vileza humana”; e versos 101 e 102: “Ah! malvadeza brutaça/ Dos indivíduos humanos”). Desequilíbrio e dissonância: o ritmo da vida não comporta o eu; o ritmo unânime da vida, regido pela vilania, expulsa-o porque ele desafina. As várias imagens sonoras no corpo do poema (“a bulha dos meus desejos”, “a bulha da cidade”, “o murmurejo natal desta vida”, o “concertando as cruces do seu destino”) apontam que o desafinado não erra a melodia – é seu passo que caminha em um ritmo particular. Dissonância de passo: disritmia para o olhar da multidão que não admite a poliritmia, e disritmia para o eu que assim olha a multidão. Disritmia: e o ritmo é um fio na temporalidade, uma seqüência que tem de se tornar previsível no tempo – avante!⁹

Parece, então, que essa seqüência progressiva no tempo, que inclui uma certa previsibilidade – o ritmo –, não comporta uma falha no encontro do eu no mundo. Há um ritmo que o eu olha como homogêneo (o “ritmo unânime

(8) Há aqui leituras sobre a exegese e a significação do mito de Nêmesis, extraídas sobretudo do *Grand dictionnaire universel*, de Larousse, e do *Dicionário da mitologia grega*, de Ruth Guimarães (São Paulo, Cultrix, s. d.). A essas pesquisas acrescentou-se uma interpretação pessoal – não de todo desprovida de fundamentação. Aludo à polêmica de Platão e Aristóteles, que negavam a visão de Ésquilo, por exemplo, de que a origem da tragédia dos homens é a inveja dos deuses. Uma leitura do mundo foi, então, sepultada. O cristianismo certamente encarregou-se de tentar eliminá-la: deuses não têm inveja!

(9) Os termos “desafinação”, “desarmonia”, “dissonância” estão aqui empregados livremente, na representação simbólica. No sentido estritamente musical, não se pode passar de conceitos ligados à melodia e à harmonia (desafinação, desarmonia, dissonância) e aplicá-los ao ritmo – já que esses códigos supõem sistemas específicos que os referenciam. Por exemplo: para pensar o desarmônico é preciso estar centrado num cânon rígido da harmonia. O olhar que chama de dissonância um acorde de 7ª, por exemplo, é o de quem está centrado na harmonia tradicional. As ressonâncias simbólicas desse código musical estão presentes no poema e são utilizadas aqui para metaforizar esse jogo: código e cânon, código e ruptura, convenção e liberdade.

desta vida”, dos versos 168 e 169), marcado pela vileza, pela ambição, pela podridão do podre (estrofes III, VII e VIII) e pelo movimento para frente. Há um outro ritmo – uma outra seqüência de sons num outro tempo – que é o do eu. Há *um* som e *outro* som; se poderiam não ser excludentes, o eu, porém, os olha como tal. E se o som só existe no tempo – se só se pode pensar na música como a distribuição do tempo entre os sons –, trata-se para o eu de compor uma música, de compor o som que, distribuído no tempo da poesia, no ritmo das palavras, é ao mesmo tempo tentativa de equilibrar-se ao ritmo da vida e exibição da fratura que o impossibilita de marchar no mesmo compasso.¹⁰

O tempo linear só se compõe enquanto existe uma distribuição de fatos não simultâneos e enquanto um olhar assim o mira. Nesse sentido, a temporalidade é rítmica – e essa pode tornar-se uma imagem que fornece chaves para uma compreensão do poema. Assim, no texto em que o eu separado do mundo percebe-se diferenciado da unanimidade (ele é um outro, negado e negador, do mundo, com “amargura visguenta pelos homens”) e percebe-se cindido (duplamente, do mundo e de si mesmo, no homem que vê o outro de si, o “menino”, a “assombração”), há um desejo de harmonia, de “concerto”, de construção de um ritmo que faça caminhar o tempo.¹¹ Isso significa adequar-se ao sistema do ritmo concorde e unânime ou ostentar a disritmia para afirmar a poliritmia, a pluralidade, a construção de outros sistemas de ritmar, de mirar, de representar e de sonhar?

Neste poema (de março de 26), o programático Mário modernista constrói versos de sete sílabas. O programático modernista retoma o verso metrificado, ainda no programático desejo de atar as pontas da tradição popular (e as redondilhas são os mais populares e usados versos em Língua Portuguesa) às da vanguarda. Tudo parece consoante. Mas de novo há a desafinação, a quebra de um “ritmo unânime”, a exposição da fratura. As redondilhas parecem camisa-de-força em que o eu se debate; o ritmo desses versos não segue a lógica da métrica; não é regular. Os versos estão marcados pela não-uniformidade e não-coincidência no número e na distribuição das sílabas átonas e tônicas. A marcha dos sons no tempo não se uniformiza à lei da conven-

(10) Octavio Paz, em *Signos em rotação* (São Paulo, Perspectiva), escreve sobre o ritmo da convenção e o ritmo natural; distingue metro e ritmo; e afirma a poesia da linguagem pairando em e sobre os cânones. A dialética da convenção do ritmo e da métrica, que se desenvolve historicamente, aponta a liberdade, a sistematização e o aprisionamento da poesia aos cânones – com a conseqüente luta dos poetas.

(11) Mário foi, também, músico. Se utilizou o verbo *concertar*, isso certamente não se deve a um equívoco. Ou, se houve o equívoco, ele é significativo demais: ostenta a busca da música, que é ritmo e som. Mas que é também relação do homem com a ancestralidade e a primitividade: antes da linguagem articulada, o homem vivia em sons: natureza, sem cultura. Totalidades.

ção: o verso está com o pé quebrado.¹² A marcha dos sons no tempo retoma um outro ritmo, da primitividade que não se cabe.

O pé quebrado faz do texto algo que, podendo ser puro jorro da prosa, da linguagem com seu ritmo essencial, revela o desejo implacável, do eu, de metrificar com ritmos desiguais. Não bastasse o pé quebrado, também a redondilha, ostensivamente aparente, cabe mal à leitura – ainda que só com os olhos: *enjambements* contínuos (contínuos deslocamentos entre o que o olho vê ou o ouvido escuta e o sentido exige) compõem o texto, quase a gritar que o verso NÃO se cabe, que a métrica (a distribuição do sentido no tempo) tem de transbordar e o ritmo, desritmar.¹³ O verso de ritmo livre, apesar da aparência da metrificação que lhe exige regularidade, e o *enjambement* como procedimentos constantes da composição do poema retomam o núcleo gerador do tema: parece que há um ritmo que o poeta tem de criar, sem o auxílio de fora, pois o ritmo do mundo o expulsa. A tal ponto se exacerba essa disritmia (ou a existência de dois ritmos que não dialogam entre si) que a redondilha não se cabe entre as estrofes; o *enjambement* torna-se uma ligação não de frases, mas de estrofes:

estrofe XI - verso 166	1 2 3 De parar...
estrofe XI - verso 167	4 5 6 7 Menino, sai!

em que o que é ruptura (mudança de estrofe) torna-se continuidade (permanência da redondilha).

De pé quebrado, o eu segue, tentando seguir o ritmo da maioria, denunciando o ritmo da maioria: usando o ritmo da convenção para estilhá-lo. A aparência de ordem da métrica é camisa-de-força que revela, ocultando, a desordem.

E onde está a desordem? Na negativa de seguir ou naquilo que o impede de seguir? De um lado, o eu está em discordância com o mundo (no quarto em oposição ao de fora, na inocência que teima em persistir frente à vileza, no menino – inocência – frente à “malvadeza brutaça dos indivíduos humanos”) e não quer segui-lo. De outro, a permanência do menino dentro de si,

(12) Para não cansar com a demonstração, ficam ao pé da página alguns exemplos do que no texto é uma constância. Os versos, extraídos casualmente, poderiam ser quaisquer outros:

“Mão morena dela pausa	(1-3-(5)-7)
No meu braço...Estremeci	(3,7)
Sou eu quando era guri.”	(2,4,7)

ou:

“Conscientemente implacáveis	(4,7)
Imperiais no riso mau!...”	(3,5,7)
“Ota, cabra demográfico”	(1,3,7)

(13) Num poema de 185 versos, apenas 13 não têm, rigorosamente, *enjambements*.

o núcleo gerador da inocência que deveria ter acabado ao primeiro sopro de vida (cf. versos 170 a 174) o impede de seguir no ritmo convencionado, o impede de sair para buscar e não encontrar algo semelhante a si mesmo.

A desafinação pode voltar-se agora, na análise, para a forma de conhecimento que o eu tem do real. Estaria liberto se ou bem amasse o menino de si (representação do seu conhecimento sobre a sua bondade e a sua inocência) ou bem o odiasse. No entanto, o que poderia ser tensão, alternância, é ambivalência: o impulso de amor e ódio se dá ao mesmo tempo – forças iguais colidem. O eu, portanto, não quer a exclusão e mira o mundo querendo impor nele o que nele há: pluralidades, poliritmia.

Assim, esse menino – metáfora e representação do conhecimento que o eu tem sobre si mesmo e sobre sua inocência – é também revelação do que no eu está cindido, não integrado. A bondade, a inocência são uma parte de si; desvela-se um segredo: o mundo feito de maldades obriga o homem a ser mau; verdade heróica e sofrida desse poeta que tem em si uma parte descolada dele – imagem de sua cisão, imagem daquilo que não é mais que uma parte dele, mas que cresce e ganha autonomia (cf. “... A primeira vez que veio/ Tive uma alegria enorme,/ Gostei de ver que já era/ Bem mais taludo e mais forte/ Que em pequeno”). Abandonar essa parte de si é poder estar no mundo (estrofe IX); abandonar-se a ela é impedir-se de estar no mundo (estrofes III e V). Em uma e outra alternativa, o eu tem de se entregar a algo, aqui ou ali, a este ou àquele ritmo: o do silêncio – apaziguamento de forças – ou o do rumor; ao menino ou ao mundo (versos 134 a 148). Realidades ambivalentes (o menino “trelento” traz os “silêncios puríssimos”; o “murmurejo natal desta vida” só raramente é “sem graça”) e realidades, ambas, não excludentes. No entanto, aqui são vistas e representadas como opostas e autônomas. E o sujeito que as cria, o sujeito do conhecimento que assim as representa, representa-se como objeto delas. De pé quebrado, esse eu cindido em si e cindido no mundo é paciente: recebe a vileza do mundo, recebe a visita do menino. Mas ele também teme. E impreca. Contra um e contra outro.

O menino que lhe aparece, símbolo da inocência que não se perdeu, é quase um demônio que o espreita:

“Mão morena dele pausa
No meu braço... Estremeci.”

Essa é revelação: o menino o invade, sem que o eu o chame, e instaura o reino da emoção. Esse que traz a mensagem reveladora em seu simples ato de aparecer é anjo ou demônio (cf. versos 39 e 40)? Os adjetivos que o qualificam o demonizam: feio, só-olhos, cabelos. Mas o que o define é sua verdadeira substância, sem qualificativos: “Eu era menino mesmo,/ Menino... Cabelos só”.¹⁴

(14) Ainda que não seja objeto deste trabalho, não se pode deixar de ressaltar a ligação imagética deste com o “menino com cabelos” do “Tempo da camisolinha” (in: *Contos novos*); nem ao trecho em que o narrador afirma ter rasgado a foto em que aparecia com seus cabelos longos. A imagem da inocência teve de ser rasgada – diz o narrador – e a foto com cabelos cortados – continua ele – se não o explica, perdoa-o do que tem sido. Estuário de imagens, a obra de Mário de Andrade é também caleidoscópica: os pedacinhos de vidro retornam, compondo novos desenhos.

Nessa aparição, de alguém que toca sem ser chamado, nessa vida mais vital porque é "assombração", pura essência, de novo suspende-se o fio da temporalidade. Disritmia. O "pousa" no presente traz o passado: "estremeci". A seqüência verbal não "combina", não se harmoniza. Ao relato progressivo, que se espera e sobretudo tarda ("mão pousa", no verso 1; ele surge e se "bota rentinho de mim", no verso 37; e remexe no quarto, verso 50; para sempre vir-e-ficar, no poema todo), instala-se o passado, a rememoração (versos 5 a 17), a reflexão que suspende o fato atual (estrofe II) ou o explica (estrofe III). O menino, descolado do eu, vem e desloca o tempo, congelando-o no eterno ("Mão/ Morena *sempre* pousando/ No meu ombro, aluada muito!") ou no indefinido fluxo atemporal do gerúndio ("É um silêncio atravessando/ O corpo manso das cousas").

O menino vem e presentifica, suspende o tempo, congelando a maldade lá fora e a bondade perdida num canto do eu.

Anjo ou demônio, esse que revela verdade tão fragmentada? Anjo ou demônio, esse que instaura o tempo para trás, o tempo que não se ritmiza com o "avante"?

É preciso seguir o tempo. O eu, então, se explica, se retoma: sofrer traz o menino. O menino só vem quando se está no reino das totalidades (total alegria/total tristeza); ou para trazer a esperança ou para lembrar o sofrimento – ambos, excessivos. Ou vem a lembrar ao eu que ele é filho do Prometeu heróico, que rouba os deuses:

"(...) possuía
Uma alma aquecida pelo
Fogo humano do universo";

ou para fazer-lhe companhia nas dores do Prometeu punido:

"A terceira vez é agora
E eu... não sei... não gosto dele
Mas não quero que o rapaz
Me deixe sozinho aqui.
Não danço mais dança-do-ombro!
Eu reconheço que sofro!"

O menino é a chaga que se recusa a ser indiferente, que se recusa a não viver o excesso. O menino desafia e faz invocar Nêmesis porque desafia os deuses que criaram os homens para serem apenas humanos. Sem excessos.

O Grã Cão tem o pé quebrado¹⁵ – sua grandeza está em sofrer (versos 75 a 80) e, assim, distinguir-se, diferenciar-se. O Grã Cão não é o homem criado por Deus, não é o homem que se adequa para não receber a punição de Nêmesis. Com o olho no ritmo da multidão, coração apertado por não se-

(15) Conforme Aurélio Buarque de Holanda, no *Novo dicionário da língua portuguesa* (1. ed., 3. impressão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s. d.), "pé quebrado" indica a composição poética *popular* quase sempre *satírica*, em geral muito empregada no pelo-sinal, no padre-nosso, na ave-maria e no testamento-de-judas. Neste poema, também o pé quebrado serve para dialogar com a religião e para, em vez de satirizá-la, invertê-la: Grã Cão, ritmo desigual, imprecação contra si e contra Deus.

guir, ele segue. Marcha descompassado: o estigma do que tem é, ao mesmo tempo, a marca do que não é.

O menino que lhe vem é o estigma do que tem e o encontro dele é sua maldição no mundo dos homens igual aos quais não é: os versos não se cabem, o que é inocência profana. Nova rebelação, nova ousadia, novo excesso: o texto, de revelação do sagrado reino da inocência, torna-se uma longa seqüência de imprecações, de blasfêmias – das mais cruas de Mário.

No centro do poema, a constatação do sofrimento:

“Eu reconheço que soffro!” (verso 100)

Logo após, nas estrofes VII e VIII, um jorro de enunciações, justapostas – sinais de uma descontinuidade que se dirige ao mundo externo –,¹⁶ de fusão de coisas heterogêneas (cada um e todos os homens), niveladas em sua essência revelada: não são os homens (que são maus) a essência, mas sim a malvadeza que essencializa e equaliza todos os homens (meros adjuntos adnominais desse ser abstrato):

“Ah! malvadeza brutaça
Dos indivíduos humanos,
Dos humanos desta praça!”

Nessa longa enunciação, nomes se sucedem a nomes; não há verbo, a não ser o infinitivo ou o gerúndio: a temporalidade se suspende. Os conteúdos nominais permanecem eles próprios, sem fios de história, no tempo eterno. A palavra poética profere e se produz o ato mágico da maldição, atravessando os mundos, do mais genérico e abstrato ao mais figuradamente concreto.¹⁷

Na longa imprecação (33 no conjunto de 185 versos)¹⁸ o homem é proferido e nomeado com os qualificativos do demônio: mau, ruim, perverso, com maus instintos. É equalizado aos símbolos do demônio: sucuri, cabra (fêmea do bode – conhecida representação da força malévola), magrém (a esterilida-

(16) Para Hugo Friedrich, de quem tomo a imagem (embora aplicada a outro contexto), a justaposição é uma marca sintática da lírica moderna e remete a uma concepção moderna do mundo: o poeta denuncia a insuficiência do real e aponta a transcendência vazia (in: *Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX*. Trad. de Marise M. Curioni (texto) e Dora F. da Silva (poesia). São Paulo, Duas Cidades, 1978).

(17) Há ressonâncias, nesta imprecação, com a Ladainha de Nossa Senhora e o Salve Rainha – ambas proferições mágicas dos Mistérios de Cristo. No entanto, a imprecação inverte o procedimento das rezas cristãs, que partem do mais concreto para chegar ao mais abstrato (“Mãe do criador/ Estrela de Davi/ Mãe da Divina Graça” etc.). A analogia, às avessas, fica mais evidente na oração final do terço, o Salve Rainha. É possível ver o movimento semelhante dos dois textos: da enunciação da Mãe ao ato de nomear Jesus; em “Reconhecimento de Nêmesis”, da nomeação à enunciação do excremento de Deus.

(18) Uma nova ressonância da magia: 33 representa o benéfico, o número do aperfeiçoamento.

de da seca), matapau (o parasita que alimenta-se matando), raio. O humano, nivelado, é o apodrecimento do podre; é o que Deus expeliu:

“Secreção de baço podre,
Alma em que sífilis deu!
(...)
Viva piolho de galinha!
Eh! home, bosta de Deus!”

E esse Deus é, na leitura que estabelece as analogias em função dos paralelismos sintáticos, o baço podre, a sífilis, a excreção.

Esse é o mundo visto pelo eu; o mundo que o menino o faz lembrar; o mundo do qual o eu não pode participar por causa da bondade que ainda conserva (ou que quer sempre conservar). Esse mundo, o do Deus, é o esconjuro, na ótica do eu; esse mundo é, para esse eu machucado e cindido, obra do demônio.

O menino é demônio? O mundo é demoníaco? O eu novamente se esbate em suas representações. Ao máximo de negação do mundo, o máximo de negação desse outro de si. A presença do menino, não invocada, mas revelada na dor, é agora expressamente negada:

“Menino, sai!”

O menino é, agora, expressamente mau (cf. verso 142), porque impede, no e com seu silêncio ruidosíssimo (“menino trelento”), a entrada no burburinho disforme da vida. Dois sons: inaudíveis um para o outro.

Nêmesis é quem ousa punir o eu por não ser apenas humano. Nêmesis é o menino, que o impede de ser como os outros; Nêmesis é o adulto que se vinga do menino expulsando-o – ambivalências.

Nêmesis é apenas a filha da Noite que ousou não amar Zeus e o mundo que ele instituiu. Nêmesis é esse eu, todo ele, representado num duplo. Reconhecer Nêmesis é reconhecer-se, apreender-se nessa duplicidade de si (homem e menino, cindidos no tempo, não integrados na psique; homem e menino, cindidos do tempo da multidão). Tal qual Nêmesis, seu castigo é vingar-se: preso a si mesmo, retoma seu crime toda vez que o expia num outro ser. Seu excesso foi o de manter-se bom e mau (e não apenas mau, como os humanos de sua representação); seu excesso foi o de apontar com o dedo os homens vis; seu excesso foi o de buscar um ritmo que não é o das estatísticas. Esses excessos que o sobre-humanizam, o tornam – qual Nêmesis – deus de si mesmo para vingar a si mesmo de não se ter tornado igual.

Nêmesis repete o seu crime ao punir o crime do outro. O eu repete Nêmesis ao punir-se por não ser como os outros e ao expulsar de si aquilo que o indiferencia dos outros.

E aquilo pelo qual Nêmesis foi punida retorna num outro. E aquilo que o eu expulsa de si retorna para sempre, atemporalmente: o menino, esse outro, é o sempre.

O mundo externo, o mundo demoníaco dos “caprinos vorazes”, o mundo que se dilui no trabalho alienado e na temporalidade sempre progressiva (versos 175 a 179) – esse não o contém, todo. Nêmesis de si, esse eu retorna

para, ritmando o pé, assumir seu destino: instaurar uma ordem diferente da do mundo; "concertar as cruzes do seu destino".

III

*"Chora, irmão pequeno, chora,
Cumpra a tua dor, exerce o rito da agonia"*

Mário de Andrade

O eu desintegrado e desintegrador do mundo representa-se fraturado: menino x homem; eu x mundo. Representa e conhece o mundo como fraturado e nivelado em sua cisão.

Se conhecer uma parte, um objeto, é representá-lo e, assim, evidenciar o modo de conhecer a totalidade, o real, não se pode deixar de pensar que esse eu – cindido e efetuador de cisões – representa-se na totalidade deste livro como o Grã Cão. Não conformado com a cisão – do mundo e do eu – recusa-se à cosmogonia cristã, dilacerando-se no oposto a Deus: radicaliza a apreensão do mundo de Deus, negando-o e invertendo-o, para chegar à superação. Nem Deus, nem Demônio; nem Nêmesis, nem Zeus. A afirmação, porém, supõe um momento – agudíssimo – de entrega ao mundo do avesso: no compasso da procissão demoníaca.

"Chora, irmão pequeno, chora" – a dor é um rito de passagem, assim como a morte é transmutação.

Ao rumor que se opõe ao silêncio, ao mundo das oposições (e não das contradições), é possível contrapor a unidade: o silêncio que tudo contém. Ao olho que capta a imagem do menino e do mundo, ao olho que representa e apreende oposições, sobrevirá uma miragem, uma construção da poesia.

A costela, possível Eva, gera a poesia e a poesia, ao afirmar o mundo da utopia (*Livro azul*), denuncia o mundo da não-liberdade.

A utopia é também uma marcha no tempo. A utopia é a possibilidade de construir o *topos* em que os ritmos sejam plurais.

Recebido em 16 de julho de 1987.

ABSTRACT

In this article the poem "Reconhecimento de Nêmesis", in the book *A costela do Grã Cão* by Mário de Andrade, is interpreted through a stylistic and thematic analysis. In the text the lyric "I" reveals an "other", an "intruder", to itself – the boy from his childhood that invades him – and depicts the world of ordinary men as antagonistic to him. From these themes – i. e.: internal breakdown and disagreement with the world – I investigate the way in which the text is constructed, in the unit form/meaning, emphasizing the tension that exists between two rhythms: that of the world which tends toward uniformization and that of poetry which resists uniformization. This tension results in the exposure of the breakdown of the poetic "I" and his impossibility to follow the pace of ordinary men. From this reading, the article finally points out some interpretative data for the books *A costela do Grã Cão* and *Livro azul*, which are understood as complementary moments in Mário de Andrade's work; the first comes from a being that generates his work of art in pain while the other comes from one who preaches the kingdom of freedom through an exorcizing and revolutionary poetry.

Key-words: Brazilian literature – Literary theory – Brazilian poetry – Literary criticism.

Maria Stella Orsini*

RESUMO

Este artigo investiga a vida e a obra do autor do "Reconhecimento de Nêmesis", Mário Augusto Pinheiro (1829-1850). A análise de uma de suas peças propõe uma reflexão sobre dois aspectos relevantes sobre a literatura brasileira: 1. a expressão poética da identidade – o nível poético – em uma sociedade patriarcal; 2. a relação de um período da literatura brasileira e a análise de um texto literário a despeito do nível e da forma literária, a exemplo de "Reconhecimento de Nêmesis". A análise devida, que inclui a leitura de uma obra poética, a partir de Mário Augusto Pinheiro, considera a importância da literatura dramática, sob uma ótica poética, considerando as condições do social mediante o social.

Unitermos: Literatura – Literatura dramática – Sociedade patriarcal – Determinação social e textual

Introdução

Criamos estranheza à inexistência de estudos que analisem o talento de brasileiras que, ao longo do século XIX, se dedicaram ao campo de criação teatral e que, de certa forma, se destacaram como representantes de uma vanguarda cultural. Em contrapartida, a história do teatro brasileiro desse período registra biografias laudatórias de algumas intérpretes, como o caso de Estela Serafina, Luíza dos Santos, Apolônia Pinto, Itália Passa e outras. Parece que os estudos sobre as primeiras mulheres que se reveraram para teatro ficaram prescritos da literatura especializada. A omissão foi uma

* Professora Assistente Doutora do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da USP.

MARIA ANGÉLICA RIBEIRO: UMA DRAMATURGA SINGULAR NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Maria Stella Orsini*

RESUMO

Este artigo focaliza a vida e a obra da primeira dramaturga brasileira, Maria Angélica Ribeiro (1829-1880). A análise de uma de suas peças propiciou a reflexão sobre dois aspectos relevantes para a pesquisa social e artística: 1. a expressiva participação feminina – a nível profissional – em uma sociedade patriarcal; 2. o retrato de um período da sociedade brasileira e a análise de um tema tabu: a dominação social e sexual do homem branco sobre a escrava negra. A imagem desta, até então estudada sob uma perspectiva masculina, a partir de Maria Angélica Ribeiro começou a ser abordada, na literatura dramática, sob uma óptica feminina, resultando na denúncia do social mediante o sexual.

Unitermos: *Dramaturga – Literatura dramática – Sociedade patriarcal – Dominação social e sexual*

Introdução

Causa estranheza a inexistência de estudos que analisem o talento de brasileiras que, ao longo do século XIX, se dedicaram ao campo da criação teatral e que, de certa forma, se destacaram como representantes de uma vanguarda cultural. Em contrapartida, a história do teatro brasileiro desse período registra biografias laudatórias de algumas intérpretes, como é o caso de Estela Sezefreda, Ismênia dos Santos, Apolônia Pinto, Itália Fausta e outras.

Parece que os estudos sobre as primeiras mulheres que escreveram para teatro ficaram proscritos da literatura especializada. A omissão foi uma

(*) Professora Assistente Doutora do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da USP.

constante por parte dos escritores. O menosprezo foi tão grande que alguns autores chegaram a masculinizar nomes femininos, como ocorreu com Chiquinha Gonzaga, compositora que muito contribuiu para o teatro musicado.¹ A propósito dessa conspiração de silêncio cabe indagar: por que os historiadores não conferiram à mulher o lugar que merecia? Como escrever a história do teatro brasileiro ignorando a participação das autoras de textos teatrais? Como deixar de considerar a literatura dramática sob uma perspectiva feminina?

Até mesmo uma estudiosa do assunto afirmou que:

(...) devemos remontar à fase de João Caetano, que é onde começa nossa arte interpretativa, já que na criadora, as figuras femininas, se hoje são poucas e falhas, naquela fase de nosso desenvolvimento só poderiam ser inexistentes.²

Entretanto, embora raras, existiram algumas mulheres que no século XIX se dedicaram a essa atividade: Maria Angélica Ribeiro, Júlia Lopes de Almeida, Josefina Álvares de Azevedo, Celina de Azevedo e Maria Eugênia Celso que, apesar da contribuição de ponderoso significado para a história do teatro brasileiro, permaneceram negligenciadas e esquecidas.

Ora, resgatar essas figuras femininas que ficaram envoltas em névoas, quer como pessoas, quer como personalidades artísticas, é tarefa oportuna e urgente.

As peças teatrais que serão mencionadas neste artigo assinalam a estréia da mulher – Maria Angélica Ribeiro – na história da dramaturgia brasileira. Foram suas as primeiras obras encontradas em número razoável e sobre as quais pode-se afirmar terem sido escritas por uma mulher que realmente percorreu os caminhos da criação teatral. É possível que tenham existido algumas teatrólogas anteriores à aqui analisada; todavia, devem ter sido casos extremamente incomuns e, provavelmente, de mulheres que se dedicaram a essa atividade não como profissionais, mas como amadoras.

Vida

Maria Angélica Ribeiro nasceu a 5 de dezembro de 1829, em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Para melhor entender a educação dessa escritora é preciso relembrar o panorama cultural e educacional da época em que ela viveu. Ao rastrear o ambiente social de então, historiadores, romancistas, cronistas e viajantes estrangeiros registraram como era descuidada a educação dada às meninas, sobretudo na primeira metade do século XIX. “Mulheres educadas, na linguagem da época, eram aquelas que tinham o privilégio de uma educação

(1) Para esclarecimento desse aspecto consultar as seguintes obras: SILVA, Lafayette. *História do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1938. p. 299; SOUSA, J. Galante de. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1960. 2 v. p. 265.

(2) LEITE, Luiza Barreto. *A mulher no teatro brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Espetáculo, 1965. p. 12.

mais aprimorada".³ Estas costumavam receber lições de francês e trabalhos manuais. Das artes, a música era a mais cultivada, já que todas as moças aprendiam a tocar piano. Não eram, de modo geral, iniciadas nas letras e muito menos aprendiam a ler e amar a literatura dramática. E, como se isso já não bastasse, havia preconceitos contra o meio teatral, pois os atores e, em especial, as atrizes não gozavam de boa fama.

Sem considerar a situação de submissão, infantilidade e até mesmo de humilhação em que vivia a maioria das mulheres brasileiras do século XIX, é quase impossível valorizar aquelas que ousaram no plano intelectual. É verdade que essas foram exceções.

A regra era reclusão, o regime de gineceu, que engordava o corpo e fazia murchar a inteligência; (...) a regra era o casamento muito cedo, as maternidades anuais, a autoridade do marido sucedendo à do pai; a regra era a minoridade prolongada até a velhice.⁴

Não obstante, a educação de Maria Angélica Ribeiro foi diferenciada e não pode ser considerada como representativa da média da população, pois vivia em um meio privilegiado do ponto de vista intelectual. Tendo ficado orfã com um ano de idade, foi educada por um amigo de seu pai, Antonio Joaquim Bracet. O tutor proporcionou-lhe um excelente meio onde, cercada de afeto e dedicação, pôde alcançar, pela inteligência e trabalho, uma posição digna e independente.⁵ Soube, portanto, aproveitar essa influência benéfica.

Além do talento que se revelou cedo, a grande mola de sua vida foi a presença do culto da justiça que levou-a a lutar pelas causas sociais. Valendo-se de sua veia poética, sempre propôs uma sociedade mais justa e mais humana.

Apesar de não ter tido exemplos de mulheres que trilharam uma carreira e, portanto, o modelo feminino de êxito profissional, aos doze anos começou a traçar sua própria caminhada. Escrevia versos e saudações às amigas para presenteá-las em seus aniversários. Foi aperfeiçoando sua arte e chegou a possuir uma pena que manejava com desenvoltura e facilidade. Ainda na juventude colaborou em um periódico da época.

Se na infância encontrou na pessoa do pai adotivo o apoio e o estímulo que utilizou com lucidez, na vida adulta uma outra figura masculina sempre esteve ao seu lado: teve a felicidade de casar-se com um homem de teatro – o cenógrafo João Caetano Ribeiro – companheiro e grande incentivador.

(3) BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres educadas – Rio de Janeiro do século XIX – (1840-1890)*. Tese de doutoramento apresentada no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1983. p. 8.

(4) PEREIRA, Lucia Miguel. As mulheres na literatura brasileira. *Anhembi*, 17(49):21, dez. 1954.

(5) RIBEIRO, Maria Angélica. *Cancros sociais*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1866. p. IX e X.

Tornou-se mãe de três filhos: duas meninas e um menino. Porém, em maio de 1855 sofreu um duro golpe com o falecimento do filho que deixou-a mergulhada em dor e saudade. Diante de tal adversidade, voltou-se para um mundo de fantasia: seu inconsciente produziu uma solução para o conflito em que vivia, resultando num comportamento criador com que passou a retratar a sociedade da época, transformando a experiência vivida em exercício criativo.

É relevante observar que essa dramaturga viveu de acordo com os padrões sociais da época; porém, ousou do ponto de vista profissional. Tendo idéias próprias, foi uma pioneira ao romper com certas normas tradicionais e, valendo-se da sua condição de escritora, contribuiu para denunciar as contradições do sistema. Indiscutivelmente sua visão de mundo era bem diferenciada quando comparada à maioria de suas contemporâneas. A análise que fez das condições culturais em que vivia a mulher brasileira em meados do século XIX, reforça o que já foi aqui mencionado, evidenciando nossa situação de inferioridade, principalmente quando, na Europa, as oportunidades oferecidas à mulher eram, comparativamente, bem superiores:

A mulher brasileira, se não quer sujeitar-se ao escárnio dos *espirituosos* e às censuras mordazes dos *sensatos*, não tem licença para cultivar o seu espírito fora das raias da música ao piano, e das de algumas frases, mais ou menos estropiadas, de línguas estrangeiras! Nem ao menos, para ler Aimé Martin – *Civilização do gênero humano pelas mulheres!*

As européias, sim, essas inteligentes e talentosas podem estudar e escrever; poetar ou compôr dramas e romances; podem satisfazer as ambições de sua alma, ter culto, e conquistar renome...

Entre nós, não, que nada disso se pode dar! O que sai de lavra feminina, ou *não presta*, ou *é trabalho de homem*. E nesta última suposição, vai uma idéia oculta e desonesta.

E para que compraríamos, nós mulheres, a fama de sermos autoras de trabalhos que não fossem nossos, se com ela nada ganhamos, nem temos possibilidade de obter lugar ou emprego pelos nossos méritos literários? Valem-nos eles de coisa alguma?

Será pelos lucros?...

Santo Deus! A calúnia nem reflete nisto!⁶

Antecipando a participação da mulher em grupos de estudos e debates sobre a produção literária da época, ingressou na Sociedade de Estudos Literários do Rio de Janeiro, entidade que congregava jovens que desejavam escrever, discutir suas idéias, enfim aperfeiçoar-se. Aí participou não só de reuniões a nível teórico, como colaborou efetivamente na *Revista Mensal de Ensaios Literários*, publicando uma de suas obras.

Vivendo de sua arte, fazendo traduções e escrevendo peças teatrais, contribuía efetivamente na renda familiar. Distinguiu-se no meio teatral pelo seu talento e pelo seu ecletismo. Pesquisando o enredo de um drama ou a

(6) RIBEIRO, Maria Angélica, op. cit. p. X.

graça de uma comédia, dava sempre seu toque de originalidade, quer pela argúcia, quer pela perspicácia e sutileza ao abordar temas sociais.⁷

Faleceu no dia 9 de abril de 1880. Viveu apenas cinqüenta anos, mas deixou uma contribuição significativa para a dramaturgia brasileira, embora não tenha tido a oportunidade de ver concretizado o ideal que tanto acalentou: a libertação dos escravos.

Obra teatral

Fazendo do sentimento a grande força de sua criação, ao concluir sua primeira peça teatral, um drama de cinco atos – *Guite ou a feiticeira dos desfiladeiros negros* –, por insistência do marido, enviou a obra para o Conservatório Dramático Brasileiro. Tão bem se houve que mereceu do presidente dessa instituição aprovação pelo trabalho apresentado e palavras de elogio. Iniciava-se aí uma carreira expressiva.

Com vivo entusiasmo e agora com a segurança de um reconhecimento, Maria Angélica Ribeiro presenteou o mundo artístico com mais duas obras no ano de 1856: *Paulina e A Aventureira de Vaucloix*. Novamente a acolhida por parte do Conservatório foi calorosa, mormente para a segunda peça.

Dificuldades familiares interromperam temporariamente sua atividade de dramaturga. Mas, em 1858, com o intuito de cumprimentar um amigo, ofereceu-lhe um drama em cinco atos. A peça *O anjo sem asas*, lida e ouvida por muitos, foi louvada pelo então secretário do Conservatório Dramático, um censor austero e rigoroso.

A partir daí sua produção tornou-se fértil e profícua, confirmando o dom que possuía, ou seja, enternecer no drama e alegrar na comédia. Surgiram as seguintes peças:

- *D. Sancho em Silves* (drama histórico);
- *As luvas de pelica*;
- *Gabriela*, drama em quatro atos. Foi levada à cena em março de 1863 no Teatro do Ginásio, na cidade do Rio de Janeiro, pela Sociedade Dramática em benefício da atriz Gabriela da Cunha;
- *Cancros sociais*, drama original em cinco atos. Publicada no Rio de Janeiro por Eduardo Henrique & Laemmert, em 1866. Representada em maio de 1865 pela empresa dramática de Furtado Coelho, no Ginásio Dramático, cabendo a esse ator o principal papel masculino;
- *Cenas da vida artística*, comédia;
- *Um dia na opulência*, comédia em dois atos publicada na *Revista Mensal de Ensaios Literários*, em 1877;
- *Ressurreição do primo Basílio*, comédia publicada com o pseudônimo "Um Calouro", no Rio de Janeiro, pela Dias da Silva Jr., Typographo, em 1878;
- *A cesta da tia Pulquéria*, comédia;
- *O poder do ouro*, comédia;
- *Cancros domésticos*, comédia;

(7) SABINO, Ignez. Maria Ribeiro. In:———. *Mulheres ilustres do Brasil*. Paris/Rio de Janeiro, Garnier/Livreiro, 1899. p. 202.

- *Opinião pública*, drama em cinco atos, representado no Teatro S. Luís, Rio de Janeiro, em 1879, pela companhia de Emilia Adelaide;
- *Os anjos do sacrifício*, drama em cinco atos;
- *As proezas do Firmino*, comédia em três atos;
- *Ouro, ciência, poesia e arte*, comédia;
- *Deus, pátria e honra*, drama em estilo quinhentista referente à época de D. Sancho I.

Cancros sociais

Ao retratar a vida social brasileira no alvorecer da segunda metade do século XIX, Maria Angélica Ribeiro dramatizou o jogo entre a classe dominante – detentora do trabalho escravo – e a classe dominada, sobretudo a mulher escrava. Esta, duplamente oprimida: pela sua condição de escrava e de mulher. Ao ter seu corpo usado pelo senhor não só como produtora de trabalho e reprodutora de mão-de-obra, mas também como fonte de prazer, tornou-se totalmente dominada. Como consequência, esse sistema escravocrata contribuiu para desestruturar o sentido de família do escravo, dificultando sua organização social e psicológica.⁸

Apesar de todo o empenho da classe dominante brasileira em desviar a atenção da questão escravista, a partir de 1850, com a abolição do tráfico de escravos, o tema passou a ser debatido abertamente. Na década de 60, o problema da escravidão começou a ser considerado com maior profundidade por juristas e passou a ser o centro de interesse de vários poetas e escritores que não hesitaram em fazer a denúncia do social mediante o sexual. Em 1859, José de Alencar prestou sua homenagem à raça negra escrevendo a peça *Mãe*; o mineiro Bernardo Guimarães, preocupado com o aspecto humanitário da questão, escreveu *A escrava Isaura* (1875); *A Cachoeira de Paulo Afonso* (1876) de Castro Alves retratou bem o sistema patriarcal onde o comportamento licencioso do homem branco com a escrava negra era consentido. Outros escritores como Machado de Assis e Fagundes Varela também deram sua contribuição a tema tão delicado.

Ora, foi exatamente nesse cenário que Maria Angélica Ribeiro foi buscar sua fonte de inspiração, dando à dramaturgia brasileira aquela que é considerada sua melhor obra: *Cancros sociais*, efetivamente um libelo contra a sociedade escravocrata. Assim, o grande feito dessa mulher foi, apesar de viver na corte, em meados do século XIX, desafiar a sociedade da época ao abordar um tema tabu: dominação social e sexual do homem branco sobre a escrava. Ademais, a situação de humilhação da escrava era até então abordada em prosa e verso segundo o ponto de vista masculino. Com muita coragem, Maria Angélica Ribeiro apresentou a problemática sob uma óptica feminina. Fazendo a ação de sua peça desenrolar-se no Rio de Janeiro, no ano de 1862, possibilitou que as vozes femininas mantidas em silêncio pudessem ser ouvidas e manifestassem suas intenções de estigmatizar a sociedade escravocrata.

(8) SANT'ANNA, Affonso Romano de. *O canibalismo amoroso*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 47.

Procurando ressaltar o mal que o preconceito pode acarretar, a autora descreveu uma família feliz e bem estruturada, constituída de Eugênio – que desconhecia suas origens, ignorando quem seriam seus pais –, a esposa Paulina e a filha Olympia. Desejando presentear a filha no dia em que completava dezesseis anos, Eugênio resgatou uma escrava, Martha. Surpreso e atônito, descobriu que essa cativa era sua própria mãe. A autora mostra o conflito psicológico em que se debate o personagem Eugênio diante do julgamento social que teria de enfrentar, caso a reconhecesse publicamente, além do estigma que pairava entre os que não nasciam homens livres. Ao procurar ressaltar a personagem do Visconde de Medeiros como um produto da sociedade escravocrata, representando uma figura negativa, de má índole, incapaz de se regenerar, a autora atribuiu à personagem negra – Martha – sublimes qualidades humanas que destacam ainda mais seu papel de vítima da perfídia do vilão. O homem que a seduziu, prometeu casamento e depois repudiou-a, renegando o próprio filho.

Lançando mão desse recurso maniqueísta, a autora conseguiu levar para o palco a degradante condição da mulher escrava. Consoante com os padrões sociais da época, o conflito começa a ser solucionado na figura generosa, bondosa e digna do Barão de Maragugipe que assume a paternidade de Eugênio. A intenção da autora foi fazer uma defesa da mulher e da criança nascida da união entre um branco e uma escrava, bem como denunciar uma sociedade hipócrita e preconceituosa. Diante do desespero de Eugênio com a possível rejeição e perda da honra, caso as pessoas de seu meio social viessem a saber que era filho de uma escrava, o Barão assim argumentou:

Da tua honra, não! Se nasceste escravo, não deixas por isso de ser honrado. Não é a condição que desonra o homem, são os seus próprios atos!

Numa perspectiva feminina, a autora analisou os efeitos que podem gerar a chegada de uma outra mulher num lar bem-estruturado. Ciumenta, desconhecendo a verdade, a esposa de Eugênio torna-se insegura, ferina, chegando mesmo a querer expulsar a intrusa da casa.

Como dramaturga romântica, procurou solucionar bem o conflito armado e encontrou um final feliz. Para tanto introduziu uma personagem – Mathilde – que, pelos laços de amizade que a uniam à família, conseguiu lidar com o problema com tato e sutileza. No desfecho, Martha é reconhecida como a mãe de Eugênio, ficando assim patente a vitória da verdade sobre o preconceito social.

Conciliando o tema da escravidão com o mito da maternidade, a autora conseguiu o aplauso do público em maio de 1865, quando *Cancros sociais* foi encenada pela empresa dramática de Furtado Coelho, no Ginásio Dramático do Rio de Janeiro. Coroando esse êxito profissional, veio também a palavra daquele que é considerado como provavelmente o melhor crítico teatral brasileiro do século XIX, Machado de Assis:

O nome da Sra. D. Maria Ribeiro, não é desconhecido do público. Representou-se há tempos no Ginásio um drama de sua composição intitulado *Gabriela*, e oferecido à nossa primeira artista dramática.

O longo tempo que mediou entre a sua primeira peça e a última, prova uma coisa em favor da autora: é que ela não se atira à composição sôfrega e precipitada; julga melhor para o seu nome caminhar devagar e refletidamente. Para nós é já um motivo de simpatia.

Há, com efeito, entre *Gabriela* e *Cancros sociais*, uma notável diferença, um incontestável progresso. A mão incerta no primeiro tentativa, é agora mais segura, mais conscienciosa; a autora desenha melhor os caracteres, pinta melhor os sentimentos; a ação aqui é mais natural, mais dramática, mais sustentada; as situações mais bem concebidas e os diálogos mais fluentes.

O novo drama é ainda um protesto contra a escravidão.

Apraz-nos ver uma senhora tratar do assunto que outra senhora de nomeada universal, Mrs. Beecher Stowe, iniciou com mão de mestre.

(...)

A última cena do 2º ato, entre o filho e a mãe, parece-nos a mais bela cena da peça. Louvamos com franqueza, criticaremos com franqueza.

A ação que interessa e prende, de ato para ato, falece um pouco no último; o estilo ressent-se de falta de unidade; o diálogo, em geral fluente e natural, peca às vezes pela intervenção demasiada de metáforas e imagens; há algumas cenas, mas poucas, que nos parecem inúteis; e a autora deve ter presente este preceito de arte: — toda a cena que não adianta à ação é uma superfluidade.

Feitos estes reparos ligeiros, resta-nos aplaudir do íntimo d'alma a nova obra da autora de *Gabriela*, cujo talento está recebendo do público legítimos sufrágios.⁹

Recebido em 24 de março de 1988.

ABSTRACT

This article focuses upon the life and work of the first female Brazilian playwright, Maria Angélica Ribeiro (1829-1880). The analysis of one of her plays allows us to reflect upon two relevant aspects of social and artistic research: 1. the significant feminine participation — at a professional level — in a patriarchal society; 2. the profile of a period of the Brazilian society and the analysis of a theme that is taboo: the social and sexual domination of the white man over black female slave, an issue that up until then had always been studied from a male perspective. After Maria Angélica Ribeiro, this issue started being approached from a female perspective in dramatic literature, which resulted in the use of the sexual order as a means of denouncing the social order.

Key-words: *Playwright — Dramatic literature — Patriarchal society — Social and sexual domination*

(9) MACHADO DE ASSIS. *Crônicas*. Rio de Janeiro, Jackson, 1955. p. 391-2.

TOPONÍMIA E IMIGRAÇÃO NO BRASIL*

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick**

RESUMO

A imigração estrangeira no Brasil é recente, data do século XIX; a partir daí, começam a aparecer nomes de origem lingüística na toponímia brasileira, em áreas específicas, num processo vinculado diretamente ao denominador. O presente artigo objetiva o estudo, entre outros, de topônimos alemães e italianos nos Estados do sul do país e a análise de sua natureza toponímica.

Unitermos: *Imigração estrangeira – Topônimos estrangeiros – Topônimos transferidos – Áreas de concentração*

A toponímia de uma região qualquer, especialmente considerada, vai muito além de um enfoque lingüístico, partindo-se não apenas do pressuposto de que ela deve refletir os estágios de linguagem perpetuados pelos falantes locais. Dentro dessa linha de comando, não haveria, por assim dizer, classes terminológicas especiais destinadas a funcionarem, exclusivamente, como topônimos. Topônimo seria, portanto, todo o fato de língua que, através dele, pudesse registrar uma ocorrência do sistema de comunicação. Nesse caso, o nome de lugar estaria apto a acusar fenômenos lingüísticos vivos ou não, caídos em desuso ou ainda não mostrando essa circunstância, porque a captação dos fatos dar-se-ia no momento mesmo de sua enunciação, perpetuando-os. A língua é dinâmica, evolui com o social, mas não de forma suficientemente rápida e veloz que não possa ser assimilada pela nomenclatura geográfica.

(*) O presente artigo foi apresentado como *Comunicação* ao VI Congresso Brasileiro de Imigração e Integração, em São Paulo, julho de 1987.

(**) Professora Assistente Doutora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Se o topônimo pode apreender o processo comunicativo através de seus sistemas de código, é capaz também de denotar o fenômeno social como um todo, as frases, o uso, o costume, a tradição, a conformação geral da comunidade enquanto agrupamento humano.

Ora, em assim sendo, os diferentes falares que estruturam o linguajar da região poderão subsistir, em maior ou menor proporção, na toponímia local. Há uma seleção natural dentre os temas que ilustrarão a nomenclatura geográfica, pois, quanto maior o número de acidentes componentes tanto maiores as possibilidades de distribuições categóricas, intrínsecas ou extrínsecas, ou seja, relativas aos idiomas e à natureza típica dos designativos.

Países há que se organizam em torno de um bloco monolítico de linguagem, outros não; ainda que estes idiomas não sejam oficiais, há registros anteriores de que, por momentos, foram falados no território, deixando um respaldo, ainda que minoritário, de sua presença.

O Brasil se insere ao lado daqueles que, ostentando uma única língua oficial, oferecem estratos de outras naturezas que indicam povos em presença, de diferentes origens. Foi assim com os africanos, é assim com os povos indígenas, continua sendo assim com os grupos estrangeiros. Camadas superpostas, ou não, que mesclaram o território com um tom heterogêneo, comum àqueles locais onde povos de variadas etnias se entrecruzam, tornando a região uma amostra viva da convivência diferenciada, mas que, nem por isso, deixa de ser harmônica. Sabe-se que, aqui, a diversidade se realiza e se consolida na própria unidade nacional. É o que propalam os técnicos sociais, vendo acima das populações múltiplas a noção de "pátria", como uma organicidade.

Desde que para o Brasil vieram os portugueses, começou a se instalar entre nós uma nomenclatura geográfica que, nos seus primórdios, ou melhor dizendo, nos primeiros acidentes reconhecidos, trazia a visão personalíssima do elemento lusitano, com sua psicologia religiosa e espiritualista aflorando na geografia que, palmo a palmo, ia percorrendo. Parece que para ele não importava a nomeação particular e legítima dos autóctones. Primeiro, porque isto não deveria fazer parte de suas preocupações, depois porque ele estava diante de um povo que desconhecia, em suas reações e sentimentos, a quem ele, o conquistador, viera para dominar. Não apenas pela superioridade numérica mas pela força de suas tradições e pelo poder de seu verbo.

As coisas não foram bem assim. Cerca de dez mil topônimos indígenas estão aí, por todo o Brasil, demonstrando uma vitalidade que talvez não integrasse a visão portuguesa daquela época. Não apenas vitalidade, note-se bem, mas sobretudo antigüidade, resistindo, quantos deles, a várias tentativas de mudança e permanecendo nos mesmos lugares onde surgiram ao branco pela primeira vez. Bertioga é um dos que se conhece, Parati, outro, a Niterói fluminense também, do mesmo modo que os dois ribeiros paulistanos em cujo delta a cidade mameluca nasceu e floresceu. Todos, portanto, muito antigos, permanentes e perenes.

Está claro que esta permanência indígena não foi pacífica. A aplicação da língua estranha a um contexto, que as autoridades monárquicas portuguesas pretendiam ver apenas sob caráter lusitano, crescia rápida. A reação se fez em 1758, no norte do país. Na antiga Capitania do Rio Negro, depois futuro Estado do Grão-Pará, parece ter ocorrido a primeira tentativa de se

transplantar para o novo-mundo brasileiro topônimos estrangeiros. É preciso distinguir-se bem o que se quer dizer: não se trata da transposição de uma língua falada em um lugar para o outro e, sim, do deslocamento de primitivos nomes de lugares, de vocábulos que já nomeiam acidentes geográficos, de uma região para outra. Mas comumente, acreditamos que a transposição ocorre com acidentes culturais ou antrópicos – povoados, aldeias, vilas, cidades – do que com acidentes físicos. Tem-se, mesmo, mais conhecimento de cidades que se nomeiam, identicamente, em pontos distintos, do que rios ou morros ou serras que tragam nomes deslocados de um sítio para outro, para designar também rios, morros ou serras.

Hoje, os atuais Estados do Pará e Amazonas contêm, em sua toponomástica, nome de lugares portugueses como Bragança, Alenquer, Óbidos, Porto de Moz, Barcelos, Faro, Chaves, Vizeu, Alter-do-Chão, Silves, nomes estes que Levy Cardoso, ardente defensor das coisas da terra e da gente ameríndia, em especialmente do norte do país, chama de meras segundas vias de topônimos portugueses, inexpressivos diante da ambientação geográfica da floresta amazônica, tão rica em tradições nativas.

Houve outros nomes portugueses, em outros locais, que lembram, também, uma segunda etapa denominativa, de uma colonização posterior, um interesse não mais de identificar os lugares da terra nova e, sim, trazer para o novo ambiente a presença do velho e tradicional, justificado talvez pelo saudosismo da terra distante ou por qualquer outro sentido de homenagem. Assim, o Ceará conheceu Almofala, Sobral, Arneirós, Viçosa, Crato; a Bahia tem Nova Soure, que é topônimo dos mais antigos em Portugal, citado nas crônicas dos feitos lusitanos.

Mas se isto acontece com lugares ou pontos menores das grandes extensões territoriais, também sucede com elas; quis-se fazer do Brasil uma Nova Luzitânia, como o México foi uma Nova Espanha, o Canadá a Nova França, a Austrália a Nova Holanda.

Bem antes, franceses pretenderam ver o Brasil transformado na França Antártica, nome pelo qual foi chamada, por algum tempo, a Província do Rio de Janeiro; se isto não foi possível, conseguiram, entretanto, deixar impregnada a sua presença histórica no nome da ilha de Villegagnon e no forte Coligny, em homenagem ao Almirante de França, Gaspar de Coligny. Os cronistas quinhentistas nos dão conta destas passagens.

Paralelamente a esses nomes de origem estrangeira, relacionados, contudo, aos períodos de formação histórica nacional, há aqueles que são mais recentes, de procedência também variada, e que trazem em seu interior uma outra origem.

Em tudo e por tudo são diferentes. Outra época, outra situação geoeconômica, outros homens, outras mentalidades. Não há mais o espontâneo da aventura ou do chamamento, a busca fácil da riqueza, o apelo dos produtos que afluíam à costa, mas a intervenção oficial dirigindo os agrupamentos, o trabalho pesado na agricultura ou no criatório, a conquista do interior ainda por desbravar, talvez a hostilidade do brasileiro de agora a sentir no imigrante o concorrente com maiores chances de sucesso porque portador de múltiplas experiências, mas as mesmas dificuldades de toda espécie: clima, relevo, regime de chuvas, hábitos, costumes, cultura, a barreira da língua. A própria localização em colônias trazendo uma bipolaridade: unir o grupo de fora e restringir o contacto com os de dentro, possibilitar que nas proprieda-

des a eles reservadas pudessem desenvolver a sua própria maneira de viver; até que se integrassem à sociedade brasileira, ou não? Ou isso seria uma etapa secundária, uma tentativa a ser buscada "se" acontecesse?

Por isso, para nós, é necessário distinguir-se duas etapas na imigração estrangeira, no Brasil: *a* – o processo histórico, causal e determinativo das condicionantes do próprio fato, no caso, a imigração; e *b* – mais importante, as condições do procedimento de integração do homem ao novo meio, a forma pela qual ele iria conseguir unir as forças que o pressionavam para todos os lados em que se movimentasse: até que ponto seria considerado "brasileiro", sem deixar de ser o natural de seu país; como esta adaptação poderia se processar sem que ambas as partes, o elemento de fora e o de dentro, saíssem deteriorados em sua conduta e em seus sentimentos.

São perguntas que gerações de estudiosos têm procurado resolver da melhor maneira, desde que o fator imigração ainda é um elemento contínuo em nossa sociedade.

Tomando-se por base essas considerações é que nos assalta sempre a dúvida a respeito da toponímia de origem estrangeira. Em que medida ela seria representativa de um fenômeno social, vivenciando de forma a não isolar o imigrante mas ajudá-lo a integrar-se na comunidade receptora? Seria lícito impedir que o recém-vindo nomeasse a "sua" colônia com uma denominação típica de sua terra? Ou isto causaria uma impressão negativa no país de adoção?

Uma regra toponímica relacionada ao deslocamento dos nomes diz que isto ocorre sob duas condições principais:

- a – acompanhando a migração dos povos, junto com o povo que se muda, portanto;
- b – por mimetismo ou espírito de imitação, vontade de se contar com o "estranho" na nomenclatura nativa.

À toponímia brasileira imigrada aplicar-se-ão essas regras? Vejamos as ocorrências.

Foi diferenciado o contingente humano que o Brasil recebeu a partir do século XIX: açorianos, alemães, suíços, italianos, russos, poloneses, sírio-libaneses... Uma mescla variada de etnias dirigida principalmente aos Estados do Sul, por condições já sobejamente conhecidas.

Por razões diversas, houve, nos primeiros tempos, um afluxo maior de naturais da Alemanha e Itália e, sobre esses grupos, desenvolveram-se, também, os maiores quantificadores de estudos e análises.

Para se ter uma idéia da natureza da toponímia empregada por esses grupos, ou só pelos alemães ou italianos, poder-se-ia iniciar o estudo a partir da verificação nominal das colônias que os abrigaram para se chegar ao resultado pretendido. O nome ou nomes que deixaram eram portugueses ou já traziam em si o germe estrangeirista?

O Prof. Walter Piazza analisou as "migrações e os movimentos migratórios em Santa Catarina"¹ e é dessa perspectiva que abordaremos a toponímia aí inserta.

(1) PIAZZA, Walter F. Migrações e movimentos migratórios em Santa Catarina. *Colonização e migração. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo, 1969. p. 441-9.

Em menos de uma década, duas colônias localizaram-se nos vales litorâneos, a germânica de São Pedro de Alcântara (1829), no vale do Maroim, e a italiana, no vale do Tijucas, de Nova Itália (1836). Depois, surgem outras, modernas ou desmembradas das primeiras, mas os nomes são brasileiros: Itajaí, Saí, a colônia de Manuel Floriano da Silva, no ribeirão do Moura, a Piedade, com 150 colonos alemães, a Santa Isabel que, em 1869, atingiu 1.268 habitantes, transformando-se em freguesia. Em 1851, surge a colônia Dona Francisca, cujo nome foi dado em homenagem à Princesa D. Francisca, esposa do Príncipe Francisco Fernando Filipe de Orleans, Príncipe de Joinville. Em 1853, no vale do Biguaçu, surge a colônia Leopoldina, com poucos belgas e alemães e, em 1854, a Colônia Militar de Santa Teresa; em seis anos, a colônia de Teresópolis, alemã; alguns anos depois, fundou-se São Bonifácio, no Alto Capivari. Depois, a Colônia Nacional Angelina, e a do Príncipe Dom Pedro. No Sul do Estado, aparecem Azambuja e Urussanga. No final de 1888, em Acioly de Vasconcelos e em Presidente Rocha, reuniram-se italianos de várias procedências. Na colônia Grão-Pará, há predominância de poloneses, depois italianos, espanhóis, alemães e russos; surge, a seguir, uma tentativa particular de colonização, a Luís Alves. Com a República, aparecem núcleos oficiais por ela instituídos como os de Anitápolis, Esteves Júnior e Barão do Rio Branco, contando com famílias alemãs, russas e italianas.

Os nomes, como vimos, obedecem a uma sistemática denominativa brasileira, com aqueles de origem hagiotoponímica contrapondo-se a antropônimos e a antropônimos históricos e mesmo os retirados dos acidentes da região. Seria essa já uma tentativa de iniciar o imigrante na história pátria, educando-o seletivamente, com a finalidade básica de integrá-lo ao contexto comum através da toponímia, antecipando, dessa forma, uma função que só o tempo poderia realizar a contento?

Em oposição, Blumenau, Joinville, Nova Itália, são nomes que falam de perto à vivência estrangeira propriamente dita.

Já no Rio Grande do Sul, diz o Prof. Jean Roche, dentre aqueles núcleos portugueses surgem os que se reportam à presença direta do imigrante: Neu Wurttemberg, Hamburgo Velho, Schneidertal (a partir de 1846), Bohnental Jammertal e Wallachei (1849), Teutônia (colônia particular, em 1954). A colônia de Neu Wurttemberg transformou-se em Panambi; para o autor, caber-lhe-ia melhor o nome de Nova Teutônia porque a maior parte dos casais provinha dessa região.

Do glossário levantado por José Boiteux sobre "A influência da colonização na toponímia do Estado de Santa Catarina",² a ênfase foi dada, logicamente, aos nomes de procedência alemã e italiana, com uma supremacia dos acidentes humanos ou culturais sobre os físicos. Há, mesmo, toda uma teoria toponímica a respeito, ou seja, os primeiros nomeados, geograficamente, seriam os acidentes antrópicos, recaindo quase a compreensão geral sobre a prevalência deles relativamente aos físicos: por suas próprias características, podem vir a constituir-se, quantas vezes, em formas únicas na re-

(2) BOITEUX, José. A influência da colonização na toponímia do Estado de Santa Catarina. *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*. Salvador, 7 a 16 de setembro de 1916. I vol. p. 608-17.

gião, dispensando por isso a urgência de um designativo, desde que se tornam conhecidos por todos, pelo próprio termo da designação lexical, enquanto o acidente cultural, por trazer a marca de uma diversidade de indivíduos, necessita de um chamamento personalista.

Mas o que gostaríamos de deixar claro aqui e o que consideramos como teor de expressividade é a proporção dos acidentes físicos nomeados, incluídos entre eles os caminhos; a maioria trata-se de rios ou ribeirões, destacando-se, dentre eles, um ou outro elemento orográfico. Note-se que nos verbetes de alguns desses acidentes, quando designados por antropônimos mais conhecidos, o autor insere a explicação causal do chamamento, o que dá margem a que se possa conhecer melhor a personalidade retratada. É o que acontece, por exemplo, com estes topônimos: Argollostrasse, estrada lembrando o nome do engenheiro que a construiu, Dr. Miguel de Teive Argollo, o topônimo adquirindo a forma lingüística germânica; Boiteux, ribeirão que banha as terras do cidadão suíço Lucas Boiteux; Bruststein, ribeirão em homenagem ao Dr. Frederico Bruststein, diretor da colônia D. Francisca; Scheridan, ribeirão com o nome do cidadão belga empresário da colônia Leopoldina; Zimmerer, morro em homenagem ao Cav. Eugen von Zimmerer, primeiro cônsul da Alemanha, no Estado de Santa Catarina.

Tais topônimos diferem, por exemplo, destes outros: Schmidt, ribeirão afluente do Salto, município de Tijucas; ou de Ilse, ribeirão no distrito de Indaial, município de Blumenau, ou de Hertha, ribeirão no mesmo distrito, porque não se sabe quem foram as personalidades envolvidas e em que medida concorreram para o próprio fato do chamamento.

Não se queira dizer com isso que o acidente cultural vem sempre enriquecido com uma explicação; em certos casos, realmente, o verbete é mais sugestivo, como ocorre em Hammonia, “‘povoação’, no município de Blumenau. É sede do distrito Hercílio, na colônia Hansa. Situada à margem esquerda do rio Hercílio”; ou com Hansa, “colônia fundada pela ‘Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft’, organizada em Hamburgo, em 1879”. Em outros, não.

O *Vocabulário Geográfico do Estado de Santa Catarina* (1950)³ traz outros acidentes que o levantamento do Prof. Boiteux não acusa, talvez pela divergência de datas. A *memória* de Boiteux data de 1916 e o *Vocabulário* é quarenta anos posterior. Assim, aparecem neste topônimos como Weirahn (lagoa, município de Brusque), Westphalia (rio, município de Tubarão), Wiegand (rio da margem esquerda do rio Hercílio), Witmarsum (povoado à margem direita do rio Krauel), Wollstein (rio afluente da margem esquerda do Itajaí-Mirim), Hindemburgo (povoado na região ocidental do município de Curitiba), Annaburg (povoado no município de Joinville). Como topônimos étnicos lembramos os registros de Alemão (morro a sudoeste do povoado Dedo Grosso, Joinville) e Alemãs (povoado no município de Camboriú), Belgas (ribeirão do município de Itajaí), Castelhana (arroio do município de Caçador; rio da margem esquerda do rio do Peixe; arroio do município de Concórdia; arroio do município de Curitiba), Castelhanos (arroio do município de Cruzeiro), Francês (ilha do, município de Florianópolis),

(3) *Vocabulário Geográfico do Estado de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.

Galego (rio do, município de Bom Retiro), Húngaro (povoado no município de Jaraguá), Húngaros (ribeirão no município de Jaraguá), Italianos (rio do município de São Bento), Ingleses (povoado no município de Florianópolis), Polacos (rio do município de Tijucas), Polacos ou Simm (rio do município de São Bento), Pomeranos (ribeirão do município de Timbó), Ponta Russa ou do Meio (rio da, município de Brusque), Portugueses (morro do município de Araranguá), Prussiano (arroio de Mafra), Russos (ribeirão do município de Rodeio), Tirolezes (povoado no município de Xapecó), Milaneses (rio do município de Timbó).

Das regiões possivelmente ligadas à colonização estrangeira, o *Vocabulário Geográfico* lembra estas: Alsácia, povoado no Município de Brusque; Altafona, ribeirão do município de Rio do Sul; Belvedere, povoado a nordeste de Treviso; Califórnia, rio e povoado no município de São José, provável mimetismo toponímico; Filadélfia, povoado no município de Concórdia, também mimetismo?; Inglaterra, rio da margem direita do Biguaçu; Lombardia, ribeirão do município de Nova Trento; Sintra, rio do município de Tubarão; Tirol, povoado na região setentrional do município de Nova Trento e rio do mesmo município); Treviso, vila e sede do distrito de Treviso, no município de Uruçanga.

Sabe-se que, toponimicamente, os nomes estrangeiros podem se deslocar antecedidos dos adjetivos *novola*, daí o registro destas ocorrências: Nova Beluno, vila e sede de distrito, município de Uruçanga; Nova Bremen, povoado a nordeste de Getúlio Vargas; Nova Galícia, povoado no município de Porto União e povoado em Tijucas; também ribeirão desse município; Nova Itália, rio formador do rio das Águas Claras, em Brusque; Nova Itália ou Santa Luzia, povoado na região sul-oriental do município de Brusque; e rio do município de Rio Sul; Nova Milano, povoado no município de Concórdia; Nova Roma, povoado no município de Araranguá; Nova Teutônia, povoado no município de Concórdia; Nova Trento, cidade e município; Nova Veneza, vila no município de Criciúma; Nova Vicência, povoado no município de Araranguá; Nova Vicenza, povoado à margem direita do rio Estreito, no município de Cruzeiro.

Se se traçar um paralelo com o mapa atual da região, pode ocorrer que muitos desses nomes já tenham caído em desuso ou cedido lugar a outros, como é comum acontecer em toponímias não estáveis como a nossa, de um modo geral. Acreditamos, porém, que o fato, se real, não invalida a influência que imigrantes italianos, alemães ou de outras procedências deixaram na região. Tivemos, mesmo, oportunidade de, anteriormente, nos referirmos a esse detalhe, através do exame do *Índice dos topônimos*, do IBGE,⁴ quando estudamos as "Origens históricas da toponímia brasileira e os nomes transplantados".⁵ O importante é o que fica, o registro, a notação através do topônimo. Certo que a sua permanência seria aconselhável e a mais acertada possível mesmo que, no local, a população tenha perdido as suas caracterís-

(4) VANZOLINI, P. E. & PAPAVERO, N. Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil 1:1.000.000 do IBGE. São Paulo, Fapesp, 1968.

(5) DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (24):75-96, 1982.

ticas étnicas e se integrado, definitivamente, à comunidade brasileira. O fato anterior, contudo, fora marcado, indelevelmente.

Com relação ao Estado do Paraná,⁶ também centro recebedor de imigrantes, se bem que em época posterior às outras regiões sulinas, há menos nomes estrangeiros a serem considerados. Poderiam ser citados alguns casos, como o rio dos Alemães, no município de Guarapuava, o salto Alemão, no rio Tibaji, a vila Alemoa, à margem direita do ribeirão da Alemoa e o próprio ribeirão da Alemoa, afluente do rio Cachoeira. É um conjunto toponomástico bem definido, ao que tudo indica, pelo próprio migrante que ali aportou. O córrego Belvedere repete o nome de dois povoados catarinenses, um, a sudeste de Rio Branco, e o outro, a nordeste de Treviso. O rio Borman parece indicar uma procedência antroponímica germânica, localizando-se no município de Guarapuava, na margem esquerda do Rio Medeiros. Mas há também etnotopônimos de outras procedências: o arroio do Espanhol, em Guarapuava; o ribeirão do Castelhanos, a serra dos Castelhanos e o rio Castelhanos, assim como o lugarejo entre as nascentes do ribeirão do Diogo, que recebeu o nome de Castelhanos de Fora, este último elemento sendo considerado comum em toponímia, tanto que denominamos as expressões deste tipo como arquetípicas, porque repetitivas em quase todas as regiões. O morro do Inglês aparece nos municípios de Palmas e de Paranaguá. O salto Faraday, no rio Iguazu, lembra, ou pode lembrar, um mimetismo, e não, propriamente, uma herança colonizadora. Merece um exame mais detalhado. O rio Keller lembra um antropônimo; está em Londrina. Chamamos a atenção para os nomes seguintes: Nhá Polônia, um córrego afluente da margem esquerda do rio Itaquí, ao que tudo indica, é uma forma de tratamento comum aos brasileiros do interior, deturpação de *sinhá*, o inusitado ficando por conta da composição, que difere de outras formações existentes, como Nhá Bárbara ou Nhá Silvéria. Nova Dantzig, que aparecia em 1950, não consta mais do *Índice dos topônimos*, o mesmo acontecendo com Nova Tirol e Nova Tóquio. Este último seria um topônimo importante a permanecer, assegurando a presença da imigração japonesa, tão parca de nomes originários, em sua caminhada pelo Brasil. O arroio Pagnoncell, afluente da margem esquerda do rio Iguazu, teve igual sorte, não mais constando do *Índice*. Uma exceção deve ser aberta: Porto Britânia, povoado na confluência dos rios São Francisco e Paraná, continua sua trajetória toponímica, o mesmo não acontecendo com Porto Ítalo, povoado à margem esquerda do rio Cacatu. O córrego Riems, afluente da margem esquerda do rio Pirapó, pode ter sido absorvido por algum outro designativo. Rolândia é um dos municípios mais progressistas do norte do Paraná e traduz a sua origem germânica na figura do herói medieval, primeiro dos Doze pares de França, sobrinho do Imperador Carlos Magno. Sabaudia, que ainda existe, é o primeiro povoado do interior de Arapongas e traz a designação de uma cidade italiana, cujo objetivo do chamamento foi atrair colonos para a região.

Por outro lado, há nomes que prestam homenagens a colonizadores e são dados pelas companhias loteadoras: Astorga recebeu o designativo para homenagear um dos Presidentes da Companhia de Terras do Norte do Paraná. Califórnia e Clevelândia não são obras de colonos americanos, como se po-

(6) *Vocabulário Geográfico do Estado do Paraná*. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.

deria imaginar, a primeira recebendo o nome por uma semelhança comentada entre o novo sítio e aquele dos Estados Unidos e a segunda homenageando o Presidente norte-americano Grever Cleveland que dirimiu a questão de limites entre Brasil e Argentina. Colorado, ao norte do Estado, também é apenas uma lembrança mimética. Londrina tirou seu nome de Londres porque seus fundadores e o capital necessário ao desenvolvimento local eram de procedência britânica. Um dos sócios de Paranacity viera dos Estados Unidos e, para homenageá-lo, construiu-se este estranho hibridismo indígena. Luanda resultou de um concurso realizado entre os seus primeiros moradores e os membros da Companhia Imobiliária para a escolha do topônimo do lugar. Não é, portanto, fruto de colonização afro-portuguesa.

Resta Assaí, formada de 1932. A Companhia Colonizadora Três Barras fundou uma fazenda no município de São Jerônimo e deu-lhe o denominativo de Assailand, para homenagear colonos japoneses. Houve, atração, realmente, de um grande número de imigrantes e o povoado tornou-se um núcleo dessa comunidade. Os que pretendem ver no topônimo uma origem japonesa dizem que *assahí* significa “sol nascente”. Mas *assaí* é também um termo nosso, nativo, de origem tupi, que Theodoro Sampaio diz ser o “fruto que chora, recuma ou deita água, alusão ao coco da palmeira *Euterpe oleracea*”.⁷ O *Índice dos topônimos* registra uma pequena divergência lingüística: o Açai paulista é cedilhado e o paranaense tem duplo s; há também uma Assailândia, no Estado do Maranhão. Teria havido, aqui, também a influência nipônica ou o nome vem apenas comprovar a origem indígena do termo? Fica a dúvida ou a ressalva, que pode ser levada à conta de uma mera coincidência de línguas, em termos vocabulares.

Origem semelhante teve o município paulista de Americana: deve-se ao Imperador Pedro II, a Coronel William H. Norris e a seu filho Robert Norris o estabelecimento da “colônia americana em terras pertencentes aos municípios de Campinas e Piracicaba”, posteriormente tornadas Americana e Santa Bárbara do Oeste. Nomes anteriores: Estação de Santa Bárbara e Vila Americana, até 1938, quando receberam em definitivo, a toponímia atual.

Um dos nomes de localidades que pode nos conduzir a erro, fazendo-nos supor tratar-se de colonização estrangeira é o que ocorre com Russas, no Ceará. A *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (1957) relata fatos diversos a respeito dessa progressista cidade às margens do riacho Arahibu, no rio Jaguaribe. Há versões para o nome: a denominação teria sido inspirada pela ocorrência, ao norte da localidade, de blocos de granitos que, vistos à distância, se assemelham a um lote de *bestas ruças*. O termo empregado seria, portanto, *ruça* e não *rusa*. Caso de homofonia ao que tudo indica, levando a um erro gráfico, se a versão for correta. O *ruço* do topônimo em questão, cedilhado, é “tirante a pardo, pardacento, pardaço; desbotado pelo uso, surrado; que tem cabelos castanho muito claro”. O outro, *russo*, é o termo étnico: “de ou pertencente ou relativo à Rússia ou aos seus habitantes”.⁸ Os

(7) SAMPAIO, Theodoro. Vocabulário geográfico brasileiro. In: *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. cor. e aum. São Paulo, O Pensamento, 1914.

(8) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

significados não são correspondentes. Uma segunda versão diz que o topônimo deriva da serra do mesmo nome, ao nordeste de Pernambuco, estendendo-se o designativo à localidade.

Como se depreende desse exemplo e de outros que transcrevemos, nem sempre uma forma não vernácula significa indícios de colonização estrangeira, de modo que se possa entender tais topônimos como pertinentes à uma determinada fase imigratória. Cada caso deve ser estudado separadamente para que se tenha dele uma visão adequada e enquadrada no âmbito da questão.

Veja-se, a exemplo, o que acontece com a presença do imigrante japonês no Brasil. Os nomes relativos ao grupo, como etnia transmigrada, não aparecem em macrotoponímia. Não importa alegar que a sua grande chegada em território brasileiro deu-se tardiamente, depois da instalação de outros elementos, ou que as diferenças culturais foram mais fortes que as destes grupos; para nós, porém, o que conta é a força dessa presença e o seu valor sócioeconômico para o país; o que revelaria ter em mente em termos toponímicos. No entanto, não foi o que sucedeu, genericamente. Mas, em microtoponímia, o inverso já está ocorrendo. Já tivemos oportunidade de ressaltar o fato, relativamente à cidade de São Paulo,⁹ quando antropônimos japoneses começam a denominar ruas localizadas em zonas periféricas como Jardim Sarah, Vila Guilhermina, Jardim Japão, Vila Brasilina, Cidade Ipava, Embu, Taboão da Serra, Jardim Peri-Peri e, mesmo na própria zona central, como ocorre com os viadutos Okuhara Koei, na área Rebouças-Consolação, ou o Cidade de Osaka, o Mie Ken ou o Shuhei Uetsuk, na Liberdade.

Para finalizar estas considerações, gostaríamos de deixar claro que a cidade de São Paulo demanda um estudo em separado da categoria toponímica aqui estudada; diga-se, à guisa de esclarecimentos, que o que já fizemos para a colônia japonesa, em termos de toponímia paulistana, estamos preparando para as outras etnias, no estudo da nomenclatura das ruas das cidades, que integra um conjunto mais amplo de análises e pesquisas a que nos dedicamos.

Recebido em 15 de abril de 1988.

ABSTRACT

European immigration to Brazil is recent for it dates from the 19th century. From then on European names began to appear in specific areas of Brazilian toponymy through a process that is linked directly to denominating terms. The present article intends, among other things, to view those toponyms of a German and Italian origin in the states of the South of the country, analyzing also their toponymic nature.

Key-words: European immigration – Foreign toponyms – Transferred toponyms – Concentration areas

(9) DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O nome da rua. *D. O. Leitura. Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 4(39):8-9, ago. 1985.

A HORA E VEZ DE AUGUSTO MATRAGA: DO HUMANO AO MÍTICO

Marleine Paula Marcondes e Ferreira de Toledo*

RESUMO

Este artigo mostra como Guimarães Rosa, utilizando-se do regional – cangaço – chega ao universal. O cerne desta micronarrativa, cujo tema é a união dos opostos, coloca Matraga em contato com seu “campo divino”. A estrutura ternária, muito comum em hagiografias, evidencia a luta entre Bem e Mal travada no interior da personagem, que, por sua vez, vivencia três fases: a mítica, a social e a humana. Uma imagem de mandala, presente no texto, auxilia a compreensão do destino da personagem.

Unitermos: Bem/Mal – Regional/Universal – Mítico – Épico – Mandala

Vinte e um anos sem Guimarães Rosa. Sem? Certamente que não. Rosa não morreu. Ficou apenas “encantado”, após as oito e meia da noite de um domingo, 19 de novembro de 1967. Carlos Drummond de Andrade – hoje tão “encantado” quanto ele – ao publicar no “Correio da Manhã”, de quarta-feira, 22 de novembro, o poema a que deu o título “Um chamado João”, traduziu o sentimento de todos:

“Ficamos sem saber o que era João
e se João existiu
de se pegar”

(*) Professora Assistente Doutora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Vinte e um anos sem Rosa. Mas sua obra continua circulando, por meio de sucessivas edições. O segredo está na revelação de que os grandes artistas podem levar o regional para o universal e de que a língua é um processo de seguidos desdobramentos e criações. A revolução temática e formal instaurada por Guimarães, que culminaria em *Grande sertão: veredas* (1956), já está presente na primeira obra, *Sagarana*, cuja edição original foi publicada no Rio de Janeiro, em abril de 1946, pela então Editora Universal, de curta atuação no mercado editorial do país.

“A hora e vez de Augusto Matraga” é o conto que fecha *Sagarana* e que, ao mesmo tempo, abre veredas para a compreensão do épico, do mítico em toda a obra rosiana.

Nise da Silveira,¹ estudiosa da obra de Carl Gustav Jung, o grande psicólogo suíço, observa que, aparentemente, para o homem da era atômica nenhum sentido ou interesse deveria ter a narração das peripécias praticadas por deuses e semideuses. Contudo, os mitos continuam a fascinar não só psicólogos, como também sociólogos, antropólogos e literatos, em geral. A razão, deveríamos buscá-la numa forma de compensação pelo exagerado racionalismo e tecnicismo de nossa época?

Uma das idéias básicas do pensamento junguiano é que o homem moderno deixou de lado o substrato mítico de seu ser, o que redundou em ausência de sentido e propósito a sua vida. A tarefa da análise consistiria em pô-lo de novo em contacto com esse “campo divino”, mediante interpretação de seus sonhos. Os mitólogos modernos encontram no mito a manifestação de formas de vida, de modelos que orientam a inserção do homem na sociedade. Assim sendo, os mitos traduzem experiências vividas repetidamente no decorrer de milênios. Aí está a explicação para o fato de encontrarmos temas idênticos nos mais diversos e distantes lugares. A partir desse referencial é que sacerdotes e poetas elaboram os mitos, vestindo-os, de conformidade com as épocas e culturas.²

“A hora e vez de Augusto Matraga” é uma micronarrativa (ou medionarrativa?) com estrutura mítica proposital. Contruída sob forma de hagiografia, trata do problema da união dos opostos. Augusto Matraga é provavelmente nome mítico, encontrando paralelo em outros textos, como, por exemplo, “Roberto, o diabo”, versão do francês “Robert, le diable”, ou “du diable”.

Montado em ordenação ternária, muito comum na vida de santos – que passam da fase do pecado (Inferno) à do arrependimento (Purgatório), chegando à redenção (Céu) – “A hora e vez de Augusto Matraga” mostra a luta que se instaura entre a personagem e seus conflitos íntimos.

(1) SILVEIRA, Nise da. *Jung: vida e obra*. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1971.

(2) Cf. op. cit. p. 127-9.

Se há no conto moderno tendência à quase nulificação do enredo ou ausência de intriga, neste texto de Rosa não se observa tal procedimento. Ao contrário, há muito de ação, de movimento, e um tanto de “clima psicológico”, de “atmosfera envolvente”. A ação e a dinâmica são contingências do assunto – exploração de um tema bem brasileiro: o cangaço. Só que aqui este tema não é enfocado apenas sob a óptica do social. Entretecido do psicológico, em função de uma personagem que vive seus dramas, que luta contra alguma força contrária à sua obstinação, possui grandes momentos de tensão emocional.

O cangaço, tema tão explorado em nossa literatura, é recriado por Guimarães, porque em outros termos, com outros objetivos: antes fim, torna-se agora meio para penetrar em camadas insondáveis, que são aquelas do inconsciente ou do íntimo da personagem, da luta do ser consigo mesmo.

Na seqüência cronológica estende-se um caminho progressivo, constante, sem interrupção, percebendo-se, embora não haja marcadores, duas partes bem distintas.

A primeira abrange um período de umas doze horas aproximadamente (fim do leilão até a “execução” de Augusto Matraga). À segunda, corresponde um período de mais ou menos seis anos e meio. Aqui, duas referências para delimitar este tempo: uma, direta, com palavras textuais: “E assim se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho deste jeito, sem tirar nem pôr, sem mentira nenhuma, porque esta aqui é uma estória inventada, e não é um caso acontecido, não senhor” (p.343);³ outra, indireta, por dedução: a filha de Nhô Augusto tinha, no início, dez anos; no final, ao “cair na vida”, conta-se que “se encorpara uma mocinha muito linda...” (p.344).

Estes dados permitem-nos concluir que há excessiva dilatação no tempo, quando, no conto, ele é breve, não ultrapassando comumente o limite de horas e dias – fato que nos leva a pensar num romance embrionário, até porque o problema aqui levantado (cangaço com implicações psicológicas) é demais complexo para ser explorado na pequena narrativa.

Na primeira parte, que termina em “E deram as costas, regressando, sob um sol mais profundo e maior” (p.336), o narrador serve-se de um incidente – a festa da igreja – para a apresentação da personagem.

Já aí se delineia seu caráter, através das situações a que está exposto e das ações que pratica. A seguir, já composto, segue sua trajetória – lógica, seqüente – tomando as rédeas dos acontecimentos. Uma espécie de determinismo mostra-se perfeitamente claro, como se, dona de todas as cartas, a personagem fizesse o jogo.

A linguagem inicial é bem simples, popular, principalmente quando se trata de diálogo. A seguir, vai num crescendo, torna-se castiça, eloqüente,

(3) Todas as citações de “A hora e vez de Augusto Matraga” referem-se à 19ª ed. de *Sagarana*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

posto que nunca se abandone a simplicidade. Há trechos esplendorosos, com tons de epopéia (primeiro, segundo e terceiro parágrafos da p.334):

“O cavalo de Nhô Augusto obedeceu para diante; as ferraduras tiniram e deram fogo no lajedo; e o cavaleiro, em pé nos estribos, trouxe a taca no ar, querendo a figura do velho. Mas o major piscou, apenas, e encolheu a cabeça, porque mais não era preciso, e os capangas pulavam de cada beirada, e eram só pernas e braços.

– Frecha, povo! Desmancha!

Já os porretes caíam em cima do cavaleiro, que nem pinotes de matrinhãs na rede. Pauladas na cabeça, nos ombros, nas coxas. Nhô Augusto desdeu o corpo e caiu. Ainda se ajoelhou em terra, querendo firmar-se nas mãos, mas isso só lhe serviu para poder ver as caras horríveis dos seus próprios bate-paus, e, no meio deles, o capiauzinho mongó que amava a mulher-atoa Sariema.”

Em meio a esta narrativa heróica, viril, intercala o autor (sempre com o objetivo de ser fiel às origens de sua personagem) uma seqüência em que ela, ciente de sua posição, dominadora da situação, fecha os olhos e dá tento do que se passa:

“E Nhô Augusto fechou os olhos, de gatura, porque ele sabia que capiau de testa peluda, com o cabelo quase nos olhos, é uma raça de homem capaz de guardar o passado em casa, em lugar fresco perto do pote, e ir buscar da rua outras raivas pequenas, tudo para ajuntar à massa-mãe do ódio grande, até chegar o dia de tirar vingança.” (p.334)

Palavras da sabedoria popular.

Logo no parágrafo seguinte, retoma-se o tom épico e segue-se neste ritmo até o momento em que o rival (o Major Consilva) acredita haver deixado para sempre, tombado, no campo de batalha, seu adversário, consolidando-se, definitivamente, sua glória.

Mas o inimigo, o oprimido, ainda não morreu; “nascido com uma missão, com um destino”, tem de segui-lo, não consegue escapar a ele, e padece muito ainda a caminho do Calvário. Como consequência, a linguagem já não é mais máscula, forte, dirigente, mas mansa, evangélica, morosa, triste, uma repetição da “Paixão”, já que a personagem é a própria encarnação de Cristo – veio ao mundo com uma missão: é o Nazareno, o Salvador, como dirá o povo mais tarde: “Foi Deus quem mandou esse homem no jumento, por mór de salvar as famílias da gente...” (p. 369). Com linguagem evangélica, caminha a narração até o final do episódio ou até o fim da primeira parte, com a morte, a “execução” do homem Augusto Esteves, filho do Coronel Afonso Esteves, das Pindasbas e do Saco-da-Embira.

E é de singular beleza o final desta primeira parte:

“Mas o preto que morava na boca do brejo, quando calculou que os outros já teriam ido embora, saiu de seu esconso, entre as tábuas, e subiu aos degraus de mato do pé do barranco. Chegou-se. Encontrou

vida funda no corpo tão maltratado do homem branco; chamou a preta, mulher do preto que morava na boca do brejo, e juntos carregaram Nhô Augusto para o casebre dos dois, que era um cofe de barro seco, sob um tufo de capim podre, mal erguido e mal avistado, no meio das árvores, como um ninho de maranhões.

E o preto foi cortar padieiras e travessas, para um esquife, enquanto a preta procurava um coto de vela benta, para ser posta na mão do homem, na hora do 'Diga Jesus comigo, irmão'..."(p.336).

Observe-se a fala bíblica, em forma de frases de ladainha, repetitivas: "o preto que morava na boca do brejo... chamou a preta, mulher do preto que morava na boca do brejo".

Lembrando a alusão que fizemos à estruturação ternária deste conto, dos três Matragas – isto é, o primeiro *Matraga* mesmo (nome mítico), o segundo *Coronel Augusto Esteves* (nome social), o terceiro *Nhô Augusto*, só (o homem) – só ficaram dois, a partir do momento em que seu adversário puxou a ladainha:

“ – Não tem mais nenhum Nhô Augusto Esteves, das Pindaibas, minha gente?!... ”

E os cacundeiros, em coro:

– Não tem não! Tem mais não!..."(p.335)

E é dado como morto, desaparecendo o homem do grupo, o social.

Entrando na segunda parte, é interessante notar a escala ascendente do relato, mostrando Guimarães Rosa profundo conhecimento das matrizes da psique humana. Um temperamento como o de Matraga, insubmisso, dominador, déspota, "mandão", só poderia modificar-se por meio de um acontecimento que o deixasse praticamente morto. A exaustão física e o retiro forçado condicionaram a transformação de vida, que não se deu, entretanto, da noite para o dia. Enquanto combatido, foi-lhe dócil o governo de seu temperamento; à medida que se recupera vai recompondo-se, peça por peça, até que, sem voltar para a vida anterior. Augusto Matraga torna a ser ele próprio. A esta mudança de comportamento corresponde uma de espaço: do arraial da Virgem de Nossa Senhora das Dores do Córrego do Murici, onde era o Coronel Nhô Augusto Esteves, parte para o povoado do Tombador, lugar em que todos gostaram dele, Nhô Augusto, o homem, "porque era meio doído e meio santo" (p.341).

Ocorre, então, a luta entre duas grandes forças: de um lado, o passado que se apresenta como um opróbrio, ignomínia; de outro, sua força interior, dominadora, capaz de não esquecer esse passado, mas de trazê-lo à superfície, para estimulá-lo no caminho da salvação.

É Matraga, como o herói de *Grande sertão: veredas*, um paladino do bem e da justiça. Enquanto Riobaldo já aparece feito, organizado, aqui vemos o nascer (e o renascer) do herói, que parece ter consciência de sua missão (confrontar p.346, parágrafo VI):

“Podia ir procurar a coitadinha da minha filha, que talvez esteja sofrendo, precisando de mim... Mas, eu sei que isso não é eito meu, não é não.”

Ou, mais adiante, quando inesperadamente resolve partir:

“ – Adeus, minha gente, que aqui é que mais não fico, porque a minha vez vai chegar e eu tenho que estar por ela em outras partes!” (p.358)

E acompanhado de um jumento, “animalzinho assim meio sagrado, muito misturado às passagens da vida de Jesus” (p.360) – segundo lhe lembrou mãe preta Quitéria –, entra no arraial do Rala-Coco, o terceiro e último espaço, o que vai mitificá-lo.

Toda a compleição física e psíquica é-lhe imprescindível. Para haver, como nos grandes relatos, a vitória do Bem sobre o Mal, eram necessários todos os antecedentes da personagem. Existiu um primeiro homem absolutamente mau (tese); um segundo, absolutamente bom (antítese). Exercendo tão-só uma dessas potencialidades, não consegue ser uno e feliz. O Mal morre, quando é maltratado; tenta renascer várias vezes. Por fim, encarna-se em seu Joãozinho Bem-Bem. E para demonstrar que o Mal e o Bem se acham fundidos, inseparáveis sempre, Matraga mata o amigo: apesar de haver repudiado o Mal, aquele laço de amizade representa a profunda “irreparabilidade”, no homem, destas duas grandes forças antagônicas (síntese). Só então é completo e total. É a união dos opostos.

Toda esta trajetória é contada à maneira dos relatos míticos. Destino ou fatalidade, esperança de salvação, redenção são componentes que afloram à superfície. Outro marcador importante é a mandala. Literalmente, mandala (de origem sânscrita) é um círculo, se bem que seu desenho seja complexo e muitas vezes contido num quadrado. Genericamente o simbolismo da mandala “engloba todas as figuras expostas concentricamente, todos os alinhamentos radiais ou esféricos, todos os círculos ou quadrados com um ponto central”.⁴ Presente em todo o mundo, a mandala é um dos símbolos religiosos mais antigos. Jung “recorreu à imagem da mandala para designar ‘uma representação simbólica da psique, cuja essência nos é desconhecida’. Observou, assim como seus discípulos, que estas imagens são utilizadas para ‘consolidar o ser interior ou para favorecer a meditação em profundidade’.”⁵

Quando os bate-paus de Nhô Augusto preparavam o final de sua “execução”, diz-nos o narrador:

“E, aí, quando tudo esteve a ponto, abrasaram o ferro com a marca do gado do Major – que soía ser *um triângulo inscrito numa circunferência* (grifos nossos) –, e imprimiram-na, com chiado, chamusco e fumaça, na polpa glútea direita de Nhô Augusto. Mas recuaram todos, num susto, porque Nhô Augusto viveu-se, com um berro e um salto, medonhos.” (p.335-336).

Pois bem, essa marca o predestinará: a partir daí temos – como se disse – o nascer do herói. Se o triângulo é o menor polígono possível e o círculo, o maior, vemos a união dos contrários que metaforiza a síntese de duas grandes forças (Bem e Mal) em Matraga.

(4) FORDHAM, Frieda. *Introdução à psicologia de Jung*. Lisboa, Editora Ulis-séia, 1972. p. 61.

(5) CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dictionnaire des symboles* (verbete *mandala*). Paris, Seghers, 1974.

Frieda Fordham diz que Jung observou que a experiência “formulada no (*sic*) mandala era característica de pessoas que deixaram de conseguir projetar a imagem divina – isto é, encontrar Deus em qualquer ponto exterior a elas – e corriam risco de inflação. As cercas redondas ou quadradas pareciam atuar como paredes mágicas protetoras, que evitavam uma explosão e desintegração e salvaguardavam um propósito íntimo. Tinham uma certa semelhança com os lugares sagrados que nos tempos antigos eram frequentemente construídos para proteção do Deus; no entanto, o que em relação ao mandala moderno é significativo é o fato de ele raramente conter um deus no centro, mas antes uma variedade de símbolos ou mesmo um ser humano. Por isso, um mandala moderno é ‘(... uma involuntária confissão de uma condição psíquica peculiar. No mandala não há divindade, como não há qualquer submissão ou reconciliação com a divindade. O lugar da divindade parece ter sido ocupado pela totalidade do homem)’. ”⁶

O processo de individuação não se fez de um momento para o outro. Lento, demorado (o que corresponde à própria dilatação do tempo no conto, antes referida), inclui todas as fases por que deve passar o santo ou o herói da epopéia pagã. Além de a linguagem ir adaptando-se às diversas etapas da trajetória da personagem, a presença de provérbios e ditos populares prognosticam os sucessos:

“Sorte nasce cada manhã, e já está velha ao meio dia ...” (p. 330);

“ ‘Cada um tem seus seis meses ...’ ” (p. 333);

“Deus mede a espora pela rédea, e não tira o estribo do pé de arrependido nenhum ...” (p. 339);

“Cada um tem a sua hora e a sua vez ...” (p. 339);

“Debaixo do angu tem molho e atrás de morro tem morro” (p. 345);
etc.

“A hora e vez de Augusto Matraga” não é, assim, um simples relato de vida e morte, uma biografia, mas o profundo drama íntimo de todo homem (“não faço o bem que quero, mas o mal que detesto”), que é colocado em diversas circunstâncias e nestas tem de definir-se.

Recebido em 03 de dezembro de 1987.

ABSTRACT

This paper shows how Guimarães Rosa arrives at universal images through the use of regional images (i. e.: cangaço). The core of this micro-narrative – whose theme is the union of opposites – places Matraga in contact with his divine world. The ternary structure which is common to many hagiographies brings to the fore the character's inner conflicts between Good and Evil, as he lives out three phases: the mythic, the social, and the human. A mandala image – a circle that closes – which is present in the text helps us understand the character's fate.

Key-words: *Good/Evil – Regional/Universal – Mythic images – Epic – Mandala.*

(6) Op. cit. p. 63.

factor's fate.

divine world. The former strategy which is common to many hydrological

- whose theme is the nation of opposites - borders through its contact with its

By the use of regional theory in the study of the micro-environment

This paper shows how Geobell's theory in universal landscape theory

Abstract

Recibido en 03 de diciembre de 1981.

diversas interrelaciones e interacciones topográficas de los paisajes en

virgin's (monte) microtopografía, rasgos topográficos, forma, forma de todo paisaje

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

diversos paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

de los paisajes de los Andes Mesoamericanos, rasgos topográficos, forma, forma de

PAIM, UM ARTISTA NACIONALISTA

Ruth Sprung Tarasantchi*

RESUMO

O pintor Paim dedicou sua carreira a temas nacionalistas. Estudou nossa flora, fauna, desenho marajoara e folclore, que depois estilizava e reproduzia nas cerâmicas, ilustrações de livros e revistas, assim como em quadros. Pintou inúmeros painéis de azulejos, destacando-se os da Igreja Nossa Senhora do Brasil, onde trabalhou mais de 30 anos. Interessantes as Virgens com feições caipiras e a representação de animais do Brasil em cenas de temática religiosa.

Unitermos: *Nacionalismo – Estilização da natureza brasileira – Arte marajoara – Pintor – Cerâmica brasileira.*

Pintor, ilustrador, ceramista, cenarista, professor de História da Arte e Decoração, homem de cultura, estudioso de religiões, nacionalista: Antonio Paim Vieira.

Sim, o nacionalismo foi uma de suas características mais marcantes e está presente em todas as técnicas que utilizou. Um exemplo são os temas caipiras, trechos do nosso interior pobre – desprezados por muitos artistas por serem humildes demais –, animais e plantas nacionais, estilizados, e decorações geométricas dos índios marajós – utilizados tanto na decoração de suas cerâmicas quanto nos diferentes trabalhos a que se dedicou.

Antes dele somente Theodoro Braga (originário de Belém do Pará e radicado em São Paulo desde 1923) foi quem aproveitou os desenhos marajoaras em seus tapetes, azulejos, cerâmicas, mosaicos e entalhes de madeira.

(*) Professora Doutora de História da Arte e ex-aluna de Antonio Paim Vieira.

Como todos os artistas brasileiros, também Paim sofreu influência estrangeira e esta o atingia principalmente através de revistas européias que colecionou a vida inteira. Eram portuguesas, italianas e francesas; através delas conheceu e absorveu vários estilos e consequentemente ilustrou livros e revistas com traços elegantes do art-nouveau, ou linhas mais arrojadas, consideradas modernas, "futuristas", no estilo que hoje denominamos art-déco. Dependendo da temática, buscava inspiração tanto na Grécia antiga como na África, mas sempre que podia inseria elementos da flora e fauna brasileiras em seus ornatos decorativos. Dada sua grande inventividade, Paim tinha a capacidade de criar dezenas de decorações diferentes empregando o mesmo tema, o que deixava a nós alunos do curso de decoração da Escola de Belas Artes fascinados. Sentava ao nosso lado e rapidamente esboçava uma dezena de composições diferentes que podiam ser palmeiras, folhas de bananeiras ou vitórias-régias. Tudo era feito com alegria e como ele mesmo disse certa vez, com divertimento (*Vamos Ler*, Rio, 17/8/39).

A família de Antonio Paim Vieira, originária dos Açores, mudou-se para São Paulo em 1880, vinda do Rio de Janeiro, onde grassava a febre amarela. Paim, como costumava ser chamado, nasceu a 2 de novembro de 1895 na Rua Major Quedinho, filho de Mariano Antonio Vieira e Maria Isabel Paim Vieira. Passou a infância na rua Frei Caneca, onde a família tinha construído a Capela Bela Vista (hoje Igreja da Bela Vista) e plantado um jatobá, cuja larga copa embelezou a rua até poucos anos atrás e marcou definitivamente sua vida e sua obra.

Formado na Escola Normal, durante a Primeira Guerra Mundial foi lecionar desenho em Rio Preto. Como adoecesse, voltou para a capital do Estado e durante a convalescença, para se distrair, dedicou-se ao seu passatempo favorito: o desenho. Fez vários retratos à crayon como os de Victor Hugo, Eça de Queirós, Alexandre Herculano. Levou-os para emoldurar na "Casa Aurora", Pça. Antonio Prado. Os retratos aí permaneceram expostos e como, casualmente, um amigo jornalista os visse, noticiou nos jornais a existência de uma exposição de quadros do jovem artista. Foi uma surpresa para o próprio Paim que em consequência do anúncio vendeu algumas obras e obteve várias encomendas de novos retratos. Talvez pelo incentivo recebido, acabou expondo em dezembro de 1915, nas vitrinas de *O Estado de S. Paulo* dois trabalhos, sendo um deles o retrato do pianista Alonso Fonseca.

Paim dedicava-se também a ilustrar versos, como os de Vicente de Carvalho. Certo dia, o seu amigo Roberto Donatti levou alguns destes trabalhos para o Rio de Janeiro e mostrou-os aos responsáveis pela redação da revista *Fon!Fon!* e esses o convidaram para desenhar as suas capas. Mudou-se, então, para o Rio em 1917, tendo mais tarde colaborado também na revista *Para-Todos* fundada no ano seguinte. Nesta revista foi colega e amigo do famoso caricaturista J. Carlos.

Em uma de suas voltas a São Paulo, Paim manteve contato com Menotti del Picchia e terminou ilustrando o seu poema *As máscaras*. Influenciado pela temática dos versos, o artista inspirou-se nas festas galantes do século XVIII. O livro foi publicado em 1920 em edição luxuosa e obteve grande sucesso para ambos, o poeta e o ilustrador. A partir daí Paim tornou-se conhecido (*As máscaras* foi reeditado em 1980, podendo-se verificar a alta qualidade do seu desenho).

Durante vários anos o artista se dedicou a ilustrar poemas, capas de livros para Monteiro Lobato, capas de músicas e revistas como a *Ariel*, para a qual fez os desenhos e a paginação, desde seu número inicial em 1923. Não tendo preconceitos aceitava vários tipos de trabalho desde desenhos decorativos comerciais, monogramas, marcas, cartazes, até propaganda como a da Casa de Pianos Sotero, fato este que fazia com que alguns artistas dele desdenhassem, chamando-o de “desenhista comercial”. O grupo dos modernistas em particular tinha esta opinião, por isto quando organizaram a Semana de Arte Moderna em 1922 Paim, incentivado pelo amigo Yan de Almeida Prado, apresentou três trabalhos assinados por Yan, pois, se inscritos em seu nome, teriam sido recusados pela comissão. Participaram da mostra dois desenhos, um deles representando um casal dançando maxixe, as figuras estilizadas em linhas diagonais, bem no estilo art-déco. Apenas Mário de Andrade sabia do verdadeiro autor dos trabalhos. Mais tarde, referindo-se à Semana, diria Paim não fazer questão de participar da mostra, pois não tinha em grande apreço o grupo que segundo ele empregava somente fórmulas européias.

Com a revolução de 1924, Paim, que então morava em São Paulo, voltou para o Rio, onde tinha amigos e mercado. O artista já vinha se interessando em estudar e estilizar motivos indígenas, flora e fauna brasileiras. Na capital recebeu maior incentivo, conheceu o ilustrador português Correia Dias que também estudava motivos indígenas e visitou favelas para entrar em contato com o verdadeiro samba e a macumba. Acompanhado pelo poeta Amadeu Amaral, ficava literalmente fascinado com o movimento e colorido das cenas que via, captando-as em rápidos esboços. Esta paixão não o abandonou nunca, e já bem mais velho, passando longe dos 70 anos, ia, acompanhado de familiares, fixar cenas de gafieira em São Paulo.

A imprensa da época focalizava muito a arte nacional e este fato encorajou Paim a estilizar elementos da nossa natureza, uma sua antiga necessidade. Resolveu pintar uma série de pratos com temas nacionais. Alguns desses temas foram chamados pelos críticos da época, como ele mesmo escreveu no prefácio do catálogo, de “estilo goiabada”. Trata-se de tipos populares e folclóricos como Jeca Tatu, o capoeira, Pedro Malazartes ou cenas do carnaval carioca. Pintou também pratos com ornatos marajoaras redesenhados por ele para ilustrar lendas indígenas como a do urupês, da mandioca, a moça e o gavião. Tinha ainda interpretações quase ingênuas de canções tradicionais: “A casinha pequenina”, “Luar do sertão”; ou de versos românticos: “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá”. Foi felicíssimo ao estilizar animais: o tatu, o tucano, a onça, a cobra, que depois colocou em composições inusitadas, entrecruzando-os ou repetindo-os. As paisagens do interior, que ele denominou de “paisagem regional”, em tom azul esverdeado esmaecido e amarelo. São trechos de paisagem com casebres de pau-a-pique, palmeiras, bananeiras, povoadas com a figura do caipira.

Todo esse trabalho desembocou numa exposição que constou de 216 pratos assinados no verso com seu monograma, mais tarde sua marca registrada (a letra M, a última de seu sobrenome, abraça as três primeiras, PAI). As peças foram datadas com uma cruz e o ano de sua execução – de 1925 a 1928, tempo que levou na realização desse projeto. Havia pratos únicos como também exemplares repetidos que foram queimados na fábrica de louça S. Catarina e Ceramus.

Devido à grande falta de local apropriado para tais fins, Paim inaugurou a exposição em São Paulo na Rua 15 de Novembro em uma casa baixa e velha, vazia na ocasião. A elite da sociedade compareceu às 17 horas de uma quarta-feira chuvosa, dia 11/4/1928. Era a primeira vez que se exibia na cidade uma exposição exclusivamente dedicada à cerâmica artística. Foram muitos os trabalhos adquiridos. Agradaram as faianças que o artista tinha confeccionado desde o próprio prato até sua decoração, esmaltação e queima. Para conseguir os efeitos desejados, estudou e pesquisou longo tempo, pois não havia onde se especializar nesta técnica no Brasil. Somente depois dessa mostra iria a Portugal e à Itália aprender outros métodos. A exposição foi em seguida para o Rio de Janeiro sendo recebida com grandes elogios pela imprensa que largamente noticiou o evento. Em ambas as cidades, a crítica e o público a aplaudiram muito por tratar de um tema nacional e por trazer uma técnica inusitada. Gustavo Penalva (*Jornal do Brasil*, 10/7/1928) declarou-se entusiasmado e apreciou os “variados assuntos lindamente pintados em traços de feitura quase ingênua, quase infantil”. Este comentário somente é válido quando há figuras na decoração do prato e foi assim pintado intencionalmente pelo artista, que achou estar desse modo exprimindo melhor o estilo nacional; é inadequado, no entanto, para os ornatos geométricos nos quais os desdobramentos e repetições têm ritmo e uma composição estudada.

Theodoro Braga (*Diário da Noite*, 24/4/1928) reclamou-lhe certa falta de cores – cuja razão desconhecemos. Na verdade, nos trabalhos posteriores a sua paleta será mais rica e o colorido mais intenso.

Esta exposição não foi vista com simpatia pelos modernistas da época que já vinham reclamando do seu interesse exagerado pelo folclore e pelo desenho marajoara, tendo-o excluído do Salão de Maio do Rio justamente pela temática que desenvolveu. E também, como vimos anteriormente, por achá-lo mais decorador que artista, o que na verdade ele o era, mas de muito talento e inspiração. Já Angelo Guido o considerava de longe superior a Theodoro Braga pela grande capacidade de estilização, “o mais interessante e brasileiro que se tem feito entre nós” (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8/7/1928). Apesar disso, Mário de Andrade dedicou-lhe quatro artigos seguidos, comentando vários aspectos da mostra. Para ele Paim “não quer ser modernista mas, passadista também não” (*Diário Nacional*, 14/4/1928). Mário reclama do grande número de temas abordado, mas encontra nos temas folclóricos um desenho semelhante ao de Di Cavalcanti. Quando fala a respeito de um tucano, acha-o “admirável de boniteza” (*Diário Nacional*, 17/4/1928). Como ressalva, refere-se ao colorido empregado, pois acha que o “vermelho bambo bem claro, espécie de fraise aguado” estaria mais de acordo com os tons brasileiros do que os verdes e amarelos que o artista usou. Elogia como resolveu a interpretação de temas populares como o “Veado e Jaboti”, empregando um desenho mais ou menos primitivo. Considera a paisagem romântica, as sátiras fáceis demais e a cercadura empregada em volta de muitos desenhos “invenção engenhosíssima, bem decorativa” (*Diário Nacional*, 21 e 25/4/1928). Em suma, para Mário de Andrade, a importância da mostra está na “solução de abrasileiramento da cerâmica que Paim pretendeu” e que ele apresentou sob o aspecto das estilizações da arte marajoara e da fauna e flora como temas nacionais. O grande mérito do ar-

tista é o “pioneirismo por não existir uma tradição nacional de cerâmica a que se pudesse pegar” (*Diário Nacional*, 14/4/1928).

Hoje em dia, vendo alguns exemplares desses pratos que encontramos na coleção da família do artista, o que mais nos agrada são as estilizações da fauna e flora, bem como o aproveitamento dos desenhos indígenas que não perderam a força, apesar dos 60 anos passados desde sua confecção. Na ocasião da exposição eram grandes as esperanças de que esta sua produção se tornasse um ramo importante na indústria nacional, algo semelhante ao que vinha acontecendo em Portugal com cerâmicas de Bordalo Pinheiro. Infelizmente, nada aconteceu apesar de Paim ter tentado várias outras investidas expondo de novo em 1938 e ter inaugurado uma pequena indústria particular que acabou fechando por falta de pedidos e dada a necessidade de entregar o terreno onde estava instalada.

Para encerrar a exposição em São Paulo, Hélios Seelinger, o simpático e alegre pintor carioca, amigo dos artistas de todas as facções, sempre pronto a uma comemoração ou a uma rodada de chope, resolveu organizar um chá em homenagem a Paim no salão da Casa Mappin. No dia 30 de Abril de 1928 lá estavam várias personalidades da época entre elas Nestor Rangel Pestana, Reynaldo Porchat, e também artistas como Pedro Alexandrino, Clodomiro Amazonas e o próprio Hélios.

Como vimos, Paim não era artista de uma técnica só, tendo entre outras desenhado vários cenários de peças de teatro. Para Procópio Ferreira de quem era amigo, fez “Minha prima está louca”. Trabalhou para *L'avare* de Molière e na *Comédia do coração* de Paulo Gonçalves criou também os figurinos para “o Sonho”, “a Razão”, “a Verdade”, entre outros. Dulcina, que na época era a estrela da peça, fazia o papel do “Sonho”, toda em “azul diáfano”.

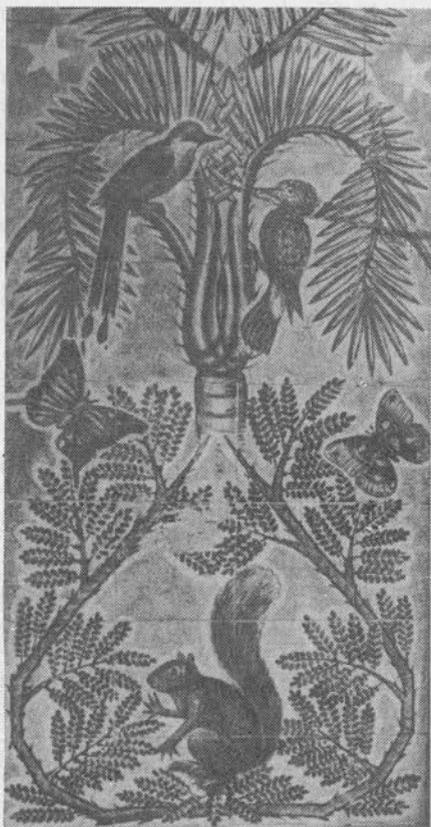
Paim continuou suas pesquisas e estilizações de nossas plantas e animais, bem como do folclore e da arte indígena. Durante as décadas de 20-30 foi autor de grande parte das capas ilustradas de publicações, como documenta a pesquisa de Yone Soares de Lima.¹ Colaborou com *A Garoa*, *A Cigarra*, *Vida Moderna*, *Papel e Tinta*, além de remeter trabalhos para a *Ilustração Portuguesa e Contemporânea*, ambas de Portugal. Para a revista *Ariel* produziu capas, vinhetas, ilustrações extratexto, capitulares e matéria publicitária. Em muitos desenhos podemos encontrar a figura da anta estilizada, animal que o artista considerava o mais nobre de nossa fauna. Ainda segundo Yone Soares de Lima, um dos pontos altos foi a ilustração que fez para o livro *Pathé Baby* de Antônio de Alcântara Machado. Empregou a técnica da xilogravura para os desenhos pequenos e para os de página inteira, linóleo ou um papel duríssimo. O desenho quase sempre excelente, de grande variedade, podia chegar ao moderno art-déco, ao romântico, a traços esquemáticos ou ao decorativo de muitos detalhes, colorido intenso e desenho caricato.

Como vimos, em 1938, portanto dez anos depois da primeira exposição, Paim expõe peças de cerâmica. Desta vez, como novidade, havia também motivos de arte africana em que empregava tons terra, marrons, vermelhos

(1) LIMA, Yone Soares de. *A ilustração na produção literária* – São Paulo, década de vinte. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1985.

escuros. Além de pratos, castiçais, caixas, cinzeiros, fetiches e potes, todos confeccionados e queimados na sua pequena indústria (*O Estado de S. Paulo*, 2/12/1938). As obras expostas em São Paulo e no Rio repetiram o sucesso da mostra anterior.

Passariam outros dez anos até que Paim tivesse seus novos fornos, na casa do jatobá, na Rua Frei Caneca. Desta vez era para queimar os azulejos dos painéis da Igreja Nossa Senhora do Brasil. Esta foi uma obra iniciada em 1947 e que se prolongou, a intervalos, até a década de 70. Toda a decoração da igreja foi feita pelo artista, desde o teto da Capela Mor, este em afresco, como todos os inúmeros painéis de azulejos que enfeitam as laterais da nave principal, as cinco capelas, o púlpito, corredores, confessionários, entradas, os arcos laterais externos e o frontispício.



Detalhes. Azulejos na Igreja N.S. do Brasil.

A ornamentação é tão variada e rica que estamos preparando um estudo mais detalhado para melhor apreciar tantos anos de trabalho. O artista estudou profundamente cada tema que representou, como pode ser verificado na Capela das Nossas Senhoras da América Latina. Encontram-se representadas a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, a Virgem de Caacupe, do Paraguai, Nossa Senhora de Lujan, da Argentina, e Nossa Senhora de Gua-

dalupe, esta decorada com elementos típicos mexicanos. O colorido é riquíssimo, com detalhes dourados, enquanto que a capela da Cruz de Malta é toda em tons ocres e tem representados temas relativos à sociedade. A Capela de Santo Antonio também recebe um colorido intenso onde o artista traduziu o que para ele significava o barroco brasileiro: formas opulentas, cores vivas. Os painéis restantes, tanto da nave, do púlpito, da Capela de S. José e do Coração de Jesus (onde se encontra a pia batismal), são pintados com grande diferença de intensidades de azuis que o artista conseguiu diluindo com maior ou menor quantidade de água, parecendo a um leigo o emprego de várias cores. A temática é religiosa, como a Via Crucis, retratos de Papas, igrejas, mas se olharmos atentamente veremos sempre inseridos em algum canto detalhes com pássaros, macacos, flores de maracujá, samambaias.

O afresco do teto da Capela Mor tem a Nossa Senhora do Brasil no centro e lateralmente, representantes de vários Estados brasileiros prestando culto à Virgem. Paim estudou a disposição das estrelas no céu à época da Natividade e a reproduziu fielmente. Interessante e inovador aqui é a figura da Virgem, retratada com traços de cabocla, olhos apertados, malares salientes. Assim são também pintados os outros personagens, isto é, o nortista, a rendeira, o amazonense, o gaúcho, cada um deles com seus tipos físicos característicos e roupas locais: distribuídos pelas várias cenas estão o tatu, o tamanduá, a onça, araras, papagaios, tucanos, uma alegria de cores e formas, sempre com o emprego de certo primitivismo, confirmando mais uma vez ser este para o artista o estilo nacional.

Paim decorou também a Capela Nossa Senhora dos Prazeres, situada na Colônia de Férias do SESC em Bertioga. Como nesta ocasião eu era sua aluna de História da Arte e Decoração na Escola de Belas Artes, fui convidada a ajudá-lo na feitura dos painéis da capela. Durante um ano toda tarde pintei no seu ateliê, nos fundos da casa na Rua Frei Caneca. Atravessava o jardim coberto pelos frondosos ramos do jatobá e começava a trabalhar. Aprendi a transpor o desenho dos grandes papéis pardos para os azulejos colocados nas largas mesas. Depois filetava, preenchia de tinta as formas barrocas e os espaços que imitavam o mármore. Quando ficava pronto o meu trabalho sobrava o vazio central onde Paim desenhava cenas com muitas figuras, em azul. Fazia o desenho com o pincel molhado na tinta, diretamente no azulejo, esboçando com uma rapidez incrível. Acabava em poucas horas com uma segurança e aparente facilidade que me deixavam embevecida. No meio da tarde interrompíamos a pintura para tomar um refresco trazido por D. Rita, sua esposa. Trabalhávamos sempre em silêncio, mas durante o descanso Paim aproveitava para declamar variadíssima quantidade de versos. Um de que me lembro era "As fadas" de Antero de Quental. Gostava de tudo que podia ser mágico, por isto acendia um luz verde em um galho de jatobá, segundo ele, servia para atrair as fadas. Era um estudioso das religiões sobre as quais amava discorrer; contava sempre passagens do Antigo Testamento e ficava abismado quando eu dizia desconhecer alguma. Brincalhão, fingia-se horrorizado e me chamava de ignorante. Esta sua alegria, crítica, honestidade de pensamento, aliadas a uma cultura invejável, mais as qualidades de desenhista exímio sempre me causaram admiração: ele afinal, não havia fre-

qüentado mais que o Curso Normal. Não se cansava de falar também do tipo de pintura que criara e muitas vezes me repetiu: "Quando te perguntarem o porquê destas cores e formas não esqueças de dizer: eu faço o barroco brasileiro que tem colorido muito mais intenso que o europeu, porque estamos em um país tropical".

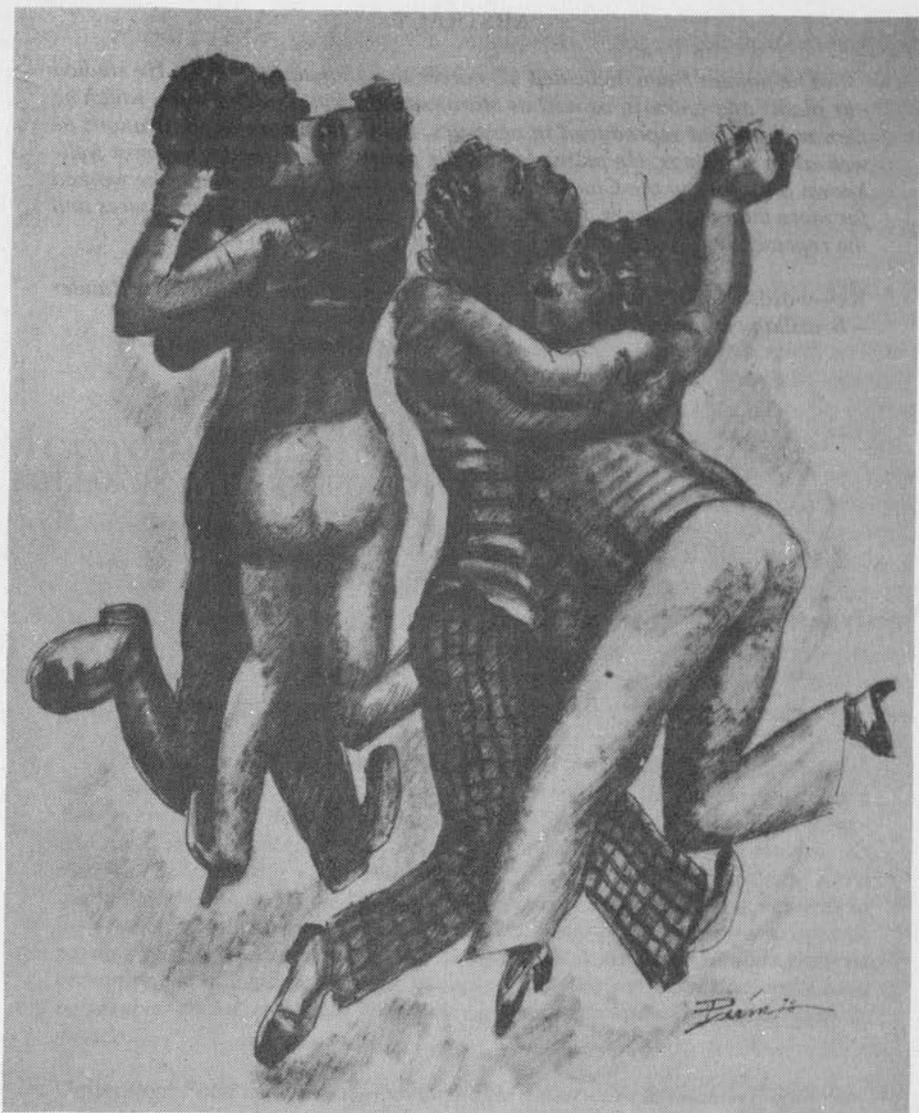
Paim era um homem de estatura média, mais para baixo, e quando eu o conheci em 1963 tinha o cabelo branco e liso sempre muito bem cuidado, que conservou orgulhosamente até o fim da vida. Nas faces quase sem rugas, os anos não tinham deixado vincos amargos apesar da perda de dois filhos. Era vaidoso, cuidava de seu aspecto não obstante usasse sempre um avental branco durante as aulas, no ateliê ou quando me recebia em casa nas visitas que lhe fazia regularmente. Religioso sempre foi, devoto do Espírito Santo, como aliás a família toda, e também de Santo Antônio, mas nunca procurou influenciar ninguém com esta sua crença. Casou-se em 1941 já perto dos 50 anos com D. Rita, tiveram três filhos, dos quais hoje só resta a Merita.

Não podemos deixar de citar ainda a série de 27 Madonas Brasileiras que pintou e expôs em 1947. Estudou os tipos físicos das mulheres brasileiras que depois representou, idealizadas. Nos fundos colocava sempre elementos da nossa natureza: uma orquídea, uma cascata, beija-flores, o Cruzeiro do Sul, a vista da Guanabara, cactus, vitórias-régias ou um cafezal. Empregou um colorido propositalmente forçado, e um desenho de linhas sinuosas sem se preocupar com a reprodução do real e sim em transmitir poesia e misticismo. Continuou a estudar os vários tipos brasileiros: assim quando viu uma de nossas colegas cujos traços achou interessantes, não sossegou enquanto ela não posou para um retrato de Virgem. Estudava os costumes do século XIX, como roupas, móveis, construções e acabou fazendo outra série de quadros com cenas de costumes da época. Relembrou temas românticos com a serenata, a novena, o idílio, o jogo da peteca, o pedido, arrufos, empregando de novo cores vivas. Estes quadros foram mostrados na Academia Paulista de Letras no Largo do Arouche em 1969, e se encontram hoje na UNICAMP.

Paim sustentou-se durante muitos anos lecionando. Ensinou História da Arte na Escola de Belas Artes, na FAU, no Instituto Caetano de Campos. Na Escola de Belas Artes foi professor de Desenho Decorativo, e até há poucos anos atrás, já com mais de 70 anos, não tinha medo de viajar três vezes por semana para Bragança Paulista onde lecionava Plástica e Composição na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além de ter sido assistente na Reitoria da UNICAMP.

As aquarelas de Paim, praticamente desconhecidas, que ele considerava mais estudos, são de uma liberdade e espontaneidade ímpares. O desenho muitas vezes foi deixado de lado, especialmente quando o artista quis representar o movimento do frevo, da gafieira, do carnaval. Falta citar ainda a produção dos quadros a óleo, que tanto podiam representar temas religiosos, românticos, místicos, filosóficos, quanto o jardim da sua casa, e encontraremos de novo as mesmas qualidades de desenho e colorido já comentadas nas outras técnicas.

Antonio Paim Vieira faleceu a 11 de janeiro de 1988 aos 92 anos. Visitei-o um mês antes e ainda estava cheio de planos, idéias para futuros traba-



Gafieira. Desenho a nanquim, coleção da família do artista.

lhos, espírito brincalhão. Irônico, não esqueceu de me espicaçar como sempre gostava de fazer, em uma demonstração de carinho. Nos últimos tempos suas mãos não lhe obedeciam mais e não conseguia assinar seu nome, mas em um renascer, canto do cisne, conseguiu esboçar e desenhar o projeto para o teto da nave da Igreja Nossa Senhora do Brasil, completando assim sua decoração.

Recebido em 06 de junho de 1988.

ABSTRACT

The painter Paim dedicated his career to nationalistic themes. He studied our plants and animals, as well as Marajoara drawings and folklore, which he then stylized and reproduced in ceramics, book and magazine illustrations as well as in paintings. He painted many tile panels among which the most well-known are those in the Church of Nossa Senhora do Brasil, where he worked for more than thirty years. Interesting are the Virgins with peasant features and the representations of Brazilian animals that depict religious themes.

Key-words: *Nationalism – Brazilian stylized nature – Marajoara art – Painter – Brazilian ceramics.*

O CANTO DA FAMÍLIA: ORGANIZAÇÃO VOCAL NAS FOLIAS DE REIS DO SUDESTE BRASILEIRO

Suzel Ana Reily*

RESUMO

Trata-se de uma análise etnomusicológica das Folias da região do Sudeste brasileiro. As Folias são compostas por grupos de músicos que fazem suas peregrinações de casa em casa na época de Natal, como forma de devoção aos Três Reis Magos. Na tentativa de compreender a lógica por trás da distribuição das vozes nestes conjuntos, concentramos a análise sobre o estilo que os foliões chamam de "toada velha", por ela ser a forma mais complexa do gênero encontrada na região pesquisada. Como percebemos que a organização vocal reflete noções normativas referentes à estrutura familiar entre as comunidades que participam da tradição, podemos ver a música como uma construção social, em que o grupo diz algo fundamental sobre a sua visão de mundo.

Unitermos: *Folia de Reis – Etnomusicologia – Estrutura familiar – Coesão social*

De longe, ouve-se a "xula dos palhaços", anunciando que a folia de Reis está chegando. Na frente do cortejo vem o bandeireiro, carregando o estandarte, objeto sagrado da companhia, em que há uma representação dos Três Reis diante do presépio de Belém. Atrás da Bandeira estão os palhaços (ou Bastião, como são chamados em algumas folias), com suas "fardas" floridas e máscaras grotescas (isto é, seus "capacetes"), que vêm dançando no seu passo saltitante para animar o grupo. Depois vêm os dois cordões de músicos, mais ou menos enfileirados de acordo com a voz que cada um canta ou

(*) Doutoranda do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

instrumento que toca no conjunto. De toda parte surge uma pequena multidão, sobretudo de crianças, que quer ver o que está acontecendo na rua.

O cortejo se aproxima de uma casa e seu dono vem para o portão, toma a Bandeira e leva-a para dentro. Os palhaços e os músicos seguem sua "guia" para o interior da casa e, aí então, começa a cantoria.

Quando há um presépio na casa, os palhaços tiram seus capacetes e se ajoelham diante da lapa, enquanto os músicos cantam uma série de versos em que narram sua interpretação da jornada dos Três Reis, rumo a Belém, e do nascimento do Menino Jesus. Terminada esta cantoria, há folias em que, ainda diante do presépio, os "Bastião" recitam as profecias, longas seqüências de versos que relatam episódios relacionados ao nascimento.

Após os rituais em torno do presépio, os palhaços se levantam, recolocam suas máscaras e o grupo retoma sua cantoria, desta vez dedicando um verso para cada morador da casa, sendo que a seqüência em que as pessoas recebem os versos explicita a concepção normativa do grupo referente à hierarquia familiar. Canta-se primeiramente para o dono da casa, depois para sua senhora, seguidos pelos filhos, outros parentes que se encontram na casa e, por fim, canta-se para os familiares falecidos. Aquele que está recebendo o verso "vai para a Bandeira", para segurá-la, sendo que, com este "sacramento" mágico, a pessoa recebe a bênção dos "Santo Reis". Os músicos pedem uma esmola, de modo a estabelecer uma relação de reciprocidade entre os devotos e o sagrado (Brandão, 1981; Zaluar, 1983), e este dinheiro é empregado na realização da Festa da Chegada, que deveria ocorrer no dia 6 de janeiro.¹ A esmola é devidamente agradecida, também através de cantoria, aproveitando-se o momento para convidar a família a participar do evento coletivo para o qual está contribuindo.

Esta cena se repete horas a fio, todos os anos durante os doze dias da jornada em vários cantos do território nacional, seja na zona rural, seja na cidade grande, começando "da meia noite por dia" do dia 25 de dezembro.²

Vendo esta seqüência no seu conjunto, pode-se dizer que o grupo canta primeiramente para a Sagrada Família no presépio, seguido por uma cantoria individualizada para cada membro de uma família nuclear. Para completar o ciclo, a jornada culmina com uma festa em que se celebra a grande "família de Deus" na terra.

Dada a difusão da tradição por todo o Brasil, não surpreende constatar que haja uma bibliografia relativamente extensa sobre o tema (Brandão, 1977 e 1981; Castro e Couto, 1977; Porto, 1982; Araújo, 1950 e 1964; Tavares de Lima, 1981; entre muitos outros). No entanto, não há, entre esses trabalhos todos, um sequer que procure analisar, sociologicamente, seus aspectos musicais enquanto expressão de uma visão do mundo e de um *ethos*, embora um dos elementos centrais da tradição seja a sua *performance* musi-

(1) Como dia 6 de janeiro não é mais feriado nacional, há uma tendência cada vez maior de os grupos transferirem a Festa de Chegada para o primeiro sábado ou domingo após o Dia de Reis.

(2) Embora a maioria das folias saiam à meia-noite da passagem para o Natal, há grupos que, por tradição, esperam até o Dia de Ano.

cal. Aliás, em cada casa, as folias tendem a cantar de cinco a oito minutos em média, mas podem também se deter por muito mais tempo, sempre repetindo uma mesma "toada" (termo utilizado pelas folias para designar uma seqüência melódica). Sem dúvida, esta redundância não pode ser gratuita (Lomax e Halifax, 1968: 275): ela deve estar demonstrando a importância da *estrutura musical* da *performance* enquanto expressão de algo constitutivo da vida daqueles que participam direta ou indiretamente da tradição, independentemente do seu texto (Merriam, 1964; Blacking, 1973).

Tendo em vista esta lacuna na literatura sobre o assunto, neste trabalho tentaremos demonstrar o potencial que a perspectiva etnomusicológica pode trazer para a nossa compreensão da tradição das folias de Reis do Sudeste brasileiro, principalmente aquelas do sul de Minas Gerais. Em vez de olharmos as explicitações nos textos da cantoria, partiremos dos seus aspectos sonoros, para tentarmos detectar alguns elementos da experiência concreta dos seus produtores, elementos estes que adquirem destaque peculiar em função do modo como surgem na organização das vozes no interior do conjunto. Veremos, com este exemplo, que não é por acaso que as folias privilegiam determinados elementos na *performance* de sua música: elas estruturam seu universo sonoro de tal modo que sua cantoria explicita aspectos da sua visão de mundo e do seu *ethos*. Trata-se, portanto, de mais uma maneira do grupo narrar para si mesmo a sua própria estória (Geertz, 1978: 443).

Optamos por enfatizar a cantoria, deixando de lado os aspectos referentes aos instrumentos musicais da tradição, devido ao fato de considerarmos a *performance* vocal mais próxima, biologicamente falando, do indivíduo — a voz vem do interior do corpo, ao passo que tocar um instrumento implica a manipulação de um objeto externo —, de modo que, para uma primeira análise, um estudo da cantoria nos parece prioritário, podendo um estudo instrumental vir depois.

Embora haja duas formas básicas de organização vocal na região da pesquisa, optamos por concentrar a análise sobre os grupos que empregam a "toada velha", um estilo que utiliza oito vozes distintas. Por se estruturar de forma mais complexa, explícita, com mais clareza, uma série de elementos também presentes na organização sonora de outros grupos, cuja cantoria emprega apenas cinco vozes diferentes.

Numa primeira observação da cantoria, nota-se que a estrutura básica de ambas as formas é essencialmente responsória, uma estrutura legada pela tradição judaica da Igreja Católica, sendo que, mesmo nos rituais oficiais da Igreja, esta forma de organização sonora persiste até os dias de hoje, graças, principalmente, ao Papa Gregório Magno (590-604) (Apel, 1944: 304-310). Relativamente à persistência da forma responsória utilizada nas folias, há de se mencionar a provável influência dos franciscanos também, que incorporaram, à sua forma de canto responsivo, os padrões das canções dos menestrelis e trovadores (Raynor, 1981: 59).

Esta forma musical evidencia claramente a presença de uma liderança, figura que, nas folias, é chamada de "embaixador", cabendo a ele um solo, onde há a improvisação de textos (ou versos) que os demais foliões repetirão ritualmente na sua cantoria. Na verdade, as outras vozes vão entrando uma após a outra (ou em blocos sucessivos), sendo que, somente no último acorde da cantoria de um verso, entre a última voz, conhecida como "tala" em algumas folias, "requinta" ou "finório" em outras. Este canta uma única

nota aguda e bastante prolongada, que normalmente é executada por um pré-adolescente ou, mais raramente, por uma mulher. Logo à primeira vista, esta forma de distribuição vocal nos remete à organização no campo social, haja vista que, além daquilo que pode ser observado facilmente por qualquer um, a literatura em todas as áreas das ciências humanas e sociais é farta no que diz respeito à subordinação das crianças e das mulheres – isto é, as pessoas vistas como improdutivas – aos homens.

Se esta primeira constatação nos permite dizer que a cantoria reflete aspectos da estrutura social, somente uma análise mais apurada nos permitirá perceber com mais precisão uma série de nuances referentes à forma de liderança e subordinação em que consiste o universo social explicitado na cantoria.

De fato, o embaixador tem um papel de grande destaque no grupo, o qual ele adquire por demonstrar, aos membros de sua companhia, a sua competência no domínio musical, pois há consenso entre a maioria dos foliões de que esta função exige certo “dom de Deus”, reservado a poucos.³ Cabe observar que ele demonstra seu dom permanentemente nas *performances* de diversas maneiras. Primeiramente, como cabe ao embaixador improvisar os versos, sejam eles referentes às narrativas cantadas nos presépios, sejam eles os versos para abençoar os devotos, o líder só poderia improvisar tais textos tendo conhecimentos profundos da tradição, de modo que ele é o principal depositário de saber mitológico e ritual ligado às folias de Reis, o que lhe confere prestígio num contexto onde este saber é valorizado. Muitos foliões esperam que os embaixadores tentem sempre improvisar textos diferentes, o que evidencia a extensão do seu saber bem como seu “talento” no uso das palavras, havendo, inclusive, uma série de situações rituais justamente para botar à prova o conhecimento dos embaixadores.⁴

(3) Como já foi visto em trabalho anterior (Reily, 1985), a idéia do “dom” é bastante difundida na sociedade brasileira (e quiçá no mundo ocidental de modo geral), e tende a estar associada à positividade.

(4) Para receber uma folia, há famílias que preparam suas casas, expondo uma série de adivinhações (como letreiros, velas e santos colocados em pontos estratégicos da casa), que o embaixador ou os palhaços devem desvendar para poder entrar ou sair de casa. Há também os Encontros de Foliás, onde dois embaixadores e seus palhaços disputam seu saber mitológico, sendo que um embaixador desafia o outro em versos e este responde, também com cantoria. Se a resposta for satisfatória, cabe ao segundo embaixador desafiar o primeiro. Assim o ritual continua até que um embaixador seja declarado vencedor, e neste caso, o perdedor deve deixar seus instrumentos com a folia vencedora, ou decide-se pelo empate.

Por outro lado, como em muitas tradições musicais do repertório brasileiro – repente, cururu, brão,⁵ coco, carangueijo⁶ etc. –, seus versos têm que ser elaborados de tal modo a se encaixar numa estrutura melódica preexistente. Na verdade, esta forma de improvisação está muito próxima dos processos de composição “formulaica” empregados pelos bardos eslavos na *performance* dos seus épicos, cuja coleta feita por Milman Parry permitiu a análise de sua composição por Albert Lord (1960).⁷ Trata-se de uma técnica que permite ao compositor improvisar longas seqüências narrativas, mantendo seus versos em rimas e compostos por frases de tamanhos iguais, pois o cantor joga com um estoque de frases (as fórmulas), encaixando-as para formar os versos. Assim, aproximadamente 90% do texto da improvisação prendem-se a este estoque de frases prontas. Mesmo que se possa compreender os processos em que a improvisação ocorre, a rapidez com que o cantor enuncia sua próxima frase, ou a capacidade de rimar uma seqüência de coplas, não podem ser desmerecidas.

Se o embaixador precisa improvisar de forma adequada, muitos foliões dizem que a toada também deve ser composta pelo líder do grupo e, de preferência, mudada a cada ano, embora as composições devam obedecer a algumas regras específicas, relativas à estética do gênero. Parte do *status* atribuído a um embaixador deriva do número de toadas que ele é capaz de produzir e manipular, sendo que grandes embaixadores podem até vir a ser homenageados e lembrados por seus companheiros, através do uso de uma de suas toadas.

Por o embaixador deter um vasto repertório de saber ligado à tradição, lhe é atribuído um papel fundamental enquanto intermediário entre os homens e o sagrado. Por isto, ele é procurado com certa antecedência, normalmente em sua casa, pelos membros da comunidade que têm uma promessa a cumprir no decorrer de uma jornada, sejam eles devotos com promessas mais simples, como carregar a Bandeira durante um percurso de sete casas ou oferecer um almoço ou jantar ao grupo de músicos, sejam aqueles com promessas mais dispendiosas e de maior responsabilidade, como assumir a Bandeira durante uma jornada inteira (isto é, tomar a posição de festeiro), ou “vestir” um filho de Bastião. O embaixador, então, orienta o devoto quanto às obrigações envolvidas na função que exercerá ou, quando possível, ele mesmo assume responsabilidade pela “infra-estrutura” ritual necessária para o cumprimento da promessa. Por exemplo, para a Chegada da Bandeira, é necessário, em algumas folhas, que se arme uma série de arcos de bambu, sob os quais a companhia passará antes de chegar no presépio ou altar final. Pode

(5) O “brão” é uma forma de cantoria de adivinhação utilizada nos mutirões para roçar o pasto no Vale do Paraíba. Um estudo sociolinguístico deste gênero musical está sendo feito por Débora Jane Schisles, como tese de mestrado na PUC de São Paulo.

(6) O “carangueijo” é uma forma dançada nos bairros afastados do Vale do Paraíba, quando de uma pousada da Folia do Divino ou em outras ocasiões de sociabilidade.

(7) Albert Lord era assistente de pesquisa de Nilman Parry na Iugoslávia e participou da coleta dos épicos, com os quais Parry pretendia expor sua teoria de composição formulaica, o que nunca ocorreu, dada sua morte prematura.

ser que o festeiro providencie o material e sua armação, mas pode ser que o próprio embaixador se encarregue disto, com a ajuda dos seus foliões.

Por outro lado, o embaixador também tende a exercer um papel de mediação entre os foliões e os devotos com o mundo externo, principalmente no que se refere à aquisição de benefícios para o grupo.⁸ Daí, cabe a ele estabelecer os contatos em favor da comunidade com outros grupos performáticos para a troca de homenagens, mas também com pesquisadores, instituições públicas e firmas, na tentativa de adquirir fardamentos, instrumentos, convites para apresentações “folclóricas”, refeições e muitos outros benefícios.

Até aqui, vimos como há uma relação estreita entre a posição de embaixador na cantoria e seu papel enquanto líder social do grupo e da comunidade em que vive. Após o seu solo, no estilo da toada velha, entra o “resposta”, para repetir – ou responder – a segunda linha da embaixada junto com a primeira voz, embora sua voz se localize uma terça acima da voz principal. As vezes esta nova voz é chamada de “segunda”, termo também freqüente entre os caixaras estudados por Kilza Setti (1985), ou até mesmo “ajudante”, mesmo que, na toada velha, este termo indique a terceira voz do conjunto. Normalmente quando se trata de um segunda, desde o início da cantoria do embaixador, esta voz procura fazer um dueto com a voz principal na terça superior, em alguns raros casos na terça inferior, sendo que o cantor da voz procura prever o que o líder irá cantar. Por isto, esta voz tende a estar sempre um pouquinho atrasada na enunciação do texto, mas o ouvinte percebe uma certa constância das terças paralelas.

A primeira alternativa tem semelhanças com aquilo que Lomax e Grauer chamam de “alternação sobreposta com dominação de um líder”, enquanto a segunda está mais próxima de um “uníssonos social com dominação de um líder” (1968: 39-40). Ao comentar a primeira alternativa, Lomax nos dá o exemplo da cantoria nas igrejas protestantes dos negros do sul dos Estados Unidos, relacionando a estrutura da música ao papel do pastor.

Independentemente do poder que o pastor possa ter, (...) sua permanência depende de contato direto com seus auxiliares e com a sua congregação, assim como o sucesso dos seus sermões seria julgado pelo retorno rítmico que evocariam entre os fiéis (1963: 161, tradução da autora).

Com este exemplo, podemos ver como há indícios de que tal alternativa de organização sonora sugere a integração do líder na sua comunidade, sendo que uma situação de ainda maior integração entre a liderança e o grupo estaria sugerida num uníssonos com dominação de uma voz sobre as outras.

Com efeito, um caso narrado pelo líder social de uma folia pesquisada exemplifica bem a forma de liderança que se espera do embaixador: uma

(8) A forma de liderança voltada para a mediação entre os foliões e o mundo externo lembra muito os líderes dos “garotos da esquina”, entre os migrantes italianos em Boston durante a Depressão, atuação descrita por William Foote Whyte (1981).

certa firmeza sem que se desrespeite os companheiros. O próprio fato de os foliões se referirem uns aos outros como companheiros (colegas, amigos) reforça a noção de que a liderança efetivamente faria parte do grupo. Pois bem, o responsável pela Bandeira desse grupo convidou um folião para assumir sua companhia, no entanto a experiência foi negativa, pois o embaixador, apesar de ser particularmente reconhecido pelo seu saber mitológico e ritual, chegava a chamar a atenção dos seus subordinados publicamente, quando não estivesse satisfeito com suas *performances* ou com seu comportamento. Os foliões protestaram junto ao dono da Bandeira, dizendo que só sairiam para ele de novo caso o embaixador fosse substituído. No próximo ano já havia outro embaixador na companhia, este mais em compasso com as concepções da liderança dos membros da folia.

Tudo indica, contudo, que cabe mesmo à liderança zelar pela *performance* bem como pela disciplina interna da companhia, principalmente no que se refere à bebida alcoólica.⁹ No entanto, em casos de insatisfação com um determinado folião, o líder precisa saber comunicar seu desagrado, seja através de um olhar sutil, seja com um comentário genérico para o grupo como um todo. Se isto não funcionar, o embaixador pode tentar conversar com o folião em particular bem como botar outros foliões, especialmente aquele que canta a voz de resposta, para ajudar a pressioná-lo.

Na medida em que os foliões tendem a participar de uma companhia por opção pessoal, que, além de ser um meio de expressar sua devoção aos Três Reis, lhes proporciona lazer, um espaço para a sociabilidade bem como alguns benefícios materiais ou mesmo de destaque perante a comunidade, eles podem entrar e sair das companhias conforme lhes convier. Assim, o cultivo de um espírito de companheirismo no interior das folias é fundamental para a própria sobrevivência do conjunto. Pode-se concluir, portanto, que a cantoria das companhias se estruturaria de tal modo a englobar a diferenciação hierárquica da composição do grupo como uma noção de "comunalidade", sendo que ambos estes conceitos, aparentemente contraditórios, estão embutidos simultaneamente na organização sonora das folias de Reis.

Se há esta dupla face na cantoria, ela se torna ainda mais explícita ao notarmos que a segunda voz encontra-se numa terça paralela acima da voz principal. Cantoria em paralelismo apresenta alguns aspectos também necessários ao uníssono, já que o texto, o ritmo, os intervalos e os ataques deverão ser enunciados por todos os cantores com certa coordenação conjunta. Afinal, paralelismo pode ser visto como a duplicação da melodia numa outra tonalidade (Hood, 1971: 304). A *performance* desta prática exige muita disciplina e conformidade, já que, durante a duração da cantoria, todos os participantes terão que concordar em se ajustar ao padrão dado pela estrutura melódica e seu texto (Lomax, 1963: 155).

Em termos tonais, contudo, os cantores *não* estão cantando a mesma coisa, de modo que cada voz pode ser distinguida com relativa facilidade, dependendo, evidentemente, do número de vozes no conjunto. Este não tende a ser o caso no canto em uníssono propriamente dito.

(9) Esta é uma preocupação constante entre os foliões, já que a bebedeira é um problema que, de acordo com muitos entrevistados, faz com que muitas famílias não queiram receber uma companhia em suas casas.

Para compreendermos melhor este aspecto da cantoria, poderia ser útil olharmos a questão da perspectiva da evolução, na música ocidental, da polifonia, música com distinção de vozes em que se pretende um conjunto harmônico. Há registros dos seus primórdios já na cantoria da Schola Cantorum do Papa Silvestre (314-335). Numa forma de canto responsivo, cabia às *scholas* (termo que veio a designar os primeiros corais da Igreja) responder ao texto com o canto de uma única palavra, como amém ou aleluia, ou mais tarde com uma frase. Conforme os textos das respostas se complexificavam, os cantores da Igreja tornavam-se cada vez mais especialistas da música, executando alternações entre um solista e um coral ou entre dois corais, como o dos homens e o dos meninos, que cantavam uma oitava acima do grupo principal. A polifonia, usando o termo num sentido mais próximo a seu significado atual para o mundo ocidental, provavelmente originou-se na França, sendo que lá empregava-se o órgão de quartas e quintas abaixo da voz principal já no século IX. A partir do século XII, as notas paralelas passaram a correr acima do *cantus firmus*, sendo que se conseguia um efeito de quatro vozes com os meninos cantando na oitava acima de cada uma das vozes dos homens (Apel, 1944; Raynor, 1981).

Quanto à terça paralela, o *gymel*, na tradição ocidental, provavelmente este tem sua origem na Inglaterra por volta do século XIII, mas há indicações que também era conhecido na França por volta do mesmo período, mesmo que seu uso fosse mais restrito (Apel, 1944: 315). De todo modo, este procedimento polifônico pode ser encontrado em várias tradições do mundo, inclusive em muitas regiões sem ligações ocidentais (Gergley, 1967). No entanto, as coletâneas do cancionero nacional atestam seu largo emprego na música brasileira de origem européia. Basta dar uma verificada nas transcrições de Mário de Andrade (1928; 1958), Oneyda Alvarenga (1982), Kilza Setti (1985) e muitos outros.

Referente ao cancionero brasileiro, esta difusão certamente não se deve meramente a um genérico gosto estético, como querem alguns autores. Para compreendermos a questão no contexto nacional, convém refletirmos sobre as razões pela tendência, na Idade Média, da duplicação melódica *acima* do *cantus firmus*, mesmo durante o período em que o órgão era colocado abaixo dele. Aliás, a posterior transferência da voz principal para o registro mais agudo no canto coral da Igreja só ocorreu de modo mais sistemático na Renascença, com o desenvolvimento do hino protestante (Einstein, 1956: 61).

De fato, as vozes agudas tendem a sobressair-se num conjunto musical caso todos cantem na mesma intensidade. Isto ocorre por questões que talvez a psicologia Gestalt possa explicar. As vozes agudas no conjunto das folias de Reis são justamente aquelas que se encontram no registro confortável das crianças e das mulheres, uma questão determinada por fatores biológicos de caráter universal. Daí, é de se supor que a duplicação melódica do paralelismo medieval acima da voz principal – uma inversão da alternativa mais “natural”, por assim dizer – ocorreu por questões de ordem social, sendo que isto também deve ser verdade com relação à distribuição de vozes no interior das folias de Reis. A estrutura fortemente hierarquizada da Idade Média, onde havia clara dominação masculina sobre as mulheres e crianças, fora transposta para o domínio estético da música. Há, inclusive, evidências que nos levam a crer que foi só depois que os trovadores e os *trouvères* desenvolverem o lirismo e, com este, a idéia da musa, durante a Alta Idade

Média, que foi possível a conquista da posição de proeminência no conjunto coral pelas sopranos, no decorrer do século XVI, principalmente na Itália (Einstein, 1956).

São raríssimas as exceções em que a cantoria das folias de Reis apresentam esta mesma transferência da voz principal para o registro superior: quando isto ocorre, tal construção não tende a persistir por toda a cantoria de uma toada.¹⁰ De modo geral, quanto mais grave a voz do folião, tanto mais elevada a sua posição na hierarquia do grupo, uma opção estética que, sem dúvida nenhuma surge de uma associação entre o registro agudo e subordinação, dada a associação – quiçá universal – entre o tom agudo e mulheres e crianças.

Há, contudo, que se ressaltar que, na cantoria das folias, principalmente naquelas que empregam o estilo da toada velha, desenvolveu-se um jogo permanente em que a proeminência das vozes passa sutilmente – e as vezes não tão sutilmente – de um registro para o outro. Isto ocorre durante momentos específicos da *performance* de um verso, embora o *cantus firmus* sempre permaneça no registro mais grave, o qual não precisa necessariamente ser cantado pelo embaixador.

Pois bem, se o resposta executa uma parte de sua cantoria na terça acima da voz do embaixador, é bem provável que esta preferência estética indique sua posição de subordinação à liderança, posição que seu cantador tende mesmo a ocupar em quase todas as folias. No entanto, na estrutura da cantoria da toada velha, o embaixador pára de cantar após seu pequeno dueto com o resposta e este assume seu registro, enquanto o “ajudante” (terceira voz na hierarquia do grupo) e o “contrato” assumem registros mais agudos que, embora não sejam exatamente vozes paralelas, também não apresentam grandes contrastes em movimento, de modo que podem ser vistos como a terça e a quinta superiores, respectivamente. Esta configuração vocal dura apenas oito compassos.

Dada esta distribuição de vozes na cantoria, não surpreende constatar que muitas vezes durante uma jornada o resposta pode vir a substituir o embaixador na sua ausência ou num momento de cansaço, de modo que ele também precisa saber embaixar, usando o seu próprio estilo. Cabe lembrar que, no campo social, há casos em que ele pode partilhar da liderança com o embaixador, ou mesmo substituí-lo por completo nas tarefas do domínio social. Nota-se, inclusive, uma tendência quanto à participação do resposta, ou segunda, na liderança do grupo, aumentada na proporção do espaço que lhe é dado para embaixar a folia.

Repensando a cantoria do resposta no seu conjunto, observa-se que, em circunstâncias normais, ele cantaria seis compassos em dueto com o embai-

(10) Há, na cantoria das congadas desta região, a tendência da voz principal estar no registro mais grave, embora, na música sertaneja, outro gênero musical comum ao universo da população em questão, a voz principal tenda a ser a mais aguda. É possível que isto ocorra por este repertório estar mais próximo de uma forma lírica que os gêneros associados mais diretamente com a expressão religiosa.

xador e oito na segunda configuração, onde assume o registro do líder. Em outras palavras, poderíamos dizer que, primeiramente, ele canta complementando a *performance* do embaixador, enquanto num segundo momento ele o substitui, embora utilize o texto determinado pelo cantor da voz principal. Que metáfora seria útil para a compreensão desta estrutura de relações interpessoais?

Na medida em que a tradição como um todo gira em torno da família – afinal ocorre na época de Natal, a grande festa da família, através de cantoria em casas de famílias – não é excessivamente fora de propósito invocarmos esta metáfora para compreendermos a organização do grupo, vendo-a como paradigma de relações sociais para o contexto mais amplo. Estaríamos, então, diante de uma noção a respeito das relações familiares e o papel da liderança na família, isto é, da relação do casal, entre si e com a família inteira, onde o embaixador exemplificaria o pai e o resposta a mãe? Ora, na cantoria individualizada, explicita-se uma hierarquia familiar, e no que diz respeito ao casal, canta-se primeiramente para o *dono* da casa, para então cantar para *sua senhora*, mas muitas vezes, o primeiro verso é dedicado ao *casal* enquanto unidade, sem distinção dos seus componentes. Quando não há um “homem da casa”, canta-se para a *dona* da casa. Se o texto, com esta terminologia específica, explicita algo sobre a posição de liderança familiar, a organização vocal da cantoria pode ser mais explícita com relação à noção normativa do relacionamento apropriado ao casal: o pai/marido enquanto figura que faz a intermediação entre a família e o mundo externo, de modo que ocupa a posição central deste núcleo, e a mãe, seu complemento, sendo que a dupla forma uma unidade harmônica: na ausência do pai, a mãe poder vir a substituí-lo perante os filhos e a comunidade, fazendo valer as palavras predeterminadas pelo marido ausente. Enquanto metáfora, este conceito referente às relações sociais poderia ser estendido de modo a englobar um campo mais amplo, até porque ele parece estar sendo reproduzido na organização deste conjunto musical.

O contrato, por sua vez, está em particular evidência durante este curto pedaço da execução de um verso, na medida em que, além de estar na voz superior, que por si só já lhe confere destaque, um bom *performer* desta voz precisa saber enfeitá-la, divergindo propositadamente de uma duplicação exata da melodia. Além de um pequeno contracanto sobre as notas prolongadas ao final do dueto do embaixador com o resposta, o contrato tende a adicionar alguns ornamentos melódicos à sua cantoria bem como algumas incrementações rítmicas, através de atrasos e ataques bem acentuados. Este também tende a cantar com mais volume que o resposta e o ajudante e, mais que os outros foliões, os contratos tendem a entrar no balanço da música, movimentando-se no ritmo de sua cantoria. Cabe ressaltar que todos estes elementos fazem com que a voz adquira destaque no conjunto, podendo o ouvinte e observador distingui-la das outras vozes com mais facilidade.

Se, na estrutura da toada velha, o contrato está em particular evidência, isto também é verdade em outros estilos freqüentes na região do sul de Minas, onde o contrato faz sua entrada na frase antes do acorde final, seja na oitava acima da primeira voz, seja na oitava do segunda. De todo modo, o próprio registro de sua cantoria faz com que a voz sobressaia no conjunto vocal, mas cabe observar que sua *performance* tende a exigir muito volume, dando à voz ainda mais destaque, mesmo que, nestas folias, seu *performer* não incremente a linha melódica, como ocorre no estilo da toada velha.

Se dermos continuidade à nossa metáfora, poderíamos dizer que esta voz representa o filho mais velho que, tornando-se homem, mostra-se mais independente do conjunto, isto é, logo poderá estabelecer sua própria família. Aliás, não são raras as folias em que o cantador do contrato seja o “galãzinho”, por assim dizer, da companhia.

É interessante notar também que, terminados os oito compassos da configuração resposta/ajudante/contrato, a voz mais aguda cai do registro da tônica para o da dominante inferior e, sob esta voz, constrói-se uma nova configuração vocal que apresenta certa independência musical das duas vozes abaixo dela, a do resposta com o ajudante, configuração esta que poderia ser vista como uma nova família, oriunda da configuração anterior.

Ao passo que os cantores de “trás”, o “cacetero”, o “tipe” e o “contra-tipe”¹¹ executam os últimos dez compassos da toada sobre a voz do contrato, somente na última nota da cantoria entre o tala, fechando o acorde com a tônica superior. Este acorde tem duração de quase três compassos em algumas folias, podendo ser muito mais comprido na cantoria de outros estilos. Talvez este acorde seja um dos elementos mais característicos da tradição das folias de Reis. Este elemento musical dá um arremate apoteótico às toadas, e provavelmente constitui uma forma mais complexa do efeito sonoro pretendido pelas *scholas* da Idade Média.

De fato, este acorde final é elemento privilegiado de avaliação por parte dos foliões e da comunidade que participa da tradição, sendo que todos observam com particular atenção a competência do tala bem como aspectos do conjunto na sua execução do acorde, como a afinação do grupo, a duração do acorde (quanto mais prolongado melhor) e seu volume (quanto mais volume melhor).

Como vimos anteriormente, a voz do tala tende a ser executada por uma criança pré-adolescente ou por uma mulher. Se a organização das vozes espelha elementos relativos à hierarquia familiar, estas últimas vozes poderiam ser associadas aos filhos e filhas mais novas. Entretanto, é importante ressaltar que, com relação a esta voz, justamente a que se poderia pensar ser a mais desprestigiada, diz-se dela que é muito difícil encontrar alguém que *consiga* executá-la satisfatoriamente, já que é extremamente aguda e, como o contrato, deve sobressair no conjunto, de modo que exige muito volume e

(11) Provavelmente todos estes termos são corruptelas de termos da música medieval. Por exemplo, “cacetero” pode vir de *caccia*, uma forma canônica que teve origem na França, por volta de 1300, assim denominada por a segunda voz “caçar” a anterior. Do mesmo modo, “tipe” provavelmente venha de *triple*, termo usado para designar uma voz aguda. O termo “tala” pode ser corruptela de *taille*, sendo que havia tanto a *haute taille* quanto a *basse taille*, uma aguda e a outra grave, respectivamente.

controle da respiração. Na ausência de um bom tala, muito do efeito apoteótico do acorde final fica perdido.

Enfim, se a cantoria se estrutura de modo a demarcar as posições relativas dos membros do grupo, há também um jogo permanente, nas *performances*, em que, em momentos distintos, dá-se destaque, mesmo que restrito, a vozes hierarquicamente inferiores. Ou seja, é possível dizer que, embora, através da organização vocal, afirme-se que cada um ocupa um lugar diferente numa estrutura de posições escalonadas, a importância individual de cada um também é explicitada, importância esta adquirida precisamente em função da peculiaridade da voz do cantor.

Se voltarmos nossa atenção para o acorde apoteótico, observaremos uma clara explicitação da valorização de algo que poderíamos chamar de uma "igualdade diferenciada", onde o conjunto como um todo está em harmonia. Haja vista que, em algumas folias, o acorde do arremate chega a se estender por vários compassos, havendo casos em que representa mais de um terço de toda a cantoria de um verso, é de se supor que esta opção estética explicitaria uma noção estruturante da visão de mundo dos membros das companhias bem como das comunidades ligadas à tradição.

No início deste trabalho afirmamos que o ritual da jornada das folias de Reis prestigia três níveis de famílias: a Família Sagrada, a família nuclear e a "família" do conjunto dos cristãos aqui na terra. Quase todas as formas de organização vocal das companhias observadas no decorrer da pesquisa distinguem pelo menos três complexos vocais que poderiam ser vistos como representações simbólicas desses três níveis familiares. Há, primeiramente, o embaixador que, intermediando entre os seres humanos e o sagrado, proclama as profecias, trazendo a palavra de Deus – ou o "verbo" – para a terra, de modo que se forma a primeira configuração vocal: embaixador, resposta, ajudante; em segundo lugar, surge uma configuração sobre a voz do contrato, derivada da primeira, formando o que poderia ser visto como uma espécie de família nuclear; e, por fim, no acorde prolongado, onde todas (ou quase todas) as vozes cantam em conjunto, estabelece-se a grande comunidade irmanada de Deus no domínio terrestre.

Na medida em que esta explicitação ocorre na cantoria de um grupo que não precisa necessariamente estar relacionada por laços de parentesco, mas, mesmo assim, aparentemente estrutura sua cantoria bem como seu convívio social "extra-ritual" a partir da metáfora da família, é de se supor que esta mesma metáfora seja transposta também para outros domínios do universo social. É possível, inclusive, que sua própria noção de coesão social parta desta metáfora, de modo que as relações de trabalho e o universo político sejam avaliados positiva ou negativamente, conforme sua capacidade de refletir esta estrutura normativa. Atrevo-me até a sugerir que concepções análogas permeiem todo o universo do catolicismo popular brasileiro e, quiçá, latino de modo geral, sendo mesmo elemento estruturante da visão de mundo e do *ethos* da tradição católica.

Bibliografia

- ALVARENGA, Oneyda. *Música popular brasileira*. São Paulo, Duas Cidades, 1982.
- ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo, Chiarrato, 1928.
- . *Danças dramáticas do Brasil*. São Paulo, Martins, 1958.
- APEL, Willi. *Harvard dictionary of music*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1944.
- ARAÚJO, Alceu Maynard de. Folias de Reis em Cunha. *Revista do Museu Paulista*, (3):413-65, 1950.
- . *Folclore nacional*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- BLACKING, John. *How musical is man?* Seattle, University of Washington Press, 1973.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A folia de Reis de Mossâmedes*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1977.
- . *Sacerdotes da viola*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- CASTRO, Zaíde Maciel de & COUTO, Aracy do Prado. *Folias de Reis*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1977.
- EINSTEIN, Alfred. *A short history of music*. New York, Vintage Books, 1956.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1978.
- GERGELY, Jean. *Histoire illustrée de la musique*. Lausanne, La Guide de Disque/Rencontre, 1967.
- HOOD, Mantle. *The ethnomusicologist*. New York, McGraw-Hill, 1971.
- LOMAX, Alan. Song as a measure of culture. In: ———, org. *Folk song style and culture*. Washington, D.C., American Association for the Advancement of Science, 1968. p. 117-60.
- & GRAUER, Victor. The cantometric coding book. In: LOMAX, Alan, org. *Folk song style and culture*. Washington, D.C., American Association for the Advancement of Science, 1968. p. 34-74.
- & HALIFAX, John. Folk song texts as culture indicators. In: LOMAX, Alan, org. *Folk song style and culture*. Washington, D.C., American Association for the Advancement of Science, 1968. p. 274-90.
- LORD, Albert. *The singer of tales*. Boston, Harvard University Press, 1960.
- MERRIAM, Alan P. *The anthropology of music*. Evanston, Ill., Northwestern University Press, 1964.
- PORTO, Guilherme. *As folias de Reis do sul de Minas*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1977.
- RAYNOR, Henry. *História social da música*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- REILY, Suzel Ana. A Senhora do Divino. *Cadernos de Pesquisa*, (52): 16-25, 1985.
- SETTI, Kilza. *Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caçara paulista e de sua produção musical*. São Paulo, Ática, 1985.
- TAVARES DE LIMA, Rossini. *O folclore do litoral norte de São Paulo*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1981.
- WHYTE, William Foote. *Street corner society*. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

ABSTRACT

This is an ethnomusicological analysis of the Folias de Reis in the Southeastern region of Brazil. The Folias are made up of a group of musicians that roam from house to house during the Christmas season, as a form of devotion to the three Wise Men. In an attempt to understand the logic behind the distribution of the voices within the song style, I concentrated the analysis on the style the musicians call "old tune", for it is the most complex form found in the region of the research project. Since I noted that the vocal organization reflects normative notions regarding family structure among the communities that participate in the tradition, we can view the music as a social construction, in which the group says something fundamental about its own worldview.

Key words: *Folia de Reis – Ethnomusicology – Family structure – Social cohesion*

HOMENAGEM A PAIM

Yone Soares de Lima *

RESUMO

Com o falecimento do artista e professor Antônio Paim Vieira (1895-1988), perdemos um amigo e um mestre. Fica aqui nosso preito ao rememorar alguns aspectos de sua obra que tanto enriqueceu a arte brasileira, desde a primeira década do 1900, além de seu empenho pela inclusão e valorização do desenho nas escolas de formação profissional, na década de vinte. Sobre sua carreira de artista e decorador, por demais abrangente, ressaltamos sua atividade como ilustrador, a versatilidade em técnicas artesanais e a refinada arte das iluminuras. Sua formação cultural aliada a uma grande sensibilidade levaram-no a realizações também no campo da heráldica.

Unitermos: *Desenho – Ilustração – Artes gráficas – Estilização – Alegorias.*

Dentre os muitos motivos é, principalmente, o sentimento de carinho e de uma grata amizade que nos leva a prestar esta justa homenagem a AN-TÔNIO PAIM VIEIRA – já que a cidade onde nasceu, nem sequer tomou conhecimento do fato de sua morte, ocorrida em janeiro último. Na verdade, o que desejamos aqui não é apenas lembrar quem foi Paim ou o quanto representou seu trabalho para mais de uma geração, mas também reunir dados de maneira a oferecê-los para futuros estudos e pesquisas sobre sua personalidade e sua obra.

Artista de múltiplas atividades, Paim dedicou sua vida a criar, executar e transmitir a Arte. Há algum tempo afastado de seu trabalho por motivos de saúde, suas últimas realizações adquiriram uma acentuada tendência espiritualista. Conheçamos Paim já com os cabelos embranquecidos; recebia-nos

(*) Professora Assistente do IEB (área de Artes).

em seu atelier instalado nos fundos de sua bela casa lilás, à av. Cidade Jardim, invariavelmente vestindo seu guarda-pó também branco. Dono de uma memória invejável, alegre e cordial, mantinha impressionante disposição para discorrer sobre a Arte ou contar suas experiências de artista e de professor. Com isso, ia nos passando muito de seus conhecimentos e de sua vivência, num misto de narrativa, de memória e autodepoimento.

Extremamente comunicativo, Paim parecia encarnar seus próprios desenhos: criativo, rico de espiritualidade e de fantasia sem se prender muito a esquematizações. As perguntas formalmente preparadas para uma entrevista programada, não raro, desencadeavam num complexo de informações entremeadas de justificativas, técnicas ou considerações de ordem prática, sem esquecer alguns princípios de filosofia, tão de seu agrado e do seu domínio.

Indiscutivelmente, o desenho para Paim significava a essência de toda a realização estética no campo das artes visuais e definia-o como sendo "a disciplina do espírito". De sua formação artística aliada à de professor (de artes decorativas) resultou uma verdadeira campanha pela inclusão do desenho no currículo de nossas escolas secundárias quando, nos idos anos vinte, preconizava a necessidade de desenvolver não apenas o senso estético e criativo do indivíduo em formação, mas preparar verdadeiramente futuros profissionais que viessem a elevar o conceito do produto industrial brasileiro — na época, segundo ele, sujeito a um pernicioso sentido de improvisação. Faltava-nos o que chamou de "tradições de manufacturas" ou de "hereditariedade profissional" e portanto a capacidade de transferir conhecimento e experiência formando bons profissionais, geração após geração. Acreditava que o operário, o artífice, o tipógrafo, etc., por serem geralmente imigrantes, não por incompetência, mas pelo fato de terem exercido tarefas ou ocupações muito diversas, encontravam aqui uma certa dificuldade na adequação do trabalho.

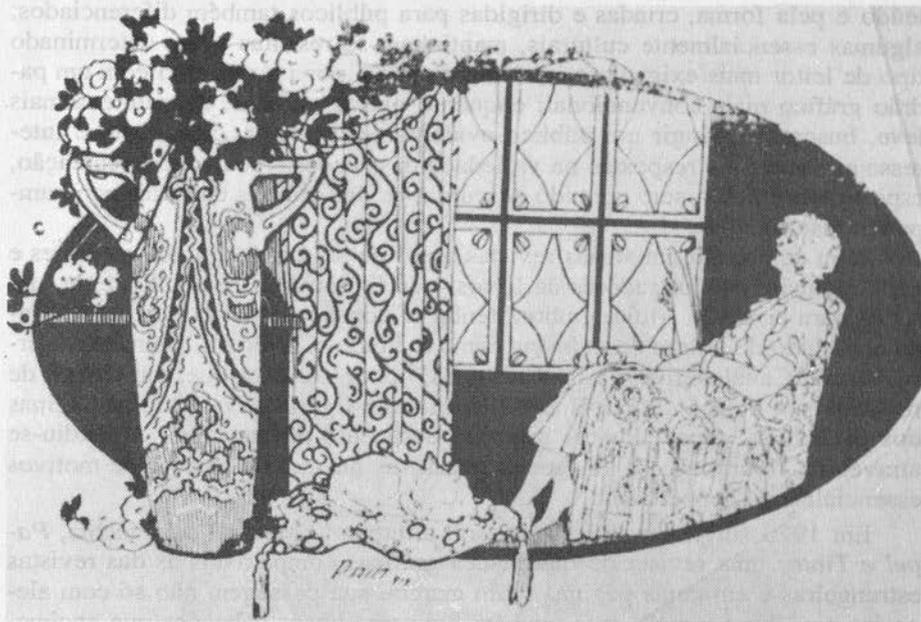
Defendia, pois, o ensino do desenho em escolas profissionais que atendessem, a seu ver, a três objetivos fundamentais: o ensino prático e objetivo com respeito à "natureza do trabalho" e não somente ao aspecto pedagógico; o ensino capaz de despertar um forte "sentido de honestidade profissional", isto é, conscientizar o aluno para o "apuro no acabamento, esmero e seriedade" na confecção do produto brasileiro; e como um terceiro argumento, Paim referia-se à estética propriamente do ensino profissional, pois acreditava ser o desenho "a pedra fundamental" daquele ensino. Conseqüentemente o desenho assim ministrado teria não só a função precípua de auxiliar na formação técnica do aluno mas, também, a de desenvolver seu espírito no terreno da criatividade, do bom gosto e intrinsecamente da beleza.

Ainda jovem, Paim formara-se professor em São Paulo e por natureza, ou por contingência, jamais deixou de sê-lo; mas foi o desenho, como centro propulsor de seu universo pessoal que direcionou, por assim dizer, toda sua realização profissional e artística. "Tudo começou", contou-nos certa ocasião, "com alguns retratos de intelectuais feitos por puro prazer...", além de algumas ilustrações para versos de Vicente de Carvalho no longínquo 1917.

De fato, foram o passaporte para iniciar-se numa arte em que se tornaria verdadeiro mestre: a de ilustrador.

Inicialmente, enviava colaborações para algumas revistas do Rio de Janeiro: *Fon!Fon!*, *A Careta*, *Para Todos* e mais tarde para a *Ilustração Brasileira*. Corria o ano de 1918 quando, de volta a São Paulo, passa a colaborar também em vários periódicos locais: *A Cigarra*, *A Vida Moderna*, *A Garoa*, *Papel e Tinta*, *Ariel*, *Novíssima*, além de alguns estrangeiros.

É bom lembrar que os periódicos, nos primeiros anos de nosso século, se apresentavam como sendo, praticamente, a única opção para os jovens talentos que despontavam tanto na área das letras como das artes. Em suas páginas conviviam lado a lado, nomes que mais tarde se consagrariam em nos-



Cabeções para a revista Papel e Tinta. Desenhos a nanquim.

so meios intelectuais e artísticos: era comum, por exemplo, encontrar-se poesias, contos, crônicas ou trechos de romances assinados por Guilherme de Almeida, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, Mário de Andrade, Ribeiro Couto, Antônio de Alcântara Machado, Paulo Setúbal, Amadeu Amaral, Monteiro Lobato ou Olavo Bilac;¹ representavam a produção literária que surgia pelas revistas (e jornais) não raro enriquecidas com ilustrações e ornatos gráficos criados pelo lápis de Di Cavalcanti, Ferrignac, Wash Rodrigues, Paim, J. Prado, Belmonte, Voltolino e outros nomes que, também principiantes, encontraram ali a oportunidade de expressar sua arte e que para muitos deles significava ainda uma forma de somar alguns tostões em seus orçamentos.

Espelhando todo um processo sociocultural da época, as revistas nacionais formavam um conjunto eclético de publicações que variavam pelo conteúdo e pela forma, criadas e dirigidas para públicos também diferenciados; algumas essencialmente culturais, mantinham-se restritas a um determinado tipo de leitor mais exigente e intelectualizado e por isso mesmo com um padrão gráfico mais convencional; enquanto outras revistas, de natureza mais leve, buscavam atingir um público evidentemente maior, cujo gosto e interesse encontravam respostas na variedade das seções – sociedade, recreação, esporte e política – sem contudo descuidar-se dos valores culturais nem tampouco visuais.

Paim colaborou em várias revistas antes de se tornar um dos melhores e mais requisitados ilustradores de livros – de literatura para adultos e de histórias para crianças. Muito embora tenha se consagrado como um grande capista ao lado de outros desenhistas como J. Prado, Carnicelli, Belmonte, Ferrignac, Di Cavalcanti e Wash Rodrigues,² pode-se dizer que, em termos de revistas, sua atuação como ilustrador foi mais significativa entre as páginas dos periódicos, especialmente junto à poesia: um terreno onde expandiu-se através do figurativo, de imagens fantasiosas ou mesmo através de motivos essencialmente decorativos.

Em 1920 surgia em São Paulo, sob a tutela de Menotti del Picchia, *Papel e Tinta*; uma revista de qualidades gráficas comparáveis às das revistas estrangeiras e em cujas páginas Paim marcou sua passagem não só com alegorias em “hors texte”, mas também em caprichosos cabeções que encimavam algumas das seções do periódico: o forte sabor “art nouveau” que envolve suas figuras graciosas e habilmente delineadas remete-nos às ilustrações que fizera em 1919 para *As Máscaras* (1920), poema de Menotti del Picchia lançado no ano seguinte numa edição de luxo, com grande aparato nos meios sociais e intelectuais da cidade. Entre ambos nascera uma amizade que frutificou em vários trabalhos artísticos de Paim para edições literárias do próprio Menotti e de seu grupo ligado ao Verde-Amarelismo, corrente do

(1) Por esta época, ainda sem as barreiras que mais tarde os dividiriam pelas tendências e correntes de pensamentos.

(2) A este respeito, Monteiro Lobato, consciente de sua iniciativa, recorda o trabalho destes desenhistas: “(...) vinha substituir as monótonas capas tipográficas por capas desenhadas – moda que pegou (...)” (MONTEIRO LOBATO. Prefácio e entrevistas. In: ———. *Obras completas*. v.13, p. 263-8).

Modernismo brasileiro, estendendo-se inclusive à *Novíssima*, revista criada por esse mesmo grupo com o claro objetivo de divulgar suas obras e suas idéias.³ Para a capa do número de estréia de *Novíssima*, Paim criou uma composição em que a figura feminina personaliza o lançamento do periódico, na qual combina uma curiosa geometrização de triângulos, em preto e vermelho, com a languidez das curvas que denunciam o “art déco” – uma tendência que se verificará, freqüentemente, em suas figuras femininas. Este aspecto, aliás, vemos reprisado na capa do número 11 da mesma *Novíssima*, numa visão “futurista” de Paim que leva o título “Balada dos dínamos e volantes”. No entanto, sua produção na parte interna desta revista não reflete exatamente a intensidade plástica de que se revestiram as capas aqui descritas – o que não ocorre em *Ariel*, onde sua atividade como ilustrador foi das mais intensas.



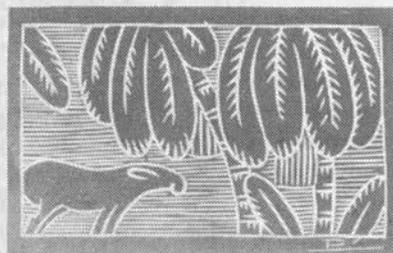
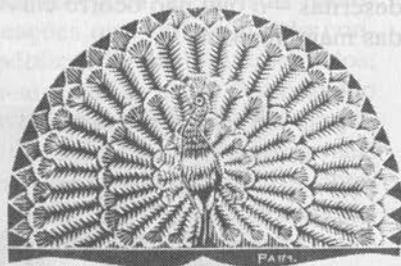
Ilustração “futurista” para capa de *Novíssima*.

(3) Sobre este periódico ver o estudo de GUELFÍ, Maria Lúcia F. *Novíssima: estética e ideologia na década de vinte*. São Paulo, IEB-USP, 1987.

Revista de cultura musical, *Ariel* surgiu em São Paulo em 1923, sob a iniciativa do maestro e músico Antônio de Sá Pereira. Segundo depoimento que o próprio Paim nos prestou (em 24/2/74), esta revista teria tido maior popularidade não fosse a natureza exclusivista que Sá Pereira teimou em manter; de qualquer forma acabou sendo uma das raras publicações do gênero e um periódico de magnífico conteúdo cultural. A seu convite, Paim não só participou da fundação, como também respondeu pela direção artística e talvez tenha sido nesta publicação periódica onde seu nome aparece com maior frequência tanto nas capas como entre as páginas internas, assinando todo gênero de ilustrações, inclusive a publicitária.



Figura gravada (provavelmente em linóleo) para capa da revista Ariel.



Cabeções para a mesma revista; gravuras em madeira e linóleo.

Editada por Compassi & Camin, proprietários da Casa A. Di Franco, a revista *Ariel* reservava espaço – no início e final da publicação, além das contracapas – para a veiculação comercial de produtos e assuntos ligados ao campo da música: instrumentos musicais, discos e partituras, informações sobre escolas ou grupos musicais e, principalmente, sobre estabelecimentos especializados no ramo, como a Casa Carlos Gomes, Casa Bechstein, Casa Lucchesi, Casa Odeon, Casa Pratt, Casa Sotero e muitas outras. Havia ainda anúncios comerciais sobre artigos femininos com evidente preocupação artística, muitos deles denunciando o traço inconfundível de Paim.

Revista de porte médio e de excelente qualidade gráfica, *Ariel* trazia a capa em papel encorpado e textura própria do papel linho – nos quatro primeiros números em amarelo vivíssimo, seguindo-se capas em cores neutras; impressa em uma só cor, às vezes destacada pelo preto, a ilustração era invariavelmente uma gravura em madeira ou linóleo assinada por Paim. A partir do ano de 1924, quando nem ele nem Sá Pereira participavam mais da dire-

ção de *Ariel* (Mário de Andrade assumira a direção artística da revista), as capas passam a trazer fotos de personalidades do mundo musical, com exceção do número 10 (mês de julho), que reproduz um retrato gravado por Lanza, desenhista que segundo Paim fora seu discípulo. Na série de capas criadas para a revista, evocava sistematicamente as diversas manifestações da música: ora composições onde figuras tocam algum instrumento musical, ora aspectos sobre o teatro ou sobre o canto; mas, sem dúvida, foi internamente que a revista mais se beneficiou com a arte de ilustrar do nosso artista paulistano: algumas páginas destinadas à espontaneidade de seu traço receberam como legenda "Apontamentos à penna por Paim" e correspondem a verdadeiros esboços que fazia dos intérpretes durante concertos e recitais ou mesmo de alguém que distinguia entre o público, visto sob variados ângulos. Um velho prazer que nos confessara: costumava freqüentar recintos em que houvesse afluência de pessoas e muita movimentação, ou locais em que aspectos curiosos e interessantes lhe proporcionassem "estudos rápidos" executando-os a lápis, tinta ou mesmo a lápis de cor.

A revista contava ainda com a criatividade de Paim em vários retratos e/ou alegorias realizados em xilogravura, na época uma técnica praticamente desenvolvida apenas por ele: como uma espécie de homenagem a grandes vultos da música, este gênero de ilustração recebia o destaque em "hors texte" ou era editado no "Suplemento Ariel" sob forma de encarte que a revista apresentava a cada número. Para estas ilustrações, muitas vezes enriquecidas pela presença da cor, Paim alternava a xilogravura com a técnica da linoleogravura, pois segundo nos revelou, o corte no linóleo lhe oferecia maiores possibilidades de conseguir os resultados desejados e melhores efeitos plásticos com as linhas finas e delgadas além de obter contornos mais nítidos e perfeitos no alto contraste.

São além disso numerosas, belas e decorativas as ilustrações que Paim deixou pelas páginas de *Ariel* através de vinhetas, frisos, cercaduras, capitulares e cabeções (ou cabeçalhos) ao início de cada texto muito embora, às vezes, "tivesse que acatar alguns clichês enxertados em suas paginações". Nestes seus ornatos percebe-se um predomínio de estilizações com elementos representativos de nossa fauna e flora – motivos, aliás, encontrados ao longo de sua obra – bem como formas geométricas caprichosamente elaboradas que se revezam com imagens relacionadas ao próprio texto. Em alguns títulos ou legendas, no entanto, Paim dá ao desenho das letras uma versão modernosa, em voga na época mas de gosto discutível.

É, pois, no mínimo curioso, constatar-se através de sua colaboração em *Ariel*, bem como em outros trabalhos decorativos o fato de Paim ter "abdicado". por assim dizer (ainda que eventualmente), de uma formação tradicionalmente clássica e da qual sempre se orgulhou; da mesma forma que foi surpreendente sua participação na Semana de Arte Moderna de 1922, embora se justificasse: provavelmente contagiado pelo espírito "blagueur" do amigo Yan de Almeida Prado e por sugestão deste fizera para a Exposição o que denominou de "umas formas extravagantes traçadas no papel", enquanto Yan providenciava, às pressas, as molduras necessárias – "aliás", revelou-nos, "um dos trabalhos ficou condicionado às dimensões da própria moldu-

ra". De comum acordo haviam planejado até mesmo um pseudônimo – PYAN –, “mas na correria Yan assinou só”.⁴

De tendência avançada foram também algumas de suas ilustrações para capas de livros editados nos anos vinte, revelando suas andanças pelos domínios do Modernismo muito embora seguisse com suas idéias e posição declaradamente antagônicas ao Movimento; fato que nos pareceu evidente quando, já passados tantos anos, ao rever a capa que criara para *Meu* (1925), poema de Guilherme de Almeida, Paim lamentou as letras pretas avantajadas e apontou com ar de censura: “(...) aqui houve interferência de Guilherme, pois, sem dúvida, esta não teria sido a minha capa” (entrevista em março/77). Outro exemplo que merece ser mencionado é a bela capa feita para *A boneca vestida de Arlequim* (1927), de Álvaro Moreira. Aqui Paim nos leva a recordar algumas de suas criações para *Ariel*: o movimento de ângulos e retas se harmoniza com a graciosidade da figura feminina “art déco” numa composição de excelente efeito plástico. Mas, sem dúvida, entre outros exemplos, ganham destaque seus desenhos para *Pathé Baby* (1926), obra de Antônio de Alcântara Machado; representam, a nosso ver, talvez o que de melhor e mais criativo se fez em linguagem gráfica na época, sintonizando perfeitamente com o estilo literário do autor – segundo Sérgio Milliet, “frase curta e seca” (in: *Sal de Heresia*, p. 42). As figuras simplificadas e caricatas representam, na capa, um grupo de músicos dispostos em frente a uma tela onde se vê “projetado” em grandes letras “Pathé Baby”, parodiando graficamente o cinema mudo. Em seqüência pelas páginas internas da obra, a posição dos bonecos-músicos se altera, conforme as imagens que se sucedem na tela: os músicos vão sendo “retirados” pelo ilustrador até que permaneça com a última cena projetada apenas um dos componentes da “orquestra”.



Uma das mais belas e inspiradas capas do ilustrador paulistano.



Ilustração de página inteira para *Pathé Baby* (1926).

(4) Depoimento que Paim nos prestou em março de 1977.



Figuras caricatas também frequentavam capas de livros.

É muito provável que a atuação de Paim junto à revista *Ariel* tenha corrido para um relacionamento mais estreito com os meios editoriais e/ou casas impressoras de obras musicais e conseqüentemente seu trabalho de ilustrador ter-se estendido a capas de partituras, originando-se mais um veio para sua capacidade inventiva.



Capa de partitura musical em preto e verde: riqueza visual.



Figura feminina: uma constante nas ilustrações das capas nos anos vinte.



Paim valia-se da simetria com grande criatividade: capa de partitura.

Seguindo um critério semelhante ao que adotara para com as capas dos livros, inclusive com o intuito de torná-las chamativas e interessantes, procurou, valorizá-las de todo jeito: através da figura, das letras, ornatos e vinhetas, da cor, etc.; suas decorações nas capas das partituras variavam desde a cercadura feita de arabescos, de formas geometrizadas ou com minúcias gráficas, concorrendo sempre para um agradável visual muito embora sem qualquer compromisso com o conteúdo da obra; valeu-se também – e principalmente – da ilustração figurativa (inclusive a caricata) de natureza interpretativa em que a imagem gráfica buscava uma integração, ou motivação junto à obra – preferencialmente na letra, sempre que houvesse, no título da música, ou mesmo no gênero: romântico, regional, ou carnavalesco.

Assim, surgiram de sua lavra, curiosas e sugestivas capas de partituras. Para realizá-las, Paim recorreu não somente ao desenho puro, linear, a bico de pena que sempre dominou magnificamente, como também às imagens construídas com pinceladas que denunciam a habilidade com que tratava a aquarela e o guache. A cor, como enriquecimento visual é uma constante, muitas vezes desdobrada em nuances e matizes. Recentemente foi feito um trabalho a respeito das técnicas de impressão utilizadas nestas edições musicais, vindo acrescentar valiosas informações sobre o assunto.⁵

Mas Paim não parou aí. Sua versatilidade como ilustrador estendeu-se também a trabalhos cuja inspiração – ou objetivo – era a criança: desde as graciosas decorações para historietas ou obras literárias às mais variadas iluminuras adequadas a livretos; editados especialmente para serem preenchidos com anotações e dados pessoais sobre bebês, recém-nascidos, estas publicações eram comumente patrocinadas e distribuídas por alguma empresa especializada em produtos infantis.

* * *

Ainda com respeito a capas de publicações, não podemos nos furtar de mencionar um gênero em que Paim se revelou exímio mestre; referimo-nos, mais propriamente, a encadernações lavradas artesanalmente em couro e em madeira, que tivemos oportunidade de conhecer em sua coleção particular.

Inspirado em uma arte secular, o ilustrador trabalhou o couro natural, conseguindo surpreendentes efeitos decorativos, ao manipular cores, formas e relevos conforme verificamos pessoalmente. Exemplificam bem as capas que realizou para uma edição – a 8ª – de *Poesias*, de Olavo Bilac; para uma das edições de *Oração aos moços*, de Rui Barbosa, *As cidades eternas*, de Martins Fontes, e ainda uma reedição especial (1920) de *Apologos dialogaes*, de Francisco Manoel de Mello – raridade bibliográfica de 1721. Todas elaboradas com grande inventividade, incluindo as lombadas, tiveram a superfície do couro convenientemente encerada, aliás, já escurecida pelo tempo.

A encadernação criada para a obra de Olavo Bilac traz como desenho formas geométricas inspiradas na arte marajoara onde predomina uma tonali-

(5) Pesquisa de M. Elizabeth Corrêa Nori e Paulo Alexandre C. Vasconcelos, reunindo exposição de partituras e o catálogo *A arte da música impressa*, Centro Cultural S. Paulo, 1988.

dade ferruginosa que se confunde com o próprio couro, dando realce ao rosa sulferino, assim como detalhes em preto ajudam a destacar algumas áreas em vermelho puro; ao centro da primeira capa, um espaço liso é reservado para as letras simples que, vincadas, identificam o autor e a obra. Para a capa de trás foram retomadas as cores e os motivos – agora ampliados – tornando a composição mais despojada.

Para a edição de *Apologos dialogaes*, num desenho livre e criativo, Paim estilizou uma “corbeille” de flores ocupando por inteiro o espaço na capa. O contorno das figuras, fortemente sulcado, dá relevo às cores verde, vermelho, azul e roxo que soube, com muita propriedade, distribuir sobre um fundo enegrecido. Na capa que criou para *Oração aos moços*, Paim inscreve o nome do autor e o título da obra no oval formado por ramos de louros, à guisa de coroa, enquanto que para *As cidades eternas* foi buscar inspiração em arcadas e vitrais de cores vibrantes.



Encadernações em couro lavrado por Paim. Coleção da família.

Igualmente interessante foi seu trabalho na madeira, em capas especialmente executadas para os convencionais livros para visitantes. Dos que tivemos oportunidade de manusear, um pertence à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto: sobre uma superfície laqueada de preto, o semibrilho contrasta com os sulcos feitos pela goiva, em cortes firmes e certos, deixando entrever a beleza natural da madeira. Na capa frontal, imponente, o brasão da Faculdade entalhado compõe com monogramas em metal, caprichosamente formados pelas iniciais que identificam a instituição: FM (Faculdade de Medicina) e RP (Ribeirão Preto). Centradas na capa de trás, Paim gravou estas mesmas iniciais numa concepção gótica de grandes proporções que, apesar da rusticidade do entalhe, criam um inegável impacto visual. Aliás, obteve um efeito assemelhado nas capas para o livro de visitas de sua exposição de cerâmicas, nos idos de 1928: em madeira espessa e envernizada,

Paim praticamente preencheu a área da primeira capa com belos ornatos lavrados, em pouca profundidade, reservando um quadro central onde gravou com letras simples mas em maiúsculas o título: EXPOSIÇÃO DE CERÂMICA BRASILEIRA, seu nome e a data – PASCHOA EM M.CM.XX.VIII. No mais, a superfície é recoberta por sugestivas figuras e símbolos originados na arte marajoara, conforme entendia ser o cerne da arte nacional. Na última capa, apenas uma grande rosácea feita com motivos geométricos traz o logotipo que criara com as letras de seu nome – PAIM – formando uma espécie de “caratonha” usada como assinatura em todas suas peças de cerâmica.



Capa em madeira lavrada. Coleção da família.

Este livro, na verdade, encerra bem mais do que um conjunto de folhas soltas, onde dezenas de visitantes deixaram suas assinaturas ou opiniões registrando o evento sociocultural.⁶ Trata-se, isso sim, de uma coleção de pá-

(6) Estas páginas, além do valor iconográfico que encerram, representam ainda um veemente documento da época, dada a presença de nomes de grande tradição.

ginas magnificamente iluminadas com desenhos aquarelados. Reprisando alguns motivos pintados na própria cerâmica exposta, Paim decorou uma a uma as folhas ora com frisos ou barras, ora com cercaduras e cantoneiras, formas e imagens estilizadas criando ilustrações onde soube como ninguém, mesclar a cor, a forma, a sátira e o humor. Manteve como “pano de fundo” uma “aura nacionalista”, traduzida através de figuras como um tucano empoleirado num galho de goiabas maduras, de uma arara entre ramagens tropicais emoldurando uma vista do Pão de Açúcar, de palmeiras entrelaçadas sobre uma bucólica lua cheia ou um “luar do sertão”, de um vistoso tamanduá dialogando com o jabuti, etc., etc., sem esquecer da flor de maracujá, da graciosa folha da samambaia e da decorativa bananeira (que aliás, também inspirou modernistas como Tarsila do Amaral e Lasar Segall), além de tipos de nosso folclore regional, encontros na obra de Catulo da Paixão Cearense.



Páginas do livro de visitantes de sua exposição de cerâmicas (1928). Coleção da família.

Como curiosidade, este livro – hoje no acervo da família – guarda entre as páginas soltas a lista de adesões à homenagem que lhe prestaram “amigos e admiradores”, através de um chá realizado nos Salões da Casa Mappin, na época, de grande prestígio social. Consiste, na verdade, de um cartaz impresso para a divulgação da mostra (em papel tipo “craft”, cor pardacenta, de 36 x 25cm) contendo a reprodução, em azul escuro, da decoração de um dos pratos e no verso a lista de nomes e assinaturas encabeçada pelos dizeres: “Ao Paim seus amigos e admiradores oferecem um CHÁ – HOMENAGEM segunda-feira 30 de abril às 5 horas da tarde no Salão da Casa MAP-PIN (preço 5\$000)”. As letras irregulares, e até mesmo mal feitas, traduzem

de certa maneira, a singeleza e o carinho com que foi preparado: em parte manuscritas, em parte desenhadas, mais o uso do azul e do vermelho que se alternam de forma simplista, procuram ressaltar ora a homenagem em si, ora o horário, ora o local.

Mais recentemente, na cidade de Ribeirão Preto, tomamos conhecimento de mais uma documentação artística deixada por Paim, digna de registro. Referimo-nos a uma série de belíssimas aquarelas, nas quais detalhou o brasão da Faculdade de Medicina, o brasão do Estado, retratos e alegorias que, em excelente qualidade técnica, traduzem um antigo e ambicioso projeto que lhe encomendara o Prof. Zeferino Vaz, através do qual visava enriquecer as dependências da Escola. Deste "sonho" (como ficou denominado) restaram apenas os croquis – hoje resguardados no acervo cultural daquela Faculdade: "Asclépio", deus da Medicina, e suas filhas "Higéia", deusa da Medicina Preventiva, e "Panacéia", deusa da Medicina Curativa, são algumas dentre as muitas e imponentes figuras alegóricas e símbolos que *seriam* realizados em painéis, pisos e vitrais pelas mãos talentosas de nosso artista.⁷

Por sua formação cultural, pela sensibilidade que possuía como artista e por índole conservador, Paim deixou na trajetória de sua produção desenhística evidências de um forte apego ao classicismo. Nada mais natural, pois, que se interessasse também pela heráldica, pela iluminura, por selos comemorativos e pelo "ex-libris", criando uma série destes, em belos exemplares para autores e poetas nacionais, inclusive para si próprio (sobre este assunto estamos desenvolvendo um estudo à parte).

Foi ainda a pedido do amigo, Prof. Zeferino Vaz, fundador e Diretor da Faculdade de Medicina, à qual já nos referimos, que Paim criou (com a participação do poeta Guilherme de Almeida) o brasão oficial daquela instituição científica. No formato convencional do escudo, dispôs em cores vibrantes e figuras simbólicas: a águia "ribeirão-pretana" que empunha em suas garras, da esquerda, a espada símbolo do Apóstolo São Paulo, e, da direita, o caduceu médico – bastão com a serpente enrolada; um globo terrestre, que representa a Universidade, estruturado pelos Meridianos e Paralelos é sobreposto por uma cártula desenrolada onde se inscreve UNIVERSIDADE. Sob a ave e simulando água, linhas onduladas "correm" horizontalmente como símbolo do Ribeirão Preto e, abaixo do escudo, um listel em três movimentos onde lê-se "SCIENTIA TERMINUS AMOVERE".

Estes símbolos, Paim transpôs para os azulejos – em azul e branco – que revestem ambas as faces de um marco arquitetônico erguido à entrada do Campus Universitário daquela cidade (esta e muitas outras informações devemos a José Bento Ferraz).

O inegável fascínio que estes aspectos da arte e da ciência sempre exerceram sobre seu espírito tinha sua razão de ser. Conforme nos esclareceu certa ocasião, sentia um profundo orgulho pelas origens de seu nome PAIM, que provinha de antepassados portugueses com ascendência na nobreza in-

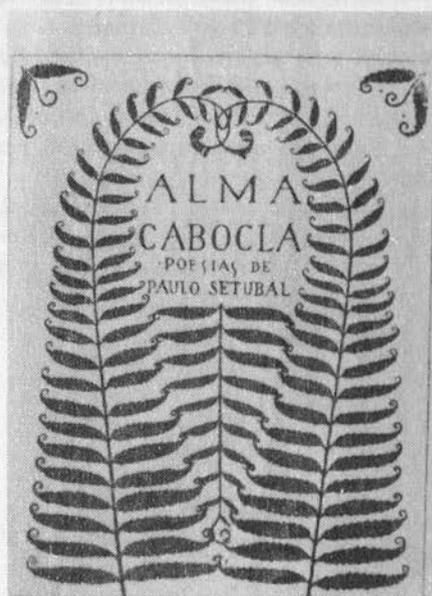
(7) Estas aquarelas estiveram expostas ao público no Campus da Universidade de S. Paulo, na cidade de Ribeirão Preto, graças à iniciativa e interesse do Prof. Dr. Osvaldo Cardoso Santana Filho, de quem obtivemos informações sobre o referido projeto e demais trabalhos de Paim, pertencentes ao acervo daquela Faculdade.

glesa, comprovada definitivamente em obras especializadas, indicadas por ele próprio.⁸ Quanto ao nome VIEIRA (que na simbologia heráldica significa leque), representava-o graficamente pela figura de uma pequena concha (cujo formato se assemelha a um leque) e na qual inscrevia simplesmente "Paim"; na verdade, figurava como uma pequenina vinheta em trabalhos que envolvessem aspectos clássicos ou tradicionais, incorporando-a à ilustração.⁹

Exemplos inúmeros estão presentes principalmente nas iluminuras, a nosso ver, a mais representativa arte de ilustrar a que Paim se dedicou. Foi nessa especialidade em que melhor se caracterizou sua habilidade como desenhista miniaturista, foi o ponto alto de sua capacidade em dominar o desenho, em que predominavam os anelados, numa linha constante com a qual parecia brincar. É notável a segurança de seu traço em molduras e cercaduras criadas com rara facilidade técnica, numa riqueza formal que jamais se repetiu. Usava com incrível exatidão o rendilhado, o arabesco, o entrelaçado – curvo ou retilíneo, simétrico ou assimétrico – onde a flor, a folha ou ramagens eram uma constante em suas belas vinhetas ou nos labirintos decorativos. Nestas ocasiões a cor não era o elemento mais importante, mas sim o desenho puro, ou enriquecido pela hachura ou pelo grisalho.



Anelados e labirintos: especialidade de Paim.



Página de rosto: singeleza gráfica.

(8) *GRANDE enciclopédia portuguesa-brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro, s.d. v. 29, p. 973. *HISTÓRIA insulana das ilhas a Portugal sugeytas no oceano occidental*. Oficina de Antonio Pedrozo Gabram, 1717.

(9) Paim costumava variar a forma gráfica de sua assinatura. Uma delas era a letra P seguida de um traço horizontal encimado por uma diagonal, numa alusão às demais letras de seu nome "aim" – P<.

Este gênero, tradicionalmente usado para ornamentar as páginas de rosto em edições mais requintadas (sua origem está ligada à história do livro e das artes gráficas),¹⁰ Paim deixou também em capas que ilustrou, como para a edição de luxo de *As máscaras* (1920), para a 3ª edição de *Juca Mula-to* (1920), o *Sentimento nacionalista* (1921), uma publicação dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, para uma edição de 1932 de *Oração aos moços* ou para a “plaquete” *Homenagem ao Doutor Antonio Carlos de Oliveira* (1932) numa concepção gráfica já próxima do “kitsch”, pela exuberância de ornatos. É justo, pois, que mencionemos ainda as iluminuras executadas geralmente em papel especial, para ocasiões especiais; sua forma requintada e espirituosa de registrar presenças a homenagens, reuniões culturais ou “ágapes”, tudo muito ao gosto dos anos vinte. Destas tivemos o privilégio de conhecer dois exemplares, originais que hoje se encontram em coleções particulares: de 1921, para um jantar oferecido por Freitas Valle em sua residência, Villa Kyrial, trata-se de uma belíssima iluminura onde Paim soube valorizar, com nanquim, cores vibrantes e hachuras de grande efeito plástico, os motivos decorativos de sua predileção dispostos ao longo da margem esquerda. No cabeçalho, em destaque, estão as figuras do Pierrot, Colombina e Arlequim, tendo como fundo uma paisagem “art nouveau”, numa forte referência às ilustrações que realizara para a edição de luxo de *As*



Página de rosto: preciosidade assinada por Paim.



Ilustração de página inteira para As máscaras (1920): uma amostragem de sua versatilidade desenhística.

(10) Página de rosto, portada ou portal é considerada por Antonio Houaiss como a “página nobre do livro”. A este respeito, ver o estudo de LIMA, Yone Soares de. *A ilustração na produção literária em São Paulo, década de vinte*. São Paulo, IEB-USP, 1985.

máscaras, de Menotti del Picchia. À direita, completando a iluminura, uma réplica de cártula onde inscreve, com letras de estilo, "DIA SEGVUNDO. DO A. D. MCMXXI", incluindo, abaixo, a pequena concha vieira com seu nome – PAIM.

Extremamente diversa, mas não menos valiosa, é a iluminura que o artista realizou em 1922, em nanquim preto e cores sobre cartolina branca. Os desenhos caricatos e de aspecto humorístico atendem, muito provavelmente, ao espírito da própria ocasião conforme denuncia o tom jocoso do texto que encabeça a ilustração: "JAMEGÕES DA SAPARIA QUE OFFERECEU UM GRUDE AO CARLOS PINTO ALVES NO DIA 19 DE AGOSTO DE 1922 NO PORTUGAL CLUB, PORQUE VEIO DA EUROPA COM FOME".

Assim foi Paim. Uma das mais longas convivências com a Arte, trabalhando-a em múltiplas formas e expressões. Merecedor bem mais do que estas desprezíveis considerações, tentamos, contudo, reviver uma parcela daquilo que realizou. Não é esta a primeira vez que pesquisamos sua obra nem tampouco encerra-se aqui nosso interesse por ela. Ao longo de muitos estudos e longos contatos com o artista, pudemos constatar o descaso e a pouca valorização que, desde os anos vinte, deu-se ao trabalho do ilustrador. Contemporâneos seus experimentaram este mesmo tratamento; "era comum", contou-nos sem demonstrar ressentimentos a respeito: "os clichês eram devolvidos pelas gráficas geralmente embrulhados no papel em que fora feito o desenho". Pode-se avaliar, pois, a grande perda de originais, bem como a significativa parcela daquela preciosa contribuição em periódicos que permaneceu no anonimato. Felizmente alguns nomes, tal como o de Paim, firmaram-se e criaram seu próprio estilo – Belmonte, J. Prado, Voltolino, Wash Rodrigues e Di Cavalcanti (que definiu-se pelas artes plásticas), inegavelmente enriqueceram muitas das revistas e livros lidos ou manuseados por mais de uma geração – hoje, disputadíssimas raridades bibliográficas.

Recebido em 31 de junho de 1988.

ABSTRACT

With the death of the artist and professor Antônio Paim Vieira (1895-1988) we lost a friend and a teacher. Here we pay our respects to him remembering some aspects of his work which enriched Brazilian art since the first decades of this century as well as his efforts to include and value the teaching of drawing in the schools for professional training during the twenties. Regarding his extensive career as an artist and decorator, we foreground his activity as illustrator, his versatility in artisan techniques, and his refined art in miniature painting. His cultural education along with his extraordinary sensibility led him also to produce in the art of heraldry.

Key-words: Drawing – Illustration – Graphic arts – Stylization – Allegories.

DO A. D. MCMXXI, incluindo, abaixo, a pequena conta feita com seu nome - PALM

Experimentos de arte, mas não menos valiosos, e a literatura que o artista realizou em 1933, em nenhum preço e com uma cartolina branca. Os desenhos curtos e de aspecto humorístico também, muito provavelmente, ao espírito da própria ocasião conforme se julga o tom jocoso do texto que encabeça a publicação: JAMÉOIS DA SABAIA QUE OPERTEU UNIRBDE AOCARLOS PINTO ALVES NO DIA 19 DE AOSTO DE 1933 NO PORTUGAL CLUB, PORQUE VEIO DA EUROPA COM UM MEU COMENTÁRIO sobre sua obra de arte, e depois, no seu Assin no Palm, em sua bela e bela convívios com a arte, tendo-lhe em muitas horas e expressões. Metecor do seu país de que as despretenciosas considerações, também, contudo, tiver um pouco de dadas, que se não é para a primeira vez que se pedissem sua obra nem tão pouco, embora se não fosse interesse por ela. Ao longo de muitos estudos e longas contatos com o artista, podemos constatar o descaço e pouco valorizado que desde os anos vinte, deu ao trabalho do ilustrador. Comparando-se com experimentos em este mesmo trabalho, em comum, com outros sem demonstrar ressentimentos a respeito: "os clichés com de volvidos pelas gráficas geralmente embebidos no papel em que foram feitos o desenho". Pode-se avaliar, pois, a grande perda de originais, bem como a significativa parcela das obras produzidas em periódicos que permanecem no momento. Entretanto, alguns nomes, tal como o de Palm, de maneira a serem os primeiros estilos - Beltrão, I. França, Modugno, Wally B. e J. L. Cavallari (que definiu-se pelas suas próprias palavras, inclusive, em algumas das revistas e livros de arte e ilustrações por meio de suas revistas - hoje, disputadíssimas entre as bibliotecas).

Recibido em 11 de junho de 1958

ABSTRACT

With the death of the artist and professor Antonio Palm (1892-1968) we lost a friend and a teacher. Here we pay our respects to him. A drawing and a sketch of his work which entitled himself as "The artist's life" has been published in this journal, as well as his efforts to include and retain the artistic thing of his work in the schools and professional training during the twenties. Regarding his extensive career as an artist and decorator, we focused on his activity as an illustrator, his versatility in various techniques, and his refusal to continue painting. His artistic education along with his extraordinary work, a thing he was able to produce in the art of illustration. A "love of art and nature" (Palm, 1911) and his work in various fields of art and illustration in the graphic field. Key-words: Drawing - Illustration - Graphic arts - Stipulation - Alliteration.

ACHIEVAS PARA UMA CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA, DA TÉCNICA E DA TECNOLOGIA NO BRASIL

Ruy Carneiro*

Este trabalho apresenta uma cronologia da História da Ciência e da Tecnologia no Brasil envolvendo dados desde o século XVI até 1974. Não se pretende com ele substituir a História escrita pela ordenação cronológica de fatos e dados. Mas o apoio em uma correta organização cronológica é indispensável para quem queira escrever História. Nesse sentido ele pode ser valioso para os historiadores, pesquisadores e estudantes que queiram se dedicar neste ramo pouco explorado entre nós. Basicamente, os dados foram selecionados a partir da consideração dos elementos constituintes do processo de trabalho, e saber, o trabalho em si mesmo, o objeto de trabalho e os meios de trabalho. Além disso dá-se destaque aos dados referentes às técnicas vinculadas à Arquitetura, ao Urbanismo e ao Desenho Industrial. Esse destaque não significa que se desprezaram fatos de natureza política que de alguma maneira influíram no quadro da Técnica e da Tecnologia.

1537 - Criação da Casa dos Vinte e Quatro na cidade do Porto (Corporação de ofício).

1584 - Criação da Casa dos Vinte e Quatro, em Lisboa, constituída por dois representantes de cada um dos mestres (ofícios) mais importantes, funcionando na Câmara da cidade, e cuja aprovação para "Toda coisa que se houver de ordenar por serviço do reino".

COMUNICAÇÃO

* Professor Titular do Departamento de História de Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Diretor do IIA.

COMUNICAÇÃO

ACHEGAS PARA UMA CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA, DA TÉCNICA E DA TECNOLOGIA NO BRASIL

Ruy Gama*

Este trabalho apresenta uma cronologia da História da Técnica e da Tecnologia no Brasil arrolando dados desde o século XVI até 1974. Não se pretende com ele substituir a História escrita pela ordenação cronológica de fatos e dados. Mas o apoio em uma correta organização cronológica é indispensável para quem queira escrever História. Nesse sentido ele pode ser valioso para os historiadores, pesquisadores e estudantes que queiram se deter neste ramo pouco explorado entre nós. Basicamente, os dados foram selecionados a partir da consideração dos elementos constituintes do processo de trabalho, a saber: o trabalho em si mesmo, o objeto do trabalho e os meios de trabalho. Além disso dá-se destaque aos dados referentes às técnicas vinculadas à Arquitetura, ao Urbanismo e ao Desenho Industrial. Esse destaque não significa que se desprezem fatos de natureza política que de alguma maneira influíram no quadro da Técnica e da Tecnologia.

* * *

- 1357 - Criação da Casa dos Vinte e Quatro na cidade do Porto (Corporações de ofício).
- 1384 - Criação da Casa dos Vinte e Quatro, em Lisboa, constituída por dois representantes de cada um dos mesteres (ofícios) mais importantes, funcionando na Câmara da cidade, e cuja aprovação era necessária para "Toda coisa que se houvesse de ordenar por bom regimento e serviço do mestre".

(*) Professor Titular do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Diretor do IEB.

- 1500 - Chegada dos portugueses ao Brasil.
- 1530 - Fundação de São Vicente. Teria sido a primeira cidade do Brasil.
- 1533 - Fundação do primeiro engenho de açúcar no Brasil – S. Vicente, São Paulo.
- 1535 - Fundação de Olinda (Pernambuco).
- 1539 - Reorganizada a Casa dos Vinte e Quatro; codificado pelo Licenciado Duarte Nunes de Leão o “Regimento de todos os ofícios mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa”. A codificação teria sido feita nos moldes do livro do francês Etienne Boileau, escrito entre 1260/70.
- 1543 - O donatário da Capitania de Pernambuco requereu ao Rei licença para trazer escravos da Guiné.
- 1548 - Regimento de Tomé de Souza, 1º Governador Geral da colônia, estabelecendo condições estimulantes para a instalação de engenhos de açúcar, particularmente quanto ao uso das águas.
- 1550 - Introdução da pecuária no Brasil, em São Vicente (Estado de São Paulo), provavelmente, de onde se difundiu para o sul da colônia, para a região central (Estados de Mato Grosso e Goiás) e para o Paraguai.
- 1551 - O Pe. Nóbrega registra a presença de escravos africanos em Olinda.
- 1554 - Fundação de São Paulo.
- 1555 - Em alvará de 20 de junho El Rei ordenou “que se fizessem no país navios que tiverem que se armar com o fim de guardar a costa”.
- 1557 - Tentativa de estabelecimento de uma colônia calvinista no Rio de Janeiro (França Antártica) dirigida por N. D. de Villegaignon.
- 1559 - Carta Régia autorizava o embarque de escravos do Congo para o Brasil, até o limite de cento e vinte para cada senhor de engenho.
- 1566 - Fundação do Rio de Janeiro, por Estácio de Sá.
- 1580 - Submissão de Portugal à coroa espanhola.
- 1581 - Assinalada a presença, na Mesa de Vereação da Bahia, do Mestre representante das “classes proletárias”, escolhido pelos oficiais mecânicos, para cooperar na criação dos regimentos dos ofícios, fixação dos preços, salários e qualidade dos trabalhos das diversas ocupações.

- 1587 - Início do tráfico regular de escravos africanos para o Brasil regulado por "Contratos da coroa de Portugal". José de Anchieta refere-se à existência de aproximadamente 14.000 negros escravos no Brasil, antes dessa data.
- 1600 - Estabelecido na Bahia, no governo de D. Francisco de Souza um estaleiro que teve grande importância em todo o período colonial.
- 1602/08 - Estabeleceu-se na Bahia uma armação de baleia, para pesca e extração de óleo.
- 1612 - Fundada por franceses a cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.
- C.d. Introdução do uso da moenda de cana com cilindros verticais.
- 1614 - Fundada pelos jesuítas as "Confrarias dos Ofícios Mecânicos" em Recife e na Bahia.
- 1615 - Fundada a Confraria do Rio de Janeiro, análoga às citadas.
- 1616 - Fundada a cidade de Belém, capital do Estado do Pará.
- 1624 - Incursão holandesa e desembarque na Bahia.
- 1630 - Invasão holandesa em Pernambuco.
- 1640 - Restauração da monarquia portuguesa.
- 1641 - Um assentamento da Câmara de Salvador decide pela representação dos Ofícios Mecânicos naquela casa, "como era costume nas cidades e vilas notáveis de Portugal". Esses representantes dos mestres elegiam um "Juiz do Povo" e um escrivão.
- 1643 - Lei de Confirmação, pela qual a monarquia portuguesa, restaurada em 1640, adota as Ordenações Filipinas (espanholas). Houve, com isso, um retrocesso em relação ao Regimento de Tomé de Souza no que se refere ao uso das águas.
- 1654 - Término do domínio holandês no nordeste.
- 1669 - Estabeleceu-se em Salvador (Estado da Bahia), uma escola de Artilharia e Arquitetura Militar (edificação?).
- 1695 - C.d. Descoberta de ouro na área de Ouro Preto. Inicia-se nas décadas seguintes a exploração aurífera na região com a fundação de diversas vilas e grande desenvolvimento da arquitetura, das artes em geral, dos ofícios e da técnica.
- Ocupado o principal arraial do Quilombo dos Palmares, refúgio de negros escravos fugitivos.

- 1699 - Carta régia de 15 de janeiro cria Aula de Fortificações no Rio de Janeiro.
- 1701 - Criação da paróquia de Sabará, elevada à condição de Vila em 1711 e à de cidade em 1838. É a primeira povoação da região aurífera de Minas Gerais.
- 1703 - Criação da paróquia de Serro, elevada a Vila em 1715, com o nome de Vila do Príncipe, e a cidade em 1838 (Minas Gerais).
- 1703/06 - Possível existência de uma tipografia em Recife (Pernambuco).
- 1704 - Criada a freguesia de Mariana, com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo. Vila em 1713 e cidade em 1838 (Minas Gerais).
- Arraial de São João del Rei. Vila em 1713 e cidade em 1838 (Minas Gerais).
- 1709 - Primeira experiência do Pe. Bartolomeu Lourenço de Gusmão com o "instrumento que inventou para andar pelo ar", o balão chamado Passarola.
- 1710 - Publicação do livro de João Antônio Andreoni (Antonil), *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogras e Minas*, em Lisboa.
- 1711 - Criada a Vila de Ouro Preto, com o nome de Vila Rica D'Albuquerque. Cidade em 1823 (Minas Gerais).
- 1713 - Ereção da capela de Santo Antônio (Diamantina).
Paróquia em 1819, Vila em 1819, cidade em 1838 (Minas Gerais).
- 1716 - Início de publicação do *Vocabulário Português-Latino* do Pe. Rafael Bluteau (Lisboa).
- 1718 - Fundação da Vila de São José del Rei, cidade a partir de 1860. Em 1889 passou à denominação de Tiradentes (Minas Gerais).
- 1727 - Introdução do cafeeiro no Brasil (Amazônia).
- 1738 - Fundação efetiva da Aula de Artilharia do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.
- 1744 - Publicação do livro *Exame de Bombeiros*, do Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.
- 1745 - Congonhas do Campo. Freguesia em 1745, cidade e município em 1938. Denominada Congonhas a partir de 1948 (Minas Gerais).
- 1747 - Existência de uma impressora no Rio de Janeiro, de propriedade de Antônio Isidoro da Fonseca, que editou vários livros.

- 1748 - Publicação do livro *Exame de Artilheiros*, do Brigadeiro Alpoim.
- 1751 - João Gomes Batista, abridor de cunhos, já dava aulas de desenho no Rio de Janeiro.
- 1759 - Expulsão dos jesuítas do império português.
- Criação em Lisboa da *Aula de Commercio*, que introduziu em Portugal a Contabilidade Italiana.
- 1760 - C.d. Início da cultura do cafeeiro no Vale do Paraíba no Estado do Rio de Janeiro.
- 1761 - Fundação do Arsenal de Marinha do Pará.
- 1763 - Fundação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.
- Transferência da capital da colônia, de Salvador (Bahia), para o Rio de Janeiro.
- 1770 - C.d. Cultura do cafeeiro no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo.
- 1771 - O Capitão General D. Luiz Antônio de Souza instala uma Aula de Geometria e Desenho Técnico, com "alunos recrutados à força".
- Reforma do ensino (Universidade de Coimbra).
- Fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro.
- 1780 - Fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa.
- 1781 - Aula de Desenho de Diogo Inácio Pina Manique (extinta em 1807) em Minas Gerais, onde Antonio Teixeira dos Prazeres dava lições de Arquitetura e Desenho.
- 1783 - Primeiras notícias da produção de café em outras regiões do Estado de São Paulo.
- 1785 - Alvará Real proíbe manufaturas e alguns ofícios no Brasil.
- 1792 - A Real Academia de Artilharia do Rio de Janeiro passa a lecionar Arquitetura Civil, o que, conforme Paulo Pardal, teria sido o início dos cursos de Engenharia Civil no Brasil.
- 1808 - Vinda da família real portuguesa para o Brasil, que abandonou Portugal em face da invasão napoleônica.
- Abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional.
- Primeira fábrica de papel no Brasil instalada por dois comerciantes portugueses no Andaraí Pequeno (hoje bairro do Rio de Janeiro), estimulados por Frei Mariano da Conceição Veloso. Não teve longa duração. Houve outras iniciativas em 1820, 1837 e 1841 (Zeferino Ferrez) no Rio de Janeiro. Em 1843 havia uma fábrica em Salvador.
- Transferência, de Lisboa para o Rio, da Real Academia dos Guardas-Marinha.

- Abertura da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia.
 - Inauguração da Imprensa Régia no Rio de Janeiro.
 - Lançado em Londres o jornal *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, que circulou até 1823.
 - Abertura da Real Biblioteca Pública, no Rio de Janeiro.
 - Fundação do Banco do Brasil.
- 1809 - Alvará do Príncipe Regente, datado de 28 de abril, constitui marco inicial do reconhecimento e proteção da propriedade intelectual.
- 1810 - Criação formal, por Carta Régia, da Fábrica de Ferro de Ipanema (Estado de São Paulo).
- Criação da Companhia de Artífices do Arsenal do Exército, no Rio de Janeiro.
 - Tratado entre Portugal e Inglaterra, com efeitos prejudiciais ao desenvolvimento manufatureiro no Império Português.
 - Fundação da Academia de Artilharia e Fortificações no Rio de Janeiro.
 - Francisco Inácio Sequeira Nobre, com operários ingleses, instala a primeira fábrica de vidros no Brasil (Salvador - BA).
- 1811 - Fundação da Real Academia Militar.
- 1812 - Criado curso de Agricultura na Bahia. Criação de um laboratório químico no Rio de Janeiro.
- Primeira corrida de ferro no Brasil, na Fábrica Patriótica, de Congonhas do Campo, Minas Gerais, sob a direção do Barão de Eschewegge.
- 1814 - Havia nesse ano uma fábrica de tecidos funcionando em Ouro Preto (Minas Gerais).
- 1815 - Engenho de açúcar acionado por motor a vapor, na ilha de Itaparica, na Bahia. Foi o primeiro do Brasil.
- 1816 - Publicação do livro de Manuel Jacinto de Sampaio e Mello, intitulado *Novo methodo de fazer o açúcar*.
- Chegada da Missão Francesa, composta de pintores, escultores, artífices e do arquiteto Grandjean de Montigny.
- 1817 - Aula de Desenho e História, em Vila Rica, sob a direção de Jerônimo de Souza Queirós.
- C.d. Início da navegação a vapor no Brasil, no Recôncavo baiano, por Felisberto Caldeira Brant Pontes.
- 1818 - O pintor Manoel da Costa Ataíde foi designado professor da Aula de Desenho, Arquitetura Civil, Militar e Pintura de Mariana. Aula de Desenho, para leigos, no convento de São Francisco na Bahia.
- D. João VI contrata com Sebastião Gachet a primeira vinda organi-

zada de imigrantes. Foram 100 famílias suíças que se reuniram numa colônia no Estado do Rio de Janeiro, dando origem à cidade de Nova Friburgo.

- 1820 - Pedro Calmon cita um "Livro de Matrículas dos Discípulos da Real Aula de Desenho Civil da Cidade da Bahia", aberto em 20 de maio de 1820, onde lecionou Francisco Velasco.
- Aula de Desenho Técnico para os aprendizes no Arsenal da Corte.
- 1822 - A 07 de setembro, proclamação da Independência, investindo-se D. Pedro, Príncipe herdeiro de Portugal, como Imperador do Brasil (D. Pedro I).
- 1824 - Extinção das corporações de ofício no Brasil pela 1ª Constituição do Império.
- A mesma Constituição assegura aos inventores direitos sobre suas invenções.
 - Criação pelo Conde Lage, na Lagoa Rodrigo de Freitas, de uma escola profissional.
 - A Constituição de 1824, em seu artigo 179, previa o Ensino das Artes e criação de uma escola: "Colégio de Misericórdia Pública".
- 1825 - Primeiro Navio de Guerra da Marinha Brasileira.
- 1826 - Apresentados à Câmara dos Deputados os primeiros projetos visando o ensino das Artes e Ofícios.
- Inaugurada a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde se instala o primeiro curso de Arquitetura do País.
- 1827 - Fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, com características de Sociedade Patriótica, reunindo personalidades da Sociedade Civil (proprietários rurais, industriais e outros).
- 1828 - Instalação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.
- 1833 - Início da publicação da Revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, pela sociedade acima citada, que foi editada até 1892. Livro de M. Calmon du Pin e Almeida intitulado *Ensaio sobre o Fabrico do as-sucar*.
- Hercules Florence descobre um meio de fixar imagens e luz solar sobre papel sensibilizado com nitrato de prata, processo a que deu nome de "poligrafia".
- 1834 - Conversão do Seminário de São Joaquim (Rio de Janeiro) em escola de Artes e Ofícios, com oficinas de ourivesaria e relojoaria. Pouco tempo depois a escola mudou de caráter transformando-se no Colégio D. Pedro II.
- 1835 - Fundada em São Paulo uma Escola de Engenharia, com nome de Gabinete Topográfico. Foi fechada em 1838.

- Irrompe, na Bahia, um dos maiores levantes de escravos – a Revolta dos Malés.
- 1836 - Início da imigração alemã – Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- 1838 - Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – Rio de Janeiro.
- 1839 - Reforma da Academia Real Militar, transformando-a em Escola Militar.
 - Ampliação das oficinas do Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro, por determinação do Conde Lage, para instrução de órfãos.
- 1840 - C.d. Fundadas as duas primeiras grandes empresas têxteis do Brasil: a Santo Aleixo, no Rio de Janeiro, e a Todos os Santos, na Bahia, que foi o primeiro centro da indústria têxtil no Brasil.
 - Fundação da Casa de Educandos Artífices em Belém do Pará.
 - Lei de 28 de agosto concede privilégios “ao que descobrir ou inventar uma indústria útil”.
- 1842 - A Escola Militar instala curso de Engenharia Civil.
- 1844 - A lei Alves Branco estabelece critérios protecionistas para a indústria nacional, através de tarifas de importação.
- 1845 - A Escola Militar desdobra-se em Escola Central (Engenharia) e Escola Militar propriamente dita.
- 1847 - A Câmara Municipal de São Paulo assina contrato com Afonso Milliet para instalar 160 lâmpões de “gás hidrogênio líquido”.
- 1850 - Supressão do tráfico de escravos da África para o Brasil.
 - C.d. O café assume a posição de principal produto da Província de São Paulo.
 - Na década seguinte a cultura do cafeeiro penetra na região do atual Estado do Paraná.
 - Lei de Terras – dificultava o acesso dos trabalhadores agrícolas à propriedade da terra, por ocupação e posse.
- 1851 - Instalada a fábrica de papel Urianda, nos arredores de Petrópolis, pelo Barão de Capanema. Foi a mais importante do século XIX e funcionou até 1861.
- 1852 - Inaugurada no Rio de Janeiro a primeira linha telegráfica do Brasil.
- 1854 - Fundação da primeira estrada de ferro do Brasil, num trecho inicial de 14,5 quilômetros. Rio de Janeiro.
 - Na mesma cidade inaugura-se a iluminação pública a gás, feita pela “Companhia de Iluminação a Gás” do então Barão de Mauá, Irineu Evangelista de Souza.

- 1856 - Primeira fixação de imigrantes europeus promovida pelo Senador Vergueiro, no interior do Estado de São Paulo.
- Criado o Liceu de Artes e Ofícios na cidade de Campos (Estado do Rio de Janeiro) por iniciativa do arquiteto Francisco Joaquim Bithencourt da Silva.
- 1857 - Instalação do Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro.
- A partir desse ano se inicia a introdução de aparelhos modernos, evaporadores abertos a vapor, estufas de secar açúcar e motores a vapor nos engenhos de Pernambuco e de outros Estados.
 - Iniciada a implantação do sistema de esgotos urbanos, através de tubulação, no Rio de Janeiro, pela "City Improvements".
- 1858 - Criação do Curso de Engenharia Civil da Escola Central. Rio de Janeiro.
- 1860 - Fundada a Escola de Maquinistas do Arsenal da Marinha. Rio de Janeiro.
- 1861 - Iluminação pública, a gás, no Rio, pela empresa "Rio de Janeiro Gás Co."
- Criação da Caixa Econômica do Rio de Janeiro.
 - Inauguração da estrada de rodagem Petrópolis-Juiz de Fora.
 - Realizada no Rio de Janeiro a Exposição Nacional mostrando produtos naturais e industriais, entre eles vários produtos da indústria metalúrgica: motores a vapor para barcos e engenhos, moendas e uma "máquina taquigráfica": a máquina de escrever inventada pelo padre Francisco João de Azevedo.
- 1862 - Pela lei nº 1.157 de 26 de junho o Brasil adota o sistema métrico decimal.
- 1865/70 - Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai.
- 1867 - Participação na Exposição Universal de Paris.
- 1868 - Construída uma locomotiva no Arsenal de Cerrito, durante a Guerra do Paraguai. Foi a primeira locomotiva construída por brasileiros.
- Inauguração da ferrovia São Paulo-Santos (São Paulo Railway), por onde se escoou o café exportado da Província.
 - Experiência de Frei Germano D'Annency, lente de matemática no Colégio Episcopal de São Paulo, iluminando eletricamente a fachada do edifício da Cadeia.
- 1869 - Início das atividades da fábrica de tecidos São Luiz em Itu, Estado de São Paulo, acionada por motor a vapor.
- 1870 - Assinalada a existência, a partir desse ano, de Ligas e Uniões Operárias.

- Na década que se inicia nesse ano há um incremento sensível no emprego de máquinas para o beneficiamento do café. As máquinas americanas Lidgerwood e as secadeiras mecânicas nacionais de Silva Teles & Taunay e as de Conrado, apesar de acarretarem maior investimento, valorizavam o produto, favoreciam o aumento da extensão das plantações e o maior distanciamento destas dos portos de embarque.
 - Trajano Augusto de Carvalho, carpinteiro naval e depois 1º Construtor do Arsenal de Marinha de Pernambuco, patenteia em Londres a "carena Trajano", nova concepção e desenho de cascos com melhor desempenho técnico.
 - Término da guerra contra o Paraguai.
- 1871 - Criação de uma escola elementar noturna para adultos denominada "Escola Industrial", no Rio de Janeiro.
- 1871/75 - Expansão e urbanização de São Paulo, no governo de João Theodoro Xavier.
- 1872 - Fundado o Liceu de Artes e Ofícios de Salvador, com aulas iniciadas no ano seguinte.
- Inaugurada a iluminação a gás, no centro da cidade, pela "The São Paulo Gas Company Limited".
- 1873 - Fundada em São Paulo a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, origem do Liceu de Artes e Ofícios.
- Exposição Nacional – Rio de Janeiro.
 - Participação na Exposição Universal de Viena.
- 1874 - A Escola Central do Rio de Janeiro transforma-se em Escola Politécnica.
- Assinalada a existência de um Instituto Comercial (ensino) no Rio de Janeiro.
- 1875 - Conclusão das obras do Mercado São José, em Recife (Pernambuco), o mais antigo dos "mercados de ferro" ainda existente, e, provavelmente o pioneiro. O edifício foi totalmente importado da França.
- Apesar do uso do ferro em estruturas, pontes ferroviárias e em navios, o exemplo acima citado é notável por se tratar de um edifício. Na quase totalidade dos casos as estruturas eram totalmente importadas e executadas segundo projetos também elaborados nos países de origem (Inglaterra, França e Bélgica).
 - Promulgada a lei de 06 de novembro com o objetivo de estabelecer garantias para o estabelecimento de Engenhos Centrais açucareiros.
 - Exposição Nacional – Rio de Janeiro.
- 1876 - Fundação da Escola de Minas de Ouro Preto (Minas Gerais).
- O Decreto Imperial nº 6.277, de agosto, cria comissão para elaborar um Vocabulário Técnico de Engenharia, talvez a primeira tentativa

- de Normalização Técnica no país. Dela participaram os engenheiros Rebouças, Francisco Pereira Passos e o arquiteto e escultor Joaquim Bethencourt da Silva, um dos fundadores do L.A.O. do Rio de Janeiro.
- Participação na Exposição do Centenário da Independência dos Estados Unidos, em Filadélfia.
- 1877 - Inaugurado em Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, o primeiro engenho central de açúcar do Brasil – Engenho Quissamã.
- 1878 - Reorganização dos Arsenais de Guerra.
- Supressão das oficinas dos arsenais de Marinha e paralisação da aprendizagem de ofícios.
 - Primeira experiência com telefone no Rio de Janeiro. No ano seguinte, ainda no Rio, foi dada concessão a uma empresa particular para exploração dos serviços.
 - Realizado em Recife Congresso Agrícola, promovido pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura, no qual foram aprovadas, ao lado de propostas de caráter econômico e financeiro, outras referentes à implantação da instrução prática e superior e sanções ao “hábito da vagabundagem”.
- 1879 - Primeiro emprego de eletricidade para iluminação, em caráter permanente, na estação Central da E. F. D. Pedro II – Rio de Janeiro –, com a instalação de 6 lâmpadas de arco voltáico do tipo inventado pelo engenheiro russo Pavel N. Iablochcov.
- O Governo decreta a criação de escolas para “instrução técnica” e ensino de artes e ofícios.
- 1880 - Criação do Liceu de Artes e Ofícios do Recife.
- C.d. Início da imigração italiana.
- 1881 - Fundada no Rio de Janeiro a Associação Industrial.
- 1882 - Crise de superprodução do café. A produção brasileira representava 53,5% da produção mundial.
- Inauguração da escola-oficina da Quinta da Boa Vista – Rio de Janeiro.
 - Participação em Exposição em Buenos Aires.
- 1883 - Inaugurado sistema de esgotos sanitários na cidade de São Paulo.
- Primeira usina hidrelétrica do Brasil, em Diamantina, Estado de Minas Gerais, com linha de transmissão de 2 km.
 - Início das atividades do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.
 - Inauguração, na cidade de Campos (Rio de Janeiro) do primeiro serviço público de luz e força no Brasil.
- 1884 - Criação do Liceu de Artes e Ofícios de Maceió.
- Inauguração da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (Estado do Paraná), considerada como uma das mais ousadas obras da engenharia

- ferroviária. A ela se ligam os nomes dos engenheiros Antônio Rebouças, João Teixeira Soares e outros, alguns deles estrangeiros.
- Construídos os primeiros barcos de ferro e aço no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro. Mas, nos estaleiros da Ponta da Areia e nos da Casa Maylor já haviam sido feitos diversos navios de ferro.
 - Participação de Exposição em São Petersburgo.
 - Entra em funcionamento usina termoelétrica em Rio Claro, no Estado de São Paulo, antecessora da usina de Corumbataí.
- 1885 - Criação, pelos salesianos, do Liceu de Artes e Ofícios Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo.
- Inauguração da escola-oficina na Fazenda Santa Cruz – Rio de Janeiro.
 - Participação em Exposição sobre Higiene e Educação em Londres.
- 1886 - Criação do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (Minas Gerais).
- Criação da Comissão Geográfica e Geológica (São Paulo).
 - Fundação do Estaleiro Caneco, no Rio de Janeiro, empresa privada ainda existente.
 - Exposição Nacional no Rio de Janeiro.
- 1887 - Criação do Instituto Agrônomo de Campinas (São Paulo).
- No Rio de Janeiro, fundação do Clube de Engenharia, órgão de representação de engenheiros.
 - Participação na Exposição Internacional dos Caminhos de Ferro - Paris.
- 1888 - Libertação dos escravos.
- 1889 - A 15 de novembro, proclamação da República.
- Exposição Nacional – Rio de Janeiro
 - Participação na Exposição de Paris.
- 1890 - Fundação do Lloyd Brasileiro, companhia brasileira de navegação, com poderes para reunir todas as outras empresas de transporte marítimo. No ano seguinte, a primeira constituição republicana estabelece, no seu artigo 13, § único: “a navegação de cabotagem será feita por navios nacionais”.
- 1892 - Fundação do primeiro Partido Socialista Brasileiro.
- Início da tração elétrica em veículos urbanos (bondes) no Rio de Janeiro.
 - O Padre Roberto Landel de Moura, em Mogi das Cruzes (Estado de São Paulo), transmite a voz humana através do espaço, sem condutores elétricos.
- 1894 - Criação da Comissão Construtora da Nova Capital, dirigida pelo engenheiro Aarão Leal C. Reis para projetar e implantar Belo Horizonte, nova capital do Estado de Minas Gerais. Inaugurada em 1897.

- Fundação da Escola Politécnica de São Paulo, onde se ministrava uma cadeira denominada *Tecnologia das Profissões Elementares*.
- 1895 - Fundada a primeira grande Cerâmica, em São Paulo, pelos quatro irmãos Sacoman, oriundos de Marselha, sob a razão social Estabelecimentos Sacoman Frères. Deu início à fabricação das telhas francesas.
- A vidraria Santa Marina inicia em São Paulo a produção de vidros para frascos em geral. A fabricação de vidros planos só foi iniciada várias décadas depois.
- 1896 - Criada a Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo, que iniciou os estudos para o saneamento da cidade de Santos, com projetos e execução posterior a cargo do engenheiro Saturnino de Brito. Dos trabalhos da citada comissão resultaram, no início do século, serviços de esgoto instalados em nove cidades, seis com obras em andamento e oito com projetos aprovados. Nasce assim a Engenharia Sanitária no Brasil e o urbanismo sanitário a ela associado.
- Criação do curso de engenharia do Mackenzie College em São Paulo.
- 1897 - Primeira tentativa de fabricação de cimento no Brasil, pelo empresário Antonio Proost Rodovalho, no Estado de São Paulo.
- Houve anteriormente uma tentativa no Estado da Paraíba, mas a fábrica funcionou apenas alguns meses.
- 1898 - Alberto Santos Dumont conquista, em Paris, o prêmio Deutsch de la Meurthe por ter feito percurso de 11 quilômetros com balão dirigível de sua invenção.
- 1899 - Criação do Instituto Butantã – centro de ofidiologia e produção de antídotos.
- Criação do Gabinete de Resistência dos Materiais da Escola Politécnica de São Paulo.
- 1900 - C.d. O Instituto Borges de Medeiros (agricultura e veterinária), Instituto Montauri (eletricidade e mecânica) e o Instituto de Química Industrial formam a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul.
- 1901 - Criação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Piracicaba – Estado de São Paulo).
- 1902 - Fundação da Escola de Comércio Álvares Penteado em São Paulo e da Academia de Comércio (Cândido Mendes de Almeida) no Rio de Janeiro.
- Lei Inácio Tosta de regulamentação dos Sindicatos.
- 1903 - Primeiro Congresso Operário no Brasil (Rio de Janeiro).

- 1904 - C.d. Primeira utilização do “cimento armado” no Brasil (Rio de Janeiro).
 - Participação na Exposição de Saint Louis – Estados Unidos.
- 1905 - Instalação das primeiras lâmpadas elétricas (de arco voltáico) em São Paulo, na Rua Barão de Itapetininga.
- 1906 - Santos Dumont voa, em Paris, com o pequeno avião 14-bis de sua invenção e construção.
 - Lei de 29 de dezembro autoriza a criação de Escolas de Aprendizes Artífices.
- 1907 - C.d. Primeiro edifício com estrutura de concreto armado em São Paulo, projeto do arquiteto italiano Francisco Notalberto.
 - Foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, transformado depois em Departamento Nacional de Produção Mineral (D.N.P.M.), de onde saiu a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, que deu origem ao Instituto Nacional de Tecnologia.
 - O engenheiro Saturnino de Brito elabora uma “Caderneta de Instruções e Especificações para Construção de Esgotos”, talvez a primeira norma técnica brasileira.
 - Legislação regulamentando os sindicatos de trabalhadores para estudo, defesa e desenvolvimento profissional.
 - Participação em Exposição em Saint Louis – Estados Unidos.
- 1908 - Início da imigração japonesa.
 - Fundada a Faculdade de Filosofia de São Bento, no Ginásio dos Beneditinos de São Paulo.
 - Fundação do Centro Socialista Paulistano, dirigido pelo professor italiano Antonio Piccarolo.
 - Exposição Nacional – Rio de Janeiro.
- 1909 - Decreto nº 7.566 do presidente Nilo Peçanha, de 23 de setembro, criando 19 escolas profissionais, uma em cada Estado do País.
 - Decreto 7.649 de 11 de novembro cria cursos noturnos e Decreto de 23 de novembro regulamenta o ensino técnico.
- 1910 - Fundação da Cerâmica Vila Prudente, na cidade de São Paulo, por iniciativa dos arquitetos Ramos de Azevedo e Ricardo Severo.
 - Em Osasco, Estado de São Paulo, Dimitri Sensaud Lavaud, espanhol de nascimento, voou em um pequeno avião de sua concepção e totalmente fabricado em São Paulo. O inventor era de família proprietária da Cerâmica Francesa, de Osasco, antecessora da Hervy.
 - Participação na Exposição de Bruxelas, Bélgica.
- 1911 - Ponte de concreto armado em Amparo, Estado de São Paulo.
 - O governo do Estado de São Paulo cria três escolas profissionais masculinas, em Amparo, Jacareí e na Capital, e uma escola feminina na Capital.

- Criação da Escola Profissional Souza Aguiar, no Rio de Janeiro.
 - Participação na Exposição de Turim, Itália.
- 1912 - Fundação da Cerâmica São Caetano, na cidade homônima (Estado de São Paulo), por iniciativa de Roberto C. Simonsen.
- Fundação da Universidade em Curitiba, que teve pouca duração.
 - Fundada a Associação Brasileira de Educação.
- 1913 - J. d'Alvear projetou e construiu no Rio de Janeiro um avião monoplane de asa baixa com o qual voou e ao qual deu o nome de Alvear.
- 1914 - Foi fundada em Recife (Pernambuco) uma Federação Regional do Trabalho.
- 1914/18 - Primeira Grande Guerra.
- 1916 - Fundação da Academia Brasileira de Ciências (Rio de Janeiro).
- 1917 - Fundação do Instituto de Engenharia de São Paulo, associação profissional de representação em âmbito estadual.
- 1918 - Construído nas oficinas dos Afonsos, no Rio de Janeiro, um avião biplano pelo oficial Marcos Evangelista Villela que lhe deu o nome de Alagoas.
- Fundado o Departamento Nacional do Trabalho – órgão governamental.
- 1919 - Fundação da Rádio Clube de Pernambuco, a primeira emissora de rádio do País.
- 1920 - Decreto criando a primeira Universidade brasileira, no Rio de Janeiro, que não foi cumprido.
- 1921 - Fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).
- 1922 - Fundação do Partido Comunista do Brasil.
- Revolta Militar no Rio de Janeiro (Forte de Copacabana).
 - Exposição do Centenário da Independência – Rio de Janeiro.
- 1923 - O engenheiro suíço Robert Mange cria curso de técnicos mecânicos no Liceu de Artes e Ofícios (São Paulo).
- Criado o Instituto Borges em Sorocaba (Estado de São Paulo) com cursos técnicos mecânicos.
- 1924 - Revolta Militar em São Paulo.
- 1926 - Inauguração da Usina de Cubatão (hoje Henry Borden), a primeira grande hidrelétrica do Brasil, propriedade da São Paulo Tramway,

- Light and Power Company.
- Fundação do Laboratório de Ensaios de Materiais da Escola Politécnica de São Paulo, que deu origem ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (I.P.T.).
 - Início das atividades da fábrica de cimento Portland Perus (Estado de São Paulo), empresa formada com capitais ingleses.
- 1927 - Pesquisas de tecnologia agrônômica no Instituto Agrônômico de Campinas (Estado de São Paulo).
- Fundada em Pernambuco a Cooperativa do Alcool Motor, que iniciou pesquisas para produção de combustível que substituísse a gasolina. Daí resultou mistura de álcoois denominada Azulina, cujo consumo, em 1929, chegou a 450.000 litros mensais. Foi também produzida na mesma época a mistura chamada Usga.
 - Fundação da Viação Aérea Riograndense (VARIG), primeira empresa privada de aviação comercial do País.
- 1928 - Fundada em São Paulo, por José Haydú, a Primeira Escola de Teclagem de São Paulo, entidade particular ainda existente.
- 1930 - Revolução Armada da Aliança Liberal.
- Fundação do Instituto Profissional Masculino (São Paulo).
 - C.d. A Companhia Cerâmica Industrial de Osasco (Estado de São Paulo), sucessora da Cerâmica e Olaria Francesa de Sensaud Lavaud, inicia a fabricação de louça sanitária (lavatórios, bidês e bacias). É a primeira fábrica desses produtos no Brasil, cujo nome comercial é Hervy.
 - O engenheiro Mange cria curso de mecânicos na Estrada de Ferro Sorocabana (Estado de São Paulo). Serviço de ensino e seleção profissional.
- 1931 - Criado o Correio Aéreo Militar.
- Fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), São Paulo.
 - Reorganização dos serviços federais de estatística com a criação do Departamento Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 1932 - Revolução Militar em São Paulo.
- Criação de cursos técnicos de química e eletrotécnica no Mackenzie College, em São Paulo.
- 1933 - Legislação Federal regulamenta o exercício das profissões de engenheiros e arquitetos, criando o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA) e os Conselhos Regionais (CREAS).
- Criado o Instituto do Açúcar e do Alcool.
 - Criado o Departamento Nacional do Café, transformado depois em Instituto Brasileiro do Café (IBC).
- 1934 - Fundação da Viação Aérea São Paulo (VASP), empresa de aviação

- comercial do governo do Estado de São Paulo.
- Fundação da Universidade de São Paulo.
 - Cria-se o Centro Ferroviário de Formação e Seleção Profissional do Estado de São Paulo, com escolas em todas as ferrovias.
- 1935 - Construídos, sob licença, 50 aviões Fock-Wulf para instrução e reconhecimento aéreo e 44 aviões Stiglitz para instrução e acrobacia. Até 1938 foram construídos no Galeão mais 65 aviões Fock-Wulf.
- Levante Militar da Aliança Nacional Libertadora em Recife, Natal e no Rio de Janeiro.
 - Promulgado o Código das Águas, que estabelece o domínio público sobre os recursos hídricos.
- 1936 - Foram construídos 50 aviões tipo Muniz (M-7, M-8 e M-11) com projeto do oficial Guedes Muniz.
- Fundada a Associação Brasileira de Cimento Portland por engenheiros e industriais interessados na difusão do uso do cimento.
 - Fundado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão destinado ao registro, preservação e restauração de bens móveis e imóveis de interesse histórico.
- 1937 - Implantação do Estado Novo, de inspiração fascista.
- Reorganização do ensino técnico através dos Liceus Industriais implantados em vários Estados a partir de 1939.
- 1938 - Fundada a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, entidade de representação empresarial.
- Criado o Conselho Nacional do Petróleo.
 - Alterada a lei de minas, nacionalizando o subsolo.
- 1939/45 - Segunda Grande Guerra.
- 1939 - Concluída a Escola Superior Industrial de Manaus (Amazonas), à qual se seguiram as de Pelotas (Rio Grande do Sul), Goiânia (Goiás), Vitória (Espírito Santo) e São Luiz (Maranhão).
- Anunciada oficialmente a existência de petróleo na Bahia.
- 1940 - Criação da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- Até 1946 foram construídos 78 aviões no Rio de Janeiro, para uso militar.
 - No mesmo período, a Companhia Nacional de Navegação Aérea construiu 180 aviões, sendo um deles trimotor.
- 1941 - Desse ano até 1948 a Companhia Aeronáutica Paulista (São Paulo), empresa privada, fabricou 840 aviões tipo CAP-4 (Paulistinha). Depois dessa última data até 1957 foram fabricados centenas de aviões.
- 1942 - Inaugurada a cidade de Goiânia, nova capital do Estado de Goiás.
- Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

- Fundação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entidade que reúne empresários do setor.
- 1943 - Fundado o Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil.
- 1945 - Criação do Curso da Faculdade Nacional de Arquitetura (Rio de Janeiro) separado da Escola de Belas Artes.
 - Decreto criando a Cia. Hidrelétrica do S. Francisco, estatal que construiu a Usina de Paulo Afonso (Estado de Alagoas).
- 1946 - Entra em funcionamento a Usina Siderúrgica de Volta Redonda da CSN (estatal).
 - Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
- 1947 - Estabelecida na Constituição do Estado de São Paulo a criação da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
 - Fundação da Faculdade de Arquitetura Mackenzie (São Paulo).
- 1948 - Fundação da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
 - Fundação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- 1949 - Fundação da Fábrica Nacional de Motores, empresa estatal que iniciou a fabricação de caminhões no País.
 - Fundada a Sociedade Aeronáutica Neiva Ltda. (empresa privada), que fabricou centenas de aviões e planadores.
- 1950 - Nessa década foi dado início ao aproveitamento energético da bacia do rio Paraná, no Estado de São Paulo, que já conta hoje com mais de uma dezena de usinas em funcionamento.
 - Em setembro, foi inaugurada a primeira emissora brasileira de televisão (TV Tupi), em São Paulo.
 - Entra em funcionamento o ITA, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com cursos de engenharia e pesquisas tecnológicas (São José dos Campos, Estado de São Paulo).
 - Criado o GEIA, Grupo Executivo da Indústria Automobilística.
- 1951 - Início da produção de receptores de televisão no Brasil (Indústria Invictus – São Paulo).
 - Fundação do CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas, hoje denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- 1954 - Criação da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS (monopólio estatal do petróleo).
- 1956 - Instalação da Indústria Automobilística, com empresas estrangeiras,

- estimuladas pelo GEIA.
- Criada a CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear.
- 1958 - Iniciada a construção do estaleiro da empresa japonesa Ishikawajima, no Rio de Janeiro.
- Inaugurada em Recife a Fosforita, indústria privada, produtora de fertilizantes agrícolas.
- 1959 - Início da construção dos estaleiros da empresa holandesa Verolme em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.
- 1960 - Início da construção da usina de beneficiamento de urânio, a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear, em Poços de Caldas (Estado de Minas Gerais).
- Inauguração da cidade de Brasília, nova capital do País.
 - Criado o Ministério da Indústria e Comércio e das Minas e Energia.
 - Início da construção da Refinaria de Petróleo Duque de Caxias no Rio de Janeiro.
- 1964 - Golpe Militar depõe o presidente eleito e instaura regime militar que persiste até 1985.
- 1969 - Criada pelo Governo Federal a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER), que produz aviões de uso civil e alguns modelos militares, iniciando a exportação de aviões produzidos no País.
- 1974 - Fundação do CTA – Centro Técnico de Aeronáutica, hoje denominado Centro Técnico Aeroespacial.

Estes são alguns dos dados que considero importantes para uma cronologia da História da Técnica e da Tecnologia no Brasil. Depois de 1974 vários acontecimentos marcaram o cenário que começamos a delinear: o incremento das pesquisas e da produção de petróleo no País, particularmente na plataforma oceânica, a produção de álcool combustível, a construção de uma usina nuclear, a fabricação de aparelhos e equipamentos utilizados na informática e a legislação a ela referente etc. Mas decidi trazer até 1974 o levantamento cronológico porque me parece que depois desse ano há mudanças consideráveis no campo da nossa pesquisa, o que pode ser favorável a um corte cronológico.

Indicações bibliográficas

Além das obras já citadas no corpo do texto, chamo a atenção dos leitores para as seguintes:

O AUXILIADOR da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. (Revista publicada de 1833 a 1860).

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1971.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *O Brasil de D. João VI*. Lisboa, Ed. do Autor, 1986.
- . *D. João VI e a siderurgia no Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.
- BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil*. São Paulo, Cultrix, 1967.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- CÂMARA, Antonio Alves. *A construção naval no Brasil e seus progressos*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907.
- COSTA, Lúcio. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre, Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.
- DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro - 1930-1983*. Rio de Janeiro, Forense Universitária/FGV/Finep, 1984. 4 v.
- DOCUMENTOS para a história do açúcar. Rio de Janeiro, IAA, 1954.
- GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo, Duas Cidades, 1983.
- . *História da técnica e da tecnologia*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1985.
- . *A tecnologia e o trabalho na história*. São Paulo, Edusp/Nobel, 1987.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil, sua história*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1985.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1969.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *A Escola Politécnica*. São Paulo, Epusp, 1986.
- SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura: Barra do Piraf*. Rio de Janeiro, Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.
- SCHLESINGER, Hugo. *Enciclopédia da indústria brasileira*. São Paulo, Instituto de Pesquisa e Estatística, s. d.
- TELES, Pedro C. A pré-história da fabricação de equipamentos no Brasil. *Engenharia* (Rev. do Instituto de Engenharia de São Paulo), n. 456, 1986.

VARGAS, Milton. *Metodologia da pesquisa tecnológica*. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1985.

WITTER, José Sebastião & PESSOTTI, Isaias. O ensino industrial no Brasil até 1942. *Didática*, Marília (SP), n. 2, 1965.

Recebido em 10 de maio de 1988.

- VARGAS, Milton. *Microbiologia da produção tecnológica do açúcar*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1982.
- WITTER, José Sebastião de PESSOTI, Jaime. O exame industrial no Brasil em 1942. *Dados*, Marília (SP), n. 5, 1962.
- . *De João VI a D. Pedro II: a história da indústria e do comércio no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1958.
- . Recebido em 10 de maio de 1987.
- BRUNO, Carlos. *Indústria e comércio no Brasil*. São Paulo: Cultura, 1967.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- CÂMARA, Antônio Alves. *A contribuição naval no Brasil e sua progressão*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1977.
- COSTA, Eúcio. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.
- DICIONÁRIO Histórico e biográfico brasileiro - 1910-1981*. Rio de Janeiro: Fundação Universitária/FGV/Fleusp, 1984. 4 v.
- DOCUMENTOS para a história do açúcar. Rio de Janeiro: IAA, 1954.
- GARCIA, Ray. *Engenharia e tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- . *História do açúcar e do comércio*. São Paulo: T. A. Guanabara, 1977.
- . *A tecnologia e a indústria no Brasil*. São Paulo: Edusp/Jobel, 1987.
- HALLWHER, Laurence. *Os Deuses do Açúcar no Brasil*. São Paulo: T. A. Guanabara/Edusp, 1983.
- MORAES, Roberto. *Dois séculos de história brasileira de produção colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 1969.
- SANTOS, Maria Cecília Lovelace. *A Escola Politécnica*. São Paulo: Epusp, 1986.
- SANTOS, Paulo P. *Quatro séculos de arquitetura*. Barão de Piraí: Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosângela Fumagalli, 1977.
- SCHLESINGER, Hugo. *Enciclopédia de indústria brasileira*. São Paulo: Instituto de Pesquisa e Estatística, s. d.
- TELES, Pedro C. A pré-história da fabricação de equipamentos no Brasil. *Engenharia* (Rev. do Instituto de Engenharia de São Paulo), n. 456, 1986.

OS NÚMEROS DA ELETEN TRADE

José Eduardo Marques Júnior

A propósito da recente publicação dos documentos e entrevistas colhidas junto aos antigos funcionários e dirigentes da Central Elétrica Pôr Celso, um dos volumes do volume *Os pioneiros da eletricidade em São Paulo e Mato Grosso do Sul* (coordenação geral de José Eduardo Marques Júnior e Ana L. A. Pinheiro - São Paulo, CEESP/IBR, 1987), convém lembrar que esse trabalho faz parte do Programa de Estado, Conservação e Preservação do Patrimônio Documental e Histórico da Companhia Energética de São Paulo (CEESP), elaborado pelo Prof. dr. José Eduardo Marques Júnior. O Programa foi idealizado nos dias de 1982 e oficialmente lançado em setembro de 1983, quando se encetava à frente dos destinos da Companhia o Prof. Dr. José Goldschlag.

No final do ano de 1983 foi formado um Conselho de Administração com o CEESP e a Universidade de São Paulo, cabendo ao Conselho de Estudos das Atividades e Responsabilidades por conservação científica do Programa. Desde a constituição do Conselho, o Prof. José Eduardo foi nomeado como o responsável por Técnico, tendo apresentado à Diretoria do CEESP minucioso projeto de aplicação do seu trabalho ao nível da gerência, no âmbito da Companhia e que, atualmente, basicamente, a criação de um arquivo histórico e de um Museu de Eletricidade. Como atividades complementares estava prevista a realização de importante documentação escrita e iconográfica constante de seus arquivos. *Os pioneiros da eletricidade no centro norte das séries de publicações* pertencem ao projeto original e aprovado DOCUMENTAÇÃO

A primeira das séries - *História da Eletricidade em São Paulo* - foi inaugurada com o trabalho *Central Elétrica Pôr Celso*, publicado em 1986.

Trabalho realizado dentro do FER (Fundo de Estudos)

DOCUMENTAÇÃO

OS PIONEIROS DA ELETRICIDADE

José Eduardo Marques Mauro*

A propósito da oportuna publicação dos depoimentos e entrevistas colhidos junto aos antigos funcionários e diretores da Central Elétrica Rio Claro e que deu origem ao volume. *Os pioneiros da eletricidade*, de Ebe Reale e Maria Aparecida dos Santos (coordenação geral de José Eduardo Marques Mauro e Ana L. A. Pinheiro – São Paulo, CESP/IEB, 1987), convém lembrar que esse trabalho faz parte do Programa de Estudo, Conservação e Preservação do Patrimônio Documental e Histórico da Companhia Energética de São Paulo (CESP), elaborado pelo Prof. Dr. José Eduardo Marques Mauro. O Programa foi idealizado nos idos de 1982 e efetivamente iniciado em setembro de 1983, quando se encontrava à frente dos destinos da Companhia o Prof. Dr. José Goldemberg.

De fato, em janeiro de 1983 foi firmado um Convênio de Intercâmbio entre a CESP e a Universidade de São Paulo, cabendo ao Instituto de Estudos Brasileiros a responsabilidade pela coordenação científica do Programa. Desde a implantação do Convênio, o Prof. José Eduardo foi indicado como o seu Supervisor Técnico, tendo apresentado à Diretoria da CESP minucioso projeto de exploração do rico acervo documental em poder da Companhia e que compreendia, basicamente, a criação de um arquivo histórico e de um Museu da Eletricidade. Como atividades complementares estava prevista a divulgação da importante documentação escrita e iconográfica constante de seus arquivos. *Os pioneiros da eletricidade* se encaixa numa das séries de publicações previstas no projeto original e aprovados pela Diretoria da empresa em julho de 1985.

A primeira das séries – *História da Eletricidade em São Paulo* – foi inaugurada com o trabalho *Central Elétrica Rio Claro*, publicado em 1986.

(*) Professor Assistente Doutor do IEB (área de História).

A segunda, denominada *Testemunhos da História da Eletricidade*, teve como primeiro trabalho *A gênese da CESP* de autoria do Eng. Reolando Silveira. A terceira – *Depoimentos e Entrevistas* – deveria ser iniciada com *Os pioneiros da eletricidade*.

Em março de 1987 *Os pioneiros* já estava completamente acabado, dependendo apenas da encadernação; contudo, em virtude das mudanças ocorridas na chefia do Governo de São Paulo, deram-se alterações na direção da CESP, o que acarretou a retenção da publicação do livro. No final de 1987 decidiu-se, finalmente, pela distribuição da obra. Entretanto, foram introduzidas modificações na edição tais como mudanças na folha de rosto, supressão da apresentação (de responsabilidade do então diretor administrativo Rubens Naves) e do prefácio (do Prof. José Eduardo Marques Mauro) originais. Como nem o Instituto de Estudos Brasileiros nem o supervisor do Convênio foram consultados sobre as alterações, como era de se esperar pelas cláusulas do Convênio existente entre as partes, e, ainda, pelo fato de as novas peças introduzidas como sucedâneos não se referirem propriamente ao trabalho em si, julga-se oportuno a divulgação das notas originais. Na realidade, tanto a *Apresentação* quanto o *Prefácio* introduzem os leitores na matéria desenvolvida no livro, tornando-se indispensáveis e úteis à melhor compreensão dos objetivos da obra e das fases percorridas pelos autores.

APRESENTAÇÃO

Os pioneiros da eletricidade abrem a série *Depoimentos e Entrevistas*, série planejada para alargar os horizontes da pesquisa no âmbito empresarial e no âmbito da história da eletricidade em São Paulo, utilizando-se das técnicas da história oral. Essa obra representa a primeira experiência e teve como tema a coleta de entrevistas junto aos ex-funcionários e diretores da S.A. *Central Elétrica Rio Claro e Associadas*, aliás tema do 1º volume publicado na série *História da Eletricidade em São Paulo*.

Estamos, pois, diante de um mesmo assunto visto sob dois ângulos particulares: o documental escrito (no caso, a obra *S.A. Central Elétrica Rio Claro*) e o documental oral (no caso *Os pioneiros da eletricidade*). O resultado sem dúvida, foi uma experiência enriquecedora. Pelo fato de se poder cotejar os dois trabalhos, mesmo sem ter sido essa a intenção expressa do coordenador do projeto, pode-se verificar, instantaneamente, a interação desses esforços e o papel de complementação do segundo em relação ao objetivo final de ambos, ou seja, reconstituir a história de uma empresa de eletricidade, considerada na época a terceira em importância no Estado de São Paulo (perdendo, apenas, para a Light and Power e a Bond and Share) e a primeira dentre as sustentadas pelo capital nacional.

Quando me foi apresentada a idéia de serem reunidos, sob a forma de livro, depoimentos na íntegra de funcionários e diretores da Empresa, confesso que temi que a leitura pudesse se tornar maçante embora as justificativas científicas recomendando a publicação pudessem prevalecer no final. Contudo, surpreendi-me com a atração que exerce no leitor a linguagem coloquial e a variedade de perfis humanos que podem ser detectados ao longo do trabalho. Também, as diferenças óbvias de falas, pois, o esquema da obra se

baseia na seleção de depoimentos realizados através de um corte vertical de modo a estarem representados os mais possíveis segmentos hierárquicos da Empresa.

Essas diversidades de linguagem vão mais fundo, principalmente, quando se aproximam da base da pirâmide hierárquica: ali surgem oportunidades ímpares aos interlocutores para dizer o que pensavam ou o que, ainda, pensam sobre tudo a que se referiu à Empresa. De fato, na documentação escrita essas ocasiões quase não aparecem, exceto, talvez, em momentos de raros desabafos que podem custar até o posto aos seus autores.

Aqui, a entrevista flui livremente e se pode também observar outros três fatos para os quais chamo a atenção do leitor: as naturais *contradições* entre os vários depoentes, as *pesadas repetições* uma vez que um não ouviu a entrevista dos outros, e a *ignorância dos mecanismos* da Empresa, manifestada principalmente pelos que ocupavam posições mais baixas na escala.

As *contradições* surgem a meu ver tão válidas para a análise histórica como as *repetições* servem para corroborar as afirmações dos historiadores. E a constatação da "alienação" de muitos serve para avaliar com mais clareza o quadro histórico paulista e brasileiro em que estavam inseridos, o seu grau de desenvolvimento e o peso que representou na época.

Esses fatos surgem a todo momento em *Os pioneiros da eletricidade* e, a meu ver, deixam "a nu" o método com que trabalham os pesquisadores e a dificuldade com que se defrontam para manipular esses dados fornecidos pelos depoimentos. A utilidade dos mesmos fica bastante clara na obra, porém, não devem ser menosprezados os cuidados com que os especialistas têm de se munir para "decifrar" essa linguagem oral, impregnada de subjetivismo e de memorialismo: um exercício respeitável! A publicação desse trabalho, a meu ver, é uma contribuição importante e nova, pois, propicia ao interessado a mostra bruta do material e enseja um sem número de caminhos para o seu aproveitamento como fonte histórica, sem privilegiar nenhum em especial.

Outra coleta desse tipo está prestes a ser publicada: *Restaurando Corumbataí*, reproduzindo inclusive os relatórios técnicos produzidos durante a restauração.

A qualidade de ambos fez reforçar em mim a convicção da importância da Cesp manter, de forma permanente, um núcleo de História Oral como parte das atividades de sua Assessoria de Patrimônio Histórico. Esse núcleo, ao documentar importantes fases da história da eletrificação do Estado, estará contribuindo para o resgate de todo um passado recente de acordo com as mais modernas técnicas de documentação existentes. E mais, se a pesquisa não for realizada com as pessoas indicadas, essa fatia do passado se perderá irremediavelmente. O que seria de se lamentar.

Rubens Naves
(então) Diretor Administrativo

PREFÁCIO

Os pioneiros da eletricidade vistos através de seus próprios depoimentos ensejam uma série de reflexões sobre a introdução da eletricidade em nosso país e a consolidação progressiva do seu uso pela população. O trabalho é a primeira experiência, no campo da história oral, utilizada no projeto de reconstituição da história da CESP como Empresa. Por ter sido o primeiro, o seu formato foi exaustivamente discutido pela equipe que compõe a Assessoria de Patrimônio Histórico.

Pode parecer bizarra a publicação dos depoimentos na íntegra, tal como foram colhidos, em toda a sua espontaneidade. Isso porque o "normal" seria utilizá-los como fonte na elaboração de um trabalho sobre a Empresa. O "normal", diga-se de passagem, numa instituição acadêmica voltada, por exemplo, profissionalmente a "fazer história". No caso, o trabalho foi realizado por uma Companhia que não está preocupada em escrever uma "história oficial" do seu passado e que julga acertadamente não ser da sua competência elaborar trabalhos de cunho acadêmico. Ela está sim, primeiramente, preocupada em conservar e divulgar o seu acervo de modo que o mesmo possa constituir-se em fonte para estudos mais aprofundados; em segundo lugar, tem procurado chamar a atenção da comunidade em geral para a importância do estudo do setor energético no conjunto dos trabalhos que versam sobre temas econômicos e sociais da realidade brasileira. Para isso propôs-se a abrir as suas fontes (trabalho que está em andamento) ou mesmo a produzir novas fontes para melhor documentar o passado da história da eletricidade, como é o caso dessa obra, fruto do planejamento da Assessoria de Patrimônio Histórico que decidiu utilizar-se do recurso da tomada de depoimentos e entrevistas com alguns partícipes da história de uma pequena grande empresa: a S.A. *Central Elétrica Rio Claro*.

Colhido o material e analisado o seu conteúdo optou-se pela publicação na íntegra dos depoimentos gravados de modo que o leitor, ele próprio, de acordo com os interesses e curiosidades que movem os seus propósitos, possa selecionar as informações que lhe convierem.

Qualquer corte que fosse realizado importaria numa mutilação do material e acabaria por negar os objetivos que moveram essa pesquisa e que residem na documentação das fases por que passou essa Empresa de eletricidade, obtida graças ao relato de um punhado de ex-funcionários e diretores. No caso, como a Empresa já tinha em seu poder o arquivo administrativo, a pesquisa foi planejada para completar as informações e preencher as lacunas e a técnica aplicada foi a da coleta de depoimentos.

Por que *pioneiros*? O leitor à medida que se aprofunda na leitura desses relatos perceberá facilmente as dificuldades, os desafios que se antepuseram aos homens que labutaram por décadas e décadas na missão de prestar um serviço de utilidade pública que, embora novo, tornava-se cada vez mais essencial.

O cotidiano dessa empresa vai-se compondo e se articulando pela fala dos interlocutores. Um quadro áspero e duro da realidade que viveram vai resultando das pinceladas. Os primeiros tempos aparecem inequivocamente difíceis e fica evidente que a Empresa foi sendo construída "à unha", como aliás, vários depoentes testemunham.

É de se lembrar que o Brasil dessa época não oferecia as facilidades que hoje pode oferecer, nesse particular; o setor elétrico, então na sua infância, foi-se implantando aqui e ali a duras penas, sangrando não raro a saúde e a integridade física dos seus construtores, explorando ao máximo a juventude, o entusiasmo dos empregados, então, capitaneados por um "visionário" (no bom sentido) como Eloy Miranda Chaves. O resultado final, visto sob a ótica contemporânea, apresenta-se como uma autêntica obra de *pioneiros*. O leitor, estou seguro, por si só se convencerá dessa realidade.

No entanto, quando se consulta o arquivo documental escrito essa face "quase épica" não transparece ao pesquisador com a mesma clareza. Tudo parece mais mecânico e o cotidiano que se consegue extrair da leitura dos papéis não tem o brilho da vida. Registram-se o crescimento da Empresa e as suas dificuldades, porém o pulsar dos seus componentes humanos, os desafios que tiveram de enfrentar na solução dos problemas do dia-a-dia, as façanhas que ousaram para cumprir o objetivo de gerar, transmitir e distribuir eletricidade surgem espontaneamente, cada um a seu modo, na fala dos depoentes.

Dáí o interesse que vejo no livro: de um lado porque complementa a documentação escrita e do outro porque dá vida ao documento pelo depoimento dos seus agentes históricos, antes mantidos no quase anonimato. Com esses relatos as atividades cotidianas da Empresa brotam, tomam feição, desenvolvem-se. A História deixa de ser o relato dos grandes fatos e dos grandes homens, surgem outros aspectos, valorizam-se outras facetas, o conjunto do cenário e dos atores assume o seu papel real nos acontecimentos. Na escala da hierarquia administrativa da Empresa aparecem os valores individuais de cada um. Uma das lições que podem ser tiradas é que, em cada setor da Companhia, desde o mais humilde até a alta direção da Empresa, cada pessoa contribuiu, a seu modo, para a sua construção, para a sua expansão e esteve enfim *solidária* aos acontecimentos. Se há um herói, esse herói é a figura simbólica, é uma somatória, porque na realidade, há um sem número de "pequenos heróis".

Será esse apenas o registro de uma época? Pesquisas complementares e comparativas com as situações atuais ou passadas em empresas com características semelhantes poderão, no futuro, responder à indagação.

A tomada das entrevistas não priorizou escalas administrativas. Por isso, *Os pioneiros da eletricidade*, no caso, simbolicamente representam todas as categorias de empregados da Empresa. De fato aqui, aparecem o Superintendente e filho do proprietário (Vail Chaves), os engenheiros (Dr. Leal e Dr. Newton Faria Wood), os operadores de máquina, os trabalhadores de linha, o contador, o advogado, o administrador da Caixa de Aposentadoria e Pensões. Participam, também desse livro, como alavancas auxiliares para restabelecer com maior fidelidade a figura de Eloy Chaves, depoimentos de sua filha Antonieta Cintra Gordinho e do Dr. Milton Vargas (que no caso foi chamado como consultor para resolver um problema ocorrido na construção da Usina Jacutinga).

Os depoimentos desse livro foram colhidos pelas Profas. Ebe Reale e Maria Aparecida dos Santos e foram revistos e normalizados por Ana Luiza Amêndola Pinheiro. Deixo registrado o agradecimento particular, em primeiro lugar, pela paciência e gentileza em ler os originais, aos Profs. Paulo Sérgio Pinheiro e Cecília de Lara. A Paulo Sérgio pelas sugestões e avaliações realizadas e a Cecília de Lara pelo incentivo, pelas sugestões e ajuda dispensada durante o processo final de elaboração da obra, inclusive pela contribuição na seleção das ilustrações inseridas no trabalho. À Ana Luiza pelas sugestões feitas na fase da definição do "formato" que o livro deveria apresentar e pelas observações de conteúdo dos depoimentos que muito colaboraram para as notas desse prefácio.

Gostaria, mais uma vez, de lembrar a colaboração da Regional de Rio Claro e, especialmente, dos Srs. Nelson Rangogna e José Reis, que foram incansáveis no atendimento aos pesquisadores e na localização das pessoas a serem entrevistadas.

No âmbito da Diretoria Administrativa o meu muito obrigado aos colegas que prestaram apoio ao projeto.

Idem aos componentes do Departamento de Comunicação pela sensibilidade e compreensão ao projeto de publicações, contribuindo não só com o apoio logístico do seu Departamento mas, também, materialmente ao autorizar transferência indispensável de recursos para a fase de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Ruy Gama, atual Diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, pelo apoio que concedeu ao Convênio CESP/IEB e pela confiança demonstrada nos projetos apresentados. Também, um agradecimento particular ao Prof. Dr. Jacques Marcovitch, pelo apoio e incentivo oferecidos desde que assumiu a direção das empresas de energia unificadas. O meu muito obrigado à Profa. Maria Beatriz Nizza da Silva pelo incentivo dado ao programa de História Oral e pela excelente bibliografia colocada à disposição da equipe.

São Paulo, dezembro de 1986.
José Eduardo Marques Mauro
(então) Assessor da Diretoria
Administrativa da CESP

Docente do Instituto de
Estudos Brasileiros e
Supervisor do Convênio
CESP/IEB

Recebido em 15 de junho de 1988.

de São Paulo, *Revista Brasileira de Antropologia de São Paulo*, 1980-1987.
São Paulo: Imprensa Oficial, 1986. 320 + 24 p., com. 160.

Este livro é uma obra de referência de grande importância para os pesquisadores interessados em estudar a presença espanhola no Brasil. Trata-se de um trabalho de grande importância para a história da cultura e da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à influência da cultura espanhola no Brasil. O autor, um dos principais especialistas em história da cultura brasileira, apresenta uma análise detalhada da presença espanhola no Brasil, desde o período colonial até o presente. O livro é dividido em duas partes: a primeira trata da presença espanhola no Brasil colonial, e a segunda trata da presença espanhola no Brasil contemporâneo. O autor apresenta uma análise detalhada da influência da cultura espanhola no Brasil, especialmente no que diz respeito à língua, à literatura, à música e às artes. O livro é uma obra de referência para todos os interessados em história da cultura brasileira.

O trabalho de São Paulo, publicado em 1986, é um volume de estudos de história da cultura brasileira, organizado por um grupo de pesquisadores brasileiros. O livro é dividido em duas partes: a primeira trata da presença espanhola no Brasil colonial, e a segunda trata da presença espanhola no Brasil contemporâneo. O autor apresenta uma análise detalhada da influência da cultura espanhola no Brasil, especialmente no que diz respeito à língua, à literatura, à música e às artes. O livro é uma obra de referência para todos os interessados em história da cultura brasileira.

O livro é uma obra de referência para todos os interessados em história da cultura brasileira. O autor apresenta uma análise detalhada da influência da cultura espanhola no Brasil, especialmente no que diz respeito à língua, à literatura, à música e às artes. O livro é uma obra de referência para todos os interessados em história da cultura brasileira.

RESENHAS

O livro é uma obra de referência para todos os interessados em história da cultura brasileira. O autor apresenta uma análise detalhada da influência da cultura espanhola no Brasil, especialmente no que diz respeito à língua, à literatura, à música e às artes. O livro é uma obra de referência para todos os interessados em história da cultura brasileira.

Os depoimentos desse livro foram recolhidos pelas Profas. Elze Reale e Maria Aparecida dos Santos e foram revisados e normalizados por Ana Luiza Amêndou Pinheiro. Deixo registrado o agradecimento particular, em primeiro lugar, pela paciência e gentileza em ler os originais, aos Profas Paulo Sérgio Pinheiro e Cecília de Lencastre. A Paulo Sérgio pelas sugestões e avaliações realizadas e a Cecília de Lencastre pelo incentivo, pelas sugestões e ajuda dispensada durante o processo final de elaboração da obra, inclusive pela contribuição na seleção das ilustrações inseridas no trabalho. À Ana Luiza pela sugestões feitas na fase da definição do "formato" que o livro deveria apresentar e pelas observações de conteúdo dos depoimentos que muito colaboraram para se obter esse perfil.

Gratidão, mais uma vez, de lembrar a colaboração da Regional de Rio Claro e, especialmente, dos Srs. Nelson Rangogni e José Reis, que foram fundamentais no encaminhamento aos pesquisadores e na localização das pessoas e áreas entrevistadas.

Na Diretoria de Energia Administrativa o meu caso obrigou aos colegas que permitiram espaço ao projeto.

Entre as consequências do Departamento de Comunicação pela sensibilidade e comprometimento ao desenvolvimento de publicações, constata-se não só com o apoio logístico de seu Departamento, mas também, principalmente, ao autorizar transferência indispensável de recursos para a área de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Roy Gaura, atual Diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, pelo apoio que concedeu ao Convênio CESP/IEB e pela confiança demonstrada nos projetos apresentados. Também, um agradecimento particular ao Prof. Dr. Jacques Marcovitch, pelo apoio e incentivo oferecidos desde que assumiu a direção das empresas de energia unificadas. O meu muito obrigado à Profa. Maria Beatriz Nirza da Silva pelo incentivo dado ao programa de História Oral e pela excelente bibliografia colocada à disposição da equipe.

São Paulo, dezembro de 1988.
José Eduardo Marques Marcolino
Chefe Adjunto da Diretoria
Administrativa da CESP

Docente do Instituto de
Estatística, Matemática e
Supervisor do Convênio
CESP/IEB

Recebido em 13 de Junho de 1989.

RESUMOS

CASTRO, Renato Berbert de. *Bibliografia de Luiz Viana Filho, 1930-1985*.
Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1986. 327(+9) p., fots., facs.

Entre os instrumentos auxiliares da pesquisa as bibliografias sobre determinados assuntos ou relativas a pessoas específicas podem ser de importância fundamental para dar conhecimento de alguma obra. Em se tratando de bibliografias individuais ainda feitas em vida do personagem bibliografado, facilita o conhecimento de certos trabalhos – já que o autor do trabalho bibliográfico pode recorrer diretamente ao mesmo –, que poderiam ficar de outra forma desconhecidos. E há também a possibilidade de corrigir erros, tais como atribuições de autorias de homônimos. Contudo, não é muito usual fazer-se um levantamento bibliográfico em vida da pessoa, a não ser que se trate de algum livro-homenagem pela passagem de uma determinada data comemorativa.

A *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, publicada em 1986, é da autoria de Renato Berbert de Castro. Berbert de Castro já é sobejamente conhecido por diversos trabalhos historiográficos e bibliográficos. O seu estudo sobre a tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva (1811-1819) – *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações* (Bahia, 1968) – é obra de consulta obrigatória para o período. Alguns anos mais tarde, arrola em outro trabalho a produção tipográfica d'*A Tipografia Nacional da Bahia* (São Paulo, 1984). Suas outras pesquisas, que tem publicado até o presente, giram em torno do passado da história da Bahia. Pela primeira vez, agora, apresenta-se com um trabalho de fôlego sobre uma personalidade viva.

O Autor havia decidido “escrever algumas bibliografias de escritores baianos” (p. 7) e logo lhe ocorreu o nome de Luiz Viana Filho por lhe cultivar uma sincera amizade que vai dos tempos em que ambos freqüentavam no fim da tarde o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – convívio este que certamente não é mais tão freqüente, dadas as atividades de Viana Filho no Congresso Nacional. Da mesma forma o A. queria demonstrar o reconhecimento e admiração que tinha não só pelo homem em si, mas também pelo alto valor de seus trabalhos biográficos e históricos (p. 7).

Temos, pois, à nossa frente uma bibliografia biografada, ou seria uma biografia bibliografada? Será que poderíamos chamar assim este trabalho de

Berbert de Castro? Uma bibliografia nos termos usuais de definição é uma descrição ou conhecimento dos livros; no entanto, esta obra não nos traz uma simples descrição ou nos dá um conhecimento do livro. É algo mais, eis porque usamos os termos de "bibliografia biografada", já que o A. inclui artigos e comentários a respeito de determinadas obras. Esses nos traçam, em alguns casos, as origens, a elaboração e a finalização das mesmas obras, fazendo como que uma biografia destes livros. Também são transcritos comentários críticos, mostrando pontos de vista diversos.

Por outro lado, não deixa de ser também uma biografia bibliografada, devido a sua ordenação cronológica, que nos mostra assim, o desenvolvimento intelectual do personagem. Desde a publicação da tese de concurso à livre docência da cadeira de Direito Internacional Privado à Faculdade de Direito da Bahia em 1930 (*A lei reguladora da sucessão ab-intestado no Direito Internacional Privado*), à sua atividade na Câmara dos Deputados, participando de comissões; como também seus interesses em biografar personalidades destacadas de nosso mundo político e literário de antanho.

Mas Viana Filho não se dedicou apenas à coisas ou pessoas do passado. Entre os trabalhos arrolados na Bibliografia, temos o estudo sobre o governo de Castelo Branco, ao qual esteve intimamente ligado por ter sido Ministro Extraordinário para os assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República (1964/66).

Foi governador do Estado da Bahia (1967/71), além de ser deputado – pela Bahia – desde 1934 em diversas legislaturas. A partir de 1974 foi eleito senador, tendo sido sempre reconduzido pelo voto popular. Tudo isto permitiu-lhe ter uma visão e um conhecimento dos problemas que afligem o Brasil, o que vem a se refletir em algumas obras relacionadas por Berbert de Castro.

Como já observáramos antes, a seqüência que nos é oferecida é a ordem cronológica de publicação. As segundas e terceiras edições estão inseridas em seu ano de publicação, não se fazendo referências ou remissivas às edições anteriores ou posteriores. Para cada item traz a descrição catalográfica – *ipsis litteris* –, transcrevendo quase que fotograficamente a folha de rosto, isto é, os mínimos detalhes. No final de cada item reproduz facsimilarmente a folha de rosto. De cada obra dá uma relação de conteúdo, não enquanto assunto tratado, mas quanto à descrição física do livro em si, isto é, prefácios, notas, apêndices, bibliografias, índices. Não esquece mesmo de mencionar as folhas em branco, que costumam constar no início ou final da obra, assim como alguma intercalada no meio do livro. Quando necessário, assinala diferenças e correções feitas nas chamadas "edições revistas".

Encerra a bibliografia com os livros que foram publicados sem data; no final, apresenta um índice que segue a cronologia do livro. Este poderia ter sido melhor aproveitado talvez, se tivesse levado em conta a ordem alfabética dos títulos – a visão das diversas edições de uma mesma obra saltava aos olhos. Ao mesmo tempo, teria facilitado a localização mais rápida de determinada obra, quando não soubéssemos a data de publicação. Questão de praticidade, que em nada tira o mérito que esta contribuição nos traz. Bibliografia esta que evidencia, através das obras relacionadas, a trajetória de um homem público literato, historiador e político. ROSEMARIE ERIKA HORCH.

Sob o título *A presença italiana no Brasil*, foram reunidos vinte e cinco trabalhos de historiadores, geógrafos, antropólogos, arquitetos, enfim, de especialistas em diferentes ramos da cultura e que participaram em São Paulo de um Simpósio patrocinado pela Fondazioni Giovanni Agnelli e pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

A especialização diversificada dos estudiosos explica ter sido o assunto dissecado sob os mais diferentes ângulos. A somatória das análises realizadas resulta numa visão panorâmica mas, sob diversos aspectos, profunda e original, do tema em questão.

Muito embora o enfoque maior tenha sido feito do século XIX até nossos dias, buscando as raízes mais remotas da presença italiana entre nós, foram tecidas considerações que abarcam um período muito mais amplo. Por exemplo, o registro da palavra Brasil em mapas italianos dos séculos XIV e XV; a presença de elementos peninsulares nas primeiras expedições que vieram ter às terras brasileiras e entre os religiosos que desde cedo marcaram sua atuação, sobretudo, nos campos educacional e da assistência social.

De resto, o imigrante italiano foi analisado de perto tanto na sua condição de assalariado na lavoura, quanto na de pequeno proprietário nos núcleos coloniais como, também, na de cidadão.

A preocupação dos autores de acompanhar o italiano antes mesmo da saída de sua terra natal, mostra a rede de esperanças, angústias e problemas que os envolveram mesmo naquela fase em que acreditavam na veracidade da afirmação de que a América era um "massolino di fiori".

A travessia do oceano que, durante anos, constituía-se numa verdadeira aventura dados os altos riscos a que ficavam submetidos os passageiros; as dificuldades naturais de estabelecimento em novas terras acrescidas pela desilusão de que foram tomados sobretudo em razão dos termos de uma propaganda não-realista, explica a multiplicidade de queixas feitas pelos imigrantes ao sistema de vigilância, à falta de liberdade, às multas e ao horário rígido a que eram submetidos com freqüência.

Mesmo considerados pela sociedade receptora, por um bom número de anos, como o imigrante ideal – pois além de um bom trabalhador, correspondia aos anseios da política imigratória brasileira, isto é, eram brancos, europeus, latinos e católicos – também eles foram vítimas de uma série de restrições tanto por ocasião da campanha nacionalista do Estado Novo como, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial, em razão da Itália estar atrelada aos países do Eixo.

Dentre as proibições a que ficaram submetidos, a do uso da língua materna, por exemplo, afetou profundamente o grupo, inclusive no que diz respeito às práticas religiosas, de vital importância entre eles.

A capela, instituição *sui-generis* dentro da Igreja, mas intimamente ligada à presença italiana entre nós como instituição mantenedora, inclusive, das tradições e da vida comunitária entre eles, mereceu um estudo especial. Aliás, a importância da religião para os italianos faz com que os relatórios das ordens e das congregações religiosas sejam apontados por um dos autores como fontes ricas de informações.

Embora a presença italiana seja uma realidade em praticamente todo o país, ela foi reestudada sobretudo em uma área de maior concentração, isto é, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Se muitos pontos em comum podem ser detectados, é preciso entretanto não esquecer que há importantes diferenças regionais e locais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, embora os italianos tenham criado uma paisagem própria, na verdade, de forma alguma, ela é homogênea.

O perigo das generalizações, afora a imprecisão, é a formação de estereótipos. Foi o que ocorreu com os italianos quando tidos por pobres ou miseráveis ao chegar, analfabetos em sua maioria e agricultores por excelência. A inexatidão desse perfil uma vez mais fica evidenciada nesta publicação dado o importante papel desempenhado por eles quer no campo das artes e das letras, como no do comércio, da indústria, da política, da religião e da ciência em geral.

Assim, lutando na Guerra dos Farrapos ou como missionário junto a grupos indígenas; trabalhando com afinco como fizeram os Eberle, para construir uma metalúrgica; como assalariado ou desenvolvendo sua aptidão artesanal; como intelectual, artista, anarquista ou simples trabalhador braçal, o fato é que este grupo alienígena tem contribuído, e muito, na construção do nosso país.

Infelizmente, como aliás acentua um dos autores, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade está em recuperar toda uma "memória do pequeno empreendimento" dado o papel importante desempenhado por cada um, pois esta memória perde-se com muito mais facilidade.

O organizador dessa publicação, Luis A. de Boni – que foi coordenador do Simpósio em 1985 ao lado de Maria Thereza Schorer Petrone –, está de parabéns em abrir ao estudioso, com este volume, uma rica fonte de informações. Sem dúvida, *A presença italiana no Brasil* passa a ser de consulta obrigatória a todos os que se interessam pelo assunto. ARLINDA ROCHA NOGUEIRA

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. 291 p.

Pouco se pode acrescentar sobre um livro como o *Trem fantasma* depois de tantos comentários publicados pela Imprensa e mais ainda por aqueles que estão surgindo em revistas especializadas. Fica difícil um outro enfoque, de qualquer ângulo que se escolha, depois do escrito de Maria Sylvania Carvalho Franco no *Leia* de fevereiro de 1988. Se arrisco esta tarefa é porque sei que estarei chegando a público diverso e somente num tempo distante, desta hora de impacto. Por isso mesmo, depois de ter andado com o fantasma do trem, durante longo tempo na cabeça, achei viável dialogar sobre o livro com pessoas interessadas, tentando nele encontrar subsídios para melhor entender a nossa vida social, econômica e política e poder resgatar, do séc. XIX, o que nele representava este meio de transporte. Ninguém pode duvidar do papel das ferrovias em todo o mundo e é muito difícil entender o plano secundário a que foram reduzidas no Brasil...

Trem fantasma recoloca nos trilhos um assunto da maior importância para a História do Brasil. Em certo momento a nossa historiografia já contemplou o tema com estudos de alto valor. Quando retomo as ferrovias, para delas falar, sempre me lembro dos trabalhos pioneiros do professor e historiador Odilon Nogueira de Matos, que neles tratou do assunto com propriedade, nas décadas de 1960 e 1970. Em especial na sua tese de doutorado. A tese virou livro – *Café e ferrovias* – e, ao tratar de binômio da economia paulista, num momento de “progresso” criou uma expressão, que ficou em voga e que exaltava a função desse meio de transporte – a “ferrovia cata café”. Foot Hardman dele esqueceu e, talvez, seja este o único pecado(!) cometido, no tocante ao excelente levantamento bibliográfico, que é, a partir de agora, guia seguro para novas investigações.

Bem concebida, a obra nos conduz ao mundo novo do século XIX. Reencontramos nela muito do mundo maravilhoso, criado e representado pela burguesia de então. É no capítulo sobre as exposições universais onde reencontramos o passado no presente e podemos colher preciosidades como esta:

“(…) Com as guerras mundiais, a civilização moderna alcançou realizar mais uma forma de exhibitio; só que agora degradadas em sadismo orquestrado desde aparelhos industrial-militares com plenos poderes. É claro que as regras do espetáculo tiveram de ser adaptadas. O fascínio e a energia das antigas exposições perderam-se nos estertores da ‘belle époque’. A partir daí, o século XX iria especializar-se, com o avanço das mídias eletrônicas e dos conflitos político-militares entre potências – a que correspondeu paralelamente um declínio da influência dos discursos e rituais da diplomacia clássica –, em engenhos novos para exhibir: máquinas voadoras de guerrear, mísseis intercontinentais, cogumelo atômico. A uma década e meia do terceiro milênio, Chernobyl relembra o campo minado por onde caminha a espécie. Nos porões do poder nuclear, como no laboratório secreto de mais-valia, é possível ler à porta: ‘é proibida a entrada de pessoas estranhas ao serviço’. Chernobyl também faz notar o quanto está difícil o sublime. Na verdade, o ‘Crystal Palace’ não desapareceu, estilhaçou-se em tantas outras aparições, algumas delas por demais sólidas e sinistras (...)” (p. 63).

Trechos como este nos reconduzem ao presente ameaçador e fazem imaginar um futuro sem sonhos e boas realizações. Pergunta: Que mundo estará sendo preparado a partir de tanto sacrifício e que parece apontar o caos?

Ao lado destas reflexões os dados que informam. O Império do Brasil, no Reinado de Pedro II, se fazia representar no “concerto das nações civilizadas” desde os primeiros “eventos exibicionistas”, comparecendo às exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e 1889 (Paris). E caracterizar esse período como Era do Espetáculo diz tudo desde o início. Precioso este capítulo...

Em *Vertigem do Vazio* (Poder e técnica na recriação do paraíso), outro capítulo, quase a representação do “sonho cósmico” de uma época: “Imagem do Tesouro da Juventude: sobre um fundo azulado, o céu coberto de estrelas, planetas, o Sol em destaque com seus feixes de luz atravessando a noite cósmica e as nuvens; abaixo a terra, entre campos e povoados esparsos,

sua superfície sendo suficientemente ampla para se ver a curvatura desenhando-se no horizonte; e então vindo não-sei-onde, dez trens a vapor assomam nessa gravura imprimindo-lhe definitivamente a magia de uma época, cada um com seu comboio de cinco vagões, o carro conduzindo carvão e sem dúvida um fogueira desconhecido, as locomotivas tipo maria-fumaça(...)" (v. anexo iconográfico que fica, no livro, entre as páginas 96 e 97). Então, era possível sonhar ...

Mas sempre, entre o sonho e a realidade, com uma visão objetiva, sem ser anódina, pode-se notar a força do autor: "Chuva, vapor, velocidade. Que mais? O trem passa veloz. Carrega um leteiro com seu nome e um desafio: *Catch me who can*. Mais do que a locomotiva e seus vagões, são precisamente os sentidos histórico-culturais de seu trajeto – de sua aparição/desaparição – que se oferecem nessa viagem para ser apanhados por quem quiser(...)" (p. 48).

Espero que cada um a seu modo, os leitores deste escrito sobre tão fantástica aventura, possa apanhar e tomar assento no trem e nele viver a viagem dos sonhos dos empreendedores do século passado e possam por si "acreditar ou não neste trem fantasma", que em tão boa hora Foot Hardman concebeu e encontrou quem o tornasse real: a Companhia das Letras, uma editora moderna e atuante que aponta para o progresso editorial de nosso tempo.

Mas também, todos, podemos relembra Castro Alves, e viver na poesia um pouco do *trem de ferro*:

"Vós que o templo das idéias

Largo, abris às multidões

P'ra o batismo luminoso

Das grandes revoluções

Agora que o TREM DE FERRO

Acorda o Tigre no cerro

E espanta os caboclos nus

Fazei deste rei dos VENTOS

Ginete dos pensamentos

Arauto de Grande Luz!" (in: *Livro e a América* - Espumas Flutuantes)

E, finalizando, convido a todos para voltar ao princípio e viajar com Foot Hardman nos caminhos do *Trem fantasma*. Vamos, então?... JOSÉ SEBASTIÃO WITTER.

NOTÍCIAS DE SAÚDE PÚBLICA

Em 1950, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o ano de 1950 como o Ano da Saúde, com o objetivo de chamar a atenção da população para a importância da saúde pública e da prevenção de doenças.

Essa iniciativa foi seguida por muitos países, incluindo o Brasil, que também declarou o ano de 1950 como o Ano da Saúde. O objetivo principal era promover a conscientização da população sobre a importância da saúde pública e da prevenção de doenças, bem como estimular a participação da comunidade em programas de saúde.

Para isso, foram realizadas diversas campanhas de conscientização, como a campanha "Saúde é Trabalho", que incentivava a população a manter um estilo de vida saudável e a evitar hábitos nocivos, como o fumo e o consumo excessivo de álcool.

Além disso, foram criados diversos programas de saúde pública, como o Programa de Vacinação em Massa, que teve como objetivo imunizar a população contra doenças infecciosas e transmissíveis.

NOTICIÁRIO

Em 1950, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o ano de 1950 como o Ano da Saúde, com o objetivo de chamar a atenção da população para a importância da saúde pública e da prevenção de doenças.

que superfície sempre satisfatoriamente amplex para se ver a natureza des-
nudar-se as barreiras, a então virão novo ser onde, dor, froux a vapor asso-
nam nossa grãria, estabelecendo-lhe definitivamente a margã de uma época,
cada um com seu caminho de cinco vapores, o canal condutor curvo e
sem dúvida, um tipo de desconhecido, os locomotivas tipo mista-fun-
ção...") e assim se vai grãrizo que fica, no livro, entre as páginas 96 e 97).
Então, a propósito de viajar:

Mas também, entre o sonho e a realidade, com uma visão objetiva, sem
ser possível, preciso falar a língua do autor: "Chuva, vapor, velocidade. Que
mais? O tempo passa veloz. Carrega um letreiro com seu nome e um desfeio.
Cada um sabe o seu. Mais do que a locomotiva e seus vapores, não precisa
nem de nenhuma história-cultural de seu trajeto — de sua apatichofia apa-
rição — que se põem em nossa viagem para ser apreciados por quem qui-
zer..." (p. 98).

Então, ao se ler na a voz exata, os leitores deste escrito sobre tão fan-
tástica viagem, podem apreciar e banar a tempo no tempo e não viver a via-
gem dos quatro dias desconhecidos do século passado e possam por si "a-
creditar" a "sua" obra "sua fantasia", que em tão boa hora Foot Haddam
cancela o "locomotiva" e a "locomotiva real" e Companhia das Letras, uma
cidade brasileira a respeito das viagens para o progresso editorial de nosso
país.

Mas também, depois de termos conhecido Cacero Alves, e viver na poesia
em poesia, podemos dizer:

Como um "locomotiva" de água —
Largo, longo e longo —
Pra o mundo todo —
Das grandes viagens —
Agora que o TEMPO se acabou —
Acorda o Tigre no canto —
E vem em os caminhos —
Pois desde os tempos —
Omeu das pesquisas —
Anato de Grande Luz" (em Livro e a América — Espumas Flo-
rantes)

E, finalizando, convindo a obra, pois voltar ao princípio e viajar com
Foot Haddam nos caminhos do Tempo passado. Vamos, então? JOSÉ
SEBASTIÃO WITTER.

NOTICÁRIO

VII SEMANA SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

O Brasil nos últimos 25 anos foi o tema da VII Semana Sérgio Buarque de Holanda (11 a 14 de outubro), promoção anual do Arquivo Público do Estado da Secretaria da Cultura cuja realização em 1988 coube ao IEB, que prestou assim uma homenagem ao seu fundador.

A abertura do evento (dia 11 de outubro) contou com a presença do Pró-Reitor Prof. Dr. Ruy Aguiar da Silva Leme, da Secretária de Estado da Cultura Bete Mendes, do Diretor do IEB Prof. Dr. Ruy Gama e da Diretora do Museu da Casa Brasileira Profa. Dra. Maria de Lourdes Monaco Janotti, que representou a Diretora do Arquivo Público do Estado Inês Etienne Romeu. Após a solenidade de abertura, o professor da USP e ex-ministro João Sayad proferiu a conferência *O Brasil econômico nos últimos 25 anos*. Em seguida foi lançado o livro *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*, co-edição da Secretaria da Cultura e da Universidade de São Paulo, e inaugurada uma exposição de obras e documentos relativos ao historiador cedida pelo Arquivo Público do Estado e acrescida de material do acervo do IEB.

Nos dias seguintes a programação da Semana prosseguiu desta forma: dia 12 - conferência de Vilmar Faria (CEBRAP/UNICAMP) sobre *O Brasil social nos últimos 25 anos*; dia 13 - conferência de Francisco Correa Weffort (USP) sobre *O Brasil político nos últimos 25 anos*; dia 14 - mesa redonda sobre *O Brasil cultural nos últimos 25 anos*, com a participação de: Aracy Abreu Amaral (USP), artes plásticas; João Luís Machado Lafeté (USP), literatura; Lutero Rodrigues (Secretaria da Cultura), música; Sábado Magaldi (USP), teatro; e Ismail Xavier (USP), cinema.

O livro lançado na ocasião reúne, sobretudo, trabalhos apresentados nas Semanas anteriores e que dizem respeito diretamente a Sérgio Buarque de Holanda. Participam da publicação Antonio Candido de Mello e Souza, Arlinda Rocha Nogueira, Francisco de Assis Barbosa, Ilana Blaj, José Sebastião Witter, Laima Mesgravis, Maria Odila da Silva Dias, Maria Inês Machado Borges Pinto, Suely Robles Reis de Queiroz, Vera Cristina Neumann e Rosemarie Erika Horch.

A Semana e o livro foram organizados por uma comissão do IEB composta por Arlinda Rocha Nogueira, Floripes de Moura Pacheco, Marcia Pilnik e Rosemarie Erika Horch.

CURSOS

Organização de arquivos

De maio a julho, o IEB realizou em colaboração com a ECA (Escola de Comunicações e Artes) o III Curso de Especialização em Organização de Arquivos. O objetivo do curso foi o de proporcionar conhecimentos de caráter teórico e prático na área de Arquivologia e capacitar pessoal, de nível superior, para atuar na administração de arquivos e organização de documentos, a nível de arquivos correntes, intermediários e permanentes do setor público e privado. Sob a coordenação das profas. Heloísa Liberalli Bellotto (IEB), Yêdda Dias Lima (IEB) e Johanna W. Smit (ECA), o curso contou com a participação de renomados professores da USP e profissionais da área de arquivos, sendo freqüentado por alunos de todo o País.

Influência da cultura japonesa

De 12 de setembro a 3 de novembro, aconteceu o curso de difusão cultural A Cultura Japonesa e sua Influência no Brasil, uma realização conjunta do IEB, da Faculdade de Educação, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do Museu Paulista. O curso fez parte das comemorações dos 80 anos da imigração japonesa e teve como docentes responsáveis as profas. Arlinda Rocha Nogueira, Tizuki Morchida Kishimoto, Nobue Miyazaki e o prof. Braz José de Araújo.

EXPOSIÇÕES

Mário de Andrade e a criança

Integrando os eventos comemorativos dos 25 anos do IEB e do MAC (Museu de Arte Contemporânea), realizou-se de 7 de julho a 7 de agosto a exposição *Mário de Andrade e a criança*. A mostra apresentada naquele museu reuniu desenhos infantis dos anos 20 e 30 colecionados pelo escritor, com destaque para os trabalhos participantes de um concurso infantil por ele organizado em 1937, e desenhos de 1988, feitos no Atelier de Arte-Educação do MAC. Os desenhos guardados por Mário de Andrade encontram-se no IEB desde 1968, ano em que o acervo do intelectual passou a integrar o patrimônio do Instituto. O projeto da exposição foi de Ana Mae Barbosa, diretora do MAC, e a curadoria foi da profa. Telê Porto Ancona Lopez, do IEB, e de Ana Helena Curti, colaboradora do museu.

Manuscritos literários

Durante o II Encontro de Edição Crítica e Crítica Genética (29 de agosto a 2 de setembro), organizado pela Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, o IEB apresentou uma exposição de manuscritos de vários autores brasileiros pertencentes ao seu acervo.

Vídeo sobre o IEB

O Instituto conta agora com um vídeo sobre seu acervo e suas atividades destinado à divulgação da instituição entre especialistas e o grande público. A produção do vídeo foi mais uma atividade comemorativa dos 25 anos do IEB e a realização coube ao Curso de Rádio e TV da ECA (Escola de Comunicações e Artes), com direção e texto de Zita Bressane, coordenação geral de Ângelo Piovesan Neto e narração de Virgínia de Moraes.

Movimento operário

O IEB firmou convênio com o CEMAP (Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa) para a criação dos meios adequados para a guarda e manutenção do acervo documental e bibliográfico daquele centro, de modo que o material possa estar à disposição de pesquisadores e do público.

Imprensa negra

A Biblioteca do IEB recebeu da profa. Miriam Nicolau Ferrara, em doação, exemplares de 18 periódicos da imprensa negra. As publicações abrangem o período de 1918 a 1958 e compreendem os seguintes títulos: *O Alfinete*, *Alvorada*, *Auriverde*, *O Bandeirante*, *Chibata*, *O Clarim*, *O Clarim da Alvorada*, *Elite*, *Espelho*, *Getulino*, *Kosmos*, *A Liberdade*, *O Mutirão*, *O Novo Horizonte*, *O Patrocínio*, *Progresso*, *Senzala* e *A Voz da Raça*. Anteriormente, o prof. João Baptista Borges Pereira doara ao Arquivo do Instituto dois rolos de microfílm de jornais da imprensa negra de 1904 a 1963.

Retrato de Yan

A família de Yan de Almeida Prado doou ao IEB um retrato (óleo sobre tela) do eminente intelectual paulista. A iniciativa partiu de seu sobrinho José de Almeida Prado. Datada de 1942, a obra é de autoria do pintor português Ricardo Bensaude.

Caricaturas de Mário de Andrade

O IEB incorporou ao seu acervo cinco originais de caricaturas de Mário de Andrade doados por Carlos Alberto Passos, colecionador residente no Rio de Janeiro. Os desenhos são de autoria de Hilde Weber (dois), Darcy Penteado, Antonio Paim e Guidacci.

O Instituto conta agora com um vídeo sobre seu trabalho e sua militância, destinado à divulgação de informações sobre suas atividades e o grande público. A produção do vídeo foi feita pela Agência Comunitária de Vídeo do IUPERJ e resultou em cerca de 15 minutos de vídeo. O vídeo foi produzido em parceria com a Agência Comunitária de Vídeo do IUPERJ e resultou em cerca de 15 minutos de vídeo. O vídeo foi produzido em parceria com a Agência Comunitária de Vídeo do IUPERJ e resultou em cerca de 15 minutos de vídeo.

O IUPERJ também possui o *MEMÓRIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO* (M.O.), um movimento de luta social e política que atuou no Brasil durante o período da ditadura militar. O movimento foi fundado em 1964 e teve como principais líderes os irmãos João e Antônio de Almeida. O movimento atuou em diversas frentes, incluindo a luta por melhores condições de trabalho, a defesa dos direitos civis e a participação política.

Atualmente, o movimento continua ativo e luta por melhores condições de trabalho e direitos civis. O movimento também atua na defesa dos direitos dos trabalhadores e na luta por melhores condições de vida. O movimento também atua na defesa dos direitos dos trabalhadores e na luta por melhores condições de vida.

A Biblioteca do IUPERJ possui uma coleção de livros e documentos que documentam a história do movimento. A coleção inclui livros, jornais, revistas e outros documentos que foram produzidos durante o período da ditadura militar. A coleção também inclui documentos produzidos pelo movimento após o fim da ditadura.

Além disso, o IUPERJ também possui uma coleção de vídeos que documentam a história do movimento. A coleção inclui vídeos produzidos durante o período da ditadura militar e vídeos produzidos após o fim da ditadura.

Atualmente, o IUPERJ também possui uma coleção de documentos que documentam a história do movimento. A coleção inclui documentos produzidos durante o período da ditadura militar e documentos produzidos após o fim da ditadura.

Coordenador Geral

Coordenador de Mário de Andrade

O IUPERJ também possui uma coleção de documentos que documentam a história do movimento. A coleção inclui documentos produzidos durante o período da ditadura militar e documentos produzidos após o fim da ditadura.

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

1. Carlos Drummond – *Contribuição do bororo à toponímia brasílica*, 1965.
2. Rosemarie E. Horch – *Relação dos manuscritos da Coleção "J.F. de Almeida Prado"*, 1966. Esg.
3. Eunice Ribeiro Durham – *Assimilação e mobilidade – História do imigrante numa comunidade paulista*. 1966. Esg.
4. Plínio Ayrosa – *Estudos tupinológicos*, 1967.
5. Rolando Morel Pinto – *Experiência e ficção de Oliveira Paiva*, 1967.
6. Tekla Hartmann – *Nomenclatura botânica dos bororo*, 1968.
7. Oswaldo Elias Xidieh – *Narrativas piás populares*, 1968. Esg.
8. Antônio Rocha Penteadó – *O uso da terra na região bragantina – Pará*, 1968. Esg.
9. Rubens Borba de Moraes – *Bibliografia brasileira do período colonial*, 1969.
10. Renate Brigitte Viertler – *Os kamayurá e o Alto Xingu*, 1969. Esg.
11. Maria Helena Grembeck – *Mário de Andrade e "l'esprit nouveau"*, 1969. Esg.
12. Nites Therezinha Peres – *Leituras em francês de Mário de Andrade*, 1969. Esg.
13. Maria Sylvia de Carvalho Franco – *Homens livres na ordem escravocrata*, 1969. Esg.
14. Maria Isaura Pereira de Queiroz – *O mandonismo local na vida política brasileira*, 1969. Esg.
15. *Catálogo da exposição fotográfica sobre o Recôncavo Baiano*, 1970.
16. Rosélis Oliveira de Napoli – *Lanterna Verde e o Modernismo*, 1970. Esg.
17. Cecília de Lara – *Nova Cruzada – Contribuição para o estudo do Pré-Modernismo*, 1971.
18. Neusa Pinsard Caccese – *Festa – Contribuição para o estudo do Modernismo*, 1971.
19. Cecília de Lara – *Klaxon & Terra Roxa e outras terras – Dois periódicos modernistas de São Paulo*, 1972. Esg.
20. Lúcia Chiappini Moraes Leite – *Modernismo no Rio Grande do Sul – Materiais para o estudo*, 1972. Esg.
21. ANAIS – Encontro Internacional de Estudos Brasileiros – *I Seminário de Estudos Brasileiros*, 1972.
22. Lucy Maffei Hutter – *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)*, 1972. Esg.
23. Oswaldo Elias Xidieh – *Semana santa cabloca*, 1972.
24. J. Galante de Souza – *Em torno do poeta Bento Teixeira*, 1972.
25. Adolfo Casais Monteiro – *Figuras e problemas da literatura brasileira contemporânea*, 1972.
26. Marta Rossetti Batista, Telê Porto Ancona Lopez e Yone Soares de Lima – *Brasil – 1º tempo modernista – 1917-1929*, 1972. Esg.
27. Maria Odila Silva Dias – *André Rebouças – Diário – A Guerra do Paraguai (1866)*, 1973.
28. Arlinda Rocha Nogueira – *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*, 1973.
29. Marusia de Brito Jambeiro – *Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento*, 1973.
30. João Baptista Borges Pereira – *Italianos no mundo rural paulista*, 1974. Esg.
31. Ruth Brito L. Terra – *A literatura de folhetos nos fundos Villa-Lobos*, 1981.
32. Arlinda Rocha Nogueira, Heloísa Liberalli Bellotto e Lucy Maffei Hutter – *Inventário analítico dos manuscritos da Coleção Lamego (I,II)*, 1983.
33. Yone Soares de Lima – *A ilustração na produção literária (São Paulo – década de vinte)*, 1985.
34. Benedito Heloiz Nascimento – *O desenvolvimento e seu modelo*, 1986.
35. Maria Lucia Fernandes Guelfi – *Novíssima. Estética e ideologia na década de 20*, 1987.
36. Telê Porto Ancona Lopez (org.) – *Manuel Bandeira: verso e reverso*, 1987.

37. Marta Rossetti Batista e Yone Soares de Lima – *Catálogo da Coleção Mário de Andrade*, 1984.
38. José Eduardo Marques Mauro (coord.) – *História da energia elétrica em São Paulo: S. A. Central Elétrica Rio Claro*, 1986.
39. Lucy Maffei Hutter – *Imigração italiana em São Paulo – 1902 a 1914 – O processo migratório*, 1986.
40. Ana Maria Paulino (org.) – *O poeta insólito: fotomontagens de Jorge de Lima*, 1987.
41. Arlinda Rocha Nogueira, Floripes de Moura Pacheco, Marcia Pilnik e Rosemarie Erika Horch (org.) – *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*, 1988.

REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, nºs 1 a 29.

Pede-se permuta.

ARQUIVO

Instituto de Estudos Brasileiros - USP

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF EAST ASIAN STUDIES
1100 EAST 58TH STREET, CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-3200 FAX: 773-936-3201

UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF EAST ASIAN STUDIES
1100 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60637

37. Maria Regina Batista de Vitor: *Sociedade de Jesus - História de um Império*. Rio de Janeiro: 1984.
38. José Ruy de Azevedo Marques: *Machos (crônicas) - História de um império, 1800 a 1900*. São Paulo: 1985. Companhia Editora Nacional.
39. Lucy Maria Butler: *Império brasileiro de São Paulo - 1800 a 1900 - O processo de expansão*. 1986.
40. Ana Maria Tardes (org.): *O Brasil imperial: Antecedentes de 1808 de Lisboa*. 1987.
41. Associação Revista Nogueira, História de Minas, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Píscis e Rio Grande do Sul (org.): *Século Brasileiro de História*. vol. 1, 1988.

REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, Nº 1, 1988

Publicação periódica

ARQUIVO

Instituto de Estudos Brasileiros - IEB

Regulamento da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

Objetivos: a Revista do Instituto de Estudos Brasileiros tem por finalidade publicar artigos originais e inéditos relacionados com os estudos brasileiros, elaborados pelos especialistas do Instituto e por estudiosos não vinculados a esta Instituição.

1. Os trabalhos deverão ser entregues em 3 (três) vias – um original e 2 (duas) cópias – datilografadas em espaço duplo, em uma só face, em laudas com 30 (trinta) linhas de 70 (setenta) toques cada. O limite mínimo é de 10 (dez) laudas e o máximo de 30 (trinta) laudas, podendo este ser ultrapassado apenas em casos excepcionais e com a anuência da Comissão de Publicações. Na primeira lauda, encabeçando o texto, deverão constar o título do artigo, o(s) nome(s) do(s) autor(es) e a filiação científica (Departamento e Unidade). A data de entrega constará obrigatoriamente no final do texto.
2. Em lauda separada e em português e inglês, o autor deve apresentar resumos – com 10 (dez) linhas cada – e 5 (cinco) unitermos – palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do texto.
3. As notas explicativas e bibliográficas, devidamente numeradas, deverão estar em lauda à parte, bem como ilustrações, tabelas e gráficos, que devem trazer suas respectivas legendas datilografadas e identificadas com o texto.
4. A bibliografia consultada, no caso de não constar das notas, deverá ser relacionada em ordem alfabética em lauda separada. Tanto para a bibliografia quanto para as notas bibliográficas devem ser obedecidas as disposições da NB-66 da ABNT.
5. Os originais deverão ser endereçados à Comissão de Publicações da Revista. Os trabalhos serão submetidos à apreciação de membros do Conselho Editorial ou, a critério da Comissão de Publicações, de especialistas não-integrantes do Conselho. A Comissão de Publicações não se obriga a publicar nenhuma colaboração que lhe seja enviada.
6. Os editores da Revista não se responsabilizam pela redação nem pelos conceitos emitidos pelos colaboradores.

Composição, Arte e Impressão:

 Coordenadoria
de Atividades Culturais

